

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MULHERES MARCENEIRAS E AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ASPECTOS TRANSFORMADORES E OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPORTOS NA
INCUBAÇÃO EM ASSENTAMENTO RURAL**

Carolina Orquiza Cherfem

São Carlos
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MULHERES MARCENEIRAS E AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ASPECTOS TRANSFORMADORES E OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS NA
INCUBAÇÃO EM ASSENTAMENTO RURAL**

Carolina Orquiza Cherfem

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Educação, na área de Concentração Processos de Ensino e de Aprendizagem.

Orientadora: Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone

São Carlos
2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C521mm

Cherfem, Carolina Orquiza.

Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária : aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural / Carolina Orquiza Cherfem. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
235 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Educação. 2. Práticas sociais e processos educativos.
3. Relação de gênero. 4. Economia solidária. 5.
Aprendizagem dialógica. I. Título.


CDD: 370 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Aida Victória Garcia Montrone

Profª DP Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Profª Drª Roseli Rodrigues de Mello



Dulce C. Andreatta Whitaker

Roseli Rodrigues de Mello

Dedico esta dissertação às mulheres marceneiras da Madeirarte, com minha profunda admiração, pela coragem de lutar e pela esperança nas possibilidades de mudanças. A essas Mulheres trabalhadoras, na luta pela terra, mães, donas de casa, agricultoras, esposas, marceneiras, que tanto me ensinaram neste processo de pesquisar e que ampliaram a minha compreensão em torno do que é ser uma mulher feminista.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que participaram do meu processo de formação durante o mestrado, desde os estudos e dedicação necessária ao meu ingresso, até o difícil momento de concretização deste sonho, com a finalização desta dissertação.

Primeiramente agradeço as mulheres marceneiras do assentamento Pirituba II, as quais me receberam sorrindo e de coração aberto antes mesmo do início do mestrado, as quais acreditaram no meu trabalho e ajudaram-me a ser uma mulher mais humilde e esperançosa, bem como ajudaram-me com inúmeras trocas de saberes, conhecimentos e aprendizados, tornando-me uma profissional mais coerente e humana. Esta dissertação somente se fez possível devido a generosa contribuição de Beth, Cida, Doraci e Sebastiana, as quais se dispuseram a refletir comigo a realidade vivenciada no processo de incubação da Madeirarte, construindo coletivamente o processo desta pesquisa.

Agradeço a minha família que sempre incentivou os meus estudos e acreditou em meu potencial, não me permitindo desencorajar, em especial à minha mãe, uma das referências femininas que me acompanha, e que sempre esteve disposta a me ouvir, a me aconselhar, a acreditar nos meus sonhos, (mesmo àqueles que para ela soam estranhos), a enxugar as minhas lágrimas ou fazê-las rolar ainda mais, que sempre dividiu comigo as minhas angústias e compartilhou feliz as minhas alegrias.

Agradeço à amiga Kelci, a qual tenho como a irmã que escolhi. Sem esta amiga por perto o processo do mestrado e os obstáculos enfrentados teriam sido muito mais difíceis. Agradeço pelo apoio desde as lutas vivenciadas na Unesp de Bauru, ainda em nossa graduação, quando buscávamos caminhos possíveis na universidade, o apoio para a minha vinda à São Carlos, o ingresso comigo no mestrado e tantas outras experiências e descobertas conquistadas juntas. À amiga Kelci agradeço por cada dia que esteve próxima, acompanhando minhas inquietações, ouvindo pacientemente minhas dores, meus desencantos, estando disposta a acolher os meus abraços, buscar solucionar minhas dúvidas, ler alguns textos, escrever comigo, bem como compartilhando conquistas, inúmeras alegrias, dividindo sonhos e alimentando a minha esperança, na medida em que juntas nos fortalecemos para construir novos caminhos possíveis.

Também agradeço imensamente à Profa. Dra. Aida Victoria, orientadora e cada vez mais amiga, a qual acreditou e acredita em meu trabalho, a qual muito me apóia e muito me ensina a partir de sua vasta experiência e conhecimento. A Profa. Victoria sempre esteve disponível e

atenciosa, bem como rigorosa, fazendo-me melhorar enquanto profissional e contribuindo intensa e alegremente para o meu crescimento. Agradeço também às Professoras Dras. Dulce A. C. Whitaker e Roseli Rodrigues de Mello, banca examinadora, as quais, generosamente e com grande rigor acadêmico, trouxeram inúmeras contribuições a este trabalho.

À professora, colega de trabalho e amiga Roseli Rodrigues de Mello, também agradeço pelo nosso feliz encontro no Niase, sempre me apoiando, encorajando-me, acreditando cada vez mais em meu potencial e sempre me mostrando caminhos de luta, de esperança, dividindo sonhos, ampliando o meu conhecimento e contribuindo para a minha formação enquanto pesquisadora e ser-humano no mundo. Aproveito ainda para agradecer a todas as amigas e amigos participantes do Niase (Fá, Eglén, Paulo Bento, Amadeu, Piu, Vã, Frã, Raquelzinha, Adriana, Chris, Ju Franzi e muitas outras) que fazem parte desta dissertação por terem compartilhado comigo espaços valiosos de estudos, por vivenciarem comigo espaços de diálogo e ação comunicativa, dividindo trabalhos, construindo caminhos e me fortalecendo na academia e em minha vida, agradeço também pela alegria em trabalharmos juntas/os!

A todas as outras amigas e amigos (amigas/os de Rio Claro, Grá, Vanessinha, meninas do Kooperi, Marcelo, Renato, Vivi e muitos/as outros/as) que direta ou indiretamente contribuíram para esse meu processo, torceram pela sua realização, souberam compreender a minha limitação de tempo durante esses dois anos no mestrado, em especial nestes últimos meses de finalização da dissertação, e que me apóiam diariamente, cada uma/um a sua maneira.

Também agradeço às e ao professor, bem como alunas e alunos que compõe a linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, os/as quais foram fundamentais para a construção desta dissertação, mostrando-me como podemos realizar projetos com seriedade e relevância acadêmica e, principalmente, COM as pessoas envolvidas nas práticas sociais investigadas. Contribuíram assim para a confecção de mais uma parte da colcha de retalhos que construímos ao longo de nossas vidas, no e com o mundo e nas investigações que realizamos.

Agradeço à Incoop e ao Grupo Habis por terem me recebido e aberto caminhos para o meu trabalho na marcenaria, ampliando a minha experiência em incubação e economia solidária.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo importante financiamento concedido a esta pesquisa, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de São Carlos, por possibilitarem a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar o processo de incubação da marcenaria coletiva autogestionária, a Madeirarte, do assentamento Pirituba II, localizado no município de Itapeva/SP. A Madeirarte iniciou-se a partir de um projeto de habitação social realizado no assentamento, em que foi implantada uma marcenaria para a construção dos componentes em madeira das habitações. A marcenaria foi assumida por um grupo de quatro mulheres, agricultoras, com mais de 45 anos, as quais iniciaram um empreendimento coletivo, integrando o projeto à possibilidade de trabalho e renda. Seguindo este contexto, os conceitos centrais desta pesquisa corresponderam às relações de gênero, na perspectiva do feminismo dialógico, e à economia solidária, na perspectiva da autogestão. O primeiro se deve à especificidade do trabalho de mulheres que desenvolvem a atividade de marcenaria, historicamente realizada por homens, em meio a uma sociedade na qual observamos desigualdades entre homens e mulheres e também entre mulheres. O segundo, deve-se ao contexto de um empreendimento pautado nas bases da economia solidária. Esta economia corresponde a uma busca de formas alternativas para a construção de um processo produtivo que contemple a solidariedade, capaz de relacionar o trabalho à possibilidade de melhores condições de vida, em meio à ideologia capitalista dominante. Dessa forma, esta investigação teve por objetivo refletir e dialogar sobre o processo de incubação da Madeirarte, com ênfase nas relações de gênero, identificando os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos, a fim de buscar formas de melhorias na prática cotidiana do trabalho das marceneiras. Para tal, apoiou-se, enquanto base teórico-metodológica, no conceito da aprendizagem dialógica, o qual está pautado fundamentalmente nas elaborações de Habermas (1987), sobre a ação comunicativa e, no conceito de dialogicidade desenvolvido por Paulo Freire (1994, 2005), ao conceberem as pessoas como sujeitos constitutivos do diálogo, além de atuantes no contexto social e por isso capazes de transformá-lo. A metodologia utilizada foi a comunicativa crítica, pautada nas perspectivas transformadoras evidenciadas pela intersubjetividade e reflexão, bem como na importância do diálogo na elaboração do conhecimento, o que implica clareza na interpretação dos próprios sujeitos da pesquisa. Assim, a partir dos espaços de diálogo estabelecidos durante a pesquisa, seguindo a coleta de dados estruturada pela análise dos diários de campo, entrevistas, observação participante e grupos comunicativos, os resultados alcançados permitiram interpretar a realidade vivenciada pelas mulheres marceneiras em suas práticas cotidianas, relacionando as possibilidades do trabalho às transformações pessoais conquistadas, bem como no entorno do assentamento. Os resultados permitiram identificar os elementos transformadores presentes na Madeirarte, revelando inúmeras aprendizagens adquiridas e processos educativos construídos por mulheres no trabalho autogestionário. A pesquisa também identificou os elementos que se colocam como obstáculos nesta prática, indicando possibilidades para a sua superação. Com isso, buscamos contribuir com outros processos de incubação, bem como contribuir com práticas de mulheres envolvidas em empreendimentos solidários, mulheres que se tornaram protagonistas de suas vidas, mostrando que é preciso denunciar os processos de exclusão em que vivemos, mas também anunciar possibilidades de transformações históricas.

Palavras-chave: Mulheres Marceneiras, Relações de Gênero, Economia Solidária, Aprendizagem Dialógica, Práticas Sociais e Processos Educativos.

ABSTRACT

The Present research aimed to investigate the developing process of a self sustained community carpenter's workshop called Madeirarte, from Pirituba II settlement, located in Itapeva / SP. Madeirarte began from a community housing project done in the settlement, where the carpenter's workshop was built in order to make the housing parts and materials. This workshop was led by a group of four agriculturist women aged over forty-five years-old. These women began the community venture assuming that it could provide jobs and profits. In this context, the general concepts in this paper correlated to gender relations on the perspective of a dialogic feminism and the mutual economy in the self sustainable perspective. The first is due to the specificity of the job of women who work in carpentry, which is historically related to a concept of men's job, in the midst of a society where we observe the uneven relation between men and women and also among women themselves. The second is attributed to the context of a undertaking based on the mutual economy. Such economy corresponds to a quest of alternative ways to develop a productive processes that embraces solidarity, being able to connect the business activity to the real possibility of improving their quality of life, hence opposing the predominant capitalist ideology. Thus, this investigation aimed to reflect and dialog about the settlement process of Madeirarte by focusing on the gender relations and identifying the components of transformation and the components that come as obstacles, in order to find ways to improve the everyday life in their carpenter's workshop routine. For that, this paper established the concept of "Dialogical Learning as a theoretical-methodological basis, according to the guidelines of Habermas (1987), about the communicative action and, in the concept of dialogicity, developed by Paulo Freire (1994, 2005), by conceiving persons as essential subjects of a dialog, besides that they are engaged in the social context hence they are able to change it. The methodology used was the critical communicative approach, based on changing perspectives evidenced by the intersubjectivity and reflection as well as the importance of dialog in the knowledge building, which implies explicitness in the interpretation of the research subjects themselves. Thus, from the spaces of dialog established during the research, followed by the data collection structured by the analysis of the field diaries, interviews, participatory observation and communicative groups, the achieved results allowed us to interpret the reality experienced by the women carpenters in their everyday activities, connecting the work possibilities to the personal changes achieved around the settlement as well. The results also let identify the changing elements present at Madeirarte, by disclosing many acquired abilities and educational process built by women on the self sustained job. The research also identified the elements that appears as obstacles in this activity and pointing the possibilities to overcome. Finally, we seek to contribute with other settlement process and contribute through the women's best practices involved in community undertakings, such women who became roler models in their own lives, showing that it is necessary to expose the exclusion process that we live in but also to make known the possibilities of historical changes.

Key-words: Carpenters Women, Gender Relations, Community Economy, Dialogical Learning, Social Practices and Educational Process.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 1. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS, VALORES E AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO..... | 25 |
| A Sociedade da Informação e as possibilidades de transformações históricas..... | 27 |
| A Economia Solidária buscando transformações sociais: outro mundo é possível..... | 33 |
| A Educação como elemento estruturante da Economia Solidária: relações com a autogestão..... | 39 |
| 2. A SOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES: UMA REALIDADE HISTÓRICA DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA..... | 45 |
| As Relações Sociais de Gênero..... | 50 |
| As Mulheres no Mundo do Trabalho..... | 54 |
| Novos caminhos para as mulheres a partir da Economia Solidária..... | 58 |
| 3. AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO: APRENDIZAGEM DIALÓGICA, FEMINISMO DIALÓGICO E PESQUISA COMUNICATIVA CRÍTICA..... | 63 |
| Aprendizagem Dialógica: valorização de diferentes conhecimentos e aprendizagens em diálogo..... | 64 |
| O Feminismo Dialógico: um novo olhar sobre as mulheres e as relações de gênero..... | 78 |
| Metodologia Comunicativa Crítica: diálogo, reflexão e intersubjetividade no processo de pesquisa..... | 84 |
| O caminho metodológico realizado com as mulheres marceneiras..... | 89 |
| 3.4.1. Técnicas de orientação comunicativa e instrumentos de coletas de dados..... | 93 |
| 3.4.2. Compreendendo as análises dos dados..... | 99 |

| | | |
|----|---|-----|
| 4. | DIÁLOGO ENTRE PESQUISADORA E MARCENEIRAS: ASPECTOS TRANSFORMADORES E OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS NA INCUBAÇÃO DA MADEIRARTE..... | 102 |
| | Mulheres na Marcenaria..... | 102 |
| | Economia Solidária..... | 114 |
| | Solidariedade, Cooperação e Trabalho Coletivo..... | 114 |
| | Organização, Administração e Gestão do Empreendimento Solidário..... | 124 |
| | Diálogo, Informação e Comunicação..... | 131 |
| | Geração de Renda e Viabilidade Financeira do Empreendimento..... | 137 |
| | Processos Educativos na Prática de ser Mulher Marceneira..... | 146 |
| 5. | RELAÇÕES DE GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM DIALÓGICA..... | 160 |
| | REFERÊNCIAS..... | 172 |
| | ANEXOS..... | 178 |
| | APÊNDICES..... | 181 |

INTRODUÇÃO

Compreender os processos educativos que se desenvolvem em distintas práticas sociais¹, oferece-nos bases para a discussão das relações de gênero e da economia solidária que propomos nesta dissertação, visto que esta última também é uma prática social submetida a todas as tensões do contexto latino-americano em que se desenvolve. A economia solidária surge no âmbito internacional, porém ganha um recorte específico devidas as especificidades latino-americanas.

As práticas sociais estão presentes em toda a história da humanidade, são próprias da sociedade e implicam em relações que estão inseridas em culturas; se produzem no cotidiano das relações que as pessoas estabelecem entre si ao significar o mundo e ao construí-lo, compreendendo que as pessoas educam e se educam em distintos ambientes e contextos. Dessa forma, as práticas sociais, se estabelecem

entre pessoas e grupos, grupos entre si, grupos e sociedades mais amplas, num contexto histórico de nação e, notadamente em nossos dias, de relações entre nações, podendo se constituir em ações de grupos e comunidades que visam a transformação de uma realidade que identificam como injusta, discriminatória e opressiva (SILVA *et al*, 2005, p. 4).

São constituídas por diferentes objetivos que estão em permanente construção, na busca por reconhecimento social, pela luta de direitos humanos, para propor transformações das estruturas sociais e pensar coletivamente formas para fazê-los, demonstrando as possibilidades de outras formas de educar-se em intersubjetividade (FLECHA, 1997, p. 17), constituindo-se assim, como lugares de diferentes aprendizados e conquistas.

Dessa forma, a sua duração, capacidade de transformação e mobilização, segue os objetivos que busca atingir, a partir de distintos momentos históricos. Num espaço/tempo, seja por escolha política, pela necessidade de participar de alguma atividade, ou por qualquer outra natureza, as práticas sociais são constituídas pelas pessoas que delas fazem parte. Pessoas de diferentes gêneros, crenças e culturas, de diferentes classes sociais, faixas etárias e orientações sexuais, o que implica diferentes percepções e conhecimentos, bem como maior possibilidade de aprendizado.

Vale salientar que, no bojo das estruturas, as práticas sociais também podem servir a desumanização, caso se configurem como espaços de negação do ser e de desenraizamento. Este busca colonizar seres humanos, na tentativa de subverter jeitos de viver e de ser, impondo

¹ Esta investigação está situada na linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”.

condições, impondo novos papéis sociais, excluindo identidades: “quem é desenraizado, desenraiza. Quem é enraizado, não desenraíza” (GOLÇALVES FILHO, 1988, p. 103). Em contrapartida, o enraizamento busca manter vivas as tradições, as origens que sustentam visões de mundo e que fortalecem os indivíduos em suas relações.

A presente pesquisa refere-se à investigação do processo de incubação da Marcenaria Coletiva Autogestionária, a Madeirate, do assentamento Pirituba II, localizado no município de Itapeva/SP, a partir dos diálogos e reflexões com as mulheres marceneiras sobre a prática social vivenciada, tendo em vista as relações de gênero, seguindo uma perspectiva dialógica.

A incubação da Madeirarte iniciou-se no ano de 2004, a partir da parceria entre a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (Incoop/UFSCar) e o Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade da Escola de Engenharia de São Carlos EESC-USP (Habis), durante o projeto InovaRural (Projeto de Habitação Rural com inovação no processo, gestão e produto através da utilização de recursos locais e renováveis). Este projeto consistiu na construção de 49 habitações sociais no assentamento Pirituba II e, paralelo à construção, priorizou-se a importância de integrar a possibilidade de geração de trabalho e renda, a partir da implantação de uma marcenaria para produzir os componentes em madeira das habitações.

O processo de incubação corresponde ao acompanhamento, assessoria e formação técnica, administrativa e política por parte da universidade aos grupos que pretendem trabalhar coletivamente, na perspectiva da economia solidária. Abarca o desenvolvimento de atividades de organização, fomento, orientação e acompanhamento sistematizado, por meio de processo educativo, bem como instrui quanto: a organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro, entre outros aportes necessários. Tal processo é desenvolvido pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), as quais se inserem nas universidades públicas, realizando projetos que vinculam ensino, pesquisa e extensão. As ITCPs utilizam os recursos humanos e conhecimento da universidade num processo de formação, no qual as práticas de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação (SINGER, 2002).

Para maior compreensão desta investigação, esclarecemos o conceito de economia solidária, contexto que permeia a Madeirarte. Nascida das crises do capitalismo como respostas à exploração dos trabalhadores/as e ao desemprego, esta economia vem sendo construída como

uma busca de formas alternativas para a construção de um novo processo produtivo, capaz de relacionar o trabalho à possibilidade de melhores condições de vida. Apresenta, portanto, uma outra proposta de organização, que rompe com os valores da ideologia capitalista dominante, visando a geração de renda não apenas para acúmulo dos/as trabalhadores/as, mas como uma relação para além do dinheiro e do poder. Uma relação em que a geração de renda é fundamental para a sobrevivência, mas que a forma de organização para conquista desta renda seja de solidariedade, autonomia, honestidade, democracia e autogestão. A economia solidária busca uma sociedade mais igualitária partindo do princípio da distribuição ao invés da acumulação, da solidariedade ao invés da competição, por meio da associação para produzir, comercializar e consumir (SINGER, 2002).

Destacamos que esta investigação foi possível devido à generosa contribuição das mulheres marceneiras, as quais se dispuseram a refletir com a pesquisadora sobre a realidade do processo de incubação da marcenaria. Mulheres estas que nunca haviam vivenciado outras atividades distintas do trabalho agrícola e doméstico e acabam por contrariar muitos preconceitos e desigualdades sociais, na medida em que passam a desenvolver a atividade de marcenaria, historicamente realizada por homens.

Vale considerar que vivemos em uma sociedade em que é nítida a desigualdade social entre homens e mulheres, conferindo poder ao homem e gerando prejuízos especialmente ao desenvolvimento humano das mulheres. Sociedade que ideologicamente, em diferentes culturas², não oferece as mesmas oportunidades sociais para homens e mulheres, bem como para as mulheres entre elas, o que se reflete cotidianamente no mundo do trabalho.

Dessa forma, partimos do pressuposto que existe uma divisão sexual do trabalho que “outorga a homens e mulheres formas diferenciadas de inserção social”, o que exige uma identificação entre atividades e papéis designados e desenvolvidos por cada um dos sexos

² Não aprofundaremos aqui as relações entre cultura e ideologia, mas parte-se do pressuposto que é necessário identificar ideais de uma ideologia machista, internalizada em nosso processo de socialização e que acabamos por denominar fenômeno cultural. De acordo com Whitaker (2003), temos que *ideologia* é uma estrutura de pensamento que destrói valores, na medida em que representa falsa consciência, segundo conceito marxista de ideologia, elaborado por Marx e Engels, tal como apresentado por outros autores, como Adorno, Horkheimer e Chauí (não a ideologia como concepção de mundo, conforme Gramsci). Enquanto *cultura*, à luz da antropologia e também de Paulo Freire (2005), corresponde ao que nos humaniza. Nesse sentido, Whitaker (2003, p. 16), aponta que “quando se pensa em termos de cultura não se pensa em termos de opressão, mas em modos de vida e até em maneiras lúdicas de ser. E, quando se pensa em ideologia, a primeira idéia que surge é a de opressão, de dominação [...] todos os traços culturais que são opressivos tem que ser desmascarados a partir do conceito de ideologia”.

(ABRAMOVAY & SILVA, 2000, p. 359). Paralelamente, é preciso salientar que a consideração em torno da suposta fragilidade da mulher, sendo este também um argumento da divisão sexual do trabalho, não é o que acontece em suas profissões. Na verdade, existe uma divisão social do trabalho que fica apenas na representação, no simbólico, pois as mulheres trabalham como os homens e tanto quanto os mesmos (SILVA, 1998).

Tendo em vista estes esclarecimentos iniciais, discorreremos nesta introdução, sobre o contexto de nossa investigação e sobre o grupo das mulheres marceneiras do assentamento Pirituba II. No segundo momento, abordaremos a minha trajetória enquanto pesquisadora no encontro deste tema, a qual está diretamente relacionada às escolhas teórico-metodológicas por nós utilizadas. Por fim, trataremos de apresentar a estrutura da pesquisa, construída para responder a questão orientadora desta investigação.

O Assentamento Pirituba II e a formação de uma Marcenaria Coletiva Autogestionária

O assentamento Pirituba II iniciou-se a partir da ocupação da Fazenda Pirituba, a qual abrange uma área de 17.500 hectares, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá (região sudoeste do Estado de São Paulo). Sua história foi marcada por diversos processos judiciais e conflitos sobre a questão da propriedade da terra, desde a década de 1950. É nesta fazenda que, após ocupação no ano de 1984, formou-se o assentamento, inicialmente com as áreas I e II (144 famílias), sendo um dos projetos implementados pelo Plano de Valorização de Terras Públicas³.

No ano de 1986 novas ocupações aconteceram: 300 famílias ocuparam mais uma área da fazenda, constituindo a área III; em 1991, com a entrada do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), foram assentadas 48 famílias, formando a área IV. No ano de 1992, mais 45 famílias foram assentadas (área V) e, por fim, em 1996 foram assentadas mais 64 famílias, formando a área VI. Totalizam-se, portanto, 356 famílias assentadas em 6.700 hectares da Fazenda Pirituba.

³ De acordo com Bergamasco e Norder (1999), o PVTP veio como resposta do Governo Franco Montoro às questões fundiárias não resolvidas pelos seus sucessores. No entanto, apenas três assentamentos (dois em Araras e um em Casa Branca) foram implantados seguindo um planejamento agrário definido pelo governo. Os demais, e aqui se inclui a Fazenda Pirituba, “foram precedidos pela atuação dos movimentos sociais, que identificaram as áreas de maior potencial para implementação de assentamentos e passaram a procurar nas próprias contradições no interior do Estado as melhores alternativas institucionais para o encaminhamento de suas reivindicações” (p. 80).

A regularização definitiva das terras só ocorreu no ano de 1991, quando as famílias assentadas obtiveram a cessão de uso da terra. Esta cessão permite todas as condições de uso de um proprietário (inclusive na questão da herança) e, embora ainda pertença ao Estado, existe a garantia de que a terra sempre terá o uso para a reforma agrária. Cada família assentada ocupa um lote de moradia (ou lote de agrovila, com área de 1 hectare) e um lote de campo (ou lote de plantio, com área aproximada de 16 hectares).

Os lotes de moradia são agrupados nas agrovilas, que funcionam como centros de cada área, onde se encontram os equipamentos coletivos, como duas escolas, creche, posto de saúde, pequenos comércios e telefones públicos. A área do assentamento é cortada por uma estrada estadual pavimentada, com ruas de acesso aos lotes não pavimentadas, apresentando terras para lavoura, áreas de preservação ambiental, nascentes e rio.

Atualmente, o assentamento Pirituba II comemora seus 24 anos e, após 20 anos de consolidação, a maioria das habitações ainda se encontrava em condições precárias (costaneira de madeira, papelit, tábuas já deterioradas). As habitações eram abastecidas por água proveniente de nascente ou de poço comum, em muitos pontos já contaminada, e não contava com coleta e tratamento de esgoto (águas negras: fossa negra; águas cinzas: escoamento direto)⁴.

As fotos que seguem ampliam a nossa compreensão sobre o assentamento, bem como em torno das condições de moradias das famílias envolvidas no projeto InovaRural.



Panorâmica do Assentamento Pirituba II – Fotografia de Ivan do Valle

⁴ No Brasil, segundo Ministério das Cidades, existe um déficit habitacional rural de cerca de 1,8 milhões de moradias. A questão da moradia é um aspecto muito significativo para as famílias assentadas, visto que, após conquistarem a terra, as famílias precisam buscar condições de trabalho, de luta pela vida, de condições humanas de sobrevivência e de moradia. As condições de habitação das famílias envolvidas no projeto InovaRural, por exemplo, eram muito precárias, o que é, aliás, um elemento que se coloca como obstáculo na formação dos assentamentos.



Panorâmica do Assentamento Pirituba II – Fotografia de Ivan do Valle



Condições das Habitações do Assentamento Pirituba II, antes das construções das casas do InovaRural –
Fotografia de Ivan do Valle

Relacionado aos problemas de infra-estrutura ligados a moradia, havia um abaixo-assinado, com 50 nomes das famílias assentadas, encaminhado para o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), requisitando a construção de habitações.

A partir deste abaixo-assinado, o grupo Habis aplicou um questionário buscando conhecer melhor a situação dessas famílias. Tal questionário abrangeu questões sobre educação, trabalho e renda, produção agrícola, dívidas, habitação e lazer. Assim, puderam ser confirmados os principais problemas levantados pelas famílias durante as reuniões: 80% apresentava renda familiar inferior a 2 salários mínimos (dos quais, metade recebia até 1 salário); aproximadamente 80% tinha alguém inadimplente na família; além da situação precária da habitação e das condições de higiene e infra-estrutura.

Dessa forma, foram realizadas reuniões entre o grupo de pesquisadores/as do Habis, técnicos do Itesp, lideranças, moradoras e moradores do assentamento, para discutir os caminhos

a serem seguidos na construção de novas habitações, momento em que se inicia o projeto InovaRural, em fins do ano de 2002 e início de 2003⁵.

Este projeto partiu do princípio que, para algumas regiões do país, uma das alternativas para a produção de habitação rural é a utilização de materiais de fonte de recursos renováveis, como a terra crua e a madeira, em particular proveniente de florestas plantadas, próximas aos locais de construção. Tal princípio caminhava ao encontro da realidade do assentamento Pirituba II, o qual apresenta uma concentração de riquezas naturais, como florestas nativas e plantadas, compreendendo uma área de 600.000 hectares. Porém, apesar dessa riqueza, caracteriza-se como uma das regiões com os mais baixos indicadores sociais do Estado.

Em consequência desses dados, no mês de dezembro de 2003, confirmou-se a importância da formação de uma marcenaria coletiva, a qual foi apresentada para os agricultores e agricultoras, seguindo o objetivo do InovaRural de conciliar produção de habitação a baixo custo, reposição florestal e geração de trabalho e renda. Para barateamento das habitações foi elaborado um projeto de sistema de cobertura em VLP⁶ e esquadrias de janelas, fabricadas na marcenaria.

Entre janeiro e fevereiro de 2004, ocorreram as atividades necessárias para a implantação da marcenaria no assentamento. Vale destacar que as famílias envolvidas na construção das habitações, organizaram-se em grupos e realizaram o trabalho em forma de mutirão. Cada grupo deveria ter um/a representante na marcenaria. Enquanto na marcenaria eram produzidos os componentes em madeira para as habitações (batentes, janelas e estrutura de cobertura), os grupos construíam as casas nos canteiros de obra, realizando assim uma troca de trabalho em forma de mutirão. Todas as famílias deveriam contribuir na construção das habitações.

Ao longo deste processo de organização, a consolidação do grupo da marcenaria passou por uma série de alterações, devido à inconstância dos/as representantes. É nesse momento que o grupo de mulheres marceneiras resolve assumir a marcenaria, inicialmente com Camélia e Orquídea e logo após com Rosa⁷. Num segundo momento, tendo em vista a necessidade de ter outras/os representantes na marcenaria, o grupo se consolidou com a presença de mais uma

⁵ Após um ano de negociação, as famílias assinaram o contrato de financiamento para o material de construção das casas junto ao PSH (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social) da Caixa Econômica Federal.

⁶ VLP significa Viga Laminada Pregada, material desenvolvido pelo Habis como sistema de cobertura das habitações, feito com pinus de terceira e mão de obra da marcenaria, como estratégia para baratear os custos das habitações. Devido a estas estratégias e outras formas de economia, foi possível a construção das habitações com 75m², sendo que o tamanho comum em projetos habitacionais corresponde a 42m².

⁷ Seguindo a importância de preservar as mulheres participantes desta pesquisa, utilizamos pseudônimos para denominá-las, como uma forma de não relacionar as suas falas às pessoas, mas sim ao conteúdo dessas falas. A opção por nomes de flores foi construída coletivamente.

mulher: Petúnia. Salientamos que as mulheres visualisaram na marcenaria uma forma de poderem contribuir na construção das habitações, aprendendo uma nova atividade.

Assim, a marcenaria formou-se com um grupo de mulheres, agricultoras familiares, de baixa renda, com idade entre 45 e 55 anos, tendo nível de escolaridade primeiro grau completo. Conforme mencionamos, estas mulheres nada conheciam em relação aos trabalhos específicos da marcenaria e nunca haviam trabalhado em outra atividade que não na lavoura e nos trabalhos domésticos (com exceção de Petúnia que estudou até a primeira série do ensino médio e trabalhou como secretária, doméstica entre outras atividades na cidade de São Paulo).

Segundo as marceneiras, a idéia de montar uma marcenaria surge para:

baratear o custo das casas fazendo portas, batentes e a cobertura alternativa. Quinze pessoas deram o nome para trabalhar, mas só três pessoas acreditaram na marcenaria. Foi muito difícil começar do nada, hoje já está bem melhor. Algumas pessoas ajudaram na limpeza do barracão, no começo não sabíamos nada, nem conhecíamos a máquina, nem pensava em trabalhar numa marcenaria, porque a gente só trabalhava na roça (Camélia)⁸.

Para a organização da marcenaria, eram realizadas reuniões entre as marceneiras e os/as pesquisadores/as, nas quais se discutiam assuntos como: Preparação do local para secagem da madeira; discussão sobre cooperativismo; discussão do regimento interno; sobre as etapas de trabalho da marcenaria; problemas com as faltas de integrantes; discussão sobre horas de trabalho, entre outros assuntos. Como estratégia de capacitação, a marcenaria contou ainda com a participação de um marceneiro-instrutor, o Senhor Pedro. O Instrutor da marcenaria contribuiu para o aprendizado das atividades práticas de marcenaria, as quais exigem certo grau de conhecimento técnico e segurança.

Após consolidação, com essas 4 mulheres, dos novos aprendizados e experiência adquirida ao longo do tempo, o grupo da marcenaria apresentou à Incoop, no ano de 2005, o desejo/sonho de continuar trabalhando como um empreendimento coletivo autogestionário e, mesmo antes da finalização do compromisso com as habitações do projeto InovaRural, o grupo da marcenaria já trabalhava com este objetivo:

⁸ Estas mulheres, de certa forma, contrariam o conceito de “habitus”, presente nas teorias de Pierre Bourdieu, mostrando que o habitus existe, mas não é inexorável (elaboração generosamente cedida pela Profa. Dra. Dulce C. A. Whitaker, durante a banca de qualificação desta dissertação). Tal conceito de Bourdieu relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Em “A Dominação Masculina”, a construção do habitus é explicada por Bourdieu (2003, p. 64) da seguinte forma: “... produto de um trabalho social de nominação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística', conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um habitus, lei social incorporada”.

Agora a marcenaria está aberta para outros grupos do assentamento. Temos um compromisso com as casas, terminando, queremos continuar com a marcenaria aberta. Contamos também com a entrada dos jovens. Além disso, nós já fizemos uma viagem para São Carlos, foi muito legal. A gente conheceu o Habis, uma marcenaria bem equipada, conhecemos as duas universidades, a USP e a UFSCar e duas cooperativas (Cooperlimp – cooperativa de limpeza e Cooletiva- cooperativa de reciclagem de lixo) e também fomos contempladas com o prêmio UniSol e com o financiamento da RTS⁹. (Relato de diário de campo da marcenaria – 28 de maio, 2005).

Assim, no mês de março de 2006, a marcenaria iniciou como empreendimento solidário, denominado Madeirarte, na realização de encomendas para pessoas do próprio assentamento e pessoas da localidade, além da realização de componentes em madeira e esquadrias para a construção de outras habitações no próprio assentamento Pirituba II. No período inicial da Madeirarte, as marceneiras também construíram componentes para suas casas, o que durante muito tempo foi considerado a renda do grupo, bem como oportunidade de novos aprendizados.

Na etapa de continuidade do empreendimento, após a saída do marceneiro instrutor¹⁰, a marcenaria ampliou a quantidade de pessoas com a entrada de jovens na Madeirarte. A ênfase na entrada de pessoas jovens se deu devido à preocupação das marceneiras em contribuir para novos campos de trabalho no assentamento. Primeiramente porque, enquanto mães, sempre acompanharam a dificuldade das e dos jovens conseguirem emprego, somado a isso pensavam na continuidade da marcenaria, tendo em vista que desejam se aposentar diante da idade que possuem e tempo de trabalho, bem como porque acreditaram que os jovens, por terem estudo, poderiam contribuir em questões que exigem conhecimento escolar.

Dessa forma, com a presença das quatro mulheres marceneiras e apoio de alguns e algumas jovens do assentamento, somado a incubação realizada pela Incoop UFSCar, a Madeirarte concretizou-se como um empreendimento solidário.

As fotos apresentadas a seguir nos mostram as marceneiras trabalhando, bem como o trabalho realizado pelas mesmas (outras fotos podem ser vistas nos anexos desta dissertação).

⁹ Financiamento advindo de edital público realizado pela Rede de Tecnologia Social.

¹⁰ O projeto InovaRural responsabilizou-se pelo pagamento de um salário mensal ao instrutor garantido até o final do projeto. Terminado o projeto e, conseqüentemente, o salário de Seu Pedro, o grupo discutiu sobre sua continuidade e, entre outras questões, pelo fato da marcenaria não poder se responsabilizar por manter o seu salário, o marceneiro optou sair do grupo no final do ano de 2006.



Marceneiras trabalhando e realizando a divisão dos ganhos da marcenaria – Fotos da pesquisadora



Sistema de cobertura feito na marcenaria, casa de uma das marceneiras com esquadrias feitas na marcenaria, janelas fabricadas na Madeirarte – Fotos da pesquisadora

Apresentado o contexto da pesquisa, bem como a formação da Madeirarte assumida pelas mulheres marceneiras, faz-se necessário discorrer sobre o meu encontro com este grupo e com os temas e teorias que fundamentam esta investigação.

O encontro com a temática e o delineamento da pesquisa

O interesse em investigar esta prática de incubação desenvolvida pelas mulheres marceneiras, surge, primeiramente, de experiências que compõem minha trajetória acadêmica e de vida envolvida com o movimento da economia solidária. Posteriormente, tal interesse advém do envolvimento com as discussões sobre a aprendizagem dialógica e relações de gênero desde a perspectiva dialógica. Destaco ainda, o trabalho que pude realizar com as marceneiras participando da Incoop durante parte do processo de incubação acima descrito.

O primeiro momento desta trajetória corresponde a minha graduação, cursando Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas na Unesp de Bauru, entre os anos de 2001 a 2004. Durante a graduação, deparei-me com muitos questionamentos sobre o sentido da universidade pública e do curso que eu havia escolhido para a minha vida, o qual possuía um viés

empresarial dominante. Convivendo com essas inquietações, ainda na graduação, conheci o trabalho desenvolvido pelas ITCPs, o qual se fez presença marcante em minha vida, pois representou novas possibilidades de trabalho em atividades de extensão, e principalmente, possibilidades de aprendizados os mais diversificados com a comunidade. A atividade de incubação pôde abrir os caminhos de uma nova formação humana associada ao ensino e a pesquisa, possibilitando-me outro olhar em relação à universidade e a minha atuação na mesma.

A partir deste novo sentido, passei a dedicar-me aos estudos de economia solidária e à tentativa de construção de uma ITCP na Unesp de Bauru, além do trabalho de conclusão de curso denominado “Economia Solidária e Comunicação Popular na construção do sujeito histórico: da fragmentação à totalidade”, realizado durante o processo de incubação de um grupo de mulheres da periferia de Bauru, o qual representou minha primeira experiência de pesquisa¹¹.

Concluída minha formação em comunicação, num segundo momento de minha trajetória, fui convidada a inserir-me, no início do ano de 2005, na Incoop UFSCar. Na Incoop, desenvolvi o trabalho de formadora em economia solidária e coordenadora do projeto de incubação junto ao grupo de mulheres marceneiras do assentamento Pirituba II, prática social na qual se desenvolveu esta pesquisa. Tal convite se deu diante de uma vaga para uma pessoa que coordenaria esse processo, a partir de uma bolsa financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Assim, trabalhei junto às mulheres marceneiras no período de abril de 2005, até o fim do ano de 2006, quando finalizei o trabalho realizado na Incoop.

Seguindo em minha trajetória acadêmica, considerada como terceira fase, na tentativa de intensificar a minha formação enquanto pesquisadora, refletindo sobre a prática de incubação desenvolvida, em meados do ano de 2006, enquanto ainda trabalhava na Incoop desenvolvendo o projeto de incubação com as mulheres marceneiras, inseri-me no Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase), onde me deparei com as teorias da aprendizagem dialógica. Tais teorias possibilitaram um novo olhar acerca das desigualdades sociais e necessidade de mobilização nesse sentido, bem como reflexões sobre a construção das pesquisas acadêmicas e atividades de extensão realizadas com a comunidade.

¹¹ Na Unesp de Bauru, em conjunto com um grupo de alunas e alunos de diferentes áreas do conhecimento, iniciamos um grupo de estudos em economia solidária. Este grupo juntou-se a rede universitária de ITCPs tendo o apoio e orientação da Incoop UFSCar para a realização de um projeto de incubação. Tal projeto foi realizado durante os anos de 2003 a 2004 em conjunto com um grupo de mulheres da periferia de Bauru, cuja atividade econômica era a panificação. Foi participando desta incubação que realizei o trabalho de conclusão de curso citado.

O conceito de aprendizagem dialógica, elaborado pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades – CREA, da Universidade de Barcelona, corresponde a uma maneira de conceber a aprendizagem a partir das teorias da ação comunicativa em Habermas (1987) e da dialogicidade em Freire (1994, 2005), estando inscrito nas relações entre sujeitos que se propõem ao diálogo.

Habermas, a partir de uma estrutura dual de sociedade, sistema e mundo da vida, realiza uma crítica à redução dos espaços de comunicação que colonizam o mundo da vida, apontando que “la racionalidad tiene menos que ver con el conocimiento o con la adquisición de conocimiento que con la forma en que los sujetos capaces de lenguaje y de acción hacen uso del conocimiento”¹² (HABERMAS, 1987-a, p. 24). Nesse paradigma, Habermas apresenta que a realidade é uma construção humana que não depende do significado que as pessoas, individualmente, atribuem ao mundo, mas sim dos significados construídos intersubjetivamente, mediados pela interação das pessoas com os mundos objetivo, social e subjetivo.

Em relação às teorias de Paulo Freire em torno da dialogicidade, temos que o autor problematiza os desafios de uma realidade opressora a fim de superar essa relação, tendo como foco o diálogo e a capacidade das pessoas de estarem no e com o mundo e poderem nele intervir. Nessa direção, o diálogo, em Freire, pode ser entendido como fenômeno humano constituído pela palavra verdadeira, a qual guarda duas dimensões radicalmente imbricadas: a ação e a reflexão (FREIRE, 2005-a). Dessa forma, aprendi que fazer diálogo exige amor e é uma opção e uma disposição das pessoas para, em conjunto, *denunciar e anunciar* o mundo.

Estas teorias mostraram-me que diante de uma sociedade de profunda opressão como a nossa, marcada pela explosão tecnológica e pela distribuição desigual dos recursos feita por quem mantém o poder, em que cerca de quinhentas a seiscentas empresas controlam 25% da produção mundial e modelam o mundo segundo as exigências da competição, é preciso repensar as possibilidades de transformação e reconstruir a solidariedade humana. Nesse sentido, percebi a necessidade de buscar teorias que indicassem anúncios, teorias que não nos imobilizem e que possibilitem coragem de lutar, as quais pensem o ser humano e sua capacidade de transformar, sua capacidade de fazer-se historia e não calar. Ao mesmo tempo em que nos instrumentalizem na luta por transformações sociais.

¹² A fim de preservar a fala e interpretação das autoras e dos autores, decidimos nesta dissertação manter as citações no idioma em que se deu a publicação das teorias estudadas. Assim, não realizamos as traduções, evitando possíveis distorções.

As teorias da aprendizagem dialógica mostraram-se diretamente nessa relação, refletindo que é preciso que os oprimidos possam ter acesso à formação histórica, tecnológica e científica, como instrumento de luta social. Formações estas reservadas às pessoas de habilidades e conhecimentos acadêmicos valorizados, enquanto aqueles de “habilidades desvalorizadas” são excluídos do mundo do trabalho, do estudo e serão oprimidos pelas classes dominantes.

Somados a essas teorias estão os aprendizados proporcionados pela linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, na qual se insere esta investigação, conforme citado. Tais aprendizados fazem parte de uma quarta fase de minha trajetória, a partir do ingresso no mestrado, no ano de 2007. Seguindo as elaborações de Paulo Freire, a linha de pesquisa em questão parte da concepção de que a educação acontece em todos os espaços e âmbitos da vida e que homens e mulheres são sujeitos que se constituem nas relações cotidianas e não somente em âmbitos institucionalizados, como a escola ou a universidade, por exemplo. É importante compreender ainda essas práticas sociais no contexto da América Latina no qual nos situamos. Nós, latino-americanas/os, somos compostos por diferentes histórias e culturas, por uma grande diversidade muitas vezes negligenciada por uma visão de mundo hegemônica imposta por nossos colonizadores. Nesse sentido, destaca-se a função de uma educação libertadora, para que possamos nos resgatar enquanto latino-americanos, contemplando diferentes culturas, contextos e nações, reformulando a história partindo também da América Latina e desenvolvendo nossas pesquisas segundo esta realidade.

Esses novos aprendizados e concepções teóricas possibilitaram-me repensar a economia solidária e a necessidade de educar-me enquanto pesquisadora, revendo minha atuação envolvida na prática de incubação da Madeirarte. Se por um lado a economia solidária se apresentava como tentativa de construção de um mundo mais justo, a partir de relações mais humanas de trabalho e geração de renda, partindo do princípio da distribuição e da solidariedade, por outro pude perceber a necessidade de uma práxis pautada em relações dialógicas, o que poderia conferir a esta economia maior potencialidade. Não como ato estratégico, mas como ato político construído nas interações humanas, tendo a incubação como um processo educativo e de conscientização, na tentativa de resignificar a história com os sujeitos capazes de linguagem e ação.

Destaco também que, diante dos estudos no Niase e envolvimento em uma marcenaria formada por mulheres, bem como a partir de uma história de vida enquanto mulher vivenciando e

observando tantas desigualdades e diferentes possibilidades apresentadas às mulheres, dediquei-me aos estudos das relações de gênero desde uma perspectiva dialógica.

Assim, pude refletir sobre a capacidade que as mulheres têm para, em grupo, poderem superar processos de desigualdade, em relações de solidariedade, criação de sentido e diálogo, superando as dificuldades das mulheres diante de situações desiguais de gênero. Ampliando essa discussão, a perspectiva dialógica nos faz pensar não apenas as desigualdades entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres. Em outras palavras, refletir sobre a situação das “outras mulheres”, sem estudos universitários, que estão envolvidas em diferentes lutas na busca de relações de gênero mais igualitárias, porém, muitas vezes, são excluídas dos discursos feministas (PUIGVERT, 2001-a).

Dessa forma, é a partir da relação entre as teorias da economia solidária e da aprendizagem dialógica, somada ao feminismo dialógico e ao trabalho desenvolvido com as mulheres marceneiras, que nasceu o sonho em realizar esta investigação, em consonância ainda com a metodologia comunicativa crítica utilizada. Tal metodologia está pautada nas perspectivas transformadoras evidenciadas pela intersubjetividade e reflexão, bem como na importância do diálogo na elaboração do conhecimento, o que implica clareza na interpretação dos próprios sujeitos da pesquisa (GÓMEZ *et al*, 2006).

Nessa direção, a relevância acadêmica e social desta pesquisa se dá ao investigar a incubação pela perspectiva das mulheres participantes, as quais são as melhores pessoas para refletirem sobre o processo que elas mesmas vivenciam.

A questão de pesquisa e os objetivos decorrentes do aqui exposto são apresentados a seguir:

Questão de Pesquisa: Como as mulheres que vivenciam a prática da incubação da Marcenaria Coletiva Autogestionária do assentamento Pirituba II, a Madeirarte, analisam esse processo, com destaque para os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos na consecução dos objetivos do grupo incubado, tendo em vista as relações de gênero?

Objetivo da Pesquisa: Refletir e dialogar sobre o processo de incubação da Madeirarte, com ênfase nas relações de gênero, identificando os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos, a fim de buscar formas de melhorias na prática cotidiana do trabalho das marceneiras.

Para o desenvolvimento da temática investigada, no intuito de responder esta questão, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. O **primeiro capítulo** corresponde a uma breve abordagem dos fenômenos de exclusão na sociedade capitalista, com ênfase na atual sociedade da informação, a qual tem como fonte principal de êxito ou de fracasso das pessoas, grupos e instituições, sua capacidade de selecionar, controlar e processar as informações relevantes. Dessa forma, prioriza os conhecimentos dominantes e desvaloriza outros saberes, tendo como consequência exclusões sociais e também desemprego. Tal realidade aponta desafios direcionados à área educativa e ao mundo do trabalho e é na busca por teorias capazes de anunciar possibilidades a essa exclusão, que apresentamos a construção de um novo processo produtivo por meio da economia solidária, enquanto processo educativo e de autogestão. A autogestão na economia solidária corresponde a um dos eixos que fundamenta e estrutura esta investigação.

Dando seqüência ao texto, apresentamos, no **segundo capítulo**, o segundo eixo principal desta investigação: a questão feminina, relacionada às mulheres marceneiras. Dessa forma, discorre-se sobre as relações de gênero, com ênfase na socialização das mulheres em meio a uma realidade histórica de opressão, mas também de resistência das mulheres em lutas cotidianas e inseridas em movimentos sociais. Também discorremos neste capítulo sobre as relações sociais das mulheres no mundo do trabalho, além das novas possibilidades apresentadas às mulheres pelos empreendimentos solidários e de autogestão.

A partir desta contextualização, o **terceiro capítulo** dedica-se à escolha política das bases teórico-metodológicas que fundamentam este estudo: a aprendizagem dialógica, o feminismo dialógico e a metodologia comunicativa crítica. Corresponde à forma como compreendemos o mundo e nos relacionamos com o mesmo, à forma como, do lugar onde estamos, da academia, construímos o diálogo com as pessoas que fora dela estão, diariamente buscando soluções para as suas vidas. Nessa direção, apresentamos a perspectiva dialógica do feminismo, sendo esta, a concepção fundamental para a compreensão das conquistas e obstáculos que se apresentam às marceneiras, no processo de construção e vivência de mulheres inseridas num empreendimento solidário. Neste capítulo também aprofundamos as compreensões em torno da metodologia comunicativa crítica, apresentamos o nosso percurso metodológico e os instrumentos de coleta de dados utilizados, bem como possibilitamos a compreensão das análises realizadas.

Já no **quarto capítulo**, apresentamos os dados e as análises das reflexões e diálogos sobre o processo de incubação da Madeirarte, tendo como foco as categorias analíticas “relações de gênero” e “autogestão”. Para tal, partimos dos elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos a esta prática, seguindo a metodologia comunicativa crítica. Também apontamos caminhos e possibilidades na construção do processo de incubação que vivenciam as mulheres marceneiras participantes desta pesquisa.

Por fim, no **quinto capítulo** e último desta investigação, apresentamos as considerações finais, realizando uma breve relação entre as teorias estudadas e as análises apresentadas, refletidas a partir da base teórica que guia esta dissertação: a aprendizagem dialógica. Destacamos, ainda, os principais resultados desta investigação, analisados a partir da perspectiva das mulheres marceneiras. Neste capítulo, também pudemos refletir sobre as contribuições desta investigação para a área de educação, para a linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, para outros processos de incubação e grupos de mulheres, bem como refletir sobre as contribuições da metodologia comunicativa crítica neste processo de pesquisar.

1. Uma contextualização da Economia Solidária: princípios, valores e autogestão na sociedade da informação

“Varias cabeças pensando juntas é bem melhor; aqui não tem patrão, ninguém manda em ninguém e é assim que a gente vai tocando, assim é bem melhor [...] Na marcenaria ninguém quer ficar rico, mas quer uma renda a mais para melhorar a condição da vida...Nós queremos igualdade mesmo. O grupo inteiro...ah, eu tô achando muito bom!”

(Petúnia)

A Economia Solidária é herdeira de múltiplas concepções, tendo a sua história, ainda em construção, fundamentada nas primeiras formações cooperativas do século XIX. A história em que nos baseamos inicia-se com a reação ao empobrecimento dos artesãos logo após o capitalismo industrial, o qual permitiu a difusão das máquinas e a “organização fabril da produção”, expulsando os camponeses do campo e transformando-os em “proletariado moderno” (SINGER, 2002, p. 22). Dessa forma, é marcada a passagem de um modelo simples de produção para um modelo complexo, em que os trabalhadores passam do trabalho em unidades produtivas ao assalariamento, perdendo a sua importância, na medida em que a valorização é transferida para aqueles que dominam o processo de produção das máquinas.

Nesse contexto, o trabalhador se viu obrigado a vender a sua força de trabalho, perdendo assim a sua autonomia, bem como começou a ver a hierarquia estabelecida entre os trabalhadores. Para elevar a produtividade nas fábricas o proletariado era explorado com altas jornadas de trabalho, o que, ao invés de aumentar a produção, acabava diminuindo, pois as más condições de trabalho impossibilitavam o bom desenvolvimento das atividades.

A difusão das cooperativas coincide com esse cenário, quando se dá a revolução industrial, tendo origem nas reações defensivas de trabalhadores contra a precarização do trabalho, desemprego e contra preços altos de bens de primeira necessidade, organizando-se em sindicatos¹³ (SINGER, 1999, p. 89-90).

Podemos observar que, desde o início, a economia solidária se apresenta como uma forma de reação às crises apresentadas pelo capitalismo industrial e suas conseqüentes desigualdades. Tal processo representa a união de trabalhadores e trabalhadoras contra a exploração e como reação ao desemprego, buscando formas alternativas de construir o trabalho, relacionando-o à solidariedade e à possibilidade de melhores condições de vida. Para Singer (1999, p. 17), são as

¹³ Ver apêndice 1 em que discorremos as bases históricas da economia solidária, com início na revolução industrial, passando pelo owenismo (projeto de formação de aldeias cooperativas elaborado por Robert Owen), assumido pelo movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Abordamos também, neste apêndice 1, sobre a economia solidária e sua história no Brasil.

contradições do capitalismo que abrem possibilidades para que muitas experiências não capitalistas se consolidem, a partir de iniciativas cujos valores negam os do capitalismo como, por exemplo, as cooperativas, que têm entre seus princípios a posse e gerencia coletiva dos bens.

A ideologia presente no modo de produção capitalista está arraigada em nossa cultura, de modo que nós a naturalizamos. Neste sistema os meios de produção e de distribuição tornam-se capital à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto uma maioria se limita à posse de suas capacidades individuais de trabalho. Para Singer (2002), o aproveitamento incompleto do trabalhador e sua exploração tornaram-se características desse contexto. Em contrapartida, os trabalhadores conquistaram o direito de se unir em sindicatos, o que apresentou novas possibilidades e conquistas.

Neste modo de produção tem-se a ilusão de que o crescimento econômico pode ser ilimitado, que ele é e será sempre sinônimo de mais empregos, bem-estar e felicidade, e isto para toda a humanidade.

A história de quinhentos anos de capitalismo e de todo sistema centrado no produtivismo e no consumismo tem comprovado que esta noção é ilusória; tem sido motivo de frustração para a maioria da população trabalhadora e fator de sistemática destruição do meio ambiente (QUINTELA & ARRUDA, 2000, p. 320).

Com isso, temos que o crescimento capitalista não está centrado nas necessidades, aspirações e recursos dos povos e nações, mas na propensão ao consumo daqueles indivíduos e países que tem poder de compra. Em conseqüência, “quanto mais se produzem e acumulam riquezas, maior o número de pessoas, coletividades e países excluídos daquele crescimento, daquela acumulação e, portanto, do direito à vida, ao trabalho e ao desenvolvimento” (QUINTELA & ARRUDA, 2000, p. 320).

A fim de ampliarmos a nossa compreensão em torno das dificuldades e desigualdades apresentadas neste modo de produção, apresentaremos a seguir uma breve contextualização da sociedade da informação, em meio à sociedade capitalista, para, assim, podermos aprofundar o conceito de economia solidária, a qual surge num momento do capitalismo industrial e, atualmente, enfrenta novos desafios apresentados aos trabalhadores e trabalhadoras inseridos na realidade da sociedade da informação.

1.1. A Sociedade da Informação e as possibilidades de transformações históricas

O avanço constante do processo de globalização e o desenvolvimento acelerado das tecnologias da informação vêm, nas últimas décadas, somando novos desafios, num contexto em que a pobreza, a desigualdade e a exclusão marcam o cotidiano da grande maioria da população. Aos finais dos anos 80 e 90 temos o surgimento de uma sociedade informacional e global, tendo como prioridade o manejo da informação, utilizado tanto para a produção de objetos materiais, que constitui a base da sociedade industrial, como para a extração de matérias primas.

No contexto da sociedade industrial, oriunda do século XVIII, temos o modelo econômico da industrialização e centralização do poder político, pautada na compra e venda de objetos materiais, exigindo grande número de pessoas trabalhando em linhas de montagem. Neste modelo podemos identificar três grandes setores: primário ou agrário, secundário ou industrial e terciário ou de serviços (FLECHA, GÓMEZ & PUIGVERT, 2001).

Atualmente, podemos observar o surgimento de um novo setor, o qual chamamos quaternário, pautado na informação, seu tratamento e processamento em grande escala. Este não exige mais elevada quantidade de trabalhadoras e trabalhadores, mas pessoas capazes de fazer circular a informação, requerendo alta qualificação. Neste modelo, as empresas e os estados trabalham em rede, fazendo com que “puedan trasladar la producción de un país al outro en función de sus intereses económicos” (CREA, 1995-1998, p.12).

Para maior compreensão dizemos que, enquanto a sociedade industrial pensa diretamente na produção de veículos, envolvendo a grande massa trabalhadora, a informacional se volta para o marketing, propaganda, desenhos, o que impulsiona a primeira. Assim, vemos a informação como vital para os diferentes setores econômicos, pois a produtividade e competitividade desses agentes se baseiam em sua capacidade para “generar, procesar y aplicar de forma eficaz los conocimientos” (ibid, p. 11).

É importante notar que, tanto o modelo industrial como o informacional consistem em modos de desenvolvimentos nascidos no capitalismo e apresentam, portanto, características deste modelo. Podemos dizer que seguimos atualmente um desenvolvimento de sociedade que é informacional, inserida no modo de produção capitalista e influenciado pela sociedade industrial¹⁴. Nesse sentido, temos que a sociedade da informação foi uma das condições

¹⁴ Salientamos aqui que a sociedade industrial ainda não foi totalmente superada, uma vez que continuamos utilizando todos os produtos da indústria, porém compreendemos o momento atual de uma sociedade da informação,

fundamentais para a globalização, entendida como um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção, o que implica uma nova forma de divisão internacional do trabalho e ampliação das trocas comerciais (IANNI, 2000, p.11).

Dessa forma, gerada no modelo social capitalista que a construiu, a sociedade da informação reforça as desigualdades sociais, apresentando como fonte principal de êxito ou de fracasso das pessoas, grupos e instituições, sua capacidade de selecionar, controlar e processar as informações relevantes, bem como a geração de conhecimento mediante o processamento de informação (FLECHA, GÓMEZ & PUIGVERT, 2001). Uma breve abordagem dos fenômenos de informatização da sociedade e da globalização nos fornece elementos para dimensionar esses novos desafios, diretamente relacionados à área educativa, mas que nos implicam como indivíduos e sociedade.

A chave para esta sociedade não está em acumular informação, tampouco ter acesso a mesma, visto que a cada dia recebemos mais informações de forma rápida e barata. Não podemos dizer que as pessoas que tem acesso a informação detém o poder, mas detém o poder as pessoas e grupos que decidem quem pode usar e a serviço do que utilizá-las: “El problema está situado en la selección de la información más relevante para cada momento y en su procesamiento para aplicarla adecuadamente a cada situación” (FLECHA, GÓMEZ & PUIGVERT, 2001, p. 89).

Podemos exemplificar pensando na realidade da sociedade informacional em relação ao trabalho: existe a introdução de novas tecnologias que refletem no aumento da produtividade e redução dos empregos, juntamente com a internacionalização da produção e deslocamento do mercado de trabalho. Tais tecnologias também poderiam elevar a melhoria das condições de vida, mas isso só acontece para a classe dominante, a qual possui uma relação favorável com o mercado de trabalho, excluindo a população que não teve acesso à formação acadêmica a este mercado. Sem contar que mesmo para essa população, novas habilidades acadêmicas são cada vez mais exigidas.

Vemos ainda que os países dominantes priorizaram uma rápida introdução da revolução informacional, tomando como base os setores da sociedade com recursos para fazê-los. Nesse contexto, muitos países e setores sociais, e a América Latina em especial, ficaram excluídos, levando a uma polarização da estrutura social: “Por un lado, la nueva economía aumenta la

a qual apresenta o conhecimento como produto, ampliando desigualdades na medida em que aumenta a circulação e o manejo da informação. Em diálogo com Dulce Whitaker na banca desta dissertação, chegamos ao consenso de denominar esta sociedade como uma “sociedade industrial informatizada”.

importancia de las ocupaciones con alto contenido de información y conocimiento en su actividad; por el otro, hace crecer las ocupaciones precarias y el paro” (FLECHA, GÓMEZ & PUIGVERT, 2001, p. 90). Assim, o desemprego, as más condições de trabalho e a exclusão social são cada vez mais marcantes e aparecem como crescimento dos problemas sociais.

Também podemos afirmar que diretamente ligada às questões da sociedade da informação está a sociedade estruturada em classes, visto que o poder da tecnologia se mantém naqueles que dominam o acesso à informação. Evidentemente temos em nossa sociedade classes altas, médias e baixas, o que se relaciona diretamente com os recursos sociais, econômicos e culturais dos países, condicionando a vida e o acesso das pessoas de cada setor social¹⁵. Em resumo, observamos pessoas que dominam a informação, as que a acessam quando precisam e aquelas que nem acesso a ela possuem¹⁶.

Temos então que a sociedade da informação implanta-se em um sistema desigual, gerando novos tipos de desigualdades. Em uma primeira fase, as desigualdades já existentes se agudizaram, gerando novas desigualdades. Segundo Flecha (1994, p.58-61), o modelo da sociedade da informação apresenta três características: a primeira refere-se à passagem dos recursos materiais aos intelectuais que se reflete em como as tecnologias vão conquistando, cada vez mais, espaços da vida humana e, nesse sentido, como o processamento da informação converte-se em um fator determinante.

A segunda característica refere-se ao processo que hegemoniza as tecnologias, o que não somente reproduz as velhas desigualdades, como também gera novas. Segundo Flecha (1994), esta segunda característica está diretamente ligada à educação, a qual, muitas vezes, termina reforçando a divisão em que se dá mais aos que têm mais. Para o autor, os saberes priorizados são distribuídos de maneira muito desigual entre os diferentes setores da população (segundo critérios como classe social, gênero, raça/etnia). Ao mesmo tempo desqualifica os saberes dos setores marginalizados, “mismo que más ricos y complexos que los priorizados” (ibid, p. 61).

¹⁵ Assim compreendemos, embora, segundo Dona Ferrada (2001, p. 79), algumas teorias neoliberais e norte-americanas digam que tal estratificação vem desaparecendo. Educadores/as, a partir de autores como Liotard e Derrida, explicitam que a leitura de classe social não serve mais porque a identidade é múltipla e recortada. Porém, para nós, é preciso considerar tal estratificação, principalmente numa realidade latino-americana. Ver FERRADA, Dona. **Currículo Crítico Comunicativo**. Barcelona: El Roure, 2001.

¹⁶ Há que se considerar que as coisas não são tão dualistas. A informação também pode perpassar diferentes classes e estar a serviço do trabalhador, mas apenas quando é interesse dos que dominam. Por exemplo, na medida em que interessa que o trabalhador, o qual vai tomar conta sozinho de uma forma automática de produção, detenha a informação, está será apresentada, mas quando não interessa esconde-se.

O autor considera, como terceira característica desta fase da sociedade da informação, a dissolução dos valores solidários, consequência do sistema capitalista e agravada pela implantação de um neoliberalismo selvagem. Neste contexto, tem-se os ataques e lutas contra os movimentos sociais de emancipação, o que cada vez mais destrói os valores de solidariedade.

Dessa forma, podemos observar que a sociedade da informação prioriza certas habilidades e conhecimentos, desvalorizando outros. Aqueles de “habilidades desvalorizadas” serão excluídos do mundo do trabalho, do estudo e serão oprimidos pelas classes dominantes. Tendo seus conhecimentos desvalorizados só aumentam as dificuldades, por exemplo, de voltar a estudar depois de adultos, de vermos as mulheres trabalhando depois de tanto tempo na vida doméstica, ou seja, dos oprimidos saírem da condição de opressão, visto que existe uma elite que controla a distribuição da riqueza, os capitais e a gestão dos recursos (CREA, 1998, p.14).

Faz-se necessário destacar ainda o paradoxo desta sociedade informacional, já que ainda apresenta baixas perspectivas de divulgação do conhecimento e maiores do controle do conhecimento. De um lado o capitalismo está superando sua fase industrial para alcançar um novo estágio, marcado pelos bens informacionais, principalmente a informação processada, refletida e codificada. Tais bens adquirem uma crescente importância econômica e tornam-se até mais relevantes que matérias-primas essenciais para a produção capitalista. De outro lado, temos, segundo Silveira (2008, p. 2), a informação “centralizada exatamente nos mesmos grupos que dominaram o capital global, grupos que controlam o conhecimento e bloqueiam a distribuição”.

Nessa perspectiva, Silveira nos dá o exemplo da Microsoft, na tentativa de impedir a “distribuição dos códigos que guardam os conhecimentos essenciais de seus processos”, ou ainda, o exemplo da manipulação genética das plantas e do “controle privado dos códigos das sementes alteradas”, os quais dominam e monopolizam o conhecimento das formas de reprodução da vida (ibid, p. 2). Assim, tal sociedade da informação concentra a riqueza nas mãos de um “diminuto número de corporações ricas do primeiro mundo”.

Em contrapartida e, como resistência, o autor indica o movimento do software livre, a fim de compartilhar esses conhecimentos essenciais, ou ainda as diferentes formas de luta pela liberdade do conhecimento, pela autonomia do homem e da mulher, pela distribuição da riqueza socialmente produzida e pela biodiversidade.

A questão que apresentamos é justamente nesse sentido, visualizando as potencialidades que podemos ter nesta sociedade informacional, desde que as pessoas possam ter acesso à

informação. Como compartilhar o fundamental conhecimento diante dessa sociedade de era informatizada que cada vez exclui mais pessoas? É preciso refletir sobre os novos desafios apresentados e, é exatamente por isso, que consideramos necessária a compreensão dessa fase do capitalismo, para embasarmos as nossas lutas e refletirmos formas de resistência.

Trazer a discussão desta pesquisa para o âmbito da sociedade da informação, corresponde à necessidade de compreensão dos efeitos dessa revolução tecnológica, bem como compreensão dos impactos que diretamente sofrem as pessoas que são marginalizadas deste processo, já que a informação e o conhecimento estão profundamente inseridos nas dinâmicas sociais.

Neste panorama são muitos os desafios apresentados à educação e conseqüentemente ao mundo do trabalho, tornando-se fundamental a capacidade da seleção e processamento da informação relevante para os diferentes âmbitos da vida, reforçando ainda mais a necessidade de mudança estrutural e mobilização social para o estabelecimento de novas práticas capazes de gerar oportunidades a todas e todos. Acreditamos que, diante desta realidade opressora, é preciso repensar os atores sociais capazes de viabilizar as possibilidades de transformação e reconstruir a solidariedade humana, visto que não proclamamos estes desafios como insuperáveis.

Aponta Fiori (1991) que a libertação não se dá senão nas mesmas estruturas que oprimem, ou seja, dentro do sistema articulado de dominação, que mitifica a América Latina e os oprimidos. Nesse sentido, tendo como objetivo o anúncio de que fala Freire, a partir da denúncia¹⁷, Flecha (1997) aponta que, a cada dia as pessoas constroem suas oportunidades de ser, fazer, sonhar e projetar. Olhar para o nosso cotidiano permite-nos enxergar os limites da atuação solitária. O período que vivenciamos, segundo o autor, é só o começo de um desafio futuro maior: recriar sentido para a vida em um universo cada vez mais informatizado e globalizado.

Faz-se necessário destacar que a incorporação das tecnologias trouxe consigo diferentes processos de mudança que, tanto as/os teóricas/os como as demais pessoas, tentam elaborar cotidianamente. Nesse contexto, teremos o desenvolvimento de teorias que apenas denunciam a realidade; outras que declaram a imobilização da história e impedem a possibilidade de transformações; e teorias que necessariamente anunciam possibilidades de mudanças, acreditando

¹⁷ Freire (2005-a) aponta que não basta denunciarmos uma realidade, mas anunciarmos formas de superação das realidades opressoras a fim de buscarmos possibilidades de mudança. Compreendendo que o mundo, que a sociedade está sendo podemos pensar a história como possibilidade, como *vir-a-ser*, a partir do conhecimento que produzimos. Conhecimentos estes que são produzidos em diferentes espaços, por diferentes pessoas, nas práticas sociais, por exemplo.

na transformação e na desfatalização da história. À luz de Flecha, Gómez & Puigvert (2001), as teorias sociológicas vêm reconhecendo, lentamente, a passagem da sociedade industrial, à sociedade da informação, sendo que:

esa selección y procesamiento se llevan a cabo con reflexiones humanas frecuentemente ayudadas de tecnologías que se realizan en comunicación con otras personas. Consecuentemente, las teorías sociológicas actuales dan un gran papel a la reflexividad (Beck) y a la comunicación (Habermas). (FLECHA, GÓMEZ & PUIGVERT, 2001, p.86).

Nessa perspectiva comunicativa, na qual nos apoiamos, a partir de Habermas e Freire ao conceberem as pessoas como sujeitos constitutivos do diálogo intersubjetivo, a concepção que é de fundamental relevância é a de que as pessoas são atuantes no contexto social e, por isso, capazes de transformá-lo. Segundo Freire, somos sujeitos históricos, nosso destino não está dado. Somos seres do *quefazer*, diferentes dos animais, seres do *puro fazer* (2005-a, p. 141). Para o autor, os animais imergem no mundo, ou seja, estão mergulhados, introduzidos no mundo, enquanto os homens e mulheres emergem do mundo, objetivando-o, podendo conhecê-lo e transformá-lo. Assim, homens e mulheres são seres históricos, por isso estão sendo, são inacabados, inconclusos, “em e com uma realidade que sendo histórica, também, é igualmente inacabada” (ibid, p. 83). Para ser é preciso estar sendo.

Nessa direção, Freire aponta que nós, seres humanos, somos programados para aprender e não para simplesmente receber o que as pessoas que dominam julgam necessário. Isso porque somos seres de finitude e de consciência: “a trajetória pela qual nos fazemos conscientes está marcada pela finitude, pela inconclusão e nos caracteriza como seres históricos” (2006, p. 75). Assim, não apenas somos inacabados, como podemos nos perceber inacabados, ou seja, nos conscientizarmos inconclusos no mundo, abrindo-se as possibilidades e iniciando as buscas permanentes.

É partindo dessas reflexões em torno do ser humano como ser histórico que apresentamos a economia solidária e suas lutas para a construção de um mundo mais justo, humano e que busca uma sociedade da informação para todas e todos.

1.2. A Economia Solidária buscando transformações sociais: outro mundo é possível

“A parte de economia solidária é um sempre ajudar o outro, n/é? Se a gente só pensar no dinheiro a coisa não vai pra frente, então a gente tem que pensar em ajudar o outro...Entre a gente, aqui no assentamento, e se der nos outros assentamentos também, n/é? [...] Não precisa de comandante, mas aquela regra que você tem que entender que tudo precisa estar no seu devido lugar”.

(Rosa)

Para aprofundamento teórico do conceito, iniciamos resgatando, com Arruda (2005), a idéia de economia, que surgiu na Grécia antiga, “*ecus nomia*”, significando a “gestão da casa”, seja ela o nosso corpo, o espaço em que vivemos com nossa família, nossa comunidade, nossa cidade, estado, país, o planeta. Nessa perspectiva, a economia é o princípio do suficiente, da sustentabilidade que é a mediação entre o disponível na natureza e o necessário ao desenvolvimento integral das potencialidades humanas. Para Arruda (2002), a economia, como organização do coletivo, traz o protagonismo do feminino. O patriarcado dividiu as tarefas de tal forma que o homem transformou-se no elemento dominador, gerando a desumanização de ambos os sexos, pois, “no momento em que um indivíduo domina o outro, ele está se alienando de si próprio; ele está se distanciando de sua humanidade” (ibid, p. 2).

A partir disto, podemos perceber que, com o capital, houve uma distorção no conceito de economia, na qual, em sua radicalidade, o fazer e o ter estão a serviço do ser, a mulher e o homem são os pontos de convergência; ao contrário do que acontece no conceito de economia desenvolvido com o capitalismo. Neste modo de produção a mercadoria ocupa o centro, o ter é a finalidade última:

De um significado, *cabeça humana*, - do latim *capi*, *capus*, *capiti* – ele (o capital) se tornou matéria e ganhou status de pessoa. O mercado e o capital comandam e decidem o mundo, embora isso seja uma abstração, a relação entre os seres humanos, porque determinada por esse processo, já não é encantadora, tornou-se uma relação de dominação (ARRUDA, 2002, p. 3).

Dessa forma, vemos que a economia solidária pretende resgatar o sentido etimológico da economia, nascendo das crises do capitalismo e buscando respostas à exploração dos trabalhadores/as e ao desemprego. Além disso, sendo contrária a ideologia de dominação que reforça as desigualdades, uma vez que, atualmente, num contexto de sociedade da informação, tal ideologia prioriza habilidades e conhecimentos técnicos e acadêmicos, tendo como resultado o desemprego, as más condições de trabalho e a exclusão social. Noutra direção, a economia solidária busca uma sociedade mais igualitária. Nas palavras de Noelle (2004, p. 5):

Há um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sob o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade.

Para tal, a proposta que falamos apresenta como elemento essencial a solidariedade, a qual, antes de ser um valor, é um fato que pressupõe um “laço recíproco“, e assim se opõe à caridade que é um dever unilateral (WESTPNAL, 2008). Nesta perspectiva, o adjetivo solidariedade não é apenas o complemento de um termo, mas o núcleo central, uma vez que elucida as intencionalidades das formas de organização econômica e social e, do trabalho, presentes neste novo paradigma socioeconômico, político e cultural.

Consideramos pertinente destacar o que aponta Oliveira (2005, p. 35), ao dizer sobre as dificuldades da solidariedade, indo além da ajuda mútua, mas pensada em termos de “cultura de solidariedade”, em meio a uma ideologia que prega o individualismo e a competição. Para o autor, existe uma ânsia individualista que acirra os antagonismos e acende as vaidades, criando obstáculos para a percepção do outro como um “coadjuvante no cenário da vida social”. Além disso, cada vez mais parece se inibir dentro de nós o aprendizado, que sempre é infinito, de como articular as nossas interações sociais de modo a que elas possam ser “as mais amistosas e justas entre as pessoas com as quais nos relacionamos no trabalho, na família, na diversão, em qualquer instância da nossa vida. Então, nós vivemos num ambiente adverso à formação da cultura de solidariedade” (ibid, p. 35).

Dessa forma, não é possível nos prendermos a uma “auréola fantasiosa” da solidariedade, mas compreender que a economia solidária também está imersa nessas contradições e nas influências modeladoras que prevalecem em nossa sociedade. Destacamos uma definição de Singer ao dizer que a economia solidária corresponde a um conjunto de “formas de organização, de produção e distribuição que se desenvolvem no seio de formações sociais capitalistas e que são antinômicas ao capitalismo” (SINGER, 2005-a, p. 21).

Essas influências, implicam numa racionalidade muitas vezes produtivista e tecnicista, as quais segmentam o tempo, oprime a condição humana e procura imobilizar iniciativas contrárias e emancipadoras. Na lógica dessas influências nos acostumamos com a associação entre produção e mercadoria, tendo o trabalho como mercadoria, numa relação que só pode ser verticalizada e hierárquica. Porém, essas relações podem caminhar em sentidos diferentes, ou

seja, produção, trabalho e mercado podem vislumbrar a construção de uma cultura de solidariedade.

Segundo Haddad (2005, p. 25) é possível pensar a produção de forma não mercantil, e isso não significa referencia apenas a instituição mercado, mas “as relações sociais que acomoda e ampara a produção”. Para o autor:

Trabalho não é emprego, você pode produzir de forma não mercantil, não sendo você uma mercadoria no processo de trabalho. O trabalhador, a força de trabalho, não precisa ser uma mercadoria que esteja disponível no mercado, e há formas de trabalho emancipadas, que não são emprego, que não são trabalho assalariado, que não são trabalho abstrato (HADADD, 2005, p. 26).

Dessa forma, um novo regime de trabalho, como o proposto pela economia solidária, não sustenta apenas a produção, mas também convém às necessidades humanas dos que o produz, o que decorre de apoio e também responsabilidades. Em consonância, citamos o pensamento de Habermas em relação ao trabalho. Para o autor (*apud* BANNEL, 2006), o trabalho não penetra em todas as esferas da vida humana. Não é este que cria a estrutura e dá forma à sociedade. O trabalho apenas como ação estratégica não é suficiente às interações, à intersubjetividade. Assim, trabalho e comunicação são igualmente pressupostos para a sobrevivência e para a emancipação da humanidade. A definição de trabalho em Habermas, é *práxis*, central na produção e reprodução da vida humana¹⁸.

Podemos ilustrar com exemplos citados pelas mulheres participantes desta investigação, em que o trabalho, na perspectiva da economia solidária, não está associado apenas à produção ou a renda, mas também está associado ao prazer, ao aprendizado, à interação: “Transforma uma madeira bruta em algo com vida, o prazer de ver o nosso trabalho na nossa casa e na casa das pessoas [...] É gostoso, você passar a mão assim e dizer essa janela fui eu que fiz, a gente tem o maior prazer!” (Petúnia). “Não sei o que acontece, o que fizeram com nós, mas eu sou apaixonada pela marcenaria gente [...] lá, todo mundo está vendo, é servicinho nosso! (Camélia)”.

Com isso compreendemos que a produção não precisa sempre seguir a lógica do dinheiro em tempo (HADDAD, 2005, p. 26). Para Oliveira (2001), pensar nesse âmbito restrito é ser reducionista, visto que as interações sociais não são algo apenas fruto de um determinismo.

Sabemos que aí existe um paradoxo, tendo em vista que o emprego é, na maioria das vezes, o maior desejo do/a trabalhador/a, principalmente porque neste emprego estão implícitos os direitos trabalhistas, também chamados “direitos sociais”, conquistados durante o século XX,

¹⁸ BANNEL, Ralph Ings. Habermas e a Educação. São Paulo: Autêntica, 2006.

em épocas favoráveis de luta do movimento operário e, muitas vezes, não conquistados nas cooperativas e outras iniciativas solidárias. Entendemos que estes direitos são, na verdade, direitos humanos, necessários a toda a população. Porém, vemos que, na maior parte das vezes, estes direitos estão limitados aos assalariados com empregador, o que é cada vez mais restrito na realidade de desemprego em que vivemos.

A proporção dos trabalhadores e trabalhadoras que gozam dos direitos trabalhistas caiu quase um terço nos últimos 12 anos. A redução dos direitos equivale a uma redução da renda indireta do trabalhador, como horas extras, férias, 13º salário, aposentadoria, fundo de garantia e assim por diante. Tal situação é de extrema injustiça, visto que, numa realidade de desemprego o trabalhador e a trabalhadora aceitam qualquer condição de emprego para a subsistência. Segundo Singer (2005-b, p. 42), “criou-se um ambiente no qual os empregadores encontram facilmente trabalhadores que, para conseguir trabalho, se dispõem a abrir mão dos seus direitos legais”. Essas questões estão embebidas num contexto em que a trabalhadora e o trabalhador lutam pelo direito “AO” trabalho antes do sonhar com os direitos “DO” trabalho (LEQUEUX, 2005, p. 99).

É preciso considerar finalmente que os direitos sociais são na verdade direitos humanos, no sentido de que constituem fundamentos da civilização democrática que a humanidade vem construindo nos últimos séculos. Constituem alicerces essenciais desta civilização, que as pessoas não proprietárias de capital – e que, portanto, dependem de seu trabalho para viver e sustentar dependentes – não tenham que trabalhar até a exaustão, não sejam obrigadas a trabalhar sob risco, em condições perigosas para a saúde, por remuneração inferior ao mínimo necessário para a satisfação de suas necessidades vitais básicas e assim por diante. Limitar esses direitos ao que tem empregador, enquanto uma minoria cada vez maior não o tem, equivale a negar esses direitos à maioria e torná-los privilégios de poucos (SINGER, 2005-b, p. 47).

A partir disto, compreendemos as análises críticas da realidade posta e os obstáculos para a construção de uma práxis solidária, diante das necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores, e, justamente por isso, reforçamos que a solidariedade nunca foi tão importante e necessária como é agora. Embebidos na ideologia dominante, muitas vezes não temos nem a oportunidade de pensar como seria agir solidariamente, no entanto, quando descobrimos as suas possibilidades, começamos a mudar os caminhos e refletir maneiras de construção de uma cultura solidária, mesmo em meio a tantas dificuldades da modernidade.

Singer (2000, p. 15) discute que, muitos trabalhadores rejeitam o capitalismo por sofrerem suas conseqüências, somado às crises do desemprego. Quando trabalhadores/as se juntam em associações ou cooperativas tendem a trabalhar solidariamente, é o que ele chama de “consciência de classe adquirida com a prática da luta de classes ao longo da vida”. Assim, para

aderir a esta economia solidária, de fato devemos pensar em formas de construir outras maneiras do viver, para além do individualismo e competição.

Refletindo sobre a história da Economia Solidária construída no Brasil, temos que, a partir da década de 1970, o desemprego em massa apareceu como consequência e resposta aos efeitos do capitalismo e da globalização. Aqueles que não tinham emprego, não o conseguiam e os empregados enfrentaram mudanças na forma de trabalhar, como flexibilização de seus direitos e reduções salariais, isso sem contar a grande competição que assustou os cidadãos diante da disputa por um posto de trabalho.

Nesse momento, vimos os países divididos a partir de duas questões ideológicas: de um lado aqueles que lutam pelo capitalismo; e de outro aqueles que “sentem-se desafiados a buscar um outro modo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos” (SINGER, 2002, p. 111).

A partir da segunda metade da década de 1970, com uma nova crise gerando altos índices de desemprego e fechamento das empresas, criando um quadro dramático para classe trabalhadora, iniciou-se a formação de empresas autogeridas pelos trabalhadores. Dessa forma, a economia solidária ganhou forças, tendo que ser, segundo Singer, “reinventada”, e seus valores de solidariedade, honestidade, democracia, autogestão, autonomia e livre adesão, reafirmados.

Ampliando esse movimento, a partir da segunda metade dos anos 90, surgiram as entidades de fomento, tais como ONGs, Cáritas Diocesana, a Fase do Rio de Janeiro, diferentes prefeituras, sindicatos, etc. Destacamos aqui as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), as quais, como vimos, pertencem às universidades e surgem para se dedicar à organização da população de baixa renda em cooperativas de produção ou de trabalho, com apoio administrativo, jurídico, de formação política, pedagógica, na incubação de empreendimentos solidários, entre outras ações, fortalecendo a economia solidária.

A partir dessas reflexões podemos concluir que as formas de manifestação da economia solidária, tanto partem de uma resposta a situação de emergências da vida real, como também engendram possibilidades de organizações coletivas e solidárias. Tais propostas podem ser marginalizadas por terem ainda pouca significação social e pequeno peso econômico, mas apresentam um respeitável sinal de crescimento político, à medida que o movimento operário aposte nelas como alternativa viável ao capitalismo.

Para Singer, os conglomerados cooperativos podem competir com conglomerados capitalistas, “e isto está comprovado, principalmente se este movimento alavancar por meio dos financiamentos públicos” (2000, p. 182). Desde que os empreendimentos solidários consigam garantir às bases de sustentação desta economia, com fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, possibilidades de legalização dos empreendimentos solidários, formação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras, educação dos membros em intercambio, apoio legal e institucional por parte do governo, aperfeiçoamento tecnológico, entre outras (ibid). A isso somamos às mudanças de qualidade das condições de vida e relações de trabalho, bem como à grande significação cultural, principalmente por serem experiências destacadamente educativas.

Tanto, que a economia solidária é uma economia que já floresce no mundo todo, em diferentes comunidades organizadas em cooperativas, associações e grupos de produção autogestionários de trabalhadores, em redes de troca de saberes, de bens e serviços usando escambo ou moedas criadas pela própria comunidade, em diversas formas de empreendimento de comércio justo, em inúmeras iniciativas de controle cooperativo de crédito e da poupança dos trabalhadores, em novos modelos de consumo, os quais buscam a ética na relação com os outros e com a natureza como referencial principal em relação ao que comprar e ao que produzir.

De fato, problemas cruciais são apresentados aos empreendimentos de economia solidária ao se inserirem no mercado. A pergunta constante é: como é possível a convivência de solidariedade e cooperação com um mercado competitivo e excludente? Pergunta esta que se coloca tanto para o pequeno empreendimento popular (que luta constantemente pelo fortalecimento), quanto para as empresas autogestionárias de porte médio ou grande. Nesse sentido, temos a importância da formulação de políticas públicas, na relação da economia solidária com o Estado, bem como a valorização das parcerias entre os empreendimentos e também com as universidades e ITCP's.

Nestas parcerias salientamos serem necessárias metodologias que busquem formas de educação humanizadora, valorizando os distintos conhecimentos envolvidos num projeto de economia solidária, em que este projeto não se torne imposição, mas escolha de trabalhadores e trabalhadoras na busca de sua libertação. E é neste sentido que abordamos o aspecto educativo como potencializador desta economia solidária, desde que dialógico.

1.3. A Educação como elemento estruturante da Economia Solidária: relações com a autogestão

“Na empresa a gente não tem noção do processo de produção e do porque faz as coisas, mas na marcenaria é muito bom poder aprender tudo isso”.

(Petúnia).

Pretendemos aqui, refletir sobre o elemento educativo desta economia solidária, tendo em vista que ela é construída na práxis, que exige reflexão e ação, que exige o pensar e o fazer, bem como uma postura de conscientização, que é transformadora. Além do que, é na prática que são apresentadas as questões reais desta proposta e assim é que podemos articular os conhecimentos. Para tal, para a efetivação desta economia trazendo novas ideologias e valores, não é possível pensá-la fora da educação. A educação é um elemento estruturante da prática da economia solidária, mas não como um fim em si:

A Economia Solidária promove a educação não como um fim em si, mas como via para que os educandos possam gerir os seus empreendimentos e se tornarem sujeitos de seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Chamamos de educação como práxis. Essa educação identifica-se pelas práticas conscientes da cooperação e solidariedade no modo de ensinar e aprender e também nas relações entre educandos, entre esses e os educadores, e entre educadores. É uma educação centrada numa cooperação não dogmática, nem doutrinária do conhecimento que se estriba na pesquisa e no diálogo como métodos essenciais da construção do conhecimento. Essa educação integra de maneira dinâmica e complementar o ato de conhecer e o ato de trabalhar (ARRUDA, 2005, p. 37).

Destaca-se neste processo educativo o conceito chave da conscientização, que, para Fiori, é o retomar reflexivo do movimento da constituição como existência:

não basta ter uma visão do homem e da história, é preciso viver o momento, ter consciência das possibilidades e dos projetos de humanização aí inscritos, para atuarmos. É preciso ter idéias que, em contato com a realidade, na práxis histórica, nos permitam julgá-la, superá-la e transformá-la (FIORI, 1991, p. 146).

A conscientização não pode limitar-se ao desvelamento da realidade, mas constitui-se numa unidade “dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade” (DUSSEL, 2002, p. 436). Freire (1994) discute que se reconhecer oprimido ainda não significa consciência de si e nem consciência da classe oprimida, o desvelamento da realidade opressora ainda não é a luta pela superação da contradição, mesmo sendo um primeiro e importante início.

Nesse sentido, podemos anunciar a perspectiva e necessidade da educação como prática da liberdade¹⁹, realizada *com* os oprimidos no processo de sua organização e conscientização de opressores e oprimidos. Nos trabalhos educativos transformadores estão implícitos dois momentos distintos: o primeiro em que existe o desvelamento do mundo do oprimido que vai se comprometendo com sua práxis e o segundo em que a pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser dos homens e das mulheres na constante luta por sua libertação. Libertação esta que busca superar a contradição opressor-oprimido, e que tampouco significa libertação somente do oprimido, uma vez que o oprimido liberta a si mesmo e também o opressor, num processo intersubjetivo em que o opressor se converta efetivamente na causa do oprimido, e este com a luta por sua libertação.

No sentido da conscientização, tendo em vista a educação transformadora que almejamos na economia solidária, é importante salientar que ninguém educa ninguém, nenhuma pessoa é responsável por conscientizar, ou dar consciência à outra, as pessoas se “educam entre si mediatizadas pelo mundo” (FREIRE, 2005-a, p. 74). E é por isso que Freire fala em conscientizar-se, a partir da experiência de cada pessoa, a partir do corpo que temos e com o qual nos colocamos no mundo. Conscientizar-se enquanto movimento para si mesmo, que se dá nas relações: se eu me educo, em meu comportamento, nas relações, nos educamos. Eu não conscientizo as pessoas, conscientizo-me.

Vemos que, no bojo das estruturas que oprimem, os sujeitos são impedidos de ser, na tentativa dos opressores de fazê-los *ser menos*. Para os opressores, é interesse manter os oprimidos na imersão, como *situação limite* que lhes parece intransponível. Porém, “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente” (FREIRE, 2005-a, p. 44). Assim, para alcançar a humanização, os homens e as mulheres devem desenvolver um clima de esperança e confiança, de modo que o façam através de sua ação concreta, a fim de superar as *situações-limites*, ou seja, aquelas situações vistas por eles como intransponíveis, e assim poder chegar ao *inédito viável* (ibid, p. 109). Em outras palavras, para superarem uma situação em que parece não haver possibilidades e descobrirem novas formas de agir e de lutar. O inédito viável é algo que ainda não aconteceu, mas que é possível e pode acontecer, é algo que está *porvir* na

¹⁹ Mais precisamente onde se localiza a pedagogia do oprimido. Referência essencial para esta investigação. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a. 43 ed.

busca do *ser mais*. Daí a necessidade dos homens e mulheres em inserirem-se criticamente e conhecerem a realidade em que se encontram pra poder superá-la.

A pedagogia do oprimido significa então, “uma pedagogia feita *com ele e não para ou sobre ele* (o oprimido), pedagogia que faça da opressão objeto da reflexão, que pode resultar em engajamento e luta por sua libertação” (FREIRE, 2005-a, p. 34). Fiori reforça em sua teoria a necessidade de colaboração e participação ativa, consciente e organizada, mas para tal, é preciso que as camadas populares estejam inseridas no processo histórico para poder transformá-lo, estejam implicadas no processo educativo que constroem: “participação que radica na comunicação do saber da cultura: participação no saber, no saber fazer, no fazer que se sabe. E nisso, consiste essencialmente, o aprendizado” (FIORI, 1986, p. 9).

A partir destas elaborações, o que nos parece ter ficado claro até o momento é que esta prática da qual falamos exige educação, para todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente neste processo, bem como uma visão de história com possibilidades de transformação. O que vale para todos e todas os/as que se engajam nesse movimento da economia solidária, principalmente porque assume variadas formas e, em cada uma delas, há um aprendizado a ser feito. Educação esta que só tem sentido no sentir que pode ser diferente, permitindo que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se como sujeito de sua própria destinação histórica, desde que tenhamos condições para isso e as ferramentas necessárias para a construção da autogestão:

Essa educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre os sócios, para que a Economia Solidária de os resultados almejados (SINGER, 2005-a, p. 16).

Aprofundemos então o conceito de autogestão, pensando nesta como a ausência de distinção de hierarquia entre as pessoas que participam da economia solidária, bem como na democracia na unidade de produção e distribuição²⁰. Assim, na autogestão a propriedade e gestão dos bens pertencem às e aos trabalhadores, o que cria uma dimensão política inovadora em que ele/ela são sujeitos que transformam sua própria realidade.

Na França a autogestão se originou de três correntes políticas: a primeira é marxista crítica, que “denuncia a alienação do homem pelo sistema e reivindica a possibilidade para este

²⁰ Em seu sentido etimológico, o termo autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego *autos* (si mesmo) e do latim *gest-o* (gerir), mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia. O princípio da autogestão parte então do pressuposto filosófico e político de que os homens e as mulheres são capazes de se organizarem sem dirigentes. Esse pressuposto está na base do movimento anarquista e dos movimentos libertários (BARCELOS & NOELLE, 2008, p. 4-5).

de poder gerir sua própria existência, seu próprio futuro”; a segunda pertence ao movimento libertário, a qual “imagina a autogestão como uma saída pacífica ao capitalismo”; e a terceira é a linha dos cristãos de esquerda, em que “os valores humanos devem passar antes dos valores do capital” (BARCELOS & NOELLE, 2008, p. 5).

Já no Brasil tal idéia esteve ligada aos programas do movimento anarquista libertário do início do século, sobretudo em torno dos conselhos operários e da mobilização dos trabalhadores mais qualificados, na luta contra a situação histórica impingida aos trabalhadores, resultantes de explosões de desesperos diante da condição de miséria humana com o comprometimento de sua própria sobrevivência. Na segunda metade dos anos 40, no clima de renovação do pós-guerra, alguns socialistas, oriundos do PCB e do trotskismo, colocaram em pauta o debate da alternativa autogestionária. O principal exemplo é o do grupo reunido em torno do jornal *Vanguarda Socialista*, dirigido por Mário Pedrosa, egresso do trotskismo e influenciado por Rosa Luxemburgo (BARCELOS & NOELLE, 2008, p. 13)²¹.

O tipo de autogestão que falamos está inserido em modelos de transição do capitalismo para o socialismo, visto como um modelo de democratização da empresa, abrindo possibilidade de ascensão dos/as trabalhadores/as ao poder e ao comando da decisão econômica. Dessa forma, vemos que a autogestão é fundamental para caracterizar um novo tipo de cooperativismo, de associativismo e outras formas de organizações coletivas que evidenciam uma transformação radical quanto à maneira como são pensadas as questões da fome, da miséria e da exclusão: “não se trata mais, simplesmente, de criar por decreto soluções para a geração de renda e trabalho, mas de atacar o autoritarismo social e a hierarquização das relações sociais” (BARCELOS & NOELLE, 2008, p. 6). Não basta considerar as desigualdades como simples questões econômicas, mas analisar os aspectos políticos, sociais e culturais, historicamente presentes nas suas constituições. Assim, esse é o conceito que separa a autogestão para a economia solidária do cooperativismo empresarial ou projetos solidários, mas não autogestionários.

A autogestão tem como perspectiva que os trabalhadores e trabalhadoras sejam proprietários/as de seu trabalho e assim busquem suprir a relação opressores-oprimidos imposta pelo trabalho alienado, em que a força de trabalho é vendida e o trabalhador não se reconhece, à

²¹ Relacionando a autogestão ao anarquismo é preciso cuidar da relação ideológica em nossa sociedade, que associa anarquia com baderna, bagunça, como dito também no dicionário, mas não é isso que significa a negação do princípio da autoridade, uma vez que reata com as tradições revolucionárias, reveladoras de uma nova concepção de democracia e de cidadania.

medida que não detém o processo produtivo. Cabe aqui uma analogia a Paulo Freire (2005, p. 165) ao dizer que a realização dos homens e das mulheres, enquanto *ser mais*, está pois, na realização deste mundo. À medida que o estar no mundo do trabalho é um estar em dependência total, em insegurança, em ameaça permanente, enquanto o trabalho não pertence ao trabalhador e a trabalhadora, não podem realizar-se. “O trabalho não livre deixa de ser um *que-fazer* realizador de sua pessoa, para ser um meio eficaz de sua reificação” (ibid).

Relações de trabalho autogestionárias se apresentam, portanto, como antagônicas às relações capitalistas de assalariamento, exploração dos trabalhadores, separação entre gestão e execução, entre trabalho intelectual e trabalho manual: “a autogestão é associada a uma nova concepção de democracia participativa e de exercício efetivo da cidadania”, uma vez que os prejuízos são compactuados coletivamente, o que exige grande esforço das pessoas e crescimento pessoal. Com isso se sentem mais participantes e adquirem maior satisfação ao trabalhar (BARCELOS & NOELLE, 2008, p. 6).

Em outras palavras, a proposta é que não haja um dono que decide (heterogestão), que explora, impede o acesso pelo trabalhador daquilo que ele próprio construiu, o que deve existir é a consciência de todo o processo produtivo, a informação para a gestão e a ruptura com a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, em que, preconceituosamente, a segunda categoria é mais valorizada.

Essa divisão do saber legitima que o engenheiro saiba o que o peão da fábrica não sabe, sem que se pergunte por que isso ocorre. O conhecimento da Física pertence ao físico, o conhecimento da Química ao químico, mas o trabalhador na Unisina Catende, ao produzir o açúcar, provoca uma série de fenômenos físico-químicos, cujos processos precisam, na autogestão, ser compreendidos e renomeados por ele próprio na relação ensino-aprendizagem, o que pode, também, consolidar, ainda mais, os mecanismos da autogestão (KRUPPA, 2005, p. 24).

Dessa forma, a educação para esta economia pressupõe: uma formação técnica que possibilite que o/a trabalhador/a seja autogestor/a no trabalho e capaz de desenvolver o trabalho com qualidade; uma formação social e política, que permita sua inserção na luta por melhores condições de trabalho e criação de sentido na atividade escolhida e; uma formação cultural ao abarcar elementos da educação para a solidariedade (BARCELOS & NOELLE, 2008). Acrescentamos aqui como fundamental as habilidades comunicativas, as quais correspondem ao processo educativo que se dá na relação entre as pessoas, ao aprendizado que só é possível pela

interação e comunicação, na troca de diferentes habilidades e conhecimentos que cada pessoa apresenta²².

A implantação da autogestão, no entanto, não é tarefa fácil, são muitos os impasses no campo teórico, econômico, da ética, da moral, enfim, da ideologia das relações gerais entre os próprios humanos e a natureza. Para nós, é importante compreender a possibilidade da organização autogestionária, à medida que for vista como um movimento essencialmente educativo e democrático, capaz de refletir com os e as trabalhadoras qual é a educação que interessa às classes trabalhadoras, em exercício de autogestão. É preciso que a autogestão possa ser também uma escolha, possibilitando a construção de práticas cotidianas na direção deste outro mundo que vem sendo vivenciado por muitas pessoas.

Terminamos aqui nossas reflexões em torno desta economia, que somente serão efetivadas ao olharmos a prática aqui proposta. Não é possível conceitualizar esta economia apenas sobre os nossos desejos e valores, mas nos propusemos a pensar a mesma junto com mulheres que estão vivendo e construindo esta economia no cotidiano das relações, com os obstáculos e fatores de transformação que vem se apresentando. Expressamente por isso, pudemos aprofundar esses conceitos, com as marceneiras, a partir da prática das mesmas e, assim, complementar este estudo.

²² Tal aprofundamento em torno das habilidades comunicativas poderá ser maior compreendido pela leitora e pelo leitor no terceiro capítulo desta investigação.

2. A Socialização das Mulheres: uma realidade histórica de opressão e resistência

“Você vê, até hoje eu escutava no dia internacional da mulher, já nem lembrava nesse dia, e tava falando que até hoje a mulher sofre, e principalmente se for negra, então isso da mulher trabalhar com coisas assim que vai longe...a gente não vai aceitar, entendeu?...Chega numa marcenaria e pergunta se tem uma mulher trabalhando, não tem, tem mulher que faz, mas só que ela é escondida, aparece o homem, mas a mulher não”

(Petúnia)

Vivemos em uma sociedade em que é nítida a desigualdade entre homens e mulheres, conferindo poder ao homem e gerando prejuízos para o desenvolvimento humano, especialmente das mulheres. Foi a partir da luta das mulheres e sua organização em movimentos próprios, ou seja, movimentos de mulheres, que a autoridade masculina sobre as mulheres e as diferenças exclusoras entre os sexos foram denunciadas como uma construção social injusta.

O Movimento Feminista se caracteriza como um movimento sociopolítico que luta pela defesa e ampliação dos direitos da mulher. Surgiu na primeira metade do século XIX, na Inglaterra e nos EUA, com o objetivo principal de conquistar direitos civis, como o voto e o acesso ao ensino superior. Ressurgiu na década de 60, nos EUA, com reivindicações mais amplas, como o direito à sexualidade e à igualdade com os homens no mercado de trabalho. Para o feminismo, as diferenças entre os sexos não se podem traduzir em relações de subordinação na vida social, profissional ou familiar e as qualidades ditas femininas ou masculinas são vistas como atributos do indivíduo e não de um ou outro sexo.

A partir da resistência e organização das mulheres em movimentos feministas, observamos muitas conquistas para superar a contradição entre os sexos. Este movimento denunciou a desigualdade, revelou-se contra as relações de gênero baseadas na dominação versus submissão e mostrou que ela não é natural, mas construída ideológica e historicamente. Revelou o duro cotidiano vivido por milhares de mulheres e salientou temas que incomodaram os valores estabelecidos, tais como a violência sexual, a violência doméstica, o direito a opção de ter ou não ter filhos, o direito ao prazer: “O feminismo desnudou a realidade das mulheres trabalhadoras. Deu-lhes visibilidade e apontou a aliança entre exploração de classe e opressão de sexo: salários menores, dupla jornada, falta de profissionalização, falta de creche” (GIULANE, 1997, p. 650).

Em contrapartida também encontramos desigualdades entre as próprias mulheres nestes movimentos feministas, podendo observar um movimento com maior participação de mulheres acadêmicas, que muitas vezes não consideram outras mulheres excluídas dos discursos

feministas. Dessa forma, consideramos importante discutir aqui as desigualdades entre homens e mulheres, mas também refletir sobre as desigualdades entre as mulheres, ampliando a potencialidade deste movimento, desde que visualize todas as mulheres que diariamente se engajam em movimentos buscando relações mais igualitárias de gênero (PUIGVERT, 2001-a).

Nesse sentido, são lutas feministas as conquistas diárias das mulheres para a divisão das tarefas domésticas, as que denunciam os maus tratos, as mães que sozinhas criam seus filhos e filhas. É possível destacarmos a história de muitas mulheres brasileiras e da América Latina, as quais iniciam suas lutas se fazendo porta-vozes na conquista pelos direitos negados de cidadania. Assim, observamos a capacidade de organização das mulheres ao longo da história, em defesa dos seus interesses e necessidades frente a determinadas situações de exclusão.

Apesar dos avanços, ainda identificamos uma sociedade em que limitações e oportunidades são apresentadas de formas diferentes para homens e mulheres, na busca por construir seres heterossexuais e com identidade de gênero. A fim de pensarmos as relações das mulheres em nossa sociedade, sem o intuito de binarizar os homens e as mulheres²³, mas de compreensão de uma realidade social histórica de opressão das mulheres, destacamos que em nossa sociedade somos ensinadas/os a sermos mulheres ou homens de diversas maneiras e por diferentes pessoas, instituições e meios, a partir de alguns mecanismos utilizados para produzir e reproduzir as desigualdades de gênero e manter a dominação masculina. Dulce Whitaker considera que tais mecanismos variam enormemente no tempo e no espaço, para além dos arquétipos²⁴ sociais que não resolvem a complexidade do tema.

²³ Faz-se necessário esclarecer que compreendemos a crítica de Judith Butler (2001) em relação a visão binária que produz o “bom” e o “mal”, “ativo e passivo”, a “saúde e doença”, defendendo a constituição de novas categorias para além do feminino e do masculino. Isso porque essa visão binária estaria inscrita num modelo “heterossexual” não apenas como uma opção sexual, mas também como “uma cosmovisão que ordena o que existe através de um aparato normativo que restringe a vida em um duplo movimento: definindo o normal e excluindo o anormal” (p. 95). Assim Butler defende a necessidade de novas categorias capazes de destruírem as categorias binárias, as quais reforçam desigualdades. A partir disto compreendemos que é de fato necessário pensarmos na superação das categorias tradicionais de masculino e feminino, porém, utilizamos aqui tais categorias diante da realidade que vivenciamos cotidianamente, em que somos socializados ainda seguindo tal divisão. Aceitar as diferenças não significa defendê-las, mas sim interpretá-las para pensar formas de fazer diferente, formas em que possamos refletir sobre essa condição, bem como a natureza e causa das desigualdades entre homens e mulheres. Acreditamos que negá-las simplesmente, pela destruição das categorias, não é transformador. Para aprofundar ver BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judith; PUIGVERT, Lúcia. **Mujeres y transformaciones sociales**. Barcelona: El Roure, 2001.

²⁴ Whitaker utiliza arquétipos no sentido de Jung: “disposições hereditárias que fazem parte do inconsciente coletivo” (WHITAKER, 1988, p.10). Por meio dos arquétipos tenta-se reduzir a complexidade da dominação masculina, a fim de justificar tais diferenças que implicam em desigualdades e diferenças de oportunidades para as mulheres. Questões como estas colocam os homens e as mulheres em dois arquétipos diferentes: o “homem caçador”, musculoso, correndo pela floresta em busca de caça e de frutos para a “fêmea frágil” que, dentro da caverna, cuida do filhote, tipos ideais que nunca realmente existiram.

Não esqueçamos ainda que reduzir as diferenças entre homens e mulheres é muito simplista, existem diferenças entre os próprios homens, entre mulheres e mulheres, além das diferenças étnicas, culturais, religiosas, políticas, etc. Num primeiro plano, “as diferenças entre homens e mulheres são óbvias, já que ocorre concretamente em nível do corpo”, no funcionamento glandular e nas funções reprodutivas. A questão que se apresenta é que a sociedade, a fim de manter o referente masculino, busca “reinterpretá-las de modo simbólico e artificial”, transformando-as em desigualdades sociais que atingem diferencialmente mulheres do mundo inteiro (WHITAKER, 1988, p. 10).

Podemos analisar tais diferenças, ainda hoje, desde o momento da gravidez, em que existem significados diferentes em “esperar” por homens ou mulheres. Já nesta fase, observamos o jogo de expectativas em relação à diferença de comportamentos que se deseja para os dois sexos. Tais expectativas “garantem menos valor biológico à mulher, o que se inicia no seio da família e afeta a sociedade como um todo” (ibid).

Para além da gravidez, ao longo da infância e adolescência, são esperados comportamentos diferentes para as meninas, que devem ser frágeis, delicadas, brincar com bonecas, já aprendendo as tarefas do lar e, para os meninos, que não devem chorar, sobem em árvores, brincam de carrinho e exploram os espaços com maior liberdade. É claro que muitas meninas fogem ao modelo, mas, em geral, busca-se uma socialização voltada para que realizem as “tarefas de mulher”, preocupação que as acompanhará ao longo de suas vidas.

Nesta socialização, observamos ainda que a solidariedade entre as mulheres também não é estimulada. Na verdade as mulheres brincam juntas e se solidarizam, mas isso não é reforçado por nossa sociedade, muito pelo contrário, somos estimuladas a competir e brigar pelos homens, o que a televisão nos ensina muito bem. Nessa forma de educação das relações impõe-se a rivalidade entre as mulheres. Elas se tornam encarregadas do controle moral, responsáveis pelo comportamento das outras, gerando competitividade.

Whitaker também chama atenção para a desvalorização da história das mulheres, que não é história somente das mulheres, mas da humanidade, e que precisa ser registrada, a fim de valorizar a categoria social por elas constituída²⁵. A autora destaca que nos séculos XVI e XVII as bruxas eram cientistas, farmacêuticas, químicas e médicas, mas foram queimadas porque era

²⁵ Tais elaborações foram discutidas por Dulce Witaker, em palestra realizada na UFSCar, durante o seminário “O papel dos estudos feministas na transformação das relações de gênero”, organizado em 12 de março de 2008, pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – NIASE, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos.

preciso acabar com a ciência feminina. Observamos que historicamente tentou-se esconder os feitos das mulheres cientistas, tornando-as invisíveis na história mundial. As mulheres são valorizadas apenas quando exercem o poder de forma masculina ou quando se tornam mártir.

Quando aprendemos a história do Brasil, por exemplo, ela começa com a chegada do homem branco, as mulheres são “apêndices da colonização” e “a mulher negra é lembrada como mãe-preta ou objeto sexual” (WHITAKER, 1988, p. 59). Algumas mulheres escapam e aparecem solitárias na história (Anita Garibaldi, Chica da Silva, etc). Whitaker pergunta: “onde ficou a mulher paulista que administrava as propriedades durante as prolongadas ausências dos bandeirantes?” (ibid, p. 59). As mulheres faziam parte do povo e o povo oprimido nunca era lembrado; apenas recentemente vem fazendo parte da história. Mas isso não significa que as mulheres não estavam presentes ou não fizeram história. A questão é que não conhecemos a verdadeira história da humanidade, que é a história do povo.

Ao falarmos da não existência das mulheres na história e na ciência, é importante considerar ainda que, além de não fazerem parte dessa construção, os preconceitos contra as mulheres foram confirmados por algumas bases científicas, por filósofos, cientistas e escritores. Os teólogos cristãos, por exemplo, hostilizaram as mulheres. “Tertuliano considerava a mulher como “a porta do demônio”. Lamenias a caracterizava como a “estátua viva da burrice”. Mas aqueles que se opunham ao cristianismo também discriminavam as mulheres. Nietzsche e Voltaire invocaram argumentos pseudo-científicos para afirmar que as mulheres eram inferiores. O primeiro disse que “a mulher é um brinquedo perigoso”. Segundo este autor “o homem deve ser educado para a guerra e a mulher para a recreação do guerreiro”. O segundo chegou a dizer que o sangue delas é mais “aquoso”, prova cabal de sua inferioridade”. Diderot escreveu que, “apesar de terem uma aparência de civilizadas, elas continuam a ser, interiormente, verdadeiros selvagens”²⁶. Compreendemos que formulações como estas, pseudo-científicas, provocam incomensuráveis danos enfrentados cotidianamente por todas as mulheres.

Tais processos não são inexoráveis, estamos em uma época de transição e muitas são as conquistas no sentido da igualdade de gêneros. Enquanto as mulheres transformam diariamente suas vidas, a sociedade, a escola, a família e as instituições como um todo ainda se esforçam na ideologia da inferioridade da mulher. Muitos modelos ainda estão presentes na televisão, pela

²⁶ Ver: UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. **Violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política**. São Paulo: Ministério da Cultura, 2008. 3 ed. p. 10-12.

vinculação de imagens femininas e masculinas tradicionais, padrões aos quais somos submetidas desde muito cedo em nossas vidas.

Nesse sentido, Puigvert aponta que a auto-percepção negativa de si mesmas, diante de uma história não valorizada, provoca em muitas mulheres o sentimento de impossibilidade de mudança social em suas vidas, “são mulheres que tem interiorizado o discurso exclutor dominante” (2001-a, p. 64).

Destacamos a discussão feita por Mello (2003) em torno da auto-exclusão. A autora verifica, a partir da exclusão cultural como maneira de desqualificar qualquer tipo de cultura que não a dominante, o sentimento de inferioridade, de inadequação e até mesmo de incompetência. Tal auto-exclusão gera baixa auto-estima, que advém de todas as formas de segregação que a sociedade nos coloca (como as segregações por sexo/gênero, raça, escolaridade, território, “normalidades” frente às necessidades especiais e por idade).

Temos na auto-exclusão um fator da não participação de mulheres em espaços públicos, por sofrerem preconceitos e por não serem incluídas na produção do conhecimento valorizado, principalmente quando não escolarizadas. Aqui podemos identificar que existe um grupo de mulheres protegido socialmente e que consegue cada vez mais conquistar sua emancipação, enquanto outros grupos, por sofrerem diferentes exclusões e preconceitos, terão maiores dificuldades, sendo mais sensíveis à auto-exclusão.

Mello (2003) discute que muitas vezes compreendemos a auto-exclusão de mulheres, pessoas mais velhas, adultas e outros grupos, como um problema pessoal, “como se não tivessem interesse ou vontade de estar nos lugares, ou de aprender”, e não atentamos para o fato de que essas pessoas estão se defendendo de um processo de exclusão ideologicamente imposto. A autora destaca que: “Dentre os grupos excluídos, vale ressaltar que as mulheres compõem, em qualquer outra divisão que se possa usar (classe social, etnia ou idade), o grupo mais afetado pela exclusão social, pela exclusão cultural e pela auto-exclusão” (ibid, p. 2).

Em contrapartida, a autora também destaca a capacidade que as mulheres têm para, em grupo, poderem superar processos de auto-exclusão, em relações de solidariedade, criação de sentido e diálogo. Quando as mulheres começam a se transformar, a mostrar a sua movimentação, exigem que os homens e toda a sociedade se movimentem também, construindo, diariamente, relações de gênero mais igualitárias.

Nessa direção, faz-se necessário discorrer sobre as relações de gênero, fornecendo maior compreensão à leitora e ao leitor, visto que tal categoria analítica tem despertado a atenção de diferentes estudiosos e estudiosas, numa tentativa de compreender e identificar as causas da ideologia machista, que perpassam todos os espaços, do público ao privado, atingindo homens e mulheres de diferentes formas.

2.1. As Relações Sociais de Gênero

“Eu me lembro uma vez que eu tinha uns 15 anos e uma mulher apareceu e me chamou pra trabalhar com ela, ela era uma professora. O pai até deixou, mas a mãe disse, não, mulher não, se sair de casa não volta mais, porque já não é igual. Isso minha mãe que era mulher, mas pra ela também mulher era só pra trabalhar na casa, não podia trabalhar fora, e eu com aquela vontade de trabalhar, ganhar pra mim, ter as minhas coisinhas...morria trabalhando na roça, mas se eu fosse não podia voltar [...] Mulher trabalhando na marcenaria? Como pode? Os homens não agüentaram...às vezes eu passo na rua e escuto eles falando baixinho da gente. Ah, mais a gente tem que enfrentar as coisas...sendo mulher ou homem não pode desanimar, tem que enfrentar”

(Rosa)

Enquanto conceito na tentativa de explicar a subordinação feminina, os estudos de gênero são recentes, surgindo efetivamente na década de 1980. Uma análise das relações de gênero parte da premissa que

a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, senão de um produto social que legitima as relações de poder dentro de um processo histórico que pode ser transformado. Portanto, gênero é uma categoria social que permite analisar papéis, responsabilidades, limitações, e oportunidades, que se dão de forma diferente, para homens e mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade (ABRAMOVAY & SILVA, 2000, p. 348).

A explicação inicialmente encontrada para as relações estabelecidas entre homens e mulheres advinha do patriarcado, fortalecido pela maternidade e pela sexualidade. O patriarcado compreende um tipo hierárquico de relação que confere direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Pode ser definido como um sistema ou organização social de dominação masculina sobre as mulheres, que foi adaptando-se aos tempos ao longo da história. Implica principalmente a divisão de espaços sociais a partir do gênero e uma pior valorização do espaço considerado feminino sobre o considerado masculino (SCOTT, 1995).

Para algumas autoras, como Saffioti (2004), a base material do patriarcado ainda não foi totalmente destruída.

Numa outra direção estão os “estudos sobre as mulheres”, que resgataram a condição de vida das mulheres, tornando-as visíveis na história. Dessa forma, observou-se a necessidade de situar a subordinação das mulheres no tempo, no espaço e em diferentes relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e também homens e homens, bem como no funcionamento da sociedade, em que exige delimitações como classe social, raça/etnia, idade, estado civil, lugar, entre outras (PALOMINO, 2004, p. 41).

Dessa forma gênero não é um conceito que remete a uma categoria de análise diretamente relacionada ao grupo em que homens e mulheres estão inseridos: “não é o corpo ou a reprodução que define o que é ser homem ou mulher, mas sim a leitura que uma determinada cultura faz da diferença entre os sexos” (PITANGUY, 2002, p. 112). Assim, cada grupo vai definir o significado de masculino e feminino nas suas socializações e nas relações intersubjetivas, em que, homens e mulheres significam o seu mundo.

Podemos concluir, então, que gênero é uma construção social variável no tempo e nas diferentes sociedades, e, portanto, pode ser modificada, reinterpretada, negociada e reconstruída. Para Cruz (1998, p. 27), existe uma conduta que é considerada adequada aos sexos e o gênero refere-se às características sociais destas condutas, que freqüentemente são associadas às características biológicas. A perspectiva de gênero é uma opção e um compromisso pela mudança de um sistema de dominação e discriminação, a qual afeta aos homens e mulheres, numa perspectiva em que “tanto as mulheres como os homens devem participar na identificação e desenho de seus projetos de vida” (ibid).

É importante notar que falar de gênero não é o mesmo que falar de mulher, tendo em vista que as relações de gênero se constroem com mulheres e homens, independente de sua opção sexual e afeta toda a sociedade. Assim, o problema das mulheres é problema de todas e de todos, é problema da família, bem como de todas as mulheres e não somente de mulheres privilegiadas socialmente.

Nessa direção, salientamos o cuidado nestas compreensões, para não reforçar as desigualdades existentes:

As relações de gênero evidentemente refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada

gênero conheça as responsabilidades-direito do outro gênero. Não se trata, no entanto, da lógica da complementaridade. As relações de gênero não derivam de características inerentes ao macho e a fêmea, que se complementam na cópula procriadora. Concepções de gênero, organicamente construídas, inter-relacionam-se dialeticamente, dando, assim, ensejo a superação das contradições nelas contidas, através da prática política (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Aprofundando essa discussão, destacamos o conceito de gênero como um “nó” descrito por Saffioti (2004), abarcando relações qualitativas de uma simbiose da qual participam gênero, classe e etnia/raça. O denominado “nó de gênero” não significa simplesmente juntar gênero + racismo + classe social, mas perceber a realidade complexa e nova que resulta desta fusão (ibid, p. 115). A questão é qualitativa e não quantitativa, por exemplo, quando pensarmos numa mulher pobre e negra. Ela não terá dificuldades simplesmente porque é negra e também trabalhadora. Efetivamente essa mulher não é dupla ou triplamente discriminada, não são variáveis mensuráveis e quantitativas, mas sim de “determinações, de qualidades, que tornam a situação dessas mulheres muito mais complexas” (*op. cit.*).

Nessa dinâmica, cada contradição do nó não atua livre e isoladamente, cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos, inclusa na organização da estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade historicamente constituída. As relações de classe, gênero e raça/etnia como contradições, são relações “fundidas ou enoveladas”, tendo mobilidades em suas componentes²⁷ (ibid, p. 35).

Dessa forma, compreendemos a importância de utilizar o conceito das relações de gênero como um nó, por concordarmos com a autora ao dizer que o gênero enovelado com classes sociais e racismo apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas, também, uma contradição de interesses, ou seja, a preservação do *status quo* de dominação masculina, branca e classista. No entanto, destacamos que tais complexidades do “nó” tornam a situação de algumas mulheres muito mais desiguais do que a vivida por outras mulheres.

Segundo Mello, existem dois grandes elementos a se considerar nos estudos de gênero:

as desigualdades sociais históricas existentes entre homens e mulheres, mas também entre mulheres de diferentes classes sociais e de diferentes raças/etnias, e o direito à diversidade

²⁷ Ao utilizarmos este conceito de Saffioti é importante perceber que não estamos dizendo que apenas as mulheres pobres e negras sofrem desigualdades de gênero, principalmente tendo em vista, como diz Faria, que é mais fácil reconhecer a exclusão econômica e política e muito mais difícil perceber a exclusão e dominação que fazem parte das nossas relações cotidianas, como as questões de gênero (FARIA, 2005, p. 15). Perceber a complexidade do nó nos alerta às diferenças de oportunidades na construção de relações mais igualitárias para todas as pessoas.

e à diferença identitária nos processos de vida. Trata-se do princípio de igualdade de diferenças: nem homogeneização identitária em nome de igualdade social, nem justificação de processos de desigualdade social e violência em nome da preservação de identidades²⁸.

No que tange às diferenças identitárias como necessárias aos estudos de gênero, Lúcia Puigvert (2001-b) salienta que é fundamental o respeito à necessidade de transformar as categorias identitárias que têm orientado as relações de gênero, fugindo do “essencialismo que nos faz vítima delas” (p. 96). Porém, aponta o diálogo e a reflexão como forma de abertura de ditas categorias. Segundo a autora, as transformações sociais das relações de gênero nos mostram que, para além da superação das categorias identitárias tradicionais de masculino e feminino, temos também que pensar os diferentes tipos de feminismos, tais como das feministas libertárias ou das feministas donas de casa.

Para Puigvert, seguindo uma visão foucaultiana de identidade, em que “la identidad se establece en función de lo normal posible, resultado del poder, limitación a nuestra capacidad de acción, constituyendo, por tanto, algo a combatir” (ibid, p. 96), é preciso desconstruir (destruir) a nossa identidade e todas as normas que a regem. Porém, a partir da significação das reivindicações protagonizadas por diferentes movimentos sociais, os quais partem de características comuns consideradas traços identitários, a autora questiona:

Debiéramos preguntarnos si, *como mujeres*, las normas de género que constituyen nuestra identidad son un lastre del que nos debemos deshacer, sin más, para conseguir una mayor libertad, o si – tras someterlas a reflexión – podemos esgrimir las para construir una sociedad donde lo plural no sea lo excluyente, sino lo complementario; donde no seamos víctimas, sino artífices de las normas – siempre en proceso – que rige las relaciones entre los géneros (PUIGVERT, 2001-b, p. 96).

Dessa forma, compreende a necessidade de reflexões a partir de uma categoria aberta, flexível, que seja resultado de diálogo entre diferentes identidades possíveis e não destruição de identidades, considerando sempre a existência do outro e a pluralidade de vozes: “de esta manera,

²⁸ Elaboração generosamente cedida pela Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello, seguindo discussões sobre relações de gênero, identidade e feminismo dialógico. Esclarecemos que o princípio da igualdade de diferenças corresponde à necessidade de luta pelo igual direito à diferença, para que todas e todos possamos escolher ser diferentes. Parte do pressuposto que todas as pessoas são iguais e diferentes, porque todas/os temos o direito de viver e pensar de maneira diferente e ser respeitadas/os por isso. Em diálogo podemos refletir sobre essas diferenças para a criação de acordos e possibilidade de respeito (FLECHA, 1997). Tal princípio está localizado no conceito da aprendizagem dialógica, à luz da ação comunicativa de Habermas (1987) e dialogicidade em Paulo Freire (1994, 2005). Discorreremos sobre estas elaborações em nosso terceiro capítulo, o qual se refere às bases teórico-metodológicas que guiam esta investigação.

lo otro no se define ‘en contraposición a’, sino como ‘complementario a’” (ibid). É precisamente neste processo de pluralidade de vozes, de reconhecimento do outro que as identidades se reformulam, que se abrem novos elementos e as identidades se transformam: “la causa de nuestra opresión no son las identidades, sino el contexto en el que éstas tienen lugar. Para ello hemos de orientar nuestra acción hacia la erradicación de las condiciones que nos sitúan en posiciones desiguales” (ibid, p. 103)²⁹.

É nessa direção, refletindo sobre as desigualdades históricas e seculares entre homens e mulheres e também entre diferentes mulheres, na busca pelo igual direito à diferença e construção dialógica de identidades, que refletimos sobre as elaborações teóricas, políticas, culturais e ideológicas em torno das relações de gênero. Tais reflexões estão em consonância com as teorias do feminismo dialógico, que discorreremos no terceiro capítulo desta investigação, na medida em que se apresenta como uma das bases que compõe o nosso referencial teórico-metodológico.

Porém, antes de aprofundar o referencial citado, faz-se necessário discorrer sobre a realidade das mulheres no mundo do trabalho e o significado da economia solidária na vida das mulheres. Com isso, podemos ampliar a nossa compreensão diante da especificidade desta investigação ao se tratar de mulheres inseridas num empreendimento coletivo autogestionário, buscando novas possibilidades de geração de renda e significando o trabalho realizado por mulheres.

2.2. As mulheres no mundo do trabalho

As desigualdades ideológicas discutidas até o momento, entre homens e mulheres, bem como entre as mulheres, refletem-se cotidianamente no mundo do trabalho, implicando uma divisão sexual do trabalho, o que exige uma identificação cultural entre atividades e papéis de cada um dos sexos (ABRAMOVAY & SILVA, 2000, p. 359). De maneira geral, tal identificação gira em torno do trabalho produtivo e reprodutivo. Embora atualmente as mulheres desenvolvam ambos trabalhos, o reprodutivo ainda é mais fortemente a ela vinculado, principalmente nas classes sociais de baixa renda, em que as opções de trabalho são menores diante das possibilidades de se formarem para o trabalho. Iniciamos partindo de algumas falas das marceneiras em entrevista para esta pesquisa:

²⁹ A discussão que privilegia o diálogo na formulação das identidades está contida no feminismo dialógico, a partir do princípio de igualdade direito à diferença.

Isso da mulher não poder trabalhar fora vem de muito tempo, o meu pai pensava assim, eu não tinha documento, não podia votar e só depois que casei é que conquistei esse direito, ele falava: isso é coisa pra homem (Orquídia).

Pois é, agora nós estamos mostrando que não é só homem que pode fazer assim, não tem diferença, você imagina o serviço da roça era muito mais pesado que esse aqui (da marcenaria) e a gente fazia, imagina pegar no cabo na enxada e carpir o dia inteirinho, arar a terra, plantar...quando? Mais pesado e debaixo do sol, da chuva...e na roça sempre o homem e a mulher iam, agora você vê, trabalhar fora a mulher não podia (Camélia).

É importante salientar, segundo Whitaker (1988), que a idéia de que a mulher começou a trabalhar há poucas décadas é ilusória. As mulheres sempre trabalharam, historicamente, mas sempre fizeram parte de um trabalho desvalorizado socialmente, ou por não receberem salários ou por se dedicarem ao trabalho reprodutivo:

Com exceção da alta burguesia e da aristocracia, na qual nem os homens trabalhavam, a mulher sempre trabalhou. E não só dentro de casa. No passado, a mulher era o que se chama “trabalhadora invisível” – na roça, ajudando o marido, e na empresa, participando dos negócios. A diferença está em que não era remunerada (WHITAKER, 1988, p. 72).

O trabalho produtivo corresponde ao trabalho valorizado socialmente, remunerado economicamente e que atribui prestígio social a quem o realiza, enquanto o reprodutivo é desenvolvido no ambiente doméstico familiar, portanto é um trabalho que se desenvolve no âmbito privado e engloba as tarefas destinadas a “reproduzir a vida cotidiana”. Cruz (1998) afirma que esta forma de trabalho é subvalorizada e muitas vezes passa de forma despercebida, porém “é imprescindível para viver”. Este trabalho reprodutivo historicamente está relacionado com o trabalho feminino e é, em sua maioria, individual: “a produção que se realiza neste tem um valor de uso e não um valor de troca. Não é remunerado” (CRUZ, 1998, p. 8). O trabalho reprodutivo é também considerado “trabalho invisível”, feito não para si, mas “para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (ANGELIN & BERNARDI, 2007, p.1).

Nesse sentido, temos uma discussão em torno do dilema das atividades domésticas³⁰, em conciliação com o trabalho produtivo, visto que muitas mulheres, para o desempenho deste último, dependem de certa organização do primeiro, o que envolve características pessoais e

³⁰ Ao falar das atividades domésticas, Guérin (2005, p. 20) diz sobre as atividades de “cuidado com o outro” de maneira geral, o que é atividade feminina. Nas palavras da autora corresponde a “divisão desigual das obrigações familiares, quer se trate do cuidado de pessoas dependentes (crianças e idosos) ou dos trabalhos domésticos”. Essa concepção confere uma imagem da mulher pelo dom, “ocupar-se naturalmente de outrem”, o que reflete nas mulheres a “interiorização do senso de dever e da dedicação”.

familiares, bem como o estado financeiro, conjugal e a presença de filhos/as, associados à idade (BRUSCHINI, 2000, p. 16-17).

Assim, consideramos fundamental refletir sobre até que ponto a sociedade garante às mulheres condições de se realizarem profissionalmente, criando mecanismos que facilitem as tarefas realizadas pelas mulheres, principalmente quando se casam e que raramente os homens assumem (WHITAKER, 1988). É claro que são muitos os avanços nesse sentido conquistados pelos movimentos feministas e pela luta diária das mulheres, desde as escolas e creches que possibilitam o cuidado dos filhos e filhas ou ainda os direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas, às negociações diárias que as mulheres realizam em seus lares. Porém, ainda vemos como é preciso que as próprias mulheres consigam se estruturar para o trabalho e se organizar para a conquista das garantias sociais.

Nesse sentido Whitaker desenvolve algumas questões para nossa reflexão:

Por que não reduzir as jornadas de trabalho igualmente para homens e mulheres, de forma que ambos possam usufruir a companhia e os cuidados com os filhos pequenos e igualmente repartir as responsabilidades do cuidado com a casa? Por que não ensinar as crianças, desde certa idade, que a escravidão acabou e que cada pessoa, homem ou mulher, deve aprender a cuidar de si, da sua roupa, da sua alimentação, do espaço em que vive? Por que não considerar digno e gratificante para qualquer homem participar das tarefas que envolvem os cuidados com os filhos pequenos? [...] Por que, em vez de exigir que o Estado forneça creches para guardar crianças, não exigimos um novo tipo de sociedade em que as jornadas de trabalho de marido e mulher sejam menores e alternadas para permitir que ambos se encarreguem dos filhos e da casa parte do dia? (WHITAKER, 1988, p. 10).

Consideramos importante refletir sobre que tipo de trabalho querem realizar as mulheres e como, e ainda que as atividades domésticas e de cuidado com os filhos e filhas não são apenas deveres, mas também direito de todas as pessoas que assim o queiram fazer, homens e mulheres.

Somado a isso, pensando nas relações de assalariamento, vê-se que o valor do trabalho da mulher em muitas atividades ainda vale metade do valor da força de trabalho do homem, embora tenham diminuído as diferenças salariais. Em contrapartida, aumentou o grau de escolaridade das mulheres, principalmente entre as mais jovens, assim como sua inserção no mercado de trabalho. O que acontece é que em alguns ramos a mulher precisa ficar mais tempo na educação escolar para alcançar as mesmas colocações profissionais que os homens conseguem com menor escolaridade (SILVA, 1998, p. 85). Os resultados dessa situação têm sido a desigualdade na distribuição dos recursos econômicos na sociedade. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU):

O salário médio das mulheres do setor industrial no mundo representa 3/4 do salário masculino. As mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade; as mulheres recebem 1/3 dos valores destinados a salários mundialmente; sendo proprietárias de apenas 1% dos bens imóveis do mundo; as diferenças de renda entre mulheres e homens no Brasil são as maiores do mundo; dos quase 1,3 milhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. No Brasil, em média, as mulheres recebem metade do salário dos homens e, as mulheres negras, a metade do que ganham as mulheres brancas (PESSOA *et al*, 2008, p.4).

Vemos que a divisão sexual do trabalho historicamente se apresenta com prejuízos para as mulheres, conferindo uma hierarquização que gera desigualdades e até mesmo competições entre os sexos, na medida em que, por aceitarem receber menores salários, acabam feminilizando alguns cargos e, conseqüentemente, baixando os salários das ocupações nas quais as mulheres começam a se inserir (HIRATA, 2002). Paralelamente é preciso salientar que a mulher, considerada frágil, sendo este também um argumento da divisão sexual do trabalho, não é o que acontece em suas profissões. Nos trabalhos braçais, por exemplo, vemos como é desmistificada a idéia da mulher como sexo frágil.

Para maior compreensão tomamos como exemplo uma pesquisa realizada por Silva (1998) sobre o trabalho agrícola, em que se verifica a participação das mulheres em todas as etapas do trabalho (preparo da terra, plantação, carpa e colheita). Porém, alguns homens e as próprias mulheres caracterizam o trabalho das últimas como “ajuda”, embora reconheçam que “o peso da enxada é o mesmo”. Ainda no trabalho rural, temos outro exemplo na comparação das etapas do trabalho agrícola na cana-de- açúcar em diferentes regiões do Nordeste. A tarefa de capinar, no Sertão do Nordeste era uma tarefa dos homens e era considerado um trabalho pesado. Capinar, no Brejo Paraibano era tarefa das mulheres e era considerado trabalho leve. Como se vê, no cultivo da cana, o que caracterizava um trabalho como leve ou pesado não era a força física necessária para executá-lo, mas o valor social de quem o fazia (PESSOA *et al*, 2008, p. 5).

Segundo Abramovay & Silva (2000, p. 348), no setor agrícola e pecuário, analistas trabalham numa perspectiva em que estas atividades na América Latina são essencialmente masculinas, sendo que os homens são os que realizam a maior parte do trabalho no campo, enquanto as mulheres se limitam às atividades domésticas ou de “ajuda”. Na verdade, historicamente tinha-se a concepção de que as mulheres não faziam parte do chamado mercado de trabalho, porém, este trabalho denominado “ajuda” sempre foi muito importante para a unidade familiar, bem como para a economia e para a dinâmica do trabalho de maneira geral.

Sem esta “ajuda”, muito do trabalho não seria realizado:

essa percepção é reforçada pelas estatísticas oficiais, que subestimam e desconhecem a presença do trabalho feminino na População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, na medida em que, grande parte dessas mulheres trabalha como “ajudando” a unidade familiar sem uma remuneração específica. Os trabalhadores considerados “ajuda” são os tipicamente femininos, que, por não serem trocados no mercado, não tem um valor por si mesmo, mas contribuem para a reprodução geral do trabalho (ABRAMOVAY & SILVA, 2000, p. 349).

Na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda”, por se afastarem de sua atribuição própria, que são as atividades produtivas (SILVA & PORTELLA, 2004, p. 134).

Apesar do histórico de dificuldade das mulheres no mercado de trabalho, associadas ao trabalho reprodutivo, podemos ser otimistas em relação ao trabalho das mulheres. Pesquisas mostram muitos avanços da sociedade como um todo com a participação das mulheres no mercado de trabalho ao analisarem como a atividade feminina é criadora de emprego, gera valor agregado e movimentada a economia do país (GUÉRIN, 2005, p. 66). Além disso, podemos observar como a ação das mulheres em direção ao trabalho contribui para mudanças em suas vidas e, conseqüentemente, mudanças estruturais, que beneficiam a sociedade como um todo.

A partir destas compreensões em torno das mulheres no trabalho poderemos situar o significado da economia solidária na vida das mulheres que optam por esta forma de organização, vislumbrando novas possibilidades para as mulheres trabalhadoras. Na busca das mulheres por soluções, diante de uma história de discriminação, a economia solidária pode ser um caminho. Nesse sentido, retomamos novamente a especificidade desta investigação: um contexto de assentamento rural, em que mulheres com mais de 40 anos de idade, com baixa escolaridade, percebem-se diante da possibilidade de gerarem renda num trabalho distinto do realizado, doméstico e na roça, ampliando o processo de luta que já vinham construindo em suas vidas.

2.3. Novos caminhos para as mulheres a partir da Economia Solidária

Segundo Guérin (2005, p. 17) as mulheres são as primeiras a se mobilizar e a se auto-organizar diante de situações de necessidades e desemprego. Isso porque atividades coletivas são práticas de muitas mulheres ao longo de sua socialização, encontrando identificação na forma de organização dos empreendimentos solidários. Podemos observar que muitas mulheres estão envolvidas em relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo estas relações expressas nas práticas de se reunir em grupos. São exemplos os clubes de mães, na

igreja ou comunidade, nas relações familiares, nas escolas, no bairro e outras situações comunitárias, o que pode facilitar seu engajamento em um movimento. Dessa forma, a autora observa que existe maior possibilidade, o que não é determinado, das mulheres se engajarem em movimentos solidários, pois o coletivo já é uma prática na vida de muitas mulheres.

Somado a esta realidade observamos a tendência dos espaços permeados pela economia solidária de receber as mulheres, uma vez que proporcionam a participação em espaços de deliberação coletiva, de discussão e reflexão em que são ouvidas e podem dizer, bem como participar da vida pública. Assim, as mulheres encontram na economia solidária uma organização em que podem gerar renda e paralelamente conquistarem outros ganhos por participarem de espaços permeados pelo diálogo, em que a situação de dificuldades que encontram em outros trabalhos podem ser amenizadas.

Numa avaliação geral, feita por Angelin & Bernardi, a Economia Solidária pode contribuir de várias formas:

a) para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações”, contribuindo para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional; b) no contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar reivindicações e pressionar efetivamente as autoridades públicas para a construção de políticas públicas de gênero, ajudando assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas; c) viabiliza o acesso ao crédito e d) proporciona a emancipação financeira da mulher. Enfim, dentro da Economia Popular e Solidária o maior desafio é transformar as relações interpessoais e de gênero, ao mesmo tempo em que se busca mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura (ANGELIN & BERNARDI, 2007, p. 2)

Os motivos pelos quais as mulheres se engajam nos empreendimentos solidários são diferenciados e marcados pelas trajetórias de vida de cada mulher. A vulnerabilidade, vivenciada no excludente mercado de trabalho, representa o primeiro impulso para inserção às alternativas solidárias. Muitas mulheres encontram na economia solidária a única opção de trabalho num movimento em que a perda de referenciais é algo preponderante (COSTA & NEVES, 2007, p. 6).

No entanto, essa não é a única motivação para este trabalho, visto que muitas mulheres sentem-se cansadas diante das situações de exploração em trabalhos tidos como formais, em ações cotidianas, repetitivas e monótonas. Vivenciar uma atividade nova, com relações diferenciadas, implica romper alguns limites e experimentar a esperança de melhorias.

Outra questão a ser analisada, segundo Culti (2008), a partir da inserção de mulheres no mercado de trabalho pela economia solidária, é a expressiva presença das mulheres como

dirigentes e lideranças. O que é importante notar, visto que em nossa sociedade não é comum encontrarmos grande número de mulheres nas lideranças, pois este espaço tem sido historicamente negado as mesmas.

Para exemplificar, à luz dos dados desta investigação, temos que as mulheres marceneiras nos mostraram como as pessoas pensam que são os homens os donos da marcenaria, porém elas sabem que o trabalho depende delas, o que se apresenta como fundamental para a luta dessas mulheres na liderança da marcenaria, bem como para a construção do empreendimento solidário:

Eles chegam aqui e falam assim, cadê o dono daqui? O rapaz que cuida (Petúnia)

É, eles perguntam do dono quando chegam aqui: quem é o dono daqui? E a gente fala, somos nós (Rosa).

Porque pra tocar mesmo a marcenaria, só as quatro (Orquídea).

Mas a liderança é nossa... (Petúnia).

Para Culti (2008), a liderança de mulheres colabora para a mudança da idéia que as mulheres apenas estão em atividades de economia solidária por ser um trabalho comunitário, ou que só participam de atividades assistencialistas. Pelo contrário, o trabalho na economia solidária é um trabalho produtivo, que gera renda igualitária entre homens e mulheres e que permite a participação das mulheres nas lideranças.

A partir disto, Culti faz uma avaliação sobre a participação e atuação das mulheres na economia solidária, a qual,

abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, no caso das cooperativas, independentemente do sexo [...] nesta relação não se coloca como estratégia, a divisão sexual do trabalho (CULTI, 2008, p. 15).

É possível observar também o crescimento da participação das mulheres no movimento de economia solidária. Segundo dados do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (2005), foi constatado que a maioria dos trabalhadores da economia solidária são homens, mas a presença feminina nos empreendimentos e nos espaços de organização desta economia é muito marcante.

Ao observarmos os dados temos que estão associados nos empreendimentos econômicos solidários mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por empreendimento de economia solidária. A este conjunto agrega-se mais 25 mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os empreendimentos de economia solidária.

No conjunto dos participantes associados a esses empreendimentos, a participação relativa dos homens é superior a das mulheres (64% e 36%, respectivamente). Na região Sul a participação relativa dos homens é superior à média nacional (71%), enquanto que, na região Centro-Oeste, a participação das mulheres é superior à média nacional (41%). Tais dados referem-se aos empreendimentos em geral, em que muitos deles correspondem às empresas de autogestão, as quais antes eram fábricas, indústrias e atividades que ainda encontramos um número maior de homens. Correspondem ainda aos empreendimentos em que participam acima de 10 sócios.

O estudo também revela que, quanto menor o porte do empreendimento, maior é a participação relativa das mulheres. Elas predominam largamente nos empreendimentos com menos de dez sócios (63%). De acordo com o Atlas, são cerca de 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1.500 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (11%) e, os demais (73%), são empreendimentos formados por mulheres e homens.

É importante notar que as mulheres estão nos empreendimentos mistos, construindo junto com os homens relações mais igualitárias no que tange a divisão sexual do trabalho e também notar a predominância de mulheres nos pequenos empreendimentos. Para Culti (2008), esse indicador pode representar a reprodução de problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho hegemônico, pois os grandes empreendimentos da economia solidária ainda são dominados pelos homens. O que indica um caminho a ser trilhado pelas mulheres no movimento da economia solidária. À luz de Guérin (2005), temos que a participação das mulheres nos empreendimentos menores se dá também diante da conciliação possível entre vida familiar e profissional proporcionada pelos pequenos empreendimentos.

Como vemos, o espaço da mulher tem crescido no mundo da economia solidária, numa relação em que esta apresenta novas possibilidades para muitas mulheres e ao mesmo tempo tem implicações importantes nas relações de gênero. Pesquisas mostram que juntas, as mulheres nos empreendimentos e em autogestão, podem ocupar espaços e se sentirem valorizadas por isso. O fato de todas as pessoas serem associadas e donas dos empreendimentos solidários, dividindo igualmente as tarefas, se apresenta como um facilitador para a não divisão sexista do trabalho.

A isso somam-se os salários divididos igualmente entre todas e todos, possibilidades de geração de renda para mulheres, oportunidades de maior conciliação da vida doméstica e do trabalho produtivo, possibilidade de participação igualitária tendo a sua fala valorizada,

participação nas decisões do empreendimento, novos aprendizados, diálogo sobre a situação da mulher, trocas entre mulheres no trabalho, entre outras oportunidades que pode proporcionar mudanças em suas vidas pessoais e familiares. Isso porque, como já dissemos, as mudanças conquistadas pelas mulheres afetam a sociedade como um todo.

Segundo Habermas (1987-b), o engajamento de mulheres em diferentes movimentos sociais, assume enorme capacidade para gerar transformações em todos os âmbitos sociais. Para o autor, ações de solidariedade, ampliadas nesses movimentos sociais, faz com que os mesmos se tornem espaços em que não se rompe apenas com as formas de vida estabelecidas, mas que podem gerar transformações na economia e na política.

Assim, finalizamos nossas compreensões em torno dos dois eixos que cercam esta investigação, a “economia solidária” e as “relações de gênero” e seguimos nossos escritos a partir do referencial-teórico metodológico que a compõe.

3. As bases teórico-metodológicas do estudo: aprendizagem dialógica, feminismo dialógico e pesquisa comunicativa crítica

“A gente não nasceu burro, a gente é um ser humano, nascemos para aprender...elas vivem falando, não isso aí nós não fazemos, como que não faz? Não tem coisas que a gente faz e os homens não fazem? [...] A vida é uma escola, todos os dia ela ensina uma coisa nova [...] Por que se você sabe e fica só pra você, o que adianta? E a outra pessoa que precisa aprender, o que faz?”.

(Petúnia)

Tendo em vista as elaborações até aqui realizadas, correspondentes aos eixos que estruturam esta pesquisa, a economia solidária pela perspectiva da autogestão e as relações de gênero (que será ampliada pela perspectiva do feminismo dialógico), e seguindo o contexto de investigação da prática de incubação desenvolvida pelas mulheres marceneiras da Madeirarte, apresentamos, a seguir, as bases teórico-metodológicas que fundamentam o nosso estudo.

Apoiamo-nos na perspectiva comunicativa, a partir do conceito da Aprendizagem Dialógica, o qual diz respeito a uma maneira de conceber a aprendizagem pautada fundamentalmente nas elaborações de Habermas (1987) sobre a ação comunicativa e no conceito de dialogicidade desenvolvido por Paulo Freire (1994, 2005), ao conceberem as pessoas como sujeitos constitutivos do diálogo intersubjetivo, além de atuantes no contexto social e por isso capazes de transformá-lo³¹.

Vale salientar que entendemos ser a escolha teórico-metodológica uma escolha política, na medida em que corresponde à forma como compreendemos o mundo e nos relacionamos com este mundo, a forma como olhamos tantas injustiças e desigualdades sociais e como nos posicionamos diante delas, a forma como alimentamos a nossa esperança no sentido da ação coletiva e como buscamos, do lugar que estamos, da academia, o diálogo com as pessoas que fora dela estão diariamente buscando transformar as suas vidas. Tal escolha não se dá sem pensarmos: Que tipo de sociedade queremos construir? O que queremos com as nossas pesquisas? Como essas pesquisas podem contribuir para a sociedade que queremos?

³¹ O conceito de aprendizagem dialógica foi desenvolvido na Espanha, por pessoas do Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades – CREA, da universidade de Barcelona, em conjunto com as e os estudantes, pessoas adultas, da escola Verneda de San Martí, na tentativa de refletir e buscar superações dos diferentes eixos de segregação social, são exemplos: segregação por idade (edismo); por sexo/gênero (sexismo); por território (territorialismo); por raça/etnia (racismo); pela “normalidade” (necessidades especiais); escolaridade (escolarismo).

Destacamos aqui uma passagem de Paulo Freire (2000, p. 80):

Constatando, nos tornamos capazes de *intervir* na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem *estuda*, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos *constatando* apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a *inserção*, que implica *decisão*, *escolha*, *intervenção* da realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por nós e que nos fazem ver a impossibilidade de *estudar* por *estudar*. De *estudar* descomprometidamente como se misteriosamente de repente nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante do mundo, alheado de nós e nós dele. Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?

Segundo Gómez *et al* (2006), a própria definição do que se entende por ciência vem sendo reconstruída a cada corrente de pensamento, além do que, as novas teorias sociais estão contribuindo no campo das metodologias de investigação, buscando a coerência entre as teorias utilizadas e os métodos e técnicas de pesquisa. No caso da metodologia comunicativa crítica (MCC), tratamos da formulação de uma metodologia com base nas teorias que colocam o diálogo no centro de seus aportes, na busca da “superación de desigualdades sociales a partir de la reflexión crítica y de la intersubjetividad” (p. 13), tendo a metodologia como uma utilidade social. A MCC corresponde, no campo da pesquisa, ao referencial da aprendizagem dialógica, no campo da ação.

Dessa forma, seguimos este capítulo desenvolvendo as bases teórico-metodológicas que orientam esta investigação, para, na seqüência, apresentar o percurso metodológico realizado com as mulheres marceneiras na Madeirarte, bem como as técnicas de coleta de dados utilizadas, fornecendo à leitora e ao leitor as contribuições necessárias para a compreensão de nossas análises no processo desta pesquisa.

3.1. Aprendizagem Dialógica: valorização de diferentes conhecimentos e aprendizagens em diálogo

Iniciamos nossa compreensão a partir da teoria da ação comunicativa, a qual é uma tentativa de elaborar uma teoria para interpretar as ações humanas, partindo do princípio que “la racionalidad tiene menos que ver con el conocimiento o con la adquisición de conocimiento que con la forma en que los sujetos capaces de lenguaje y de acción hacen uso del conocimiento” (HABERMAS, 1987-a, p. 24).

Dessa forma, compreendemos que todas as pessoas possuem capacidades reflexivas, o que lhes permite produzir práticas próprias, e conseqüentemente modificar as estruturas sociais. Tal perspectiva habermasiana compreende a relação entre sujeito e sistema. Assim, a estrutura social é “a causa e o resultado da ação dos agentes” (1987-a, p. 115). Podemos exemplificar com as mudanças conquistadas pelas pessoas e movimentos sociais em relação ao matrimônio:

Los sistemas tradicionales de referencia han entrado en crisis y, por ejemplo, el matrimonio ya no es una institución válida para todo el mundo, por lo que aparecen y se aceptan nuevas formas de relación. Este cambio ha sido consecuencia de la reflexión de las personas para transformar su estilo de vida y las estructuras sociales, que así se amplían a nuevas opciones (CREA, 1998, p.17).

Nesse paradigma, Habermas (1987-a) apresenta que a realidade é uma construção humana que não depende do significado que as pessoas, individualmente, atribuem ao mundo, mas sim dos significados construídos comunicativamente, mediados pela interação das pessoas com os mundos objetivo, social e subjetivo. O mundo objetivo refere-se às coisas materiais e é idêntico para todas/os, refere-se à natureza externa e ao estado de coisas existentes; o social se refere às normas vigentes, aos valores e opiniões compartilhados intersubjetivamente; o subjetivo é interno, somente o sujeito tem acesso a ele, refere-se à totalidade de vivências subjetivas que o sujeito tem, refere-se à expressão dos desejos e sentimentos.

Dessa forma, cada pessoa é agente integrante, produtora e transformadora da sociedade, sendo que a realidade é uma construção social que depende da interação entre as pessoas e da construção dos significados estabelecidos coletivamente, o que Habermas (1987-a) denomina intersubjetividade. Tal intersubjetividade implica dizer que nós humanos não nos educamos isoladamente, não aprendemos sozinhos, mas em comunicação, ou seja, a minha transformação é indissociável da transformação de quem está diretamente comigo.

Para o autor, na ação comunicativa, dois sujeitos são capazes de interagir chegando ao entendimento, coordenando seus planos de ação e negociando situações compartilhadas, em que cada sujeito parte de seu mundo da vida. O conceito de mundo da vida, formulado por Schutz, ao ser utilizado por Habermas significa que não podemos reduzir a racionalidade às emissões e manifestações verdadeiras ou falsas, eficazes ou ineficazes, é muito mais do que isso: “Não chamamos racional somente quem faz uma afirmação e é capaz de defendê-la frente a um crítico, mas também a quem expressa um desejo, um sentimento, um estado de ânimo e é capaz de comportar-se de forma coerente com o dito” (GABASSA, 2006, p. 86).

Nesse sentido, temos a relação entre o mundo dos sistemas e o mundo da vida:

O mundo da vida apresentado diz respeito à relação que se estabelece entre mundo subjetivo, mundo social e mundo objetivo, a partir do qual os agentes comunicativos se movem sempre dentro do horizonte que é seu mundo da vida. As estruturas do mundo da vida fixam as formas de intersubjetividade do entendimento possível, o que possibilita que, na comunicação, os participantes apresentem sua posição “extramundana” frente ao “intramundano” sobre o qual podem entender-se (ibid, p. 106).

Para apresentar o paradigma comunicativo, Habermas (1987-a) discute diferentes tipos de ações da teoria sociológica:

- Ação teleológica: corresponde a ação em que os sujeitos escolhem um fim, uma meta determinada e assim definem os melhores meios para atingir os seus objetivos. Nesta forma de ação, “el actor realiza un fin o hace que se produzca el estado de cosas deseado eligiendo en una situación dada los medios más congruentes y aplicándolos de manera adecuada” (ibid, p. 122). O conceito central é o de uma decisão entre alternativas de ação. Podem ser exemplos desta ação um/a vendedor/a que realiza uma propaganda para aumentar as suas vendas, ou ainda uma pessoa que escolhe os ingredientes e quantidades para cozinhar, a agricultora que planeja a sua ação para plantar. Ampliando a ação teleológica, Habermas (ibid) aponta a ação estratégica, como uma subcategoria da primeira, sendo que nesta ação estratégica está implícito o controle do comportamento alheio. Nas palavras de Habermas (1987-a, p. 122) “este modelo de acción es interpretado a menudo en términos utilitaristas”. É exemplo quando quero uma carona para ir embora, mas não tenho intimidade para dizer os meus motivos, então monto uma estratégia para fazer a minha carona sair mais cedo, sem ela saber que eu estou controlando o seu comportamento. Ou ainda quando educadores organizam seus planos de ação julgando os melhores conteúdos, sem respeitar os conhecimentos dos/as educandos/as e sem consultá-los/as.

- Ação normativa: regulada por valores e regras comuns, o que possibilita um comportamento conforme as normas associando o modelo normativo de ação com um modelo de aprendizagem que dê conta da interiorização de valores: “concebe a linguagem como um meio que transmite valores culturais e que é portador de um consenso que simplesmente fica ratificado a cada novo ato de entendimento” (GABASSA, 2006, p. 114). Uma ação normativa fixa regras aos sujeitos do grupo ao qual pertencem, orienta as ações dos sujeitos por valores comuns. Tais regras podem ser formalizadas ou estar implícita, por exemplo: é necessário sair à rua vestido, mesmo no calor, pois essa é a norma do grupo ao qual pertencemos (FLECHA, GÓMEZ & PUIGVERT, 2001, p. 134). O conceito central da ação normativa é o “cumplimiento de una expectativa generalizada de comportamiento” (HABERMAS, 1987-a, p. 123).

- Ação dramaturgica: esta também faz parte da interação humana e é própria da interatividade. Corresponde a noção que temos de quem nos escuta e assim dimensionamos a nossa fala para quem escuta. Nas palavras de Habermas (1987-a, p. 123) “el concepto de acción dramaturgica no hace referencia primariamente ni a un actor solitario ni al miembro de un grupo social, sino a participantes en una interacción que constituyen los unos para los otros un público ante el cual se ponen a sí mismos en escena”. Em sociedade, sabemos que as pessoas nos vêem e muitas vezes agimos como esperam, por necessidade ou não. Gofman utiliza como exemplo o manicômio, uma penitenciária, ou seja, uma pessoa sob instituição total, em que necessita agir seguindo parâmetros e encenando, mesmo que pense diferente. O conceito central para Habermas (ibid, p. 124) é a *autoescenificação*, a qual representa a construção de determinada imagem de si mesmo que o ator suscita em seu público, não como um comportamento “expressivo espontâneo”, mas como uma estilização da expressão das próprias vivências, tendo em vista os expectadores.

A partir disto Habermas (1987-a) apresenta a ação comunicativa³², composta por relações intersubjetivas orientadas para o entendimento e para o consenso, em que a linguagem é utilizada como um meio de entendimento no qual os falantes e ouvintes se referem, a partir do horizonte do mundo da vida, a algo no mundo subjetivo, no mundo objetivo e também social, para negociar situações que podem ser compartilhadas por todos e todas. Por meio da linguagem, os sujeitos estabelecem relação com o mundo de um modo reflexivo, compartilhando interpretações e entendimento. Dessa forma, temos que na ação comunicativa os mundos objetivo, social e subjetivo são construídos pela intersubjetividade³³.

Para Habermas, a ação comunicativa se dá quando ao menos dois sujeitos capazes de linguagem e ação participam de uma relação interpessoal com fim de entender-se, para coordenar seus planos de ação e com ele suas ações (HABERMAS, 1987-a, p. 124). Nesse sentido, a ação

³² Destacamos que tais ações são também utilizadas e necessárias à vida em sociedade, porém Habermas observou que, com a Modernidade, as três ações já não eram mais satisfatórias, elas não se bastavam diante da enorme diversidade entre as pessoas, ou seja, o consenso normativo não se sustenta, tão pouco as ações dramaturgicas e teleológicas, podendo ser a violência consequência dessas ações isoladas. Por isso apresenta a ação comunicativa, diante da necessidade do diálogo para a formulação de acordos e possibilidade de entendimento, já que não existe ação normativa ou teleológica que se sustente sem um consenso de fundo de base explícito. Reflexões realizadas no curso de formação em Tertúlia Literária Dialógica, ministrado pela Prof. Dra. Roseli Rodrigues de Mello realizado em 11 de outubro de 2008, na UFSCar.

³³ Importante notar que na teoria de Habermas a subjetividade é indissociável do mundo objetivo e do mundo social. Cada um de nós só pensa o que pensa porque pertence a um grupo, um tempo, um sistema social. Nossa subjetividade é totalmente compreensível porque temos um mundo que é social, o qual corresponde o mundo da vida, e um mundo que é objetivo. De maneira contrária as pessoas nem se entenderiam.

comunicativa se refere à possibilidade de negociação das situações suscetíveis de consenso e crítica, o que implica uma comunicação com fins ao entendimento, mecanismo coordenador da ação comunicativa. Tal entendimento significa que as pessoas envolvidas na ação se colocam em acordo acerca da validade de suas emissões (FERRADA, 2001, p. 44).

Faz-se necessário destacar que a ação comunicativa não pode ser reduzida a “conversa”, pois não é apenas falar, ou seja, palavra vazia, mas corresponde às operações interpretativas dos sujeitos na interação, visto que diálogo não é apenas palavra, mas também ação. Assim, a ação comunicativa representa a união entre comunicação e mundo da vida, sendo, ao contrário das demais formas de ações na comunicação, uma relação verdadeira de diálogo, na qual as pessoas podem expor seus argumentos e tentar chegar num acordo, possibilitando, portanto, a construção de uma sociedade mais igualitária (GABASSA, 2006).

Habermas (1987-a) prioriza em sua teoria a relação interpessoal, na perspectiva de uma linguagem que busca comunicar, sendo necessário apresentar uma emissão com pretensões de verdade e apontar suas razões, o que é distinto da linguagem perlocutória, em que se busca causar um efeito sobre o ouvinte. A questão central na busca do entendimento é a argumentação, a qual implica escutar o que os outros estão dizendo, sem tomar a fala do outro como retórica. Nesse sentido, Habermas defende a validade dos argumentos em detrimento do argumento de poder:

Nas pretensões de poder, usa-se de força para impô-lo, enquanto que nas de validade os meios são os argumentos, que podem ser questionados, superados, reformulados. As pretensões de validade possibilitam chegar a acordos, enquanto que as de poder sempre vão submeter uma das partes à outra (MELLO, 2002, p. 2).

É importante a compreensão do argumento e da argumentação. O argumento é composto de conclusões que podem levar consigo tanto pretensões de validade como questões que podem ser apontadas como duvidosas: “Los argumentos son los medios con cuya ayuda puede obtenerse un reconocimiento intersubjetivo para la pretensión de validez que el proponente plantea por de pronto de forma hipotética, y con los que, por tanto, una opinión puede transformarse en saber” (HABERMAS, 1987-a, p. 47). Tal emissão pode estar susceptível de negação, desde que novas pretensões sejam apresentadas. Já a argumentação é o tipo de fala, na qual os e as participantes expõem argumentos para desenvolver ou recusar as pretensões de validade que possam deixar dúvidas: “La argumentación tiene por objeto producir argumentos pertinentes, que convenzan en virtud de sus propiedades intrínsecas, con que desempeñar o rechazar las pretensiones de validez” (ibid).

Assim, a ação comunicativa está pautada nas pretensões de validade, em que o/a falante busca dialogar de maneira democrática na interação entre os sujeitos, sendo que os atos de fala são sempre susceptíveis de crítica. A decisão dependerá do melhor argumento e não da pressão nem dos condicionamentos dados à discussão, o que possibilita a construção de consenso: “el consenso solo puede producirse cuando un oyente acepta la verdad de una afirmación del hablante o cuando, sin dudar de esa veracidad, el argumento o el mandato del hablante es realizable y no esconde intereses implícitos a la acción” (CREA, 1995-1998, p. 47). Habermas ainda aponta que “las pretensiones de validez exigen una toma de postura racional por parte de un oponente” (HABERMAS, 1987-a, p. 79), e, além disso, em ação comunicativa, os e as participantes ao se relacionarem com o mundo, reclamam validade para as suas manifestações³⁴.

Como vimos, nesta perspectiva habermasiana, sociedade e pessoa se constituem reciprocamente, enquanto que apenas numa perspectiva de sistema, temos as relações mediadas pelo poder e pelo dinheiro, negando normas e valores consensuados. Porém, a socialização mediada pelo dinheiro e poder geram fenômenos de crises, como os fenômenos de exclusão, marginalidade, opressão, os quais se produzem nas sociedades modernas. Nessas situações, encontramos a colonização do mundo da vida pelo sistema, através da predominância de umas ações sobre as outras, sendo orientadas ao êxito e não ao entendimento, tendo como consequência a negação dos processos de socialização solidária.

Controlados pelo dinheiro e pelo poder inevitavelmente temos crises sociais e, por isso, o autor apresenta a relação sujeito e sistema numa coordenação de ação que é comunicativa:

Apuesta por una sociedad que, además de reproducir las estructuras simbólicas del mundo de la vida necesarias para el mantenimiento de una cultura y una sociedad, sea al mismo tiempo capaz de incorporar procesos de renovación e innovación requeridos para el enriquecimiento de los mismos, como también de la apertura de espacios que permitan revertir los fenómenos de crisis (FERRADA, 2001, p. 77).

A questão central destas elaborações está em como podemos nos educar para além do domínio do dinheiro e do poder, no qual se encontra a modernidade sistêmica e, buscar relações

³⁴ O consenso em Habermas é distinto do consenso utilizado pelo senso comum, o qual implica que todas as pessoas pensem as mesmas coisas. Em Habermas (1987-b, p. 172) o consenso se dá quando o ouvinte aceita a verdade de uma argumentação sem duvidar de sua veracidade, na medida em que as pessoas da interação orientem suas ações ao entendimento e, dessa forma, busquem uma afirmação comum. A possibilidade de construção de acordos está implícita no consenso para Habermas, o que é suscetível de mudanças e críticas. Na construção deste consenso é fundamental que as pessoas se coloquem em comunicação seguindo pretensões de validade, a qual, por sua vez, pretende: **verdade** para os enunciados ou para a “pressuposições de existências”; **retitude**, sendo o ato de fala correto em relação ao contexto normativo vigente, ou que seja legítimo; e **veracidade**, uma vez que o que é dito corresponde ao que se pensa (GABASSA, 2006, p. 116).

em que validemos os nossos argumentos por meio da solidariedade, igualdade e diálogo (produto do acordo intersubjetivamente alcançado), ou seja: “los procesos interactivos propios del mundo de la vida deben ser capaces de modificar y controlar el sistema” (ibid, p. 15).

Finalizando as elaborações em torno da ação comunicativa, destacamos o fato de que, nesta ação, todo conhecimento é suscetível de crítica, na medida em que as interferências e os dissensos favorecem e enriquecem as interações. Isso porque a problemática dos contrários está presente na racionalidade comunicativa, a qual implica a aceitação dos conflitos mediante pretensões de validade, dada a possibilidade de busca de uma ação intersubjetiva, em que sujeitos capazes de linguagem e ação podem se apresentar em situação de igualdade (FERRADA, 2001).

Com isso reconhecemos os conflitos, fundamentais para todo o avanço histórico, bem como podemos analisar mais precisamente os fenômenos que os produzem, a partir do reconhecimento de uma racionalidade comunicativa.

Tendo explicitado os postulados da ação comunicativa habermasiana, faz-se necessário aprofundar o conceito de aprendizagem dialógica, em relação à dialogicidade, buscando seu significado em Freire, ao dizer que a ação dialógica se dá pelo diálogo com as massas e pela comunicação, para que *o outro* tenha a possibilidade de *ser mais* (FREIRE, 2005-a, p. 146). Nessa direção, o diálogo, em Freire, pode ser entendido como fenômeno humano constituído pela palavra verdadeira, a qual guarda duas dimensões radicalmente imbricadas: a ação e a reflexão. “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (ibid, p. 89).

O diálogo corresponde a uma postura ético-política, localizada na ontologia humana: “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (ibid, p. 89). Revela, assim, que o diálogo não é, nunca, ação isolada, mas sempre um ato coletivo, um encontro entre homens e mulheres. Constitui-se na relação eu-nós, nunca no eu-tú; trata-se de relações *de um(ns) com o outro(s) mediatizados pelo mundo*. O diálogo nunca é unilateral, tão pouco é só falar, implica escutar e se escutar (em diálogo, a própria pessoa se escuta e pode rever-se).

Por isso, diferentemente da perspectiva reprodutora que tenta colocar legitimidade somente naqueles que ocupam posições de poder na hierarquia social, o diálogo é um direito de todos/as. Fazer diálogo é uma opção e uma disposição das pessoas para, em conjunto, *denunciar*

e anunciar o mundo. Dessa forma, a dialogicidade não pode ser entendida como um instrumento, mas como uma “exigência da natureza humana”, uma exigência epistemológica (FREIRE, 2005-b, p. 74), o que implica maturidade, segurança no ato de perguntar e seriedade na resposta³⁵. Partindo desse entendimento é que Freire coloca o diálogo como a via da educação e esta como prática da liberdade, o que recobra ainda alguns elementos fundamentais, imbricados entre si:

- Amor profundo pelo mundo, pelos homens e mulheres: como ato de criação e recriação, portanto contrário à dominação. Amor que tem a exigência da “coragem, nunca do medo, o amor é compromisso com os homens”, com a causa dos oprimidos para saírem da relação de opressão (FREIRE, 2005-a, p. 92). O amor e o diálogo que ele implica, e no qual está implicado, exige a eliminação da situação de opressão;

- Humildade para perceber-se ignorante: o que não coincide com um ato arrogante. A não arrogância advém do ato humilde de saber que ninguém sabe tudo; não se pode alienar a ignorância. Daí que sempre temos algo a aprender com os outros, daí a necessidade de não se sentir superior acreditando que “só um grupo seleta pode mudar o mundo”. Nessa perspectiva, diálogo e auto-suficiência são incompatíveis: “[...] não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam ser mais” (ibid, p.93).

- Fé nos homens e nas mulheres e na sua vocação de *ser mais*: O diálogo implica a fé no poder do ser-humano em fazer e refazer o mundo, fé na “vocação de ser mais que não é privilégio de alguns, mas direito dos homens” (FREIRE, 2005-a, p. 93). Trata-se de uma fé crítica, não ingênua, fé que não permite o comodismo (ibid, p. 94). É nessa possibilidade de ser mais que se encontra o aprimoramento da cultura enquanto humanização;

- Confiança: conseqüência óbvia do diálogo, portanto se instaura com ele. A confiança não existe se as palavras não coincidem com os atos, portanto se instaura na coerência (ibid, p. 94). Tal confiança nos permite saber sempre de que lado estamos e assim construir os caminhos de transformação lado a lado;

- Esperança: Emerge de saber que somos imperfeitos e por isso em eterna busca, que “não se faz no isolamento, mas na comunicação” (ibid, p.95). A injustiça instaurada, porque provisória diante das possibilidades humanas transformadoras, não deve apagar a esperança, mas ao

³⁵ Destacamos que Freire (2005-b) discute o esforço da coerência na busca da dialogicidade. A ideologia dominante caminha contrária à ação dialógica e por isso a coerência se torna difícil, além disso, não seremos coerentes o tempo todo, visto que sendo humanos também somos contraditórios, não existe coerência absoluta no humano. Porém, Freire destaca o esforço pela coerência, a busca incessante do diálogo enquanto opção e escolha política, a fim de nos educarmos para o diálogo e buscarmos coerência.

contrário, alimentá-la para buscar a humanização; restaurá-la. Esperança entendida não como pura espera: “me movo na esperança enquanto luto, se luto com esperança espero” (ibid.). A luta pela esperança se intensifica na medida em que se percebe que não é uma luta solitária.

Para o autor, sem esses elementos é impossível a realização do diálogo como palavra verdadeira, o que também implica conhecimento. No clima dialógico as pessoas sabem por que perguntam e podem compreender a resposta, em outras palavras, dialogar não é tagarelar, é busca crítica. Por isso mesmo que o autor em questão observa que pode existir diálogo em uma exposição, desde que seja crítica e metódica, desde que os ensinamentos não se esvaziem dos contextos das educandas e educandos, bem como não se limite à invasão cultural³⁶, possibilitando apreensão do conhecimento dialogado. Dessa forma, o novo conhecimento pode ser inserido em situações concretas e não substituído pelo conhecimento prévio dos educandos e educandas.

Assim, a partir destas compreensões em torno dos conceitos de ação comunicativa e dialogicidade explicitados, podemos ampliar as discussões da aprendizagem dialógica, uma vez que seus sete princípios derivam desses conceitos. Apresentamos esses princípios:

- Diálogo igualitário: O diálogo é igualitário quando são considerados os diferentes argumentos, pela sua função de validade, independente da posição de poder que ocupam as pessoas que estão na interlocução, o que permite uma mudança de postura, buscando reflexão e ação nas relações estabelecidas. Assim, as pessoas, antes passivas, na espera do conhecimento, tornam-se ativas, refletindo e agindo em plano de igualdade para que haja a construção de outros conhecimentos (FLECHA, 1997, p. 62).

A tentativa do diálogo igualitário é que o argumento de diferentes pessoas seja igualmente respeitado e validado. É exemplo: considerar o argumento das pessoas que possuem mais estudos, os quais já dominam cotidianamente, em igualdade com o argumento de outra pessoa sem estudo universitário e/ou de menor poder aquisitivo, mas que parte de seu mundo da vida na elaboração de seus argumentos. Dessa forma, o aprendizado é construído nas relações, em que cada um/a pode educar-se e educar o/a outro/a, a partir do seu testemunho de coerência e não da prescrição de um modelo de ser e agir (FREIRE, 2005-a). Educar-se no e para o diálogo igualitário estimula uma tarefa reflexiva profunda, pois faz-se necessário tornar a sua posição

³⁶ Ao falar de invasão cultural, Freire se refere ao extensionista, como aqueles que levam conhecimento e se sobrepõe àqueles que recebem passivamente. Refere-se a atividade de extensão, distinta da comunicação, negando a ação-reflexão. Ver FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1980. 4 ed.

compreensível aos outros. Dessa forma, é chave para a participação das pessoas, as quais passam a demonstrar seus posicionamentos sem serem rechaçadas pelo fato de sua comunicação cultural.

- Inteligência Cultural: Todas as pessoas possuem as mesmas capacidades para participar de um diálogo, porém cada pessoa demonstra seus aprendizados em ambientes distintos. Para Flecha (1997, p. 20), “los grupos privilegiados imponen la valoración social de sus formas de comunicación como inteligentes y las de otros sectores como deficientes”. Dessa forma, projetam teorias dos déficits a todos/as aqueles/as que fogem do padrão dominante “branco, masculino, ocidental”, ou seja, a maioria da população mundial.

Podemos observar que tais teorias dos déficits causam a impressão de desconfiança das possibilidades das pessoas adquirirem o conhecimento privilegiado, criando estereótipos de sua falta de capacidade. Para Flecha (ibid) são teorias que desconsideram que o aprendizado acontece em diferentes espaços, nas práticas sociais e não apenas na escola, bem como que as pessoas possuem capacidades cognitivas distintas, mas não inferiores. Entendemos assim, que todos/as podemos participar do diálogo igualitário, porque temos inteligência cultural, que deriva de nossos contextos de vida e das relações.

O conceito de inteligência cultural resgata as inteligências acadêmicas e práticas, além das demais capacidades de linguagem e ação dos seres humanos. Assim, todos os aprendizados são funcionais em seus próprios contextos e podem ser apreendidos por outros em determinadas condições (ibid, p. 22). As habilidades comunicativas são componentes importantes dessa inteligência: “se resuelven con ellas muchas operaciones que no lograría solucionar un actor solitario con sus inteligencias académica y práctica” (FLECHA, 1997, p. 21).

Ao considerar que o saber acadêmico é imposto socialmente como superior, pelas classes dominantes, pessoas que possuem outras inteligências e formas de comunicação, restringem, por auto-proteção social, a demonstrar seus conhecimentos apenas nos âmbitos em que foram gerados ou nos próximos destes. Citamos três condições fundamentais à realização e ampliação da inteligência cultural: *autoconfiança interativa* (saber que o grupo não desqualificará seu argumento); *transferência cultural* (perceber que pode demonstrar a mesma inteligência em novo contexto); *criatividade dialógica* (as diferentes contribuições geram aprendizagens que permitem solucionar os problemas com mais criatividade) (ibid, p. 25-26). Dessa forma, as pessoas passam de receptoras de conhecimentos a pessoas que os geram.

- Transformação: Para Freire, as pessoas são seres de transformação e não de adaptação: “Se a história não é uma entidade superior que paira sobre nossas cabeças e nos possui, também não pode ser reduzida a objeto de nossa manipulação” (1994, p. 21). O autor, ao dizer sobre a capacidade de transformação dos seres humanos, faz uma crítica às relações de poder que buscam manter a lógica dominante e, questiona: “as coisas são assim porque não podem ser diferentes?”. Fala também que os fracos e injustiçados unidos poderiam ter mais poder, saindo de uma visão fatalista e abrindo possibilidades às transformações (1994, p. 23).

Compreendemos que esta maneira de aprender dialogando e valorizando tudo o que construímos ao longo de nossas vidas nos vai transformando e, assim, modificamos também as relações com as pessoas ao nosso redor. A transformação ocorre conforme as pessoas percebem-se valorizadas como pessoas que sabem e podem aprender mais, passando à criação cultural. Isso transforma profundamente sua condição pessoal e, assim, suas relações familiares e no trabalho. Por conseguinte, ao viverem em um contexto e serem geradoras deste, as pessoas passam a transformá-lo, principalmente por meio de ações coletivas.

- Dimensão Instrumental: Este princípio está relacionado com os conhecimentos, os quais também se articulam com os sentimentos. Em nossas interações todas e todos podemos aprender juntas/os e definir diferentes temas a serem discutidos nos movimentos de luta. A reflexão é imprescindível para compreender com profundidade as tarefas a realizar e para ter criatividade na construção de novas respostas aos problemas que se vão questionando (FLECHA, 1997, p. 33). Não é porque falamos em aprendizagens dialógicas que excluimos a necessidade dos aprendizados técnicos e científicos. A aprendizagem dialógica inclui a instrumental, somado aos conhecimentos e habilidades que se considera necessário possuir. A diferença está em que os objetivos e procedimentos destes aprendizados são definidos com as pessoas e não sobre ou para elas, “escudándose en razones de tipo técnico que esconden los intereses excluyentes de unas minorías”. Em outras palavras a aprendizagem dialógica se opõe a “colonización tecnocrática del aprendizaje” (FLECHA, 1997, p. 33).

Vemos que, quando o diálogo é igualitário, é possível fomentar uma intensa reflexão, pois temos que compreender os argumentos alheios, formular e apresentar os nossos próprios argumentos, o que estimula o aprendizado instrumental. Assim, esta dimensão aparece como instrumento de diálogo e mobilidade, visto que o conhecimento instrumental é eixo de poder e instrumento de luta em nossa sociedade.

- Criação de Sentido: Mesmo vivendo em um sistema que nos coloca muitas barreiras podemos superar juntas e juntos as dificuldades, recuperando os sentidos de nossas ações, porque assumimos as condições de nossas relações. O conceito da aprendizagem dialógica aponta que são as pessoas que criam os meios, as mensagens e os sentidos para a sua existência.

Todo el mundo podemos soñar y sentir, dar sentido a nuestra existencia. La aportación de cada uno es diferente a la del resto y, por tanto, irrecuperable si no se tiene en cuenta. Cada persona excluida es una pérdida irremplazable para todas las demás. Del diálogo igualitário entre todas es de donde puede resurgir el sentido que oriente los nuevos cambios sociales hacia una vida mejor (FLECHA, 1997, p. 35).

A relação de subordinação no mundo do trabalho e em diferentes interações vai encoberto o sentido e a possibilidade de se desfrutar da vida. Vemos que os sistemas burocráticos incorporam linguagens exclusoras, destinadas a manter seu poder sobre as sociedades. Porém, a reconstrução dessas relações ajuda na elaboração de novos contextos comunitários, gerando vontade de estar em grupo, aprendizagens, gerando prazer em existenciar-se, historicizar-se e fazer história com o grupo. Essas mesmas instâncias que excluem também podem ser recriadas pelas pessoas, possibilitando novamente o sentido.

- Solidariedade: Ao nos ajudarmos uns aos outros superamos a idéia de que cada pessoa deve lutar sozinha. Em solidariedade podemos nos colocar a favor da participação, luta e esforços para melhores condições de vida. A sociedade em que vivemos impõe a competição, seleção dos melhores e a exclusão dos demais. Segundo Flecha (1997, p. 38) este pensamento *antihumanista* é responsável pelas relações *antiigualitárias*, como, por exemplo, as políticas neoliberais que visam manter o poder de alguns sobre outros. Tais políticas tentam mostrar que a solidariedade não é possível e que os esforços solidários não são rentáveis, tão pouco desejáveis.

Contrariando esse pensamento, podemos dizer da importância da solidariedade, presente nas bases teóricas aqui apresentadas, em meio a uma prática educativa dialógica, a fim de construir outras relações capazes de priorizar a participação de todas as pessoas e não apenas de algumas privilegiadas, ou para melhorar as condições de vida de todas as pessoas e não de um número restrito de pessoas.

Em outras palavras, a solidariedade brota na medida em que se torna evidente sua vantagem, ou seja, em que percebemos que, juntos, podemos saber, construir e ser mais. Mas ela se efetiva apenas com o esforço de buscar e aprender conjuntamente, de superar os problemas de fato. É um valor relacional, cuja relevância é distorcida na sociedade atual, na medida em que se fala em solidariedade entre empresários ou entre grupo de trabalhadores na empresa, para que,

mais fortes, possam ser mais competitivos. Nesse contexto, não há solidarização com pessoas, há um individual que se vale do grupo para conseguir vantagem no âmbito do dinheiro ou do poder.

Em contrapartida, entendemos a solidariedade entre os que desejam a igualdade e a vivenciam de fato. Em meio à solidariedade podemos afirmar que a democracia, igualdade, paz, e outros conceitos como a liberdade sexual e igualdade de gênero são mais desejáveis do que a ditadura, guerras, desigualdades ou violências, sendo a educação responsável por trabalhar pelas primeiras e não por reforçar as segundas.

- Igualdade de diferenças: Este princípio parte do pressuposto que todas as pessoas são iguais e diferentes, porque todas/os temos o direito de viver e pensar de maneira diferente e ser respeitadas/os por isso. Em diálogo podemos refletir sobre essas diferenças para a criação de acordos e possibilidade de respeito.

Nesse sentido, destaca-se a percepção de que todas e todos somos diferentes e é importante que cada um viva na diferença, desde que haja respeito e igual direito de cada um ser diferente. Porém, podemos observar que em meio a tantas exclusões, nem sempre temos as mesmas oportunidades de escolher ser diferente e por isso não é possível considerar todas as pessoas iguais sem refletirmos sobre as diferenças.

Para a compreensão da diferença, Flecha (1997) aponta duas concepções, uma homogeneizadora e outra que considera somente a diferença. Nas palavras de Flecha:

Se atacan dos posturas: la concepción homogeneizadora de la igualdad y su reducción a la igualdad de oportunidades. La primera pretende integrar a todo el alumnado en un currículo homogéneo, llevando así al fracaso a quienes tienen en sus familias y comunidades saberes diferentes de los que impone la escuela. La segunda intenta que toda niña o niño tenga las mismas oportunidades de llegar a las posiciones altas o bajas de una sociedad, pero sin cuestionar las distancias existentes entre ellas (ibid, p. 42).

Dessa forma, a igualdade e a diferença que propõe a aprendizagem dialógica nunca aparecem ilhadas. A igualdade sozinha comporta um alto grau de homogeneização das pessoas e a diferença, isolada, relativiza as desigualdades, naturalizando-as e atribuindo a responsabilidade total aos sujeitos e, desse modo, desautorizando lutas igualitárias por direitos universais (FLECHA, 1997, p, 44). A igualdade na diferença, por sua vez, busca outros discursos: a verdadeira igualdade inclui o mesmo direito de toda pessoa a viver de forma diferente.

A partir desta perspectiva, Freire aponta a importância da unidade na diversidade³⁷, ou seja, “nunca se critican las formas limitadas de igualdad sin defender al mismo tiempo otras más consecuentes, y nunca se defiende la diversidad sin proponer simultáneamente la equidad de personas y colectivos diferentes” (FLECHA, 1997, p. 42).

Assim, a partir desses sete princípios, a aprendizagem dialógica serve à denúncia dos “muros antidialógicos” que temos produzido no contexto neoliberal da globalização e da sociedade da informação e, também, ao anúncio de formas para superá-los (FLECHA, 1997). Flecha, dedicando-se a esse movimento de libertação, refere-se a Freire para nos lembrar que, embora o diálogo esteja na ontologia humana, em nossas relações intersubjetivas, contextualizadas histórica, social e culturalmente, também criamos “muros antidialógicos” (ibid, p. 24). Estes muros correspondem à opressão, ao impedimento pelos opressores a que os oprimidos sejam mais, ao impedimento, por vias econômicas, políticas e culturais, da humanização de todas e todos.

Os “muros antidialógicos” correspondem, pois, a diferentes tipos de exclusão, a saber: *exclusões culturais*, responsáveis por desqualificar a maior parte da população julgada como incapaz de se comunicar por não o fazer pela via dos saberes socialmente valorizados; *exclusões sociais*, impostas à população de modo a impedir que participe da produção do conhecimento acadêmico, limitando tais experiências educativas a alguns setores sociais; e *exclusões pessoais*, impedindo que muitas pessoas usufruam dos bens culturais. Por sua vez, estes tipos de exclusão estão vinculados às exclusões econômicas, representadas, por exemplo, pela restrição do acesso ao mundo do trabalho aos escolarizados, conhecedores de tecnologias capazes de processar e selecionar informações.

Quanto mais os fatores de exclusão se cruzam, seja por idade, raça, etnia, grau de escolaridade, sexo ou classe social, mais as pessoas se encontram em desvantagem (FLECHA, 1997). Dessa forma, pela posição ética e política que assumimos, entendemos ser fundamental a construção de alternativas para a superação destes muros de exclusão e superação de desigualdades, contexto em que se desenvolve a proposta de educação permeada pela

³⁷ Ao falar em unidade na diversidade, Freire (2005-b, p. 68) reconhece as diferenças entre as pessoas, grupos, raças e etnias, mas diz sobre a necessidade desses grupos oprimidos se unirem nessa diversidade para lutarem, desde que sejam os mesmos os objetivos que une os diferentes. Para o autor, “a igualdade nos e dos objetivos pode viabilizar a unidade na diferença. A falta de unidade entre os diferentes conciliáveis ajuda a hegemonia do diferente antagonico”. Dessa forma, o autor aponta que os diferentes devem aceitar a unidade e prescindir dela para a luta, pois tal unidade vai além dos limites específicos de cada grupo. O que é certamente cooptado pelas políticas neoliberais, que dividem para governar e assim criam relações de desigualdade entre diferentes grupos que podem ter objetivos comuns.

aprendizagem dialógica. Nessa mesma direção é que se desenvolve a metodologia comunicativa crítica, como possibilidade de refletirmos sobre esse contexto social em nossas pesquisas, entendendo ser fundamental a importância do diálogo intersubjetivo na elaboração do conhecimento.

Também sobre esta orientação se apresenta a teoria do feminismo dialógico, perspectiva que, na investigação realizada com as mulheres marceneiras, fez-se fundamental para a compreensão das conquistas e obstáculos que se apresentam às marceneiras no processo de construção e vivência de um empreendimento solidário. Além disso, permitiu diferentes diálogos entre mulher pesquisadora e mulheres marceneiras em torno das relações de gênero, bem como a valorização da construção de novos caminhos para as mulheres em solidariedade. E é nessa direção que apresentamos o feminismo dialógico como contribuição para a compreensão necessária no diálogo igualitário entre mulheres, respeitando o princípio da igualdade de diferenças.

3.2. O Feminismo Dialógico: um novo olhar sobre as mulheres e as relações de gênero

“Se não é contado não é valorizado e por mais que pensem que não, muitas mulheres estão fazendo história”.

(Camélia)

A teoria do feminismo dialógico, construída pela autora Lúcia Puigvert (2001-a), na busca de coerência com o anúncio para além da denúncia e em consonância com os princípios da aprendizagem dialógica, apresenta a tentativa de buscarmos um caminho de superação das relações de opressão sofridas pelas mulheres, mas também na relação de opressão entre as mulheres. Tal feminismo é pensado a partir da ação coordenada das mulheres, sem discriminação de nível de estudo, geração, classe social e raça/etnia, na luta por direitos para mulheres, incluído o direito ao atendimento de necessidades específicas da vida feminina nos diferentes grupos, gerações e culturas.

Nessa direção, o princípio da igualdade de diferenças torna-se de fundamental importância. Tal princípio, em relação às categorias de gênero, pretende dois objetivos: “(1) dibujar un nuevo panorama de convivencia entre diferentes identidades no centrado en el desconocimiento del outro, y (2) aclarar los mecanismos de puesta en práctica del proceso de reformulación de normas de género” (PUIGVERT, 2001-b, p. 99).

Para maior compreensão, analisamos distintas fases do feminismo, a partir das conquistas das mulheres com os avanços da Modernidade. Conforme destacamos, o feminismo é um dos movimentos sociais que tem lutado no mundo e na América Latina em busca de melhores condições para a vida das mulheres. São várias suas vertentes; podemos citar o feminismo libertário, o feminismo marxista, o feminismo pós-moderno, entre outros. Todos com importantes aportes para a resolução de questões que dizem respeito à vida e ao cotidiano das mulheres.

A primeira fase do feminismo corresponde às posições que as feministas adotaram no século XX, denominado feminismo da igualdade, o qual, sem dúvida, foi revolucionário para a sociedade ao lutar pelo direito ao sufrágio feminino, pelo acesso igualitário à educação, pelo direito ao trabalho, equiparação dos salários, etc. Este feminismo baseia-se principalmente em tudo o que a igualdade com respeito ao homem se refere, partindo de interesses individuais, coletivos, sociais e políticos das mulheres, mas levou um grupo reduzido a pensar por todas.

Tal concepção, considerada homogeneizadora da igualdade, em que somente algumas mulheres (as acadêmicas) consideravam-se portadoras dos valores progressistas, pretendeu integrar as mulheres como se todas fossem iguais, desconsiderando os diferentes conhecimentos e reduzindo a igualdade de oportunidades. Assim, “confundieron homogeneización con derecho a ser iguales y libertad de elección con diferencia” (PUIGVERT, 2001-a, p. 166).

Há que se considerar que a modernidade mudou de forma radical a vida das mulheres, as quais mostraram a sua capacidade de ação e, ainda, que o balanço geral desta fase é positivo, tendo em vista o início de propostas de muitos coletivos sociais para a mudança. A crítica de Puigvert é que “la Modernidad se convirtió en un proyecto totalizador donde una pequeña minoría se sentía portadora de la verdad”. Verdade esta concentrada nas mãos de poucas lideranças, as quais se esqueciam de temas importantes que afetavam todas as mulheres até o momento silenciadas (2001-b, p. 33). O feminismo dessa fase desconsiderava que todas as mulheres tinham capacidades para refletir sobre suas transformações.

Numa segunda fase do feminismo, o feminismo da diferença, outra postura das feministas do século XX, Puigvert (ibid.) destaca a influência das correntes pós-modernas, partindo das identidades femininas a partir das diferenças, defendendo uma mulher mais autônoma, centrando-se nas diferenças entre os homens e elas mesmas. Essa fase surge como crítica ao conceito de igualdade homogeneizante, negando as regras masculinas para todas as mulheres.

O debate deste feminismo é baseado nas identidades femininas, entendidas a partir das diferenças, destacando primeiramente as preferências sexuais e identidades familiares e mais tarde a diversidade de etnias, sexualidades e classes, contra um único modelo de ser mulher. A crítica de Puigvert (2001-a, p.167) a essa fase é que reconhecia unicamente as diferenças, podendo aumentar as desigualdades, uma vez que reivindicava a afirmação das “sensaciones y los deseos individuales como las mejores vías para desarrollar un nuevo feminismo libre de imposiciones”³⁸. Para a autora, essa segunda fase defende, por exemplo, a transexualidade, não porque representa uma escolha livre da sexualidade, mas porque se contrapõe às práticas impostas até agora de heterossexualidade.

Embora também reconheçamos os avanços desta corrente de pensamento, a dificuldade estava em esquecer o marco da luta igualitária pela não possibilidade de diálogo e comunicação entre as pessoas, desconsiderando que nem todas as pessoas têm o mesmo direito de ser diferente, o que, segundo Camisón (2006, p. 2) “torna a luta fragmentada surgindo um determinismo derrotista e imobilista”. Aprofundando a crítica, Puigvert diz que são teorias desconstrucionistas, à medida que não acham possível construir uma teoria geral sobre a subordinação da mulher. São correntes que destroem tanto os postulados etnocentristas da desigualdade como a afirmação da igualdade de direitos das mulheres. Para a autora, nessas teorias se defende um direito de igualdade e diferença desvinculado do direito de igualdade, o que impede transformações nas relações para todas as mulheres, mas as promove somente para pequenos grupos determinados, “sin coordinar acciones conjuntas para transformar las relaciones de género y la sociedad en general” (PUIGVERT, 2001-b, p. 52).

Dessa forma, o feminismo dialógico também defende que as mulheres possam desenvolver seus sentimentos, porém, a partir da igualdade e não simplesmente das individualidades e dos desejos que esquecem das “outras mulheres”³⁹. Como exemplo, podemos

³⁸ Neste contexto o feminismo da diferença encontra-se centrado em desvelar as características que separam os gêneros (a nível físico, biológico, cognitivo) e a impossibilidade de igualdade, tendo como consequência o rompimento dos laços solidários pelos quais haviam lutado outras mulheres. Neste panorama, a partir de Puigvert (2001-b, p. 39), algumas questões se apresentam: Qual é a utilidade dessas idéias para a superação real da situação de opressão de milhões de mulheres? Sobre que bases podemos articular demandas sociais? Isto porque nos parece que o objetivo das mulheres não é simplesmente conquistar um espaço de poder até agora alheio. Dessa forma, em função de que podemos ganhar espaços às mulheres? Com a desapareção da intenção? Com o fim da consciência reflexiva? A isso a autora responde: “liberar el pensamiento de la cárcel de la razón es, simplemente, poco práctico para que, por ejemplo, las mujeres afganas puedan eliminar las barreras sociales que las oprimen” (ibid).

³⁹ As “outras mulheres” são aquelas que estão nos movimentos de base, as mulheres não acadêmicas que muitas vezes são esquecidas pelas discussões do feminismo. Mulheres que muitas transformações cotidianas constroem nas

destacar as mulheres que se entendem emancipadas, trabalham fora, mas exploram outras mulheres em suas casas, nos serviços de limpeza⁴⁰.

Falamos ainda de uma terceira fase do feminismo, que corresponde ao feminismo da diversidade. Essa fase, iniciada no início do século XXI, tem suas origens na segunda fase descrita, porém, foi protagonizada por feministas mais jovens, as quais radicalizaram o uso da diversidade no feminismo como forma de libertação das mulheres. A esta fase, Puigvert (2001-b, p. 167) diz não se opor radicalmente, mas reflete que ele tentou “retroceder os avanços dos movimentos feministas”, destruindo “as emancipações que tanto custaram às mulheres de outras gerações conquistarem”. Para a autora, esta corrente apresenta a diversidade como um novo valor, mas a diversidade já existia durante a história da humanidade, porém, nem sempre com respeito a esta diversidade, sendo privilégio apenas de pessoas com proteção social.

Observamos, assim, que o feminismo dessas últimas tendências passou por uma fase de monopólio de mulheres acadêmicas, as quais consideram as outras mulheres como tradicionais, ou até mesmo, submissas. É a partir destas reflexões que Puigvert desenvolve a teoria do feminismo dialógico, seguindo o desejo de radicalizar os valores democráticos no feminismo, a partir do igual direito que todas as pessoas têm de “ser e viver de forma diferente”. Para a autora (2001-a, p. 169), este é o “conceito novo”, sendo, em termos típicos-ideais, a possibilidade de conquistar valores morais universais, com base no diálogo intersubjetivo, incluindo as vozes de diferentes mulheres, diretamente a partir de suas próprias organizações e valorizando as conquistas de mulheres das gerações anteriores.

No desenvolvimento desta teoria, a autora destaca suas inquietações ao participar de centros de educação de pessoas jovens e adultas e observar transformações realizadas por muitas mulheres, enquanto percebia a distância que havia entre essas conquistas e a teoria desenvolvida na universidade. A autora narra sua participação em um encontro de mulheres rurais, o qual foi decisivo para sua trajetória pessoal e intelectual: “descubrí la fuerza y la posibilidad de transformación de aquellas mujeres sin formación universitaria; su capacidad de organización en

suas relações, mas que não são consideradas, ou que não estão completamente protegidas socialmente para assumirem suas escolhas. Nas palavras de Puigvert (2001-b, p. 42) “Las otras mujeres son todas àquellas que han ido quedando al margen de nuestros discursos y luchas feministas por no ser académicas o pertenecer a minorías culturales, es decir, son la inmensa mayoría de las mujeres excluidas de la formulación de prioridades y temas seleccionados por el movimiento que hemos generados las académicas e occidentales”.

⁴⁰ Vale considerar que, quando as mulheres exploram outras mulheres, ainda não se libertaram. É ilusória a visão de libertação das mulheres quando ainda exploram outras mulheres, por exemplo, em serviços não valorizados socialmente. Segundo Freire (1996), a pessoa oprimida ao se libertar liberta também o opressor, “a liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face de autoridades” (p. 105).

movimientos de mujeres y su convencimiento de que, a través de ellos, podían cambiar el rumbo de sus vidas” (PUIGVERT, 2001-b, p. 31). Em relação à literatura, diz que percebia o contraste entre a literatura feminista que lia e a problemática daquelas outras mulheres: “más que de las diferencias de sueldos entre economistas hombres y economistas mujeres, protestaban por las desigualdades entre economistas y mujeres de la limpieza” (ibid). Tais inquietações a impulsiona ao desenvolvimento de uma teoria que buscasse representar uma pluralidade de mulheres, capazes de decidir o sentido de suas vidas.

Para Puigvert, o eixo que deve ser privilegiado nas discussões de gênero é a busca pela valorização e efetivação dos direitos humanos como “términos capaces de sostener el principio de la igualdad partiendo del reconocimiento de la diversidad” (2001-b, p. 48). A autora reforça a necessidade de respeito aos direitos de todas e todos, e destaca o direito humano da mulher não ser violentada (e violência não apenas física, mas também sexual ou psicológica, bem como de dano moral ou patrimonial)⁴¹.

Podemos observar que uma pequena parcela de mulheres tem obtido ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho quanto no acesso às liberdades individuais e em termos de participação na vida pública. Por outro lado, uma grande maioria de mulheres experimenta trabalhos precarizados, arcam sozinhas com o sustento dos/as filhos/as, além de sofrer todas as conseqüências da diminuição dos serviços sociais e do aumento da violência.

Faria (2005, p. 17) analisa que as mulheres pobres são tratadas como mais uma das “patologias sociais”, alvo de políticas compensatórias, pois se entende que se são mais educadas cuidarão melhor da família. São vistas como melhores gestoras dos recursos governamentais porque estariam mais preocupadas com o bem-estar dos filhos do que delas próprias, e por isso, são as beneficiárias das políticas, tais como renda mínima, acesso ao microcrédito, título de propriedade da casa. O que é também importante para as mulheres, diante das desigualdades históricas, mas “não são vistas como cidadãs, com direito a auto-determinação e autonomia pessoal, mas a partir da sua responsabilidade com a família”.

Exatamente por isso é que o feminismo dialógico preocupa-se em incorporar as mulheres no diálogo sobre a igualdade, sobre os diferentes modos de ser mulher, sobre suas necessidades e interesses. Parte da concepção que não existe uma maneira única de ser mulher e que

⁴¹ Puigvert analisa que os direitos humanos apresentam debilidades e devem ser revisados a partir de uma perspectiva dialógica, a partir de aspirações que não foram consideradas. Porém não devem ser ignorados, tendo em vista que já significam conquistas da humanidade que precisam ser vivenciadas na prática.

compartilhar distintas experiências é enriquecedor para as mulheres, desde a teoria à prática, ou por pertencer a diferentes realidades culturais ou grupos sociais. A incorporação de outras realidades no debate, permite recuperar temas fundamentais que aparentemente estão superados.

Dessa forma, salientamos o cuidado para que os debates sobre as mulheres não estejam relacionados com as necessidades de apenas um grupo de mulheres, principalmente somente mulheres acadêmicas, pois pode ter como consequência a criação de um mito que a igualdade está conquistada. Para que mais mulheres se identifiquem com os movimentos feministas e reivindiquem seus direitos é necessário incorporar suas vozes, suas necessidades e seus pontos de vista em um plano de igualdade.

Em resumo,

la lucha por la “liberación feminista” es una lucha conjunta de todas las mujeres que desean mejorar sus formas de vida y que rechazan tanto la autoridad que ejercen sobre ellas los hombres, como invertir los papeles iniciando ellas esa autoridad. Forman parte de esta lucha coordinada, desde las obreras que fueran obligadas a dejar los estudios y a trabajar en el campo o en fábricas en condiciones pésimas (a la vez que mantenían su rol de “amas de casa”), hasta las burguesas, educadas primero para ser perfectas señoritas e luego señoras. No valorar en esta lucha la tarea que muchas mujeres burguesas realizaron para mejorar las condiciones de trabajo de las obreras y la resonancia que tuvo su labor a favor de una mejor preparación cultural y profesional de la mujer sería tan equivocado como asumir que la lucha feminista la originaron solo ellas. Se trataría de un error tan grave como afirmar que las clases obreras – las mujeres sin estudios – no participaron de esta lucha, como si otorgáramos al silencio impuesto la aceptación de una vida humillante. (PUIGVERT, 2001-a, p. 31).

Assim, finalizamos esta discussão visualizando a escolha política do feminismo dialógico como uma possibilidade da reafirmação da mulher enquanto protagonista social, como uma busca para que o maior número possível de mulheres possa escolher como quer que seja sua vida e seja respeitada por isso. Em outras palavras, como possibilidade de conquistas de relações mais igualitárias de gênero, a partir do diálogo, sem que nos limitem as alternativas e possamos refletir melhores oportunidades. Neste feminismo vemos que a proposta é que nós mulheres possamos ser autônomas e independentes, sentindo mais apoio e podendo compartilhar com outras mulheres nossas idéias, para, assim, iniciar as transformações dos contextos e das relações.

O objetivo não é “transgredir”, mas conseguir construir relações mais satisfatórias, livres e igualitárias, ampliando nossas expectativas, acordando as normas com as pessoas que nos rodeiam cotidianamente, e é por isso que optamos fazer a leitura da realidade das mulheres e das relações de gênero nesta pesquisa a partir do feminismo dialógico.

Nesta investigação, tal perspectiva fez-se fundamental para a compreensão das conquistas e obstáculos que se apresentam às marceneiras no processo de construção e vivência de um empreendimento solidário, bem como ao respeito no diálogo das relações de gênero entre a pesquisadora e as marceneiras, sem que houvesse tentativa de colonização dos conhecimentos, mas que ambas as partes envolvidas pudessem refletir juntas a respeito de como as relações de gênero se manifestam na marcenaria e na vida das mulheres marceneiras, para, a partir disso, decidirem como querem continuar suas construções. Assim, vemos no feminismo dialógico uma utilidade prática na realidade social das pesquisas e estudos de gênero.

Somado ao feminismo dialógico e contribuindo para o diálogo entre mulheres, apresenta-se a metodologia comunicativa crítica, a qual, na busca pela reflexão e intersubjetividade no processo da pesquisa, em muito contribuiu para a coerência buscada neste processo de investigação realizado com as mulheres marceneiras do Assentamento Pirituba II.

3.3. Metodologia Comunicativa Crítica: diálogo, reflexão e intersubjetividade no processo de pesquisa

“Então é assim, uma troca! a gente fala, pensa junto, vê o que pode melhorar e você registra”.

“É bom pra gente ter mais espaço pra conversar, pra aprender mais”.

(Camélia e Orquídea refletindo sobre a pesquisa)

A metodologia comunicativa crítica (MCC) vem sendo desenvolvida desde a década de 1990, pelo CREA da Universidade de Barcelona, na tentativa de gerar uma proposta metodológica que permita às pessoas expressarem a sua própria subjetividade, sem que se sintam “ameaçadas ou desqualificadas” (CREA, 1995-1998, p. 58). Tal metodologia corresponde, no campo da pesquisa, ao referencial da aprendizagem dialógica, no campo da ação, valendo-se da ação comunicativa de Habermas (1987) e da dialogicidade de Freire (1994, 2005), tendo o diálogo como o centro da construção de consensos democráticos, pautados na validade de argumentos⁴². À luz desses referenciais, a MCC inscreve-se nas perspectivas transformadoras evidenciadas pela intersubjetividade e reflexão, buscando superar a dicotomia objeto/sujeito,

⁴² As autoras e os autores do CREA, na elaboração da MCC, relacionam distintas bases teóricas, as quais não correspondem apenas à ação comunicativa de Habermas e dialogicidade em Freire. Porém, tais teorias são as principais e correspondem a elementos-chaves para a construção do conhecimento, cujo eixo é a transformação social. Nesta dissertação não aprofundaremos as demais bases teóricas, mas citamos algumas para conhecimento da leitora e do leitor: sociologia fenomenológica de Schutz, interacionismo simbólico de Mead; etnometodologia em Garfinkel; autores como Berger e Luckmann; Searle, entre outros (CREA, 1995-1998, p. 55-59).

partindo da capacidade de linguagem e ação que possuem todas as pessoas envolvidas numa investigação.

A partir de nossa interpretação dessa metodologia compreendemos os seus principais objetivos: construir significados de forma comunicativa por meio da interação e diálogo entre as pessoas; tentativa de transformar os contextos sociais através da ação comunicativa; potencializar a reflexão e autoreflexão; romper com o degrau interpretativo das investigações; responder a questão de pesquisa a partir da perspectiva dos/as participantes; dialogar as diferentes interpretações; postura crítica e apreensão da razão de ser do objeto/sujeito.

Importante destacar que a dialogicidade não se restringe a um instrumento utilizado pelo observador/a em coerência com suas proposições, mas é uma maneira de comunicação entre o investigador/a e os/as participantes, com pretensão de fazer ciência na busca de uma prática transformadora dos contextos que vivem as pessoas participantes da pesquisa. Por isso, ações são propostas para melhorar elementos da realidade objetiva da investigação. Em diálogo, a interlocução já se dá na busca de transformar, visto que as interações que produzimos são entendidas como geradoras de conhecimento (GÓMEZ *et al*, 2006).

Tais elaborações se contrapõem à outras perspectivas teóricas e metodológicas, as quais não compartilham da compreensão que a partir da reflexão e processos de diálogo intersubjetivo é possível atuar sobre as estruturas sociais, visto que as pessoas são “agentes sociais de suas vidas e contextos”⁴³ (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 42-43).

Seguindo as compreensões da metodologia comunicativa crítica, citamos os seus postulados: Universalidade de linguagem e da ação (a possibilidade de pessoas se comunicarem e interagirem com outras são atributos universais); As pessoas são agentes sociais transformadores (sua capacidade de refletir e participar de processos dialógicos permite atuação nas estruturas sociais); Racionalidade comunicativa (base universal das competências do diálogo igualitário, sendo a linguagem meio de diálogo e entendimento); Sentido comum (a experiência da vida se dá no próprio contexto cultural); Não há hierarquia interpretativa (“los individuos y las sociedades tienen capacidad para interpretar y comprender el mundo social” – *ibid*, p. 43); Igual nível

⁴³ No apêndice 2 é possível encontrar uma breve elaboração das concepções objetivista, construtivista e sócio-crítica, em comparação com a MCC, no que tange as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica dessas diferentes abordagens teórico-metodológicas. Tal elaboração, acompanhada de um quadro comparativo entre essas diferentes concepções teóricas, auxilia a compreensão da MCC (GOMÉZ *et al*, 2006, p. 35-36).

epistemológico⁴⁴ (todas e todos apontam as suas interpretações e experiências, buscando consensuar os argumentos); Conhecimento Dialógico (a base do conhecimento é a interação entre pessoas e grupos e a comunicação se estabelece) (GOMÉZ *et al*, p. 40-47).

Diante desses postulados, Flecha, Gómez & Puigvert (2001) apontam a questão que deve guiar a atuação das ciências humanas: “en función de qué factores las personas y los grupos se acercan o se alejan más de sus intenciones?” (p. 154). Trata-se de descrever os obstáculos e os elementos transformadores já presentes na atual sociedade. Nessa direção, a MCC se propõe a analisar dois eixos fundamentais: os elementos transformadores e os obstáculos apresentados. Tais eixos garantem o aspecto transformador buscado nessa metodologia, na medida em que é possível explicitar os obstáculos, o que é refletido com o grupo participante da pesquisa.

Os elementos transformadores são aqueles que permitem ajudar a situar os avanços dos sujeitos da pesquisa na realidade concreta, enquanto os elementos que se colocam como obstáculos correspondem às dificuldades indicadas pelos sujeitos, nessa mesma realidade concreta da vida cotidiana dos sujeitos participantes da pesquisa (BRAGA, 2007, p.108). Assim, ao identificarmos esses elementos podemos refletir em como potencializar o que já apontamos como transformador e refletir sobre as questões que se colocam como obstáculos, na tentativa de buscar maneiras de superá-los.

Segundo Flecha *et al* (2001), a tarefa das ciências sociais, nessa perspectiva, é que os/as pesquisadores/as auxiliem os movimentos e os grupos marginalizados a enxergarem as suas potencialidades. Os autores e a autora argumentam que em cada prática coletiva existem muitos elementos que já são transformadores, visto que na relação humana as pessoas se movimentam no sentido de buscar superar as suas limitações, bem como as limitações postas pelo contexto social.

De outro lado, devido a estrutura de interesses e exclusões em que vivemos, os obstáculos sempre vão estar postos e é necessário que os coletivos investigados possam identificá-los,

⁴⁴ O autor e as autoras avaliam a dificuldade deste postulado, dizendo que é difícil alcançar esta igualdade, já que a pessoa que investiga quer compreender e explicar um fenômeno e utiliza teorias da comunidade científica internacional sobre o tema de estudo, mas precisa se colocar em igualdade com as outras pessoas que apresentam os seus conhecimentos, vivências e saberes a partir de suas experiências práticas, do mundo da vida de cada um/a. Salientamos ainda, a fim de clarificar possíveis mal entendidos, que, segundo Gómez *et al* (2006, p. 46), conceitos como “diálogo igualitário”, “consenso”, “solidariedade”, etc, no processo de pesquisar, não significa que na realidade todas as pessoas e grupos partam da mesma posição de poder, nem que participam sempre de um processo de diálogo igualitário, tampouco que se coloquem sempre de acordo sem que haja dissensos, mas compreendemos que, ainda que existam distancias entre os objetivos “progressistas e igualitários e as realidades práticas”, existe um esforço para o desenvolvimento desses conceitos na prática da pesquisa. O objetivo é a tentativa de aproximar esses conceitos à prática, de desenvolvê-los com os grupos na pesquisa, na medida em que nos educamos para a aprendizagem dialógica, tendo nos seus 7 princípios, a base para a MCC.

almejando sua superação. Por isso, compreendemos o sentido de buscarmos, com os sujeitos da pesquisa, o que já realizam de transformador, bem como o que ainda precisa ser trabalhado para a melhoria de suas práticas cotidianas. A idéia é educarmos o nosso olhar enquanto pesquisadoras/es para aprendermos com os coletivos os elementos da realidade já estabelecidos, podendo fortalecê-los e, ainda, contribuindo para tornar visível aos grupos, quais ações daquela realidade estão se constituindo obstáculos pra a conquista dos almejados objetivos⁴⁵.

Assim, vemos que a questão está em como transformar as dificuldades em possibilidades, como transformar os elementos que se apresentam como obstáculos em transformadores. As pessoas passam a transformar os seus contextos, já que os problemas foram levantados e pensados coletivamente, em diálogo igualitário, buscando alternativas com criatividade.

Destacamos que os elementos transformadores e os que se colocam como obstáculos não podem ser julgamentos de pessoas, porque não é possível buscarmos transformações baseadas em julgamentos, mas nas ações das pessoas. Além disso, tal busca deve ser feita diretamente com as participantes da pesquisa, isso porque são estas as pessoas que apresentam a maior possibilidade de relatar, refletir e interpretar a realidade em que vivem, bem como de buscar superação dos obstáculos desta realidade, sugerindo ações para possíveis mudanças.

Assim, temos que pesquisador/a e participantes se colocam horizontalmente na relação, estabelecendo-se entre eles, conforme aponta Mello (2006, p. 8), uma diferença de “função” e não de “estrutura”: enquanto aos sujeitos da investigação cabe se envolverem “na interpretação com a intenção de chegar a um consenso para a coordenação de suas ações” ao investigador/a se põe a tarefa de se colocar “na conversação para descrever e interpretar a realidade, em busca de decursos de ação simplificados em termos típicos ideais”. O/A pesquisador/a pergunta, escuta e “recolhe as opiniões e os relatos das pessoas participantes e interpreta COM elas seus próprios contextos” (ibid, p. 43-44).

⁴⁵ Não se tem a ilusão que os grupos conquistem as transformações da noite para o dia. A MCC trata de um fortalecimento de mudanças processuais que cada grupo pode fazer em sua vida, na sua forma de organização. Sabemos que o caminho é longo, e é exatamente por isso que falamos primeiro em emancipação e temos a educação dialógica como centro desta metodologia. Na medida em que pesquisadores/as estão em constante diálogo com as pessoas participantes da pesquisa contribuem para melhorar a auto-estima, ampliar a consciência, minimizar dificuldades, superar limites, articular com movimentos sociais e políticas públicas, entre outras ações que visam transformação pessoal, do entorno e de maneira geral, social. Ao mesmo tempo é transformadora no sentido de facilitar a reflexão e auto-reflexão para os grupos como ação. É o que busca a MCC enquanto modelo típico-ideal.

Nesse sentido, é papel do sujeito da pesquisa, em plano de igualdade, validar os dados do/a pesquisador/a. A escolha dos sujeitos vincula-se à necessidade do estudo e à possibilidade dessas pessoas estarem de acordo com a proposta da MCC. É papel dos sujeitos estarem dispostos ao diálogo e a reflexões sobre sua vida cotidiana.

É importante compreender que a participação das pessoas na interpretação é diferente de se oferecer os comentários ou reflexões das pessoas a partir da interpretação realizada pelo/a investigador/a, que é aquele que “cientifica” as opiniões recolhidas (CREA, 1995-1998, p. 56). Isso já desenvolve outras metodologias qualitativas, a questão aqui é o desafio da interpretação coletiva, realizada no diálogo entre pesquisador/a e sujeitos.

A partir das contribuições de Freire (2005), destacamos também que os saberes acadêmicos são necessários e importantes na investigação comunicativa, porém é preciso que o conhecimento acadêmico dialogue, cada vez mais, com os saberes práticos e cooperativos. Essa interrelação entre os saberes é que provoca o conhecimento e permite que ele se multiplique e esteja sempre se revendo. Trata-se então de abandonar posições de poder e aceitar os melhores argumentos, favorecendo a comunicação e o entendimento.

Estas características não implicam nenhuma renúncia do/a pesquisador/a de seus conhecimentos, mas a sua apresentação e compartilhamento com o grupo. A equipe de pesquisadores/as tem a responsabilidade científica de “cumprir os critérios estabelecidos pela comunidade científica internacional”. A relação igualitária não é entendida no sentido de possuir conhecimentos iguais, mas sim de “compartilhar o que cada um possui baseando-se em argumentos apresentados e não na posição de poder” (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 46).

Salientamos que este processo de diálogo dos saberes, por meio da participação das pessoas, aumenta a reflexividade, a criatividade e o rigor científico da análise, uma vez que o/a investigador/a se vê obrigado a rever suas interpretações, a reler o que sabe e revisar muitas questões que aparecem como novas: “por meio do diálogo e reflexão chega-se à ciência, à profundidade científica, à rigorosidade e ao conhecimento” (BRAGA, 2007, p. 42). Tal rigor científico advém dos vários olhares sobre a mesma realidade: investigador/a e participantes; e pela validação dos dados pelas/os participantes.

Nesse sentido, uma concepção importante nesta metodologia é a de que “o sentido subjetivo depende da experiência da vida e da consciência das pessoas” (ibid, p. 57), a partir do

próprio contexto cultural que deve ser conhecido pelos pesquisadores, garantindo o rigor científico da investigação. Temos na metodologia comunicativa crítica que,

ante una determinada acción de una persona se pueden hacer múltiples interpretaciones, de manera que sólo se puede interpretar la realidad preguntando a los sujetos cuales son su propias interpretaciones. Por lo tanto, el investigador tiene que estar conectado con las tipificaciones de la vida cotidiana del sentido común de los actores y tiene que conocer las interpretaciones de la cultura que realizan los actores porque son las que condicionan la acción (CREA, 1995-1998, p. 57).

Diante das elaborações aqui explicitadas, as interpretações nesta pesquisa objetivaram construir-se coletivamente, por meio do diálogo intersubjetivo e igualitário e de reflexão e autoreflexão. Assim, damos continuidade a este capítulo apresentando o percurso metodológico que tivemos, bem como apresentando as mulheres marceneiras, agentes ativas deste processo de investigação, para, assim, podermos compreender como realizamos as análises e desenvolvê-las.

3.4. O caminho metodológico realizado com as mulheres marceneiras da Madeirarte

Para situar a leitora e o leitor, inicialmente apresentamos brevemente as mulheres participantes desta investigação, habitantes do assentamento rural Pirituba II, localizado na região de Itapeva (sudoeste do Estado de São Paulo), o qual se configurou como assentamento no ano de 1984. Neste assentamento, como vimos, após projeto de habitação social, iniciou-se o processo de incubação de uma marcenaria coletiva autogestionária, a Madeirarte, e assim, as quatro mulheres agricultoras participantes dessa pesquisa tornaram-se marceneiras:

- Camélia: Mulher de 49 anos, agricultora, trabalhadora doméstica, estudou até a quarta-série do ensino fundamental, moradora da Agrovila I do assentamento Pirituba II, a primeira agrovila a ser formada. Camélia vive no assentamento desde o início de sua formação, e participou da fase inicial de acampamento, antes da conquista da terra. Casou-se já no assentamento e tem uma filha que atualmente mora em Itapeva. Mesmo antes de ingressar no movimento de luta pela terra, já era agricultora e trabalhava como bóia-fria na região de Itapeva. Camélia fez parte do primeiro grupo de mulheres que assumiu a marcenaria, no ano de 2004 e, desde então, iniciou o seu trabalho como marceneira.

- Rosa: Mulher de 54 anos, agricultora, trabalhadora doméstica, estudou até a terceira série do ensino fundamental, moradora da Agrovila I do assentamento Pirituba II. Rosa também vive no assentamento desde o início de sua formação (acampamento). Antes da luta pela terra era agricultora, já casada e trabalhava com o seu marido em terras de outras pessoas, na região de

Itapeva. Participou da conquista da terra e estava grávida nesta formação do assentamento. Rosa tem um filho e duas filhas, sendo que apenas o primeiro vive com ela. Fez parte do segundo grupo de mulheres que assumiu a marcenaria, no ano de 2004 e, desde então, iniciou o seu trabalho como marceneira.

- Orquídea: Mulher de 52 anos, agricultora, trabalhadora doméstica, estudou até a quarta-série do ensino fundamental, moradora da Agrovila I do assentamento Pirituba II. Orquídea vive no assentamento há 24 anos e antes disto era trabalhadora doméstica. Não participou da fase de acampamento, pois estava grávida e teve o seu primeiro filho na cidade de Iataberá (próxima à Itapeva). Após nascimento do seu filho e conquista da terra pelo seu marido, Orquídea iniciou a sua vida no assentamento. Atualmente tem três filhos e duas filhas, os quais não vivem com ela. Orquídea fez parte do primeiro grupo de mulheres que assumiu a marcenaria e, desde então, iniciou o seu trabalho como marceneira.

- Petúnia: Mulher de 52 anos, nascida na cidade de São Paulo, estudou até o primeiro ano do ensino médio e trabalhou em diferentes atividades na cidade de São Paulo, como doméstica, secretária, auxiliar, etc. Petúnia tem parentes no assentamento e esteve pela primeira vez no mesmo no ano de 1996. No ano de 2004 casou-se com Luís, morador da Agrovila IV e, desde então, vive no mesmo. Petúnia tem três filhas que moram em São Paulo. Tornou-se agricultora no assentamento e no ano de 2005 ingressou na marcenaria com as outras mulheres, sendo também marceneira.

Seguindo a metodologia comunicativa crítica, a primeira etapa desta investigação correspondeu à busca de consenso com as mulheres marceneiras, participantes da pesquisa, sobre como seria dirigido o estudo, bem como definir a pergunta de pesquisa e os objetivos da investigação. Porém, vale destacar que o primeiro diálogo com as mulheres se deu antes mesmo do ingresso no mestrado, visto que, como já havia trabalhado com a Madeirarte durante aproximadamente um ano e seis meses, acompanhava-me o sonho de realização desta pesquisa. Enquanto formadora em economia solidária, no meu papel social na incubação da marcenaria, eu não havia conseguido refletir com elas sobre as relações de gênero que permeavam aquela prática social, bem como identificar elementos transformadores do processo de incubação a partir da perspectiva das marceneiras. Além disso, havia questões que me inquietavam sobre as quais eu

não conseguia dialogar com as marceneiras⁴⁶. Tais questões foram as que inicialmente apresentei para o projeto de mestrado.

Nesta fase (fim do ano de 2006, tendo em vista o ingresso no mestrado no início de 2007), eu estava iniciando o meu contato com a metodologia comunicativa crítica e, sem saber como seria a pesquisa, acordamos, eu e as marceneiras, que no mestrado continuaríamos juntas refletindo sobre a prática da incubação.

Após ingresso no mestrado, com o início das disciplinas e definição da metodologia, pude voltar ao assentamento e iniciar a reaproximação com o grupo, no ano de 2007, tendo em vista que estive distante da marcenaria durante a finalização do meu trabalho na Incoop, como formadora na Madeirarte, e início no mestrado. Foi nesta fase que elaboramos os acordos necessários à pesquisa. Em resumo, expliquei para as marceneiras a proposta da metodologia comunicativa crítica e pudemos conversar sobre o trabalho e incubação na marcenaria para definirmos os principais objetivos da investigação. Acordamos ainda o compromisso das marceneiras com a pesquisa, participando das diferentes etapas e dispondo-se a refletirem e dialogarem sobre suas práticas, relacionadas ao mundo da vida e ao contexto da marcenaria no assentamento Pirituba II.

Paralelamente a esta fase, em acordo com as marceneiras, realizei uma análise do material que eu já possuía referente ao trabalho de incubação, com o objetivo de reconstruir a história do grupo a partir das minhas anotações, transformando em questões as dúvidas e análises que fazia.

Deste diário de campo, foi feito um texto e este dialogado com as marceneiras, já apresentando algumas avaliações e levantamento de inquietações para a pesquisa. Com isso, elas puderam me localizar nos avanços que o empreendimento havia conquistado durante a minha ausência, bem como identificamos alguns aspectos que se colocavam como obstáculos e que ainda eram presentes na marcenaria. Esse diálogo também ajudou-me na elaboração do roteiro aberto das entrevistas, dos temas para os grupos comunicativos e apontou aspectos importantes para a observação comunicativa.

Sistematicamente, assim se deu o início da pesquisa:

- Primeiramente deu-se a nossa convivência com algumas idas ao assentamento permitindo a nossa reaproximação e maior contato da realidade atual da marcenaria;

⁴⁶ Tais inquietações e postura dialógica fazem parte do meu processo de amadurecimento diante da incubação e maior conhecimento da economia solidária e dos estudos de gênero, bem como conhecimentos de outras concepções metodológicas capazes de orientar a minha atuação.

- Esclarecimentos, junto com o atual coordenador do projeto de incubação, sobre o meu papel enquanto pesquisadora, compreendendo as diferenças do nosso trabalho (o meu trabalho de pesquisadora e o trabalho do coordenador de incubação);

- Diálogo a partir das minhas análises do diário de campo, realizado na fase em que trabalhei na incubação, momento em que pude apresentar algumas questões observadas no processo de incubação que acompanhei. Assim, definimos a pergunta e objetivos, bem como os temas a serem trabalhados na pesquisa⁴⁷;

- Definição da forma e cronograma de trabalho, visto que era preciso compatibilizar a pesquisa, o trabalho da marcenaria e a incubação, diante do intenso período de produção em que se encontravam;

- Definição do papel das participantes da pesquisa: Camélia, Orquídea, Petúnia e Rosa;

- Definição dos instrumentos da coleta de dados;

- Aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos - CEP/UFSCar – CAAE 4164.0.000.135-07 (O exemplo do termo de consentimento livre esclarecido encontra-se no apêndice 4).

Essas etapas sempre foram somadas às orientações feitas, aos novos aprendizados no mestrado, à relação com as teorias científicas pesquisadas e à busca de coerência metodológica, num esforço de compreensão de como deveria ser esse processo metodológico em consonância com a realidade prática colocada. Destacamos que ao longo da pesquisa, as mulheres marceneiras se converteram em agentes ativas, refletindo sobre a realidade que estão vivendo e elaborando propostas para sua melhoria.

Assim, retomamos aqui a nossa pergunta e objetivo da pesquisa, tendo em vista os eixos que estruturam o trabalho, as relações de gênero e autogestão, bem como a metodologia comunicativa crítica:

Questão de pesquisa: Como as mulheres que vivenciam a prática da incubação da Marcenaria Coletiva Autogestionária do assentamento Pirituba II, a Madeirarte, analisam esse processo, com destaque para os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos na consecução dos objetivos do grupo incubado, tendo em vista as relações de gênero?

⁴⁷ No apêndice 3 segue uma parte do diário de campo realizado neste dia exemplificando um pouco o nosso percurso. Tal diário corresponde a fase em que eu já havia ingressado no mestrado e participava do Niase, tendo entrado em contato com a metodologia comunicativa crítica e aprendizagem dialógica.

Objetivo da Pesquisa: Refletir e dialogar sobre o processo de incubação da Madeirarte, com ênfase nas relações de gênero, identificando os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos, a fim de buscar formas de melhorias na prática cotidiana do trabalho das marceneiras.

Na seqüência, apresentamos os instrumentos de coleta de dados utilizados para responder a pergunta desta investigação.

3.4.1. As técnicas de orientação comunicativa e os instrumentos de coleta de dados

Esta corresponde a fase operacional da pesquisa em que, na MCC, implica a utilização de técnicas quantitativas ou qualitativas, tendo em vista o que se investiga e as diferentes perspectivas e enfoques à realidade que buscamos conhecer e investigar. Segundo Mello (2006, p. 11), tal escolha deve ser feita tendo em vista o diálogo igualitário entre pesquisadores/as e pessoas da pesquisa, bem como a orientação comunicativa e não instrumental, permitindo a postura realizativa do/a pesquisador/a e a “ruptura do pressuposto da hierarquia interpretativa”.

Dessa forma, os instrumentos que escolhemos apresentam natureza qualitativa, buscando assegurar o fator prioritário que é a interpretação a ser compartilhada com as participantes da pesquisa. As informações qualitativas foram buscadas por meio do diálogo nas observações comunicativas, entrevistas em profundidade e grupos de discussão comunicativos, as quais permitiram a validade da informação por diferentes olhares, garantindo a rigorosidade à análise.

Apresentamos a seguir cada uma dessas técnicas e indicamos como foram realizadas:

1) Diário de Campo:

O diário de campo corresponde a um diário aberto composto por observações, reflexões, interpretações e explicações próprias da pesquisadora a partir do diálogo com as participantes da pesquisa (BRAGA, 2007). Conforme explicitado acima, este diário foi utilizado numa fase de preparação da pesquisa, visto que enquanto formadora em economia solidária e coordenadora do projeto de incubação da marcenaria pela Incoop, realizava um diário de campo em todas as minhas interações e convivência com o grupo. A cada ida ao assentamento elaborava os diários das reuniões, de minhas observações e de todas as atividades realizadas. Os dados presentes nos mesmos se referem a junho de 2005, quando iniciei a sistematização dos dados, a novembro de

2006, quando encerrei meu trabalho com o grupo enquanto coordenadora do projeto de incubação. Dessa forma, optamos por iniciar a pesquisa através de uma análise desses dados e, seguindo a orientação comunicativa, permitindo o acesso dos dados às participantes e dialogando os seus conteúdos como suporte à pesquisa.

Além deste diário anterior, o diário de campo também foi utilizado em outros momentos da pesquisa, como por exemplo, na fase inicial enquanto ainda elaborávamos os acordos da pesquisa, a fim de auxiliar a sistematização dos dados e dialogar os mesmos com as marceneiras.

2) Observação comunicativa:

A observação comunicativa tem como objetivo “presenciar diretamente o fenômeno de estudo”, o que possibilita de uma maneira mais intensa o conhecimento dos problemas que preocupam o grupo (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 85). Para registrar as observações, são realizadas notas de campo, registros e reflexões percebidas no contexto natural do grupo, que são dialogadas com o mesmo. A pessoa que observa e o sujeito da observação tratam de compartilhar, em plano de igualdade, os significados e interpretações das ações descritas nas notas de campo. Existe um diálogo realizado antes da observação e depois da mesma para validar os resultados obtidos, bem como para escolher os aspectos relevantes da observação à pesquisa.

Tal observação foi realizada tendo em vista o meu afastamento do grupo. Mesmo já conhecendo a realidade em que viviam as marceneiras e o trabalho que realizavam, optamos pelas observações para maior aproximação desta realidade e conhecimento da atual situação.

Dessa forma, realizei as observações comunicativas durante duas semanas em que estive no assentamento, já no ano de 2008, durante o processo de coleta de dados do mestrado, convivendo na casa das marceneiras e participando da vida delas, de seus costumes e do trabalho na marcenaria. Assim, podemos dizer que essa observação correspondeu a uma convivência dialogada, visto que os diálogos em torno das notas eram realizados diariamente e também durante a observação, presente no cotidiano com as marceneiras⁴⁸.

⁴⁸ Vale destacar que a convivência não é um eixo da metodologia comunicativa crítica. A convivência é fundamental numa perspectiva subjetivista, a fim de ter acesso ao que pensa a outra pessoa. Em contrapartida, na perspectiva da MCC o subjetivo é revelado pela interlocução, a subjetividade é sempre intersubjetividade, e é construída em comunicação, em interação. Nessa perspectiva a convivência é sempre dialogada. Uma vez que é consenso do grupo a realização da pesquisa, sendo interesse do grupo discutir a temática, não é necessária a convivência, visto que já foi estabelecida uma relação de confiança. Esse é ainda um dos motivos que leva a MCC a realizar a investigação com

A observação comunicativa permitiu-me maior aproximação com a metodologia comunicativa e significado do dialogar as interpretações que fazemos. É exemplo um dia em que depois de muito trabalho na marcenaria voltamos para a casa de Rosa e me inquietava observar como ela continuava trabalhando. Rosa chegou em casa, mal entrou e começou a limpar a casa, a cozinha, lavar a louça e cozinhar. Enquanto isso eu estava no computador registrando nossas atividades naquele dia. No mesmo momento fui conversar com ela sobre a forma intensa como ela trabalhava e Rosa me disse: “é, como você, chegou em casa, comeu e já foi para o computador...a gente nunca descansa, estamos sempre trabalhando, trabalhando, trabalhando”.

Tal diálogo foi muito importante para minhas reflexões enquanto pesquisadora e para a nossa sobre os processos de trabalho que vivemos hoje, o excesso de atividades e a noção das diferenças de trabalho de cada uma de nós. A observação comunicativa, a fim de efetivamente ouvir e me relacionar *com* as participantes e não apenas observá-las, permitiu-me valorizar os diferentes conhecimentos que temos, nem melhores ou piores, mas perceber como os conhecimentos se dão pelos contextos em que vivemos e pela forma como nos educamos no e com o mundo. Permitiu-me compreender o sentido e significado que as coisas têm para a vida das mulheres, permitiu-nos conhecer as diferenças de hábitos e costumes, ao compararmos os meus hábitos urbanos e os delas do mundo rural, permitiu-me adentrar na relação delas com os maridos e juntos conversarmos sobre as atividades da casa, bem como conhecer um pouco da educação que tiveram em relação às atividades do campo e domésticas.

Tais observações permitiram muitas reflexões em torno da MCC que confere cientificidade à pesquisa, pois muitas de minhas interpretações estavam equivocadas e, em diálogo, elas me explicavam em que eu estava errada, ao mesmo tempo em que refletiam sobre as minhas perguntas e sobre seus processos e, assim, juntas íamos construindo novos conhecimentos. O estar *com e o falar com* essas mulheres e suas famílias foi importante para aprender a me educar em diversas áreas, a perceber as relações que se estabelecem entre as pessoas, ouvir, ver e perguntar como cada uma aprende, do seu jeito que é próprio e individual.

grupos naturais, ou seja, grupos de pessoas que já se conhecem, porque a confiança não se dá com o pesquisador, mas entre o grupo que já se relaciona. O grupo não se compõe apenas para a pesquisa, mas ajuda a pensar a realidade porque é a realidade que vive. O pesquisador/a é apresentado/a ao grupo por uma pessoa de confiança do próprio grupo, o que deve garantir a não relação de poder. Na medida em que o/a pesquisador/a não compreende algumas etapas da pesquisa por não ter convivido, vai perguntar às pessoas, as quais explicam oralmente. Dessa forma, o eixo principal é o diálogo. No entanto, convivência e diálogo não se opõem, por isso destacamos a convivência nesta observação participante, que muito somou ao trabalho realizado, mas não como central na MCC.

O apêndice 5 apresenta partes das notas de campo realizadas nestas observações.

3) Entrevistas em profundidade

As entrevistas em profundidade são realizadas com o objetivo de conhecer os significados que as pessoas dão às suas experiências e vivências em uma dada realidade, além de identificar possíveis dificuldades, mudanças e propostas de melhoria (GÓMEZ *et al*, 2006). São construídas por meio de uma relação dialógica entre o/a pesquisador/a e as participantes. Trata-se de um “processo cooperativo de entendimento”, em que a investigadora aponta os conhecimentos científicos sobre o tema estudado, os quais se contrastam com os viveres e saberes da pessoa investigada (*ibid*, p. 80).

Para tal, é importante que a pessoa investigada saiba as questões chave da entrevista e conheça os objetivos do estudo, assim, no momento da entrevista as compreensões vão sendo construídas conjuntamente (MELLO, 2006). Pode ainda ser realizado um roteiro de questões-chave do estudo para ajudar nas reflexões sobre as questões fundamentais para a investigação. Isso não significa que é preciso passar por todas as questões, nem que deve ser discutida numa ordem estabelecida, mesmo porque novas questões podem aparecer durante o processo:

un proceso de esta naturaleza no es sólo un momento de conversación en la que una persona – el entrevistador- consigue alguna cosa de otra – el entrevistado -, sino que se produce una relación en la que ambos se llegan a comprometer con un problema que se quiere conocer y que produce un efecto en los implicados (CREA, 1995-1998, p. 76).

Por fim, a transcrição das entrevistas é revisada pela pessoa entrevistada e a análise dos dados é discutida com ela⁴⁹.

Para a realização das entrevistas, primeiramente elaboramos um roteiro chave, seguindo o diário de campo discutido, a observação participante e algumas questões apresentadas à luz das bases teóricas. O roteiro elaborado encontra-se no apêndice 6.

⁴⁹ Para a transcrição, buscamos seguir as orientações de Whitaker, em conjunto com outras/os pesquisadoras/es, os quais elaboraram uma forma de transcrição que busca ser fiel à fala e cultura da pessoa entrevistada. Para tal, a transcrição deve se realizar com uma ortografia correta, visto que escrever errado prejudica a fala do outro. Sobre esta orientação, a transcrição daquilo que é pensado como erro, ou seja, da marca linguística produzida na transcrição, é de **sintaxe** e não de **fonética**. (WHITAKER, D. C. A. *et al*, 2002, p. 115-120). A fonética não deve ser reproduzida na escrita.

As entrevistas foram realizadas com as 4 marceneiras, na casa das participantes e na marcenaria, espaços onde se sentiram a vontade para o diálogo, seguindo as nossas relações de proximidade e amorosidade, bem como a disponibilidade das pessoas. Tiveram duração de aproximadamente duas horas. Foram dialogadas questões referentes ao trabalho da marcenaria, à incubação, tendo em vista a perspectiva da economia solidária, bem como as relações de gênero, implicando-as no trabalho e também na vida diária das marceneiras, na relação com a família e com os processos educativos ao longo da vida. As interpretações foram realizadas durante a entrevista e contribuíram para a elaboração dos temas para os grupos comunicativos.

4) Grupo de discussão comunicativo:

A última etapa de coleta de dados corresponde ao grupo de discussão comunicativo, que tem por objetivo elaborar uma interpretação coletiva da realidade. Corresponde a um espaço para discutir temas diversos, em diálogo, permitindo que as pessoas envolvidas na investigação reflitam e discutam uma situação concreta, argumentando sobre suas interpretações com a intenção de validá-las. Segundo Mello (2006), a maior preocupação em relação ao grupo de discussão comunicativo é que ele proporcione reflexões a partir do que pensam as participantes e se constitua num “espaço de diálogo entre iguais, onde as pretensões de validade, e não as de poder, estejam na base das relações” (p. 12).

Os grupos comunicativos são formados por “grupos naturais”, os quais correspondem à formação de grupos feitos com pessoas que já se conhecem e que juntas desenvolvem alguma atividade, ou que sonham juntar-se para realizarem atividades. Em relação à investigadora, esta se integra ao grupo, sendo também uma participante a mais que tem o papel de facilitar o diálogo.

Segundo GÓMEZ *et al* (2006, p. 81), o grupo comunicativo é um espaço em que é possível “confrontar a subjetividade individual com a grupal” e refletir sobre as diferentes opiniões, sentimentos e sobre o que se pensa em relação ao estudo. É utilizado para obter informações sobre as necessidades, interesses e preocupações de um determinado grupo social, bem como um espaço de reflexões e propostas de melhoria para as atividades desenvolvidas.

Dessa forma, a proposta é dialogar em profundidade e de modo planejado sobre os temas envolvidos na pesquisa, valorizando as diferentes perspectivas. Exige diálogo igualitário entre pesquisadora e pessoas do grupo investigado, possibilitando que as interpretações sejam construídas coletiva e cooperativamente.

Foram realizados três grupos comunicativos. Os temas refletidos e dialogados nestes grupos foram levantados no percurso metodológico até aqui relatado, seguindo um roteiro de questões chaves. O apêndice 7 traz um exemplo deste roteiro. Além disso, deixávamos o grupo livre para escolher o que queriam conversar a partir dos temas levantados, permitindo respeitar o ritmo e apontamentos do grupo, da forma como se dão as relações humanas.

Nesses grupos comunicativos buscávamos a identificação dos elementos transformadores e os que se colocavam como obstáculos. Ao fim de cada grupo revisávamos o que havíamos conversado já pensando na utilização dos dados na pesquisa. Discutimos os seguintes temas gerais, seguindo a ordem apresentada:

- Grupo 1: Fase anterior à marcenaria, a qual corresponde ao projeto InovaRural; início da marcenaria; entrada e permanência das mulheres na marcenaria; conflitos; relação e aprendizados com o marceneiro instrutor; a Madeirarte como um empreendimento coletivo e a entrada de novas pessoas, os e as jovens.

- Grupo 2: economia solidária; trabalho coletivo; autogestão; organização da marcenaria; conflitos; aprendizagens e processos educativos durante o processo de incubação da marcenaria.

- Grupo 3: as relações de gênero na marcenaria e cotidiano do trabalho; as relações de gênero entrelaçadas nas casas das marceneiras, com a família e vida cotidiana do grupo.

Todas as marceneiras participaram dos grupos comunicativos, apenas no primeiro, por motivos particulares, Orquídea não esteve presente. Ressaltamos que, ao final do segundo grupo, uma das participantes comentou o quanto era importante participar daquele espaço, visto que a rotina cotidiana de intenso trabalho dificulta a criação de espaços de diálogo, em que, juntas, refletissem sobre a marcenaria e buscassem soluções.

Também foi realizado um grupo comunicativo para o retorno dos dados e validação dos mesmos, após primeira organização dos dados feita pela pesquisadora. Neste grupo também tivemos a validação pelas participantes dos quadros que contemplam os elementos transformadores e os elementos que se colocam como obstáculos, organizado pela pesquisadora.

Sobre este percurso metodológico cabem algumas observações quanto às dificuldades apresentadas na busca do rigor que a metodologia comunicativa exige para o seu estabelecimento. Tivemos algumas dificuldades em relação à distância de São Carlos ao assentamento (380 Km) e transporte, tendo em vista que dependíamos da carona da Incoop e nem sempre os nossos tempos convergiam, não podendo estar com o grupo da forma como gostaria.

Além disso, alguns encontros que marcamos foram cancelados diante de épocas de intenso trabalho na marcenaria. Refletimos que muitas vezes é incompatível o tempo exigido pelo mestrado e seus financiadores com o tempo da realidade em que as práticas sociais se dão, somado ainda ao tempo necessário para desenvolvimento desta metodologia.

Ainda referente a este percurso metodológico gostaríamos de deixar algumas observações sobre seu aspecto valorativo. Um processo que se construiu no caminhar, a cada encontro com as marceneiras, a cada entrevista, a cada discussão em grupo, enfim, o valor da tentativa de seguir a orientação comunicativa na pesquisa e poder vivenciar a educação que acontece diariamente nas práticas sociais, enquanto vamos significando o mundo e significando-nos com o mundo, num esforço que não é individual, nem solitário, mas intersubjetivamente compartilhado.

O processo desta metodologia é muito rápido. A cada novo encontro podíamos observar as transformações imediatamente realizadas advindas de nossas reflexões, num processo de transformação que acontece pela interação. O que foi observado desde as primeiras etapas, em que eu me propunha a preparar os materiais, apresentando minhas inquietações e já relacionando às primeiras revisões bibliográficas que fazia. Foi dessa forma que pudemos compor as análises nesta pesquisa, as quais consideramos ser fruto do constante diálogo estabelecido entre pesquisadora e mulheres marceneiras da Madeirarte.

Seguindo esta investigação, apresentamos alguns elementos para maior compreensão de como foram realizadas nossas análises, para, enfim, apresentá-las.

3.4.2 Compreendendo as análises dos dados

Esta fase corresponde a um conjunto de procedimentos de análises realizado ao longo da pesquisa, durante as diferentes formas de coleta de dados explicitadas. Isso porque, como vimos, coleta e análise de dados se dão conjuntamente em vários momentos da metodologia comunicativa crítica, através do diálogo entre pesquisadora e participantes, tendo em vista que as interações que produzimos são entendidas como geradoras de conhecimento. Dessa forma, o que apresentamos como análise são os resultados de todo o nosso processo durante a pesquisa, que foram dialogados com as marceneiras ao final de cada etapa⁵⁰.

⁵⁰ Vale destacar que esta fase corresponde à sistematização do processo da pesquisa, realizado pela pesquisadora. Ao elaborar as análises novas questões teóricas ou elaborações antes não pensadas podem surgir, mas essa etapa faz parte da pesquisa. Num dado momento a pesquisa precisa ser finalizada e os dados sistematizados pela pesquisadora.

Com base na MCC, as análises dos dados correspondem a interpretação coletiva realizada no diálogo entre a pesquisadora e as pessoas participantes da pesquisa, por meio dos saberes da pesquisadora, pautada nos conhecimentos científicos sobre os temas estudados, bem como das reflexões feitas pelas próprias participantes, a partir da vivência na realidade social pesquisada. Tais análises se pautam na relação entre sistema e mundo da vida (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 122).

Nesta etapa, elaboramos os quadros de análise, em que são apresentados os fatores transformadores e aqueles que se colocam como obstáculos. Conforme explicitado, esses fatores buscam apontar possíveis soluções na ótica dos conhecimentos que já existem e já são transformadores e fazem referência às interpretações tanto espontâneas quanto reflexivas das participantes da investigação. Em outras palavras, tais fatores podem não ser diretamente expressos pelas pessoas, em diálogo, a pesquisadora contribui para a identificação dos mesmos (CREA, 1995-1998, p. 61). Dessa forma, os quadros foram elaborados pela pesquisadora, seguindo o seu papel de sistematizar os dados e validá-los com os sujeitos da pesquisa.

Para a elaboração dos quadros, optamos pelo o que a MCC denomina “nível básico de análise”, em que trabalhamos com duas categorias de análise definidas a partir de nossa questão de pesquisa: “relações de gênero” e “autogestão” e com as dimensões de análise: elementos transformadores e elementos que se colocam como obstáculo. Assim, as categorias se cruzam com as dimensões (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 100).

A partir disso, selecionamos os temas refletidos durante a pesquisa em relação ao processo de incubação, o qual, como vimos, inicia-se com o projeto das habitações sociais, tendo como estratégia de baixo custo e de geração de trabalho e renda a formação da marcenaria. Nessa marcenaria as mulheres visualizaram novas possibilidades de trabalho, e assumiram a formação do empreendimento solidário, a Madeirarte, na perspectiva da economia solidária e autogestão. Essa participação das marceneiras num empreendimento possibilitou diferentes aprendizados e novos saberes e ainda mudanças na vida de cada uma dessas mulheres. Dessa forma, os temas centrais nesta análise foram: 1) Mulheres na Marcenaria, 2) Economia Solidária, 3) Processos Educativos na prática de ser Mulher Marceneira.

Em cada um desses temas analisamos os dados, a partir das dimensões da metodologia comunicativa crítica, na relação com as categorias estabelecidas. Assim como nos mostra o quadro abaixo:

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|---------------------------|-------------------|
| Elementos que se colocam como obstáculos | 1) temas 2) | 1) 2) |
| Elementos Transformadores | 1) 2) | 1) 2) |

Seguindo essa compreensão metodológica apresentamos, no próximo capítulo, as análises desta investigação.

4. Diálogo entre pesquisadora e marceneiras: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação da Madeirarte

“Eu acho que a universidade nunca vai poder sair, deixar nós [...] ela nos ajuda muito e é importante pra gente...a universidade tem que ajudar a expandir o trabalho que a gente faz”.

(Rosa)

Apresentadas, nos capítulos anteriores, as bases teóricas que guiam e auxiliam esta investigação, bem como, no capítulo três, a metodologia da pesquisa e o grupo composto pelas quatro mulheres trabalhadoras do empreendimento solidário Madeirarte, dedicamo-nos agora à apresentação dos dados e à análise das reflexões e diálogos sobre o processo de incubação da Marcenaria, a partir das categorias analíticas relações de gênero e autogestão, identificando os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos.

Este capítulo está organizado em três itens, de forma a facilitar a compreensão das análises realizadas e seguindo os temas já indicados no capítulo anterior: Mulheres na marcenaria; Economia Solidária e; Processos Educativos na Prática de ser Mulher Marceneira. Para cada um dos temas, apresentamos os quadros de análise da metodologia comunicativa crítica, seguindo as reflexões feitas pelas marceneiras sobre a prática social vivenciada.

4.1. Mulheres na Marcenaria

“Ai, pra começar eu nem sabia o que era marcenaria, nem sabia...aí começou a turma lá todo mundo falando marcenaria, marcenaria. Ah, será que eu vou lá na marcenaria, trabalhar com batente, fazer janela? Vai ser legal trabalhar com madeira, que pra mexer com obra é difícil, irrita a pele da gente o cimento. Eu falei é pesado também [...] Pois é, agora nós estamos mostrando que não é só homem que pode fazer assim, não tem diferença, você imagina o serviço da roça era muito mais pesado que esse aqui e a gente fazia, imagina pegar no cabo na enxada e carpir o dia inteirinho, arar a terra, plantar...quando? Mais pesado e debaixo do sol, da chuva [...] e na roça sempre o homem e a mulher iam, agora você vê, trabalhar fora a mulher não podia”.

(Camélia)

São muitos e diferentes os motivos que levam as pessoas, homens e mulheres, a se inserirem nos empreendimentos autogestionários. No caso das marceneiras, esse processo começou pela realização do sonho da casa própria, tendo em vista que o projeto InovaRural já havia considerado a possibilidade da marcenaria como espaço de geração de trabalho e renda.

Todas as marceneiras apresentaram em comum o sonho de “ter uma casa de verdade”, o que implica na possibilidade de sair de uma casa de costaneira. Sempre estiveram presentes na fala das marceneiras as condições precárias em que moravam, a descrição do vento nos dias de frio, do calor insuportável no verão, do medo da chuva, dos animais que invadiam as suas casas, as condições precárias de energia elétrica, fossa, esgoto, falta de água, além das dificuldades para construir suas casas sozinhas: “Nossa! Nunca deu! quantos anos na casinha de costaneira, casinha mais ruim que a gente tinha, não...não conseguia fazer de jeito nenhum” (Rosa).

Na realização das entrevistas e observações comunicativas, pudemos saber um pouco mais sobre o início da vida das mulheres participantes da pesquisa no assentamento Pirituba II, ao conquistarem a terra: antes da ocupação no assentamento, muitas das famílias assentadas já trabalhavam na roça, assim como as marceneiras, em terras de outras pessoas em regiões próximas deste. A família de Rosa, composta por ela, seu pai, mãe e mais 13 irmãos, era muito pobre e não apresentava condições financeiras para recursos básicos: “não havia roupa para todas as crianças, para sair de casa nunca podiam ir todas as crianças porque não havia calçado pra todo mundo [...] naquela época a mãe e o pai da gente não levava no médico por qualquer coisa, só quando estava morrendo mesmo...perdi 4 irmãos meu que morreram doente” (Rosa).

Por volta dos 17 anos, Rosa se casou com José e passaram a morar juntos na casa do patrão de José, em troca, trabalhavam em suas terras. Em meados do ano de 1984, o patrão ficou sabendo de uma organização em Itapeva (onde hoje é o assentamento) para conseguir terra e fez uma proposta ao casal. Queria conseguir 20 alqueires e pediu para José e Rosa ficarem em seu lugar, ocupando as terras para ele. Vivendo nesta organização, Rosa e José perceberam que era injusto ficarem ali, nas duras condições de acampamento⁵¹, cozinhando no chão, tendo uma criança pequena pra cuidar e grávida de outra. Quando viram que ganhariam sete alqueires, o patrão de José desistiu das terras. Assim, Rosa e seu marido decidiram ali continuar para conquistarem um pedaço de terra, bem como para trabalhar e viver “sem ter que dar tudo para o patrão” (Rosa).

A história de Camélia e seu marido em muito se assemelha. O marido de Camélia, João, explicou que eram trabalhadores rurais, volantes, na região do assentamento. Ficaram sabendo que havia pessoas lutando por terra e se interessaram. Três meses após o acampamento, as

⁵¹ O acampamento é a fase inicial da ocupação, visto que antes de conseguirem a configuração de um assentamento efetivamente as e os trabalhadores acampam no local, até obterem a propriedade da terra.

famílias conquistaram a propriedade da terra. Segundo José, no início era uma organização do Sindicato Rural e da Igreja Católica, não havia MST. O assentamento teve seu início em 1984, enquanto o MST foi iniciado em fins da década de 1980.⁵² No início da conquista da terra não havia sementes e adubo, e as condições necessárias para trabalhar, além disso, no processo de conquista, não podiam trabalhar nas terras efetivamente. Viviam então de forma coletiva e de doações, sendo que “tudo era dividido entre as pessoas” (Camélia). Camélia conta que tinha vez que “só comia aquela farinha ruim que o povo dá nas doações”.

Sobre isto, Orquídea comenta a dificuldade de formação inicial do assentamento, no impedimento da produção: “as doações não era muita, as pessoas ainda tinha medo dos trabalhadores rurais sem terra e não entendia as suas propostas, as pessoas tinham medo e achavam a gente invasor e, aí, não doavam muitas coisas não” (Orquídea).

Segundo as mulheres marceneiras, todas as pessoas se ajudavam. O filho de Rosa, por exemplo, ficou doente e mamava no peito de outra mulher, porque ela não tinha mais leite. As famílias organizadas conseguiram um carro para levar os e as doentes até o hospital na cidade, mas Rosa tinha que caminhar até a cidade mais próxima (30 Km), porque estava grávida e “gravidez não é doença, só ia na Kombi os doentes mesmo que estavam caindo”. Mesmo em solidariedade comentam que no início foi difícil a “vida em comunidade”.

Após a conquista da terra, muitas famílias arrumaram um trabalho na região para ter condições de começar a plantar. Segundo Camélia, no início, ela e sua família continuavam sendo trabalhadores volantes na região. Observa que as pessoas que já eram trabalhadores rurais “se viraram, mas as pessoas que vieram da cidade sofreram mais. A gente cozinhava no chão, dormia no frio...tinha dia que a barraca voava de tanto vento e aí ficava dormindo no frio. Hoje aqui é bem melhor, quem quer trabalhar, trabalha” (Camélia). Como vimos na introdução desta dissertação, ao apresentarmos o assentamento Pirituba II, somente depois de 24 anos de consolidação é que começaram os projetos de habitações sociais no mesmo, e, a partir disto, com o projeto InovaRural, a possibilidade das mulheres trabalharem na marcenaria.

⁵² Na verdade temos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - nasceu das lutas concretas que os/as trabalhadores/as rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na região Sul, pela conquista da terra, no final da década de 70. Acontece que sua configuração como MST se dá em fins da década de 1980. O Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar. O capitalismo nacional não conseguia mais aliviar as contradições existentes no avanço em direção ao campo. A concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em aguda crise. Nesse contexto surgem várias lutas concretas que, aos poucos, se articulam. Dessa articulação se delineia e se estrutura o Movimento Sem Terra, tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta-RS, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). <http://alissoncastro.sites.uol.com.br/historiadomst.htm>

Segundo levantamento sobre a situação socioeconômica e as condições de infra-estrutura e de habitação das famílias que requisitaram as moradias, podemos apresentar um perfil geral das famílias que se envolveram com o projeto InovaRural. Em relação à idade das pessoas moradoras no assentamento observou-se a concentração em dois grandes grupos: crianças e jovens (0 a 19 anos, totalizando-se 45%), e adultos (20 a 49 anos – 42,8%). Outro dado interessante é que 68% dos entrevistados nasceram na região de Itapeva, Itaberá e Itararé, mostrando que a maioria das famílias sempre morou na região, sendo mais vinculadas ao campo do que à cidade. A tabela a seguir apresenta, de forma sucinta, outras características socioeconômicas das famílias:

| Item | Característica | Porcentagem (%) |
|---------------------|--|-----------------|
| Composição familiar | Casal e filhos | 85 |
| | Mãe e filhos | 7 |
| | Pai e filhos | 4 |
| | Solteiros | 4 |
| Chefe de família | Homem | 96 |
| | Mulher | 4 |
| Renda | 0 a 1 SM | 44 |
| | 1 a 2 SM | 42 |
| | 2 a 3 SM | 12 |
| | Acima de 4 SM | 2 |
| Ocupação | Trabalho em lavoura própria | 51 |
| | Trabalho em lavoura própria e diarista | 24 |
| | Diarista | 14 |
| | Outras | 11 |
| Escolaridade | 1ª a 4ª série (ensino fundamental) | 47 |
| | 5ª a 8ª série (ensino fundamental) | 28 |
| | Ensino médio | 12 |
| | Não frequentou escola | 13 |

Quadro 1: Características socioeconômicas das famílias participantes do InovaRural. Fonte: Relatório Grupo Habis.

Para resolver o problema das condições precárias das habitações o Grupo Habis, em conjunto à Incoop e com grupo de famílias, propôs a construção das casas em processo participativo e implementou as seguintes estratégias gerais: Organização das famílias interessadas na construção de moradias para escolha do projeto de arquitetura, dos materiais construtivos; Obtenção de financiamento para Pesquisa; Obtenção de financiamento para construção de 49 casas; Formação de grupo de auxiliares de obra com jovens do assentamento⁵³; Elaboração do regimento interno para canteiro de obras na organização dos mutirões; Formação

⁵³ Esse grupo de auxiliares era formado por jovens do assentamento, os quais tiveram uma formação e ajudavam em todas as etapas do processo de construção das habitações, articulando-se com a universidade.

das comissões de obras; Implantação de uma Marcenaria Coletiva Autogestionária para fabricação de portas janelas e componentes para estruturas das 49 casas.

A partir desta articulação, estratégias e planejamento, em dezembro de 2003, a demanda para a formação de uma marcenaria coletiva foi apresentada para os agricultores e agricultoras do assentamento Pirituba II, seguindo o objetivo do Projeto de conciliar produção de habitação a baixo custo, reposição florestal e geração de trabalho e renda.

Destaca-se que a marcenaria se formou com um grupo de mulheres, agricultoras familiares, de baixa renda, com idade entre 45 e 55 anos, tendo como nível de escolaridade primeiro grau completo, as quais não conheciam trabalhos específicos em marcenaria e que acreditaram na viabilidade de uma marcenaria coletiva autogestionária em um assentamento rural. A entrada das mulheres na marcenaria significava participar do projeto para ter a sua casa, além da possibilidade de aprender um novo ofício para, no futuro, gerarem renda a partir de uma nova atividade que aprenderiam e que poderia significar melhores condições de trabalho.

A proposta do projeto InovaRural era a de que todas e todos participassem na construção das habitações e, a maior dificuldade das mulheres era pensar de que forma poderiam ajudar para conquistarem as suas casas, pois pensavam nas dificuldades em trabalhar nas atividades do canteiro de obras, pelo esforço exigido, pela idade e impossibilidade de subirem em escadas. A marcenaria ajudaria a baratear os custos para ter uma casa do tamanho que gostariam, e o trabalho na marcenaria parecia mais leve e compatível para mulheres.

A visualização do quadro de análise nos ajuda a compreender essas questões, tendo em vista as reflexões que fizeram as marceneiras sobre a entrada na marcenaria e o significado de mulheres realizando uma atividade historicamente desenvolvida por homens, trazendo novas possibilidades ao assentamento, principalmente diante do significado do trabalho de mulheres em nossa sociedade. Assim, apresentamos o quadro e na seqüência discorremos a análise⁵⁴.

⁵⁴ O quadro que se encontra nestas páginas refere-se a uma síntese dos elementos indicados pelas marceneiras como transformadores e como obstáculos para ambas as categorias analíticas (autogestão e relações de gênero) ao refletirem sobre o tema “Mulheres na Marcenaria”. No apêndice 8 é possível a visualização do quadro na íntegra, com a fala das participantes da pesquisa, resultado dos diálogos do processo desta investigação. Tal quadro foi construído pela pesquisadora e dialogado com as marceneiras e corresponde as análises que seguem nesta temática.

Quadro 1 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão sobre “Mulheres na Marcenaria”.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|---|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | 1) Mulher não pode trabalhar fora de casa e não tem apoio para a realização de trabalhos diferentes da lavoura (no Assentamento) 2) Experiências frustradas dos homens com o trabalho coletivo 3) Oportunidade de um trabalho para mulheres dentro do Assentamento 4) Relação social de fragilidade das mulheres no trabalho. Trabalho “guardado” e de cuidado 5) Ciúmes dos maridos | 1) Baixa oportunidade de trabalho, para além da lavoura, no próprio Assentamento, e pouco incentivo para trabalhos coletivos 2) Dificuldades no trabalho da roça, como o cansaço e o trabalho sob o sol quente 3) Dificuldades de compreensão da troca de trabalho, principalmente no mutirão, ainda do projeto InovaRural |
| Elementos Transformadores | 1) Viabilidade do sonho da casa própria através da superação da impossibilidade de mulheres trabalharem nas casas 2) Ação coletiva de mulheres em solidariedade. O fato de uma mulher participar incentiva outras mulheres e a solidariedade entre elas garante a força que o grupo precisa para vencer os desafios apresentados 3) Esperança das mulheres nos resultados positivos do trabalho 4) Oportunidade de um trabalho diferente para mulheres dentro do Assentamento, o que nunca tinham vivenciado 5) Valorização do trabalho das marceneiras pelo resultado, visível nas casas do Assentamento 6) Reflexões sobre as mulheres realizarem trabalhos compreendidos como pesado, no canteiro de obras e também na roça 7) Mulheres já lutavam pelos seus direitos e se indignavam com algumas imposições às mulheres, antes mesmo do trabalho na marcenaria | 1) Apoio de algumas pessoas do assentamento para que as mulheres assumissem a marcenaria 2) Trabalho em mutirão na construção das casas. Vivência de solidariedade e trabalho coletivo 3) Trabalho da marcenaria mais leve que o trabalho na roça 4) Possibilidade futura de geração de renda com a marcenaria 5) Prazer no trabalho da marcenaria 6) Primeiras capacitações técnicas realizadas para o trabalho específico em marcenaria |

Em consonância com as discussões teóricas realizadas no primeiro capítulo desta dissertação, no que tange às dificuldades históricas de inserção das mulheres no mundo do trabalho produtivo, as marceneiras apresentaram como obstáculo, ao analisarmos o quadro na categoria gênero, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para o trabalho.

As marceneiras apontaram que no contexto de suas vidas tentaram estudar, ou buscar outros trabalhos, além das atividades rurais, mas sempre foram impedidas dessa realização, porque estes eram trabalhos para homens e não para mulheres. Vale destacar que as marceneiras sempre foram trabalhadoras, domésticas e rurais, porém seu trabalho sempre foi considerado

“trabalho de casa”, sendo impedidas de escolher outras possibilidades por serem mulheres. Em contrapartida, as mulheres alimentavam o sonho de “trabalhar fora de casa”, desde que no assentamento, para se manterem próximas de suas famílias, no contexto rural.

Com isso, observamos que as marceneiras sempre desejaram não se manterem apenas no trabalho produtivo, no trabalho “invisível”, no trabalho “guardado”, como, muitas vezes, são os trabalhos reservados às mulheres.

Nesse sentido, apontamos o obstáculo observado ao dizerem que no assentamento são poucas as oportunidades de trabalho para além da lavoura: “Aqui já não tinha muita coisa pra gente trabalhar além da terra, que é também muito importante, e continua trabalhando...mas a gente já tava cansada” (Petúnia). A partir disto, as mulheres não estão descaracterizando a história delas enquanto trabalhadoras rurais ou o sentido do trabalho na terra, sentido este da própria formação do assentamento, principalmente porque nunca deixaram de ser trabalhadoras rurais e valorizam este trabalho como fonte de vida. O que apontam é a não oportunidade de poderem realizar outras atividades, principalmente no momento da vida no qual se encontravam quando iniciaram na marcenaria. Tal momento era quando já não suportavam mais o trabalho da roça sob o sol quente, diante da idade das mulheres, tendo em vista que ao atingir uma faixa etária acima dos 40 anos, por exemplo, conseguir um emprego torna-se uma tarefa bastante complicada. Tais elementos foram apontados como obstáculos nas duas categorias analisadas.

Para as mulheres, o trabalho na marcenaria é muito mais simples do que o trabalho na roça, “a marcenaria é “açúcar” perto da roça”, dizem. Isso porque, segundo elas, na roça é necessário trabalhar com “frio, com chuva, disposta ou indisposta”, enquanto na marcenaria trabalham sob “a sombra, no coberto” e as pessoas respeitam seus problemas, dificuldades e limitações. Importante notar que esse respeito é possibilitado pelo trabalho coletivo, sendo que na roça não mais trabalhavam coletivamente.

Ao falarem do trabalho na marcenaria, as marceneiras apontaram que nova oportunidade de escolha foi apresentada para mulheres no assentamento: “Aqui, pra trabalhar tinha que trabalhar na cidade, no assentamento foi a primeira vez que aconteceu essa oportunidade” (Orquídea). Tal escolha advém, primeiramente, por poderem trabalhar na construção de suas casas e, num segundo momento, pela possibilidade de geração de renda a partir de um novo trabalho, o qual também contribui de diferentes formas ao assentamento e que não caminha contra as especificidades das mulheres nesse contexto.

Resgatando as discussões em torno do conceito de gênero, vemos como existem em nossa sociedade formas diferenciadas de acesso entre homens e mulheres, e também entre mulheres, o que se reflete no mundo do trabalho. Assim, as oportunidades de escolha são limitadas para algumas mulheres, não sendo apresentados a todas os mesmos direitos e oportunidades. Nesse sentido, as preocupações apresentadas pelo feminismo dialógico podem contribuir, uma vez que busca incorporar as mulheres no diálogo sobre a igualdade, sobre os diferentes modos de ser mulher, buscando formas de superar as condições de desigualdades a partir de suas necessidades e interesses.

Essa reflexão nos remete ainda ao significado da economia solidária na vida de muitas mulheres, tendo em vista as desigualdades históricas do trabalho de mulheres, somado à capacidade dos empreendimentos de economia solidária em conseguir recebê-las, possibilitando respeito às especificidades da vida feminina. A inserção na economia solidária possibilita às mulheres vivenciarem uma atividade nova, com relações diferenciadas, o que implica romper alguns limites e experimentar a esperança de melhorias.

Importante destacar que Singer (2000) aponta o próprio espaço dos assentamentos rurais como espaço de vivência da economia solidária, tendo o movimento de luta pela terra, influenciado esta economia. Porém, as mulheres marceneiras apontaram que não estavam envolvidas com as atuais organizações de trabalhos coletivos e cooperativas, podendo elas mesmas serem protagonistas destes movimentos.

Ao observarmos a categoria gênero, as marceneiras apontaram ainda, como obstáculo, a fragilização do trabalho feminino, o que é identificado nas mulheres ao descreverem o medo de trabalharem no canteiro de obras e mesmo na marcenaria: “O grupo nosso já era fraco, porque eu era mulher, a Teresinha mulher, o Wilson era doente e a mulher que trabalhava também [...] Como as mulheres ia agüentar direto? (Rosa). Tal visão também era reforçada pelos homens, ao se sentirem mais fortalecidos com a participação de um número maior de homens.

Observamos que historicamente as mulheres são consideradas frágeis, o que acaba sendo incorporado pelos homens e também pelas mulheres, sendo estas, muitas vezes, socializadas para a fragilidade. Porém, como vimos em nosso primeiro capítulo, à luz de Moraes (1998), a fragilização do trabalho feminino não é o que se reflete no trabalho prático. Existe uma divisão social do trabalho que fica apenas na representação social. Nesse sentido, podemos observar como transformador o fato das mulheres tentarem e buscarem conhecer o trabalho na marcenaria

e logo perceberem que são capazes de realizar este trabalho e, ainda, perceberem na experiência que não são frágeis como pensavam e como dizem muitos homens.

Assim, após início do trabalho, proporcionando novos aprendizados e mostrando a capacidade das mulheres marceneiras, observamos como elemento transformador a autogestão, o prazer a partir do novo trabalho, desde o início com os primeiros aprendizados de tabicar a madeira e poder dizer: fomos “nós quem fizemos...todo mundo vai ver o nosso servicinho”. Até poder transformar uma “madeira bruta” em algo “com vida...o prazer de ver o nosso trabalho na nossa casa e na casa das pessoas” (Petúnia), o prazer de trabalhar com as pessoas, de sair de casa para realizar uma atividade, de participar, além do prazer de estar com outras pessoas, de compartilhar. Ver as janelas nas casas das pessoas e nas casas das próprias marceneiras foi fundamental para essa valorização e percepção de suas capacidades.

Com isso, pudemos observar avanços e superações para o trabalho de mulheres numa marcenaria, mas também algumas dificuldades iniciais das mulheres ao assumirem este trabalho. Destacamos um dos elementos apontados como obstáculo pelas marceneiras no que se refere ao ciúme de alguns maridos: “uma vez o Luís brigou comigo porque fiquei até tarde na marcenaria, ele falou: o que você tá fazendo lá?” (Petúnia). Isso porque havia na marcenaria um marceneiro instrutor e trabalhavam com diferentes homens da universidade, o que fez com que inicialmente alguns maridos não apoiassem o trabalho. Tal elemento foi superado pela insistência das mulheres e diálogo com os maridos, bem como pelo apoio de alguns homens do assentamento às mulheres.

Para a superação de obstáculos, destacamos a solidariedade entre as mulheres que se fez fundamental. Vemos o quanto foi importante para as marceneiras a ida conjunta à marcenaria e o quanto elas incentivaram a entrada de outras mulheres a partir de suas iniciativas: “Daí eu disse ai eu vou sim Orquídea na marcenaria, é longe, a gente nem sabe onde vai ser, mas eu acho que é gostoso, ela falou: eu também quero, enquanto você tiver vindo eu também estou vindo e aí nós ficamos...” (Camélia). “Ah, eu entrei na marcenaria, em primeiro lugar porque vi as três trabalhando e pensei, porque eu não posso ir? (Petúnia).

Primeiramente entraram na marcenaria Camélia e Orquídia, que foram juntas. Num segundo momento Rosa, que já estava trabalhando no canteiro de obras com o seu grupo, enquanto um homem trabalhava na marcenaria, mas não se identificava com o trabalho. O grupo se reuniu para decidir essa situação e achavam que era importante deixar mais homens no

canteiro de obras. Assim, Rosa decidiu ir à marcenaria impulsionada pelo fato de já haver duas mulheres trabalhando na mesma. O mesmo se dá para Petúnia, que foi despertada à marcenaria ao observar o trabalho realizado por outras mulheres.

Dessa forma, observamos a solidariedade entre as mulheres como necessária para a superação do pensamento da incapacidade para o desenvolvimento de algumas atividades. Solidariedade entre mulheres para a superação de barreiras sociais de desigualdades que dificilmente conseguiriam suportar sozinhas. À luz de Mello (2003), destacamos a capacidade que as mulheres têm para, em grupo, poderem superar processos de auto-exclusão, em relações de solidariedade, criação de sentido e diálogo, como podemos ver na marcenaria, à medida que vão cada vez mais construindo espaços de participação e transformações não apenas no empreendimento, mas em suas vidas pessoais.

Destacamos também que, para duas das mulheres marceneiras, o fato de terem seus maridos doentes e impedidos de trabalhar, impulsionou a entrada delas na marcenaria. Essas mulheres também não tinham filhos homens que pudessem estar na construção e o serviço para a conquista da casa dependia delas. Vemos nesse caso, conforme aponta Guérin (2005), a capacidade de mobilização das mulheres para a auto-organização diante de situações de necessidades.

Outro elemento apontado nesta análise a partir do quadro 1 de análise, refere-se a desesperança dos homens em assumir a marcenaria, tendo em vista a vivência de muitas iniciativas de trabalho coletivo no assentamento que fracassaram por diferentes motivos: “Os homens? eles já não acredita mais, tá cansado, é muita experiência que não deu certo, dessa de trabalhar junto” (Orquídea). Refletimos sobre o “cansaço existencial” que diz Paulo Freire (2005-b), remetendo-se ao cansaço da luta diante de tentativas frustradas que nos desencorajam e limitam os nossos sonhos. Para o autor, à medida que vivenciamos muitas experiências e tentativas de mudanças contra uma ideologia dominante de opressão, sem êxito, podemos desacreditar que a mudança pelos meios solidários é possível, ficando cansados e perdendo a esperança nas possibilidades advindas, por exemplo, dos empreendimentos autogestionários. Em contrapartida, a esperança é um fator transformador para as mulheres, visto que para estas a oportunidade de um trabalho formado apenas por mulheres, com possibilidades de geração de renda futura, não havia sido apresentado.

Apontaram, as marceneiras, que no assentamento Pirituba II normalmente os homens têm muitas experiências com o trabalho coletivo, em cooperativas agrícolas, possibilidade que nem sempre se abre às mulheres. Segundo Melo (2007, p. 124-125), no próprio MST existe um movimento de mulheres lutando pela igualdade de gênero nos assentamentos, mas ainda assim as possibilidades estão colocadas de formas diferentes, o que foi comprovado pelas marceneiras. No ano de 1989, foi lançada uma publicação referente à articulação das mulheres do MST e, a partir deste momento, “as lutas pela discriminação de gênero no MST deixa de ser uma luta reservada ao coletivo de mulheres organizadas e passa a ser assumida publicamente como um princípio político que deve tornar-se norteador nos processos de lutas do MST como um todo” (ibid).

A autora cita, ainda, o I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, realizado no ano de 1996, em que foi discutido o cotidiano da mulher no processo de luta pela terra e sua inserção nas instâncias decisórias do movimento. Nesse encontro, as mulheres concluíram que os principais problemas que enfrentavam eram:

a não representatividade das mulheres; distância entre discurso e prática no companheirismo com a militância feminina; trabalho das/com/sobre as mulheres ser considerado secundário. Tudo isso associado aos problemas históricos na discriminação contra as mulheres e ainda considerado um “atraso nas relações sociais no campo” (ibid, p. 133).

A partir dessas lutas, as mulheres nos assentamentos conquistaram algumas garantias, tais como a inclusão do nome das mulheres nos títulos de posse da terra, talões de notas e outros documentos que as reconheçam como trabalhadoras rurais, bem como a posse da terra no nome das mulheres. Tais conquistas foram muito importantes para as mulheres assentadas mas, segundo as marceneiras, ainda são muitas as desigualdades a serem enfrentadas. Acreditam que estão contribuindo nesta luta a partir da iniciativa de trabalharem na marcenaria. As marceneiras recebem o apoio da liderança do MST do assentamento Pirituba II, principalmente das lideranças femininas que divulgam e apóiam o trabalho da Madeirarte.

Vemos então como as histórias das mulheres marceneiras se completam, cruzam-se e vão se entrelaçando ao viver a marcenaria no assentamento Pirituba II. Pudemos observar que, para as marceneiras, resgatar a história do grupo é sinônimo de alegria, satisfação e reconhecimento de esforços, habilidades e capacidades, bem como reconhecimento de uma história de luta de mulheres que não se inicia na marcenaria, mas que faz parte de suas histórias de vida.

Temos que o trabalho na marcenaria, vinculado a um projeto de incubação a partir da universidade, possibilitou a visualização da história de vida de mulheres. Mulheres estas que há muito tempo já se indignavam com a condição feminina socialmente apresentada às mulheres, bem como já buscavam formas de superação no cotidiano de suas vidas no assentamento.

A seguir, apresentamos o quadro com o resultado das reflexões das marceneiras em torno de propostas de melhorias ao discutirmos o tema “Mulheres na Marcenaria”.

Quadro 2 da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos ou propostas de melhorias sobre o tema “Mulheres na Marcenaria”.

| |
|--|
| <p>Explícitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Organização de outras atividades de geração de renda e trabalho coletivo autogestionário no assentamento, que pode começar na própria marcenaria, bem como nas atividades da lavoura; 2) Incentivo a atividades realizadas por mulheres no assentamento; 3) Solidariedade feminina para a superação de obstáculos que sofrem as mulheres. |
| <p>Implícitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Participação da marcenaria em outros projetos de habitação social no assentamento Pirituba II e em outros assentamentos; 2) Valorização da história de vida de mulheres trabalhadoras rurais; 3) Incentivo a diferentes atividades que possibilitem novos aprendizados nos assentamentos rurais. |

Em relação às propostas de melhorias apresentadas, destaca-se tanto nos elementos implícitos como nos explícitos, o fato das marceneiras se preocuparem com o incentivo de atividades realizadas por mulheres no assentamento, reforçando as reflexões que fizeram sobre as situações desiguais de gênero vivenciadas em nossa sociedade. As marceneiras acreditam que referências positivas e experiências de êxito realizadas por mulheres podem ser formas educativas para outras mulheres. Pode ser ainda uma forma de amenizar as dificuldades que as marceneiras sofreram no assentamento em busca de realizarem o sonho de trabalhar fora de casa, sem o resguardo reservado às mulheres. Dessa forma, observamos que as marceneiras podem contribuir com avanços para outras gerações de mulheres no assentamento.

Além disso, indicam a possibilidade de outros trabalhos coletivos e em solidariedade, estimulando assim que outras pessoas possam vivenciar a economia solidária, na medida em que acreditam ser uma forma positiva de trabalho e geradora de aprendizados e alegrias.

A seguir, aprofundaremos a temática “Economia Solidária” para o desdobramento de novas questões, a partir da entrada das mulheres na marcenaria.

4.2. Economia Solidária

“...tem que ter mais unidade...talvez na unidade vêm a solidariedade [...] na empresa o dono manda e na cooperativa todos tem que pensar da mesma forma pra conseguir um objetivo [...] têm coisas que você pode fazer, ajuda, troca de mão de obra...eu acho assim que a solidariedade em muita coisa acontece. Que nem as pessoas vêm aqui de outro canto e às vezes pede um desconto e a gente faz a metade do preço, eu acho que isso é uma solidariedade, não fazer gratuitamente porque nós temos energia pra pagar, e o nosso sustento também, mas cobrar o tanto que cobra lá fora, nós não cobramos e as pessoas não têm condições de pagar também”.

(Petúnia)

Em relação ao tema da economia solidária, identificamos diferentes sub-temas que contribuiram para as nossas reflexões, bem como para a sistematização dos dados. Tais sub-temas correspondem: Solidariedade, Cooperação e Trabalho Coletivo; Organização, Administração e Gestão do empreendimento solidário; Diálogo, Informação e Comunicação e; Geração de renda e viabilidade financeira do empreendimento. Para cada sub-tema apresentaremos uma síntese dos quadros de análise da metodologia comunicativa crítica que utilizamos, a partir das categorias de análise relações de gênero e autogestão, bem como das dimensões transformadoras e as que se colocam como obstáculo.

4.2.1. Solidariedade, Cooperação e Trabalho Coletivo

“...aqui, como é o serviço da marcenaria, é preciso ter mais solidariedade...porque, se um fura errado, todo mundo vai sofrer pra montar depois...cada etapa compõe uma outra etapa, desde escolher a madeira ao produto final uma etapa depende da outra, por isso tem que fazer certo”.

(Camélia)

O primeiro aspecto destacado com as marceneiras como transformador para a autogestão é a solidariedade. Solidariedade no aprender, no ensinar, solidariedade presente em muitos momentos do grupo, na relação entre as mulheres diante da compreensão para a realização de atividades pessoais, no trabalho com as e os jovens que se inseriram na marcenaria, com os/as compradores/as à medida que buscam cobrar um preço justo pelos seus produtos, com a equipe da incubação que necessita se hospedar em suas casas, nos momentos de se alimentarem ao fazerem divisão da comida que levam à marcenaria, na partida ao buscarem carona, na divisão de tarefas das atividades cotidianas do trabalho na marcenaria, respeitando os limites de cada pessoa. Solidariedade que está presente na história de vida dessas mulheres desde a luta e conquista pela terra, bem como no cotidiano do trabalho na roça e que agora se configura na marcenaria.

Primeiramente apresentamos uma síntese do quadro de análise em que estão representadas as reflexões em torno deste sub-tema⁵⁵:

Quadro 3 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão sobre o tema Economia Solidária. Sub-tema “Solidariedade, Cooperação e Trabalho Coletivo”.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|---|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | 1) Achar que as mulheres são as responsáveis pela limpeza, enquanto os jovens e os homens da marcenaria não precisam fazer esse serviço 2) Relações de gênero presentes numa sociedade que gera desigualdades entre homens e mulheres 3) Múltiplas jornadas de trabalho das mulheres | 1) Momentos em que apontam não existir solidariedade 2) Obstáculos para a formação de uma cooperativa, tais como legalização, cumprimento das leis trabalhistas e organização do empreendimento solidário 3) Dificuldades em trabalhar coletivamente pelos conflitos e dificuldade de autocrítica ou de estabelecimento de acordos quando as opiniões são diferentes |
| Elementos Transformadores | 1) Solidariedade necessária por serem mulheres, no cotidiano do trabalho e para a realização de atividades mais pesadas, bem como para o respeito das necessidades individuais 2) Divisão das tarefas na marcenaria 3) Alegria ao trabalhar 4) Divisão dos trabalhos em casa (mulheres e maridos trabalhando em casa e possibilitando que as mulheres tenham mais tempo para o trabalho na Madeirarte) | 1) Solidariedade 2) Não venda da força de trabalho 3) No coletivo é preciso ter consciência do significado desta forma de trabalho 4) Relação positiva com o trabalho, que é prazeroso 5) Trabalho que possibilita criatividade 6) Aspectos positivos do trabalho coletivo, como divisão das atividades e alegria em compartilhar e trabalhar juntas 7) A adesão e permanência no empreendimento solidário é livre e esclarecida |

Ao analisarmos o quadro, vemos que as marceneiras apontaram a solidariedade como elemento transformador para a autogestão, uma vez que implica ajuda ao outro e que deve ser priorizada em detrimento do dinheiro: “Eu acho que a parte de economia solidária é um sempre ajudar o outro, n/é? Se a gente só pensar no dinheiro a coisa não vai pra frente, então a gente tem que pensar em ajudar o outro” (Rosa). Assim compreendem que a solidariedade pode beneficiar o trabalho de todas as mulheres e que é necessária para o trabalho coletivo. Tais reflexões

⁵⁵ Este quadro refere-se a uma síntese dos elementos indicados pelas marceneiras como transformadores e como obstáculos para ambas as categorias analíticas (autogestão e relações de gênero) ao refletirem sobre o sub-tema “Solidariedade, Cooperação e Trabalho Coletivo”. No apêndice 8 é possível a visualização do quadro na íntegra, com a fala das participantes da pesquisa, resultado dos diálogos do processo desta investigação.

camminham ao encontro de nossas elaborações teóricas nesta dissertação, à medida que visualizamos a solidariedade como desejável, diferente do imposto pelas políticas capitalistas que estimulam a competição. Flecha (1997) discute que em solidariedade podemos nos colocar a favor da participação, luta e esforços para a melhora das condições de vida de todas as pessoas.

Assim como observamos, na contradição, a mesma solidariedade, porém como ausência, identificada como elemento de obstáculo para a autogestão: “Eu acho que sim, tem momentos em que não existe solidariedade, tem coisas que a gente precisa e não ajuda o outro...” (Petúnia). Em nossas reflexões, as marceneiras apontaram que tal ausência implica desarticulação e desmobilização, enquanto que a solidariedade implica participação e melhoria para todo o grupo, o que é fundamental para a autogestão. Analisaram ainda que sem a solidariedade o trabalho não se torna viável, pois muitas são as dificuldades de renda, somada às questões pessoais que aparecem no cotidiano do trabalho, o que exige compreensão e ajuda mútua.

Segundo Singer (2000), os grupos excluídos são solidários pela própria necessidade de solidarizar-se para viver, diante das condições de vida, mas salientamos, que a pobreza e a exclusão não tornam suas vítimas immanentemente solidárias, principalmente se internalizarmos o individualismo ideológico de uma sociedade capitalista. Para o autor (2005-a, p. 20), a solidariedade é muitas vezes ensinada aos excluídos pela vida e pelas empreitadas em que se engajam, mas a proposta da economia solidária, para além disto, é a “solidariedade não só como imposição da necessidade, mas como opção consciente para um outro modo de produção”, para um novo modo de vida que permeie outros valores, que não o da injustiça, da miséria e dos que delegam quais saberes são importantes.

A experiência de vida dos inferiorizados lhes ensina a solidariedade como modo de vida, como fuga das situações de perigo e extrema carência, enquanto a economia solidária “lhes propõe a solidariedade como prática sistemática, cotidiana, embebida num relacionamento social e econômico especialmente construído para isso” (ibid, p. 20). Tais reflexões implicam ainda a relação feita com o sentido de conscientização em Freire, na medida em que não pode limitar-se ao desvelamento da realidade, mas constituir-se numa unidade dinâmica com a prática da transformação da realidade, o que é fundamental para as pessoas que escolhem viver nesta outra forma de economia, na construção de suas relações.

Embora a solidariedade possa ter maior campo fértil nas camadas populares, isso não significa que a todo instante prevaleça a forma solidária de organização, frente às contradições e tensões que todas e todos nós estamos submetidas/os.

Refletindo sobre isto, as marceneiras destacaram não só a solidariedade na marcenaria, mas no assentamento de maneira geral. As mulheres citaram que estão realizando trocas de trabalho no assentamento, o que também é compreendido como solidariedade ao mesmo tempo em que viabiliza a continuidade do trabalho, é exemplo: precisavam de uma pessoa para pintar as arcas das letras que fizeram. Como pagamento, produziram uma mesa com cadeiras e assim conseguiram realizar a encomenda pedida, bem como pagar pelo serviço que necessitaram.

Num segundo momento, apontaram a solidariedade necessária entre elas para resolução das questões pessoais que aparecem no cotidiano do trabalho, por serem mulheres, tais como ir ao médico ou viajar para apoiar as filhas: “Eu precisei urgente ir pra São Paulo por causa da menina que ela tava naquela rebeldia toda...todo mundo respeitou...eu avisei e fui, daí depois a gente faz a divisão do dinheiro seguindo o que cada uma trabalhou...mas elas entenderam...” (Petúnia).

Tal solidariedade feminina permite ainda a execução do trabalho ao dividirem tarefas da marcenaria. Isso porque fazem coletivamente as atividades consideradas mais difíceis e, assim, conseguem superar as limitações da força física e os problemas de saúde recorrentes. É exemplo o trabalho de descarregar a madeira do caminhão, considerado o mais pesado na Madeirarte. As marceneiras disseram que “carregando juntas fica mais leve”.

Somado a isso, vemos também como transformadora a possibilidade de divisão de tarefas em casa, o que só aconteceu a partir do trabalho na marcenaria. Destacamos esse aspecto porque, além de ser transformador na vida das mulheres, permitindo relações de gênero mais igualitárias, tais divisões de tarefas são importantes para que consigam se dedicar ao trabalho da marcenaria e cumprir com os acordos da Madeirarte. As mulheres avaliam que sem a “ajuda” dos maridos em casa o trabalho na marcenaria não seria possível.

Podemos analisar também que a dupla jornada de trabalho foi aspecto apontado como obstáculo, relacionado à faltas na marcenaria, o que aos poucos é acordado entre as marceneiras e em suas casas. Vale destacar que a dupla jornada a qual nos remetemos, corresponde à tripla e até quádrupla jornada, visto que não se refere somente às atividades de limpeza da casa, mas também às atividades da lavoura e de cuidado dos animais, enfim, aos serviços do contexto do

assentamento rural, em que são necessários e entendidos pelas marceneiras como tarefas de casa. Além do trabalho na marcenaria, as mulheres cuidam da casa e da lavoura.

Estudos como os de Dulce Whitaker nos mostram que, na zona-rural, o trabalho é um fluxo, as mulheres não tem consciência da dupla-jornada de trabalho, e é dupla, tripla e as jornadas são todas superpostas. Pra quem mora na zona-rural, trabalho é vida e, essa divisão de jornadas muitas vezes não existe, o que pode ser mais um motivo de considerar o trabalho da mulher invisível⁵⁶.

Porém, consideramos poder falar em dupla, tripla ou múltipla jornada quando falamos do trabalho das marceneiras. Isso se deve à forma como as marceneiras encaram o trabalho fora da lavoura, pois, para elas, a socialização que tiveram ensinou que trabalho de mulher é na casa e na roça, mas outras atividades, como professora, cozinheira em restaurante ou marceneira, significa “trabalho fora de casa”, configurando assim a roça e lavoura como jornadas a mais para as mulheres que “trabalham fora”: “na roça sempre o homem e a mulher iam, agora você vê, trabalhar fora a mulher não podia” (Rosa).

Observamos que esta relação que fazem as marceneiras se acentua no espaço da agrovila, em que se separam os espaços entre o morar e o trabalhar, tendo nesta configuração certa influência do modelo urbano. Apesar disto, é importante notar que, mesmo nesta configuração, o trabalho da roça, o qual não fica no espaço da casa e exige deslocamento, é considerado “trabalho de casa”, considerado uma única jornada. Enquanto o trabalho na marcenaria, o qual também exige deslocamento, é considerado jornada diferente da jornada do lar, já que é outra atividade que não a atividade sempre realizada pelas mulheres. Para as mulheres, mesmo sendo agrovila elas continuam dizendo que o serviço da roça é o de casa, havendo interposição das jornadas de trabalho, mas quando falam na marcenaria incorporou-se o conceito de dupla jornada.

De qualquer maneira, podemos analisar que a dedicação das mulheres ao trabalho doméstico afeta tanto aos homens quanto as mulheres e, mesmo que as mulheres tenham reduzido significamente o tempo destinado a este tipo de atividades, pesquisas mostram que ainda se dedicam diariamente o dobro do tempo quando comparada aos homens (CRUZ, 1998). O tema da dupla jornada de trabalho conferida às mulheres ainda é importante para os diferentes movimentos feministas e que refletem a igualdade de gênero.

⁵⁶ Contribuição cedida pela Profa. Dra. Dulce C. A. Whitaker, durante a banca de qualificação desta dissertação.

Observamos ainda as mulheres dizerem que fazem os trabalhos de limpeza da casa com mais qualidade que os homens, o que faz com que ainda se responsabilizem por muitas tarefas domésticas: “eu acho, por exemplo, que o serviço da roça é pra homem, agora serviço de casa é pra mulher mesmo, o homem ele faz, mas ele não faz igual a mulher, igual mulher não” (Petúnia). Sobre isso refletimos que, de fato, as mulheres fazem melhor estas atividades, já que foram educadas para isso e as fazemos durante muito tempo, enquanto os homens, no caso os maridos das marceneiras, começaram a realizar tais atividades há pouco tempo. Com isso, pudemos refletir que é importante deixar que os homens se arrisquem mais nessas atividades para que também aprendam a fazê-las com qualidade.

Ainda seguindo este tema em torno do trabalho de mulheres e atividades domésticas, as marceneiras apontaram como obstáculo o fato dos jovens da marcenaria acharem que as mulheres são as responsáveis pela limpeza e outros serviços de cuidado da marcenaria, desde lavar o banheiro e carregar água, a limpar o pó da madeira que diariamente se junta na marcenaria. As marceneiras apontaram que são contrárias a esta visão, superando o caráter ideológico da divisão sexual do trabalho. As mulheres reclamam a participação de todas as pessoas em todas as tarefas da marcenaria, implicando maior diálogo para a divisão das tarefas.

Assim, podemos observar algumas dificuldades apresentadas na divisão das tarefas da marcenaria, o que foi apontado como obstáculo à autogestão. As marceneiras destacaram a dificuldade para o estabelecimento de acordos e divisão igualitária das tarefas. O fato de não estarem se organizando para as divisões de tarefas causa a impressão que as pessoas estão “escolhendo serviço” e abre possibilidades a isto, ou que não estão dispostas ao desenvolvimento de algumas atividades, prejudicando o serviço do coletivo.

Nesse sentido, apontamos um desafio ao trabalho coletivo, pois não é tarefa fácil dimensionar os diferentes trabalhos e valorizar diferentes atividades, desde lavar o banheiro, que também é um serviço importante para todas e todos, fazer as compras dos materiais utilizados na produção da marcenaria na cidade vizinha, a fazer orçamentos, o que exige conhecimentos instrumentais matemáticos, ou trabalhar na tupia, a máquina considerada mais difícil. Temos aqui muitos elementos para serem refletidos, pois tal divisão do trabalho perpassa as relações de gênero e também as complexidades da divisão entre trabalho manual e intelectual.

As marceneiras citaram a dificuldade das trocas, pois quando a troca é em dinheiro parece mais fácil, uma pessoa faz e a outra paga, ou ainda quando uma pessoa manda fazer e a outra

obedece. Porém, quando a forma de pagamento é por outro serviço, e quando precisam compreender a importância de todos os trabalhos da marcenaria, torna-se mais complexo dimensionar os trabalhos e estabelecer acordos. Tais aspectos foram relacionados às discussões tecidas em torno de uma busca na economia solidária, de não separação entre gestão e execução, trabalho manual e intelectual. Isso porque esta economia se associa “a uma nova concepção de democracia participativa e de exercício efetivo da cidadania”, uma vez que os prejuízos e conquistas são compactuados coletivamente, e que todas as atividades são importantes para garantir o funcionamento do empreendimento, o que exige esforço das pessoas e exercício diário para a compreensão de todo o processo produtivo (BARCELOS & NOELLE, 2008, p. 6).

Em diálogo com as marceneiras sobre esse tema, disseram que a troca de serviços, quando realizada seguindo os acordos combinados, de fato proporciona muitos momentos importantes para as pessoas envolvidas, mas faz parte do processo do grupo. Nos dias de grande produção, em que todas as tarefas são realizadas coletivamente e que estabelecem os acordos sobre quem realizará cada uma das atividades, podemos observar a solidariedade existente entre as pessoas, a alegria em trabalhar coletivamente, cantando, brincando, comunicando os acontecimentos da marcenaria e também da vida cotidiana no assentamento, superando alguns obstáculos para a divisão do trabalho.

Dessa forma, compreendemos ser importante reflexões em torno da divisão de tarefas, valorizando as diferentes atividades e, ainda, a necessidade dessa reflexão tendo em vista as relações de gênero nos empreendimentos solidários, visto que por si só o empreendimento não garante relações mais igualitárias entre homens e mulheres. No entanto apresenta-se como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros e ainda, onde o cuidado com o outro não se coloca apenas como preocupação da mulher, mas como uma luta diária das pessoas envolvidas nos empreendimentos solidários (ANGELIN & BERNARDI, 2007).

Importante notar que existe uma ideologia machista dominante, a qual se configura de variadas formas nas distintas culturas, e que se coloca como obstáculo para as transformações das relações mais igualitárias de gênero, como tentamos mostrar ao descrever a configuração do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, a reflexão, a educação, o diálogo, a solidariedade entre mulheres e novas formas de organização das relações no trabalho e das relações cotidianas com

os homens podem se colocar como elementos transformadores, na luta por mudanças em nossas vidas diárias como também nos outros contextos e finalmente nas estruturas.

Continuando essas análises, ao observarmos o quadro da metodologia comunicativa crítica, discutimos ainda o tema cooperação. Ao dialogarmos sobre a especificidade da solidariedade no trabalho, as mulheres remeteram a um obstáculo para a autogestão, correspondente à dificuldade de formação de uma cooperativa.

Nas discussões iniciais sobre o tema cooperativa/cooperativismo partimos das comparações entre uma empresa capitalista e uma cooperativa, sendo a primeira o espaço de estímulo da competição e no segundo da solidariedade. A análise feita pelas marceneiras mostrou que trabalham objetivando ser uma cooperativa e buscam os valores desta forma de trabalho. Porém, para serem uma cooperativa, refletiram que ainda necessitam de maior organização e aumento no número de pessoas, bem como analisaram que precisam seguir alguns aspectos que estão na lei do cooperativismo e que ainda não conseguem alcançar devido a forma de organização do grupo: “...pra ser uma cooperativa ainda está longe, precisa de mais organização...mais gente e organização [...] numa empresa acho que tem de tudo um pouco, é registrada, tem que pagar tudo o que a lei obriga, fundo de garantia pra todo mundo, seguro-desemprego pra todo mundo...na cooperativa pode ter isso tudo, desde que tenha organização para que seja registrada” (Petúnia).

Tal análise das marceneiras se apresenta em consonância com as reflexões de Westpner (2008), ao nos alertar que a solidariedade deve estar relacionada ao Estado e não apenas ao grupo de economia solidária, o que demanda reflexões críticas, bem como ações dos sujeitos em direção às estruturas. Fazemos essa relação ao observarmos que o grupo é de fato uma cooperativa, mas assim não se pode considerar, porque a estrutura que normatiza a lei do cooperativismo não o permite. Em contrapartida, as marceneiras apontam que não é apenas a lei que as impede, ainda falta resolver questões internas de organização da Madeirarte para tal.

Vimos como somente a ação normativa também não seria suficiente para a formação da cooperativa que sonham, mas tal ação é importante para a garantia dos empreendimentos solidários, o que nos indica a necessária relação entre sujeito e sistema apontada por Habermas (1987-a). De um lado, a ação dos sujeitos para estabelecerem acordos e chegarem ao entendimento da organização da marcenaria e, de outro lado, mudanças coerentes na lei, ou seja, no sistema, para que atuem a favor da cooperativa.

Nesse processo, faz-se necessária a ação dos sujeitos em direção ao sistema, contribuindo para mudanças na lei do cooperativismo, como já faz o movimento de economia solidária. Para esta ação identificamos ser necessária maior participação das marceneiras.

Ainda nessa direção, compreendemos a importância da ação normativa para o estabelecimento dos direitos humanos, tendo em vista a constatação das marceneiras de que, numa empresa, as pessoas seguem as leis e conseguem os direitos trabalhistas, mas apenas numa cooperativa legalizada é que conseguem efetivamente esses direitos. Petúnia falou em “direito e lei do homem”, ou seja, direitos humanos, que, conforme apontamos à luz de Singer (2005-b), correspondem também aos direitos trabalhistas, os quais são lutas dos trabalhadores e direitos que devem ser estendidos a toda a população.

Podemos perguntar: a quem cobrar cada direito específico, quando inexistente um empregador? Nas cooperativas o ideal é que todos os custos com os direitos trabalhistas sejam embutidos no valor da mercadoria ou do trabalho, o que confere um custo elevado. Além disso, as cooperativas ou associações não deveriam vender suas mercadorias por preços que não garantam, a cada membro, remuneração igual ou superior ao mínimo legal, acrescido de salário-família, horas extras, descanso semanal e anual remunerado, etc. Porém, para muitos empreendimentos solidários, como também na Madeirarte, tal situação é inviável na competição com o mercado capitalista. Assim, um número significativo de militantes, trabalhadoras e trabalhadores que buscam viver na economia solidária, abrem mão desses direitos em troca dos outros valores que conquistam no trabalho cooperativo.

No Brasil, vemos a justiça e a fiscalização do trabalho “empenhadas” para preservar o direito do trabalhador ao trabalho com registro, tratando de coibir as formas atípicas de emprego, especialmente às cooperativas. Denunciam as cooperativas de trabalho como falsas, dizendo que servem para privar os/as trabalhadores/as de seus direitos legais, mas, enquanto isso, o número de trabalhadores que goza deste emprego diminui cada vez mais.

Não queremos com isso indicar que a luta contra a precarização é inútil, mas afirmar que ela necessita de bases legais que garantam os direitos sociais a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, independente da posição ou ocupação que possui.

O fato das marceneiras pensarem em mais pessoas para a produção de novas encomendas, também em consonância com os princípios da economia solidária na busca pelo direito trabalhista e humano da não exploração das pessoas trabalhadoras com altas jornadas de trabalho,

apresentou-se como tema relevante na pesquisa. As mulheres poderiam trabalhar mais para essas encomendas, mas esse não é o objetivo do trabalho e é por isso que se identificam com o mesmo, na compatibilidade entre vida pessoal, no contexto do assentamento, e trabalho na Madeirarte.

Nesse sentido, as marceneiras apontaram como elemento transformador o bem-estar no trabalho, o que implica em crescimento da auto-estima enquanto mulheres, à medida que significa oportunidade de ser mulher e poder trabalhar, significa “terapia”, possibilidade de novos aprendizados e criatividade, bem como valorização pelo trabalho que realizam: “é muito importante, eu nem tenho palavras pra descrever isso que eu faço, estou contente de ver o que sei fazer” (Petúnia).

As marceneiras analisaram, ainda, como transformador para a autogestão, num trabalho cooperativo, o fato de não terem patrão e poderem decidir juntas os destinos da Madeirarte, caminhando para a construção da autogestão enquanto luta para que trabalhadores e trabalhadoras sejam proprietários/as de seu trabalho. Assim, ao se apropriarem do trabalho que realizam vislumbram a possibilidade do constante aprendizado, por não serem apenas comandadas, mas por serem sujeitos de ação, sujeitos do *quefazer*, e assim diariamente se transformam.

Somado a isto, as marceneiras apontaram como elemento transformador a necessária consciência no trabalho coletivo. Consciência que implica o retomar reflexivo, que nos caracteriza como seres de finitude, pela inconclusão e nos permite percebermo-nos como seres inacabados. Para Freire (2006) tomar-mos consciência de nossa inconclusão no mundo permite que se abram possibilidades para o início das buscas permanentes. E é dessa forma, no inacabamento, que as marceneiras constroem o processo que vivenciam na luta por conquistas diárias em torno da solidariedade e cooperação, para o fazer do trabalho coletivo na Madeirarte.

No sentido da consciência do trabalho coletivo, foi apontado pelas marceneiras o princípio de livre-adesão da economia solidária, indicado como elemento transformador para a autogestão, tendo em vista que as pessoas não são obrigadas a manterem-se nos empreendimentos solidários e, esclarecidas do funcionamento do trabalho e da busca de solidariedade no mesmo, decidem ou não pela permanência nela: “A gente sabe que aqui ninguém é obrigado a voltar, ninguém é obrigado...ninguém obriga a ficar, fica quem quer” (Camélia). Dessa forma, diante do contexto do assentamento em que vivem, disseram que é uma escolha estar na marcenaria e também por isso as possibilidades de novas conquistas se ampliam.

4.2.2. Organização, Administração e Gestão do Empreendimento Solidário

“Precisa que uma pessoa cuida da administração, uma cuida das máquinas, a outra do dinheiro, se não fala que todo mundo faz tudo e ninguém faz nada”.

(Orquídea)

Nas reflexões sobre a organização, gestão e administração da Madeirarte, as marceneiras identificaram como principais obstáculos a informalidade na qual estão trabalhando, o que as faz dependentes, bem como falta-lhes confirmação de que “são donas” do empreendimento. O grupo também identificou a necessidade de maior organização entre elas para o desenvolvimento das diferentes atividades. Segue a síntese do quadro que esclarece as nossas análises em torno deste tema⁵⁷:

Quadro 4 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão da Economia Solidária. Sub-tema: Organização, Administração e Gestão do empreendimento solidário.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|---|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | 1) Fragilização do trabalho das mulheres 2) Diferenças de tratamento entre homens e mulheres na marcenaria. Mulheres não são reconhecidas como líderes e donas do empreendimento | 1) Dificuldade de organização do grupo 2) Necessidade de melhor divisão das tarefas 3) Dificuldades na gestão e administração 4) Melhores condições do trabalho no Barracão da marcenaria e falta de comprovação de posse 5) Insegurança por não terem registro dos equipamentos 6) Dificuldades para legalização 7) Avaliações rigorosas em relação à qualidade do trabalho das marceneiras |
| Elementos Transformadores | 1) Criação de novas práticas culturais capazes de superar a exclusão de mulheres 2) Respeito pelas necessidades e dificuldades individuais | 1) Capacidade de ação e reflexão das marceneiras no cotidiano de trabalho 2) Conquista de autonomia 3) Negociações com o Itesp para utilização do barracão e transporte para a marcenaria 4) Capacidade de organização que melhorou com o tempo de trabalho 5) Reflexões sobre a qualidade do trabalho que pode melhorar |

⁵⁷ Este quadro refere-se a uma síntese dos elementos indicados pelas marceneiras como transformadores e como obstáculos para ambas as categorias analíticas (autogestão e relações de gênero) ao refletirem sobre o sub-tema “Organização, Administração e Gestão do Empreendimento solidário”. No apêndice 8 é possível a visualização do quadro na íntegra, com a fala das participantes da pesquisa, resultado dos diálogos do processo desta investigação.

Ao discutirmos este tema, primeiramente analisamos o espaço de trabalho da Madeirarte, o qual corresponde a um barracão cedido pelas famílias do assentamento e pelo Itesp (Instituto de terras do Estado de São Paulo). Anteriormente este barracão era utilizado pelas famílias da área quatro do assentamento, mesma área em que se localiza a edificação. No início o barracão era dividido com essas famílias, agricultoras e agricultores da área quatro, as quais o utilizavam para armazenamento de sementes e excedente de produção. Ao longo do tempo a marcenaria necessitou de um espaço maior, devido à intensa quantidade de trabalho, incluindo espaços para armazenamento de madeira e dos componentes finalizados.

Em reunião com Itesp, grupo da marcenaria e famílias da área quatro, decidiu-se que a edificação utilizada poderia ser da marcenaria, através de uma cessão de uso formalizada. Em contrapartida, a marcenaria ajudaria na luta pela reforma de outros barracões para utilização das famílias da área 4. Esse acordo poderia garantir a permanência da marcenaria no espaço ocupado. Porém, atualmente a cessão de uso ainda não foi formalizada e, embora utilizem o espaço, sentem-se inseguras por não terem o domínio do barracão onde funciona a marcenaria: “falam que o barracão é nosso, mas falta documento” (Orquídea).

Além disso, a marcenaria enfrenta dificuldades com o barracão, pois as condições de iluminação e ventilação ainda continuam precárias, além das questões de segurança: “Não tem ventilação, a gente abria a janela, mas aí já entraram no barracão pela janela e andaram o barracão inteiro, tinha um monte de marca de pé pelo barracão...a única ventilação que tinha era essa...além de ter que subir uma escada, é alta...” (Rosa). Isso somado ao fato que as famílias da área 4 ainda não conquistaram novo espaço.

As marceneiras esperam agora um projeto, em parceria com o Itesp, para a formalização do uso e melhorias do barracão, no qual inclui projeto de melhoria de outros espaços para as agricultoras e agricultores da área 4. Tal encaminhamento indicam como uma dimensão transformadora, à medida em que estão se articulando com órgãos públicos para a conquista de melhores condições de trabalho.

Ainda em relação ao barracão da marcenaria, na temática organização do grupo, as marceneiras apontam a distância do mesmo às suas casas, que corresponde a um deslocamento de aproximadamente 5 Km (distância da área 4 à área 1, onde se localiza o lote de moradia de Camélia, Rosa e Orquídia, para Petúnia a distância é menor por morar na área 4 do assentamento). Para tal, o grupo da marcenaria conta com a carona de um ônibus cedido pela

prefeitura que realiza o deslocamento das crianças à escola, porém, nem todos os dias as marceneiras conseguem chegar ao local de trabalho com esse ônibus. Isso porque dependem da solidariedade do motorista, que estaciona o ônibus ao lado da marcenaria para ajudá-las, mas nem sempre isso é possível. A fim de solucionar essa dificuldade, as marceneiras buscam outras caronas, o que nem sempre é garantido. A partir destas reflexões problematizamos a necessidade de mais transportes públicos para os deslocamentos no assentamento, o que exige organização das marceneiras em direção à prefeitura de Itapeva e às lideranças do MST que podem apoiá-las.

Voltando às discussões sobre o domínio do grupo em relação ao espaço, salientaram as mesmas dificuldades quanto aos equipamentos de trabalho. Retomando essa parte da história do grupo, quando Habis e Incoop pensaram na possibilidade de formação da marcenaria, já possuíam parte dos equipamentos, dessa forma contavam com uma estrutura mínima para a fabricação dos componentes em madeira garantindo a estrutura de cobertura e a fabricação de esquadrias referentes às habitações do projeto InovaRural. Ao longo do tempo, com os financiamentos conquistados e com a formação de um fundo coletivo, o grupo conseguiu adquirir novos equipamentos necessários à produção e à melhoria das condições de trabalho.

Diante disso, o que as marceneiras apresentaram como obstáculo é a insegurança por não sentirem-se donas desses equipamentos, visto que não existem documentos formalizados que comprove o domínio dos mesmos. Assim, sentem que trabalham sem garantias e sobre o medo de algo acontecer:

É, nós não temos nenhum documento que essas máquinas são nossas, mesmo essas que foram compradas com o prêmio, ainda nós não temos segurança nenhuma, porque não tem nada no nome nosso...porque nós precisamos de uma garantia que a marcenaria é nossa...as pessoas dizem, a marcenaria é de vocês, mas de que modo? Se nós não temos um documento que a marcenaria é nossa, não temos um registro de nada, n/é? E se alguém quiser tirar ela daqui? E se roubam? (Rosa).

A partir dessas questões é que discutimos o sentido da autogestão, o sentido das marceneiras terem domínio e controle sobre o trabalho delas, e, seguindo este raciocínio, apresentaram novamente a questão da legalização do empreendimento, como mais um obstáculo para o trabalho autogestionário.

Sobre esta temática, as marceneiras explicaram que vivenciam dificuldades de comercialização quando é exigida nota fiscal, o que acontece na maior parte das encomendas produzidas. Atualmente utilizam nota da Coapre, uma cooperativa de agricultores/as do assentamento Pirutuba II, porém o talão de notas nem sempre está em Itapeva, pois é uma forma

de vários assentamentos conseguirem comercializar os seus produtos. Além disso, precisam pagar por essas notas e nem sempre possuem condições, buscando assim, formas de trocar serviços para o pagamento, como por exemplo, produzir os armários para o alojamento da Coapre. Apresentaram que atualmente não possuem condições para legalizar a Madeirarte e também não sabem como fazer, indicando a necessidade de mais informações sobre o tema: “Porque na realidade ela não é registrada n/é?...não tem CNPJ, precisaria ter, daí nós ficamos na dúvida...podemos ser associação, cooperativa ou microempresa? Precisava urgente legalizar essa marcenaria, mas tem que estudar as possibilidades pra não prejudicar na aposentadoria de nós mulheres...” (Petúnia).

Em relação a esses três primeiros aspectos apontados pelas marceneiras, domínio do espaço, equipamentos e legalização, discutimos o quanto são importantes para o grupo, pois sem essa garantia permanece a questão que as marceneiras se fazem na discussão de diferentes temas: “Somo donas? Donas do que?” As marceneiras sabem as grandes conquistas que tiveram na Madeirarte, mas tendo maior domínio do empreendimento e compreensão da autogestão, fazem essa pergunta no sentido de analisarem aspectos que ainda necessitam conquistar. Vimos o quanto essas conquistas são desafios colocados ao processo dos empreendimentos de economia solidária, uma vez que conseguirem a legalização e conseguirem espaço e equipamentos de trabalho demanda organização em meio a uma realidade capitalista de difícil competição, que prioriza as grandes empresas.

Neste sentido, Singer (2005-a) reflete a necessidade de um duplo esforço para o movimento da economia solidária, de um lado necessitando da capacitação profissional e viabilidade para os empreendimentos e de outro favorecendo a sociabilidade positiva e de autoconfiança, para que as pessoas queiram lutar e se organizar, a fim de superar tantos desafios apresentados a esta forma de organização.

Dessa forma, continuamos analisando as reflexões com as marceneiras a partir da constatação que ser um empreendimento solidário não implica apenas solidariedade, mas também organização para o trabalho, administração e consciência do processo produtivo, aspecto este bastante refletido pelas marceneiras, tendo em vista a necessidade de maior organização apontada. Para tal, vimos à necessidade de instrumentalização para o conhecimento desse processo produtivo e instrumentalização para administração e gestão do empreendimento, bem como o diálogo para organização das atividades.

Destacamos a necessidade do domínio de algumas linguagens e conhecimentos, tanto pelas equipes de fomento aos empreendimentos solidários, como as equipes de incubação, quanto pelos membros dos empreendimentos. Isso porque entendemos que, para a efetivação da autogestão da qual falamos é necessário o desenvolvimento de novas habilidades competentes aos saberes técnicos, de gestão e organização dos empreendimentos, apropriados pelos/as trabalhadores/as. Qualquer trabalhador/a está habilitado/a a capacitar-se para o uso dos recursos exigidos num empreendimento, visto que é possível valorizar e articular os saberes do senso comum com a apropriação do conhecimento das ciências, principalmente porque “todos os seres humanos têm o direito de deles se apropriarem para tornar sua vida mais produtiva e digna” (KRUPPA, 2005, p. 9-10).

Nesse sentido é necessário que a administração de empresas não se limite a uma ciência aprendida somente nas universidades, mas que as marceneiras também possam dela se apropriar seguindo os caminhos e objetivos da *Madeirarte*.

Considerando a capacidade de transformação dos seres humanos em mudar a si mesmos e ao mundo, acreditamos na capacidade de homens e mulheres se autogerirem, organizando a vida em coletividade, ou seja, de forma autogestionária, mas para tal é preciso pensar nas condições necessárias para sua efetivação em todas as suas dimensões, sejam elas econômica, política, social ou técnica.

Vemos aqui também, a necessidade da dimensão instrumental quando falamos em projetos de incubação de empreendimentos solidários, por compreender os conhecimentos e habilidades que se considera necessário possuir e que são importantes para o processo de conquista da autogestão e autonomia⁵⁸, além de ser instrumento de luta em nossa sociedade.

Falamos de autonomia como uma dialetização entre lei, região e o por si mesmo, este último significando ter condição de elaborar a lei, de se tornar uma regra ou um modelo: “dessa forma, a autonomia pode ser entendida e vivenciada como a condição de se governar por si mesmo e de forma independente” (MELO, 2004, p. 105). Mas não em seu sentido absoluto total,

⁵⁸ A autonomia, em seu sentido etimológico, é uma composição de duas outras palavras: *autós*, que pode significar *por si mesmo, algo que basta* (uma expressão que pode ser reivindicada por todos os humanos, em diferenciadas condições em que se externem) e *nomia*. Está é uma palavra polissêmica, podendo significar lei, regra, modelo a seguir, bem como uma região delimitada (distrito, comarca, território, ou mesmo originalmente como um campo de pastagem). O primeiro significado apresenta-se como uma idealização do conceito. O segundo, por sua vez, sugere menos um modelo auto-suficiente e mais um *lugar relativo*, onde se procura pôr aquilo que se manifestar em condição superior de qualidade. Expressa um movimento de busca por si mesmo (MELO, 2004, p. 105).

visto que na prática autogestionária, a autonomia vai se tornando um constituinte para a cooperação na luta pela liberdade. Dessa forma, é importante notar que a autonomia não se dá sozinha, mas em intersubjetividade.

No grupo comunicativo realizado pudemos identificar esses aspectos que se colocam como obstáculos e refletir sobre os mesmos buscando mudanças. Dessa forma podemos observar como elemento transformador a capacidade que possuem as marceneiras de compreensão de todo o empreendimento, sendo elas, as melhores pessoas para realizarem propostas e encaminhar as discussões e ações necessárias, embora ainda necessitem de alguns aprendizados e orientações para essa organização. A conquista diária de autonomia das mulheres também é importante para esse processo de mudanças.

Observamos que, diante da desorganização do grupo, nos momentos em que não conseguem administrar as atividades a serem desenvolvidas, acabam desejando que haja uma liderança e fazem relação com o trabalho do marceneiro instrutor. Tal relação é feita pela organização que o instrutor exigia, mesmo que, muitas vezes, era conquistada pela ordem de forma hierárquica. As marceneiras refletiram que não é preciso ter uma figura patrão mandando, mas que é preciso saber se organizar no coletivo, dividir tarefas e ter responsáveis para a coordenação das atividades. Nas palavras de Rosa: “Não precisa de comandante, mas aquela regra que você tem que entender que tudo precisa estar no seu devido lugar”.

Outro aspecto levantado nesta temática, paralelo à necessidade de maior organização, corresponde às reflexões em torno da qualidade do trabalho que realizam. Isso porque avaliaram positivamente o trabalho da Madeirarte, mas apontaram que ainda pode melhorar: “Não sai assim tão mal feito o serviço nosso, mas também assim, não sai tão bem feito, a gente acha que ainda precisa de muito capricho, muito amor nas coisas que faz, porque a gente vê que tem gente que faz as coisas sem amor” (Rosa). Juntas analisaram algumas peças produzidas e perceberam que desconsideraram erros que podem ser controlados no momento da produção, o que também está relacionada à solidariedade com o coletivo.

As marceneiras remetem à solidariedade porque dizem ser necessário em cada etapa de trabalho, pensar que outra pessoa continuará esta etapa e, para tal, precisa receber um trabalho bem feito. Exemplo: para montar uma janela é preciso passar por uma etapa de furar os encaixes; caso esse processo de furar não tenha sido feito da maneira correta, as pessoas que irão montar a janela terão muitas dificuldades na realização desta atividade. Por isso, refletiram sobre a

necessidade de serem mais rigorosas com a qualidade em cada uma das etapas de trabalho, bem como a necessidade de maior instrumentalização para avaliação da qualidade no trabalho.

Finalizando esta temática, destacamos os elementos transformadores e os que se colocam como obstáculos quando observamos a categoria relações de gênero. As marceneiras apontaram que muitas vezes não são identificadas como donas da Madeirarte pelos homens que precisam de serviços da marcenaria. Disseram que, quando as pessoas chegam à marcenaria para fazer encomendas perguntam pelos homens, ou especificamente por Marcelo, como se elas não fossem responsáveis pelas atividades que desenvolvem: “Eles chegam aqui e falam assim, cadê o dono daqui? O rapaz que cuida?” (Petúnia) [...] “É, eles perguntam do dono quando chegam aqui: quem é o dono daqui? E a gente fala, somos nós, mas cadê aquele menino, o Marcelo?” (Rosa).

Tal obstáculo nos mostra a ideologia predominante “do mando masculino”, a qual torna o trabalho feminino invisível, ou ainda a dificuldade das mulheres serem reconhecidas como lideranças, o que, em certa medida, é uma contribuição da economia solidária, na medida em que as mulheres se engajam e também são líderes nesse movimento (CULTI, 2008).

A isso vemos como as marceneiras respondem diariamente a partir do trabalho e aos poucos mostram que podem fazer, apontando como transformador as novas práticas que estão envolvidas. Quando são abordadas com perguntas pelo “dono da marcenaria”, respondem que são donas e que podem fazer o trabalho. Aos poucos mostram como entendem da atividade a ser realizada possibilitando o pedido da encomenda, contribuindo ainda para uma mudança nas relações sociais de gênero, diante de como passam a ser vistas e diante da forma como se fazem ver. A partir de suas ações, envolvidas num projeto de economia solidária, estão criando novas práticas culturais, buscando aprendizados e contribuindo para desmascarar falsas ideologias: “Dá próxima vez que ele voltar já pede direto pra gente” (Orquídea) [...] “Eu acho que eles ficam abismados de ver a gente trabalhar!” (Petúnia).

A partir destas reflexões, continuamos estas análises com as temáticas em torno do diálogo, também apontado como necessário à organização da marcenaria, bem como em torno da viabilidade do empreendimento, necessária à autogestão.

4.2.3. Diálogo, Informação e Comunicação

“É preciso ouvir as pessoas, não pode ficar na fofoca, no diz que diz que nada resolve, é preciso conversar até resolver...e tem vez que a gente resolve, e é bem melhor”.

(Orquídea)

Conforme observamos em nosso segundo capítulo, entre as condições essenciais no debate da economia solidária e efetivação da autogestão, estão a necessidade de informação, comunicação e diálogo. Diálogo que implica um desafio político e metodológico, que exige ação e reflexão para a possibilidade de construção de novas relações no trabalho e alternativas de vida imbricadas na economia solidária. Informação e Comunicação, pressupostos para a tomada de decisões de forma democrática, o que não é possível em uma empresa capitalista em que os técnicos levam a informação, que obtêm sem a noção de gestão, para os executivos, que emitem ordens para o funcionamento das empresas distantes do elemento empírico, mas se faz essencial na autogestão, em que todos os trabalhadores e trabalhadoras dividem a gestão, as perdas, os desafios e as conquistas do empreendimento solidário (SINGER, 2002). Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na organização, bem como das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema.

Nessa direção, as marceneiras dizem que é necessário comunicação e orientação: “Precisa de informação, onde que pergunta? A gente tem um monte de dúvida...” (Camélia). Uma vez que todos e todas se preocupem com os problemas gerais da organização ela pode funcionar democraticamente. “O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (SINGER, 2002, p. 19).

Lequeux (2005), salienta a necessidade da participação de todas as pessoas envolvidas. As e os trabalhadores sempre estão ausentes dos espaços em que suas vidas são decididas, e essa é a diferença do trabalho autogestionário, principalmente se considerarmos a necessidade de apropriação das ferramentas de participação e instrumentalização para buscar os meios de fazer a democracia vigorar. Sendo imposição e não participação, a autogestão não vai acontecer.

Apresentamos a síntese do quadro de análise em relação a estes temas, a partir das leituras que fazem as marceneiras, para assim prosseguir com essas análises e para melhor compreendê-las⁵⁹.

Quadro 5 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão da Economia Solidária. Sub-tema: Diálogo, Informação e Comunicação.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|--|---|
| Elementos que se colocam como obstáculos | 1) Relações de gênero presentes numa sociedade que gera desigualdades entre homens e mulheres 2) Fragilização do trabalho das mulheres 3) Diferenças de tratamento na marcenaria | 1) Dificuldades de comunicação e diálogo 2) Conflitos dos trabalhos coletivos, dificuldades de estabelecimento de acordos quando as opiniões são diferentes 3) Necessidade de mais informações e espaço para tirar dúvidas 4) Falta de informações e maiores esclarecimentos em relação aos financiamentos, além de poderem administrá-los 5) Estudos e pesquisas sem que as marceneiras participem do processo 6) Distância da Universidade ao Assentamento |
| Elementos Transformadores | 1) Papel da Universidade em ajudar a divulgar ações de mulheres 2) Compromisso entre as mulheres e com a marcenaria 3) Conquista de Autonomia feminina | 1) Reflexão sobre a necessidade de comunicação e diálogo 2) Conseguir resolver os conflitos 3) A pesquisa como espaço para tirar dúvidas e conversarem situações da marcenaria 4) Papel importante da universidade como articuladora por ocupar espaço de poder na sociedade |

Conforme explicitado, todas as marceneiras estão sentindo falta de maior organização, implicando mais espaços de comunicação e diálogo. Camélia, por exemplo, apontou que está sentindo dificuldade por não conseguir dizer o que gostaria e que a marcenaria está precisando de regras de funcionamento. Rosa acha que esta situação está desgastando o grupo e mais do que isso, prejudicando-o, pois deixam de conversar muitos assuntos importantes para o andamento do trabalho. Vimos que muitas vezes o que uma delas está pensando é exatamente o que angustia a outra, mas não dialogam sobre isso, o que leva ao julgamento de diferentes comportamentos.

⁵⁹ Este quadro refere-se a uma síntese dos elementos indicados pelas marceneiras como transformadores e como obstáculos para ambas as categorias analíticas (autogestão e relações de gênero), ao refletirem sobre o sub-tema “Diálogo, Informação e Comunicação”. No apêndice 8 é possível a visualização do quadro na íntegra, com a fala das participantes da pesquisa, resultado dos diálogos do processo desta investigação.

Segundo Petúnia: “As pessoas não falam tudo, parece que tem medo de falar, acho que é porque pensa diferente e aí fica com medo...depois acaba até brigando se não fala na hora certa”.

Exemplificaram ainda, ao citar a atividade de artesanato, que também a estão desenvolvendo, como uma ação paralela de trabalho que gostam de fazer, além de ser uma forma de reaproveitamento dos resíduos de madeira. A preocupação das mulheres é que iniciaram fazendo este artesanato durante um tempo acordado pelo grupo, após o horário de almoço, porém observam que, sem alguém para fazer o controle, extrapolam os horários e não cumprem o combinado. Somado a isso necessitam realizar acordos para a comercialização deste artesanato. Vemos que o não diálogo implica diretamente na organização do empreendimento solidário, levando a desmobilização e desestruturação do grupo.

Nestas reflexões, também pudemos levantar exemplos em que os conflitos foram resolvidos e a organização que pedem, estabelecidas exatamente pelo diálogo, comprovando a sua exigência: “Todo mundo tem que sentar junto e falar, então assim que eu acho que é um jeito, eu acho que às vezes a gente vê alguma coisa errada lá, eu vou falar com a Petúnia, ela fala é mesmo, mas sabe que eu não reparei isso...daí a Petúnia fala, vai assuntando pra você ver...daí eu falo Orquídea, as coisas estão assim, assim, e o pior é que está mesmo...daí eu falo, mas tem que resolver, n/é?” (Camélia).

Sobre isto, vimos como elemento transformador o reconhecimento sobre a necessidade de diálogo e entendimento para o trabalho coletivo. À luz das duas teorias chave nessa investigação, dialogicidade e ação comunicativa, temos que os sujeitos são capazes de entendimento por meio do diálogo. Dessa forma, identificamos a necessidade de ação comunicativa em que existe a possibilidade de negociação das situações suscetíveis de consenso e crítica, o que implica uma comunicação com fins ao entendimento, mecanismo coordenador da ação comunicativa (FERRADA, 2001). Nessa mesma direção, apontamos o diálogo pela definição de Freire (2005-a), num diálogo que não é, nunca, ação isolada, mas sempre um ato coletivo, um encontro entre homens e mulheres para a significação do mundo. Por isso tivemos como sugestões de melhorias da Madeirarte a criação de espaços em que o diálogo ocorra.

Observamos duas implicações do diálogo. De um lado o diálogo que não está acontecendo entre as marceneiras, e para que isso ocorra sugerem a criação de mais espaços de diálogo como assembléias, reuniões periódicas, resolução de conflitos, apontando a presença da incubadora na mediação, em posição de igualdade. De outro lado, citam o diálogo entre a Madeirarte e a

incubadora, para que possam levantar as suas necessidades e organizá-las no sentido de formação do grupo, bem como para a obtenção das informações necessárias ao grupo.

As marceneiras destacaram a necessidade de instrumentalização para a gestão e administração da marcenaria, o que implica, por exemplo, maior organização do dinheiro, organização dos materiais, da compra de madeira, das questões que mantêm o funcionamento da marcenaria. Identificaram que muitas vezes dividem o dinheiro todo das encomendas entre elas e não separam a parte de matéria prima e desgaste do material, o que sabem implicará conseqüências futuras. Tais aspectos foram identificados nas análises já realizadas, o que nos interessa aqui, é que, está implícito nestes a relação dialógica que apontam como necessária com a incubadora. Em outras palavras, a questão é a criação de espaços de diálogo para que as marceneiras indiquem os problemas identificados à incubadora, para que esta possa instrumentalizá-las para a superação do que apontam como problemas.

As falas das marceneiras ilustram a questão: “Esses dias a gente estava com uma dúvida pra perguntar, que é sobre o dinheiro do prêmio⁶⁰, porque nós nunca vimos nem uma nota do que foi comprado, nós não sabemos de onde foi gasto, então todas nós estamos nessa dúvida e temos que perguntar quanto que foi, quanto gasta com as viagens, no que comer, tudo...” (Rosa). Assim, apontaram como obstáculos para a autogestão a ausência de espaços de diálogo igualitário com a incubadora, uma vez que identificam dúvidas que precisam perguntar e não visualizam espaços para tal.

Nessa direção, é obstáculo ainda à autogestão, o fato do próprio grupo não poder administrar o dinheiro dos financiamentos conquistados, o que está na regra dos editais, mas que na realidade prejudica a autonomia e independência do empreendimento. Os empreendimentos mesmo não têm o controle deste dinheiro e em última instancia não decidem os seus destinos.

Apontaram, ainda, estudos e pesquisas realizadas sem a participação das marceneiras. Exemplificaram com um período em que um novo modelo de janela foi pesquisado para melhorar o trabalho da marcenaria. Porém, ao começarem o trabalho, perceberam que aquela não era a melhor forma para elas e, que ao invés de melhorar o trabalho, estava prejudicando-o, levando um tempo maior na realização. Por isso identificaram que precisam estar juntas pensando o

⁶⁰ O prêmio citado corresponde ao “Prêmio Unisol”, conquistado pela Madeirarte, o qual corresponde a um financiamento para a formação e fortalecimento do empreendimento autogestionário. Tal prêmio advém de um projeto escrito pela Incoop e Habis destinado à incubação da Madeirarte. O dinheiro deste prêmio é administrado pela universidade.

trabalho que elas mesmas irão realizar: “...a gente achou assim, que era mais por causa do estudo porque a pessoa está tentando pegar uma outra coisa, e a capacidade nossa foi aquela...entendeu? Não que a gente não tenha capacidade pra fazer isso... mas não é assim, o dia-a-dia aqui quem sabe é a gente” (Petúnia).

Somado a isto, as marceneiras também compreenderam como obstáculo a distância entre a incubadora e o assentamento, o que muitas vezes dificulta diálogos e/ou trabalhos realizados com maior aproximação. Tal obstáculo acaba sendo minimizado através da viabilidade e compromisso da incubadora para estar no assentamento.

Salientamos que, com isso, as marceneiras não estão dizendo que não é para se fazer estudos e pesquisas, ou julgando negativamente o trabalho da incubadora, mas apontam como o trabalho pode ser potencializador mediante as trocas dos saberes que possuem, *com* os saberes da equipe técnica que as acompanha. Podemos ver que o grupo identifica o diálogo como necessário ao trabalho entre incubadora e Madeirarte, bem como internamente na marcenaria, num processo educativo para todas as pessoas envolvidas na prática cotidiana dos empreendimentos solidários. Num processo em que incubadora e grupo aprendam a melhor forma para alcançarem a autogestão, fazendo *com*, educando-se *entre si mediatizadas pelo mundo*, num processo que seja práxis: reflexão e ação política (FREIRE, 2005-a).

Para além da Madeirarte, vemos que no processo de construção da economia solidária, em busca da autogestão, convergem conhecimentos distintos, tais como os da universidade, entidades, agências de fomento, o conhecimento das e dos trabalhadores e de movimentos sociais diversos. Tal diversidade não deve implicar diferenças que afirmam desigualdades, mas a construção de novos saberes que gerem o novo, tendo em vista a riqueza de conhecimentos que podem ser construídos na diversidade (KRUPPA, 2005).

Ao abordarmos a autogestão é preciso partir dos conhecimentos das e dos trabalhadores, que estão lutando para construir um caminho e ajudar as suas famílias na produção e reprodução da vida. Jamais podemos pensar que essas e esses trabalhadores são vazios de conteúdo, muito pelo contrário, são pessoas que tem muita experiência e história de vida, um ser de história e de relações que apresentam muitas experiências de trabalho. Precisamente por isso, ao falar de autogestão é preciso compreender: para que essas pessoas desejam educar-se? Porque estão envolvidas em projetos como os de economia solidária? (ARRUDA, 2004).

Destacamos também os aspectos identificados como transformadores pelas marceneiras ao falarmos em diálogo, comunicação e informação. Primeiramente temos como transformadora a relação das marceneiras com a universidade, no sentido de compreender a mesma como espaço potencial de articulação, elaboração de projetos e conquista de financiamentos que viabilizam o trabalho da Madeirarte, bem como os aprendizados e ensinamentos que proporciona pelas capacitações e compromisso que a incubadora tem com a marcenaria: “Eu acho que a universidade nunca vai poder sair, deixar nós [...] ela nos ajuda muito e é importante pra gente” (Rosa). “Eles vão articulando as coisas...esses financiamentos, os projetos, a gente ir nos lugares, conhecer as coisas, ensinar...” (Camélia).

As marceneiras também apontam como transformador para as relações de gênero o fato da universidade incentivar e contribuir para a divulgação do trabalho delas, do trabalho de mulheres, mostrando transformações nas relações de gênero a partir do trabalho da Madeirarte: “Tem que ajudar a expandir isso, é importante o que estão fazendo...” (Petúnia).

Avaliamos que é importante que o próprio grupo também se articule com a universidade, dizendo pra ela o que precisam, que tipo de organização gostariam, mostrando quais são as necessidades das marceneiras. Principalmente porque o diálogo é relacional, ambos, marceneiras e universidade, necessitam cada vez mais ampliar esse processo de construção. Outro aspecto transformador nesse sentido corresponde ao fato de estarem refletindo sobre as questões apresentadas, o que estão fazendo diariamente e puderam dialogar no espaço da pesquisa.

Finalizando as análises em torno deste tema, destacamos ainda o compromisso entre as mulheres, bem como entre as mulheres e a marcenaria, visto que tal compromisso é também pressuposto do diálogo. Em suas falas podemos compreender essa relação de confiança: “Aqui não precisa brigar, a gente tem compromisso uma com a outra...quando uma falta a gente fica preocupada porque todo mundo cumpre o compromisso com a outra” (Orquídea). “Nós mulheres estamos enraizadas na marcenaria, pra tocar isso aqui é só a gente mesmo” (Camélia).

O compromisso que apontaram as marceneiras sugere confiança e, como vimos em Freire (2005-a), a confiança é consequência óbvia do diálogo, que permite a construção dos caminhos de transformação lado a lado. Vimos que, além da confiança é necessária também a humildade no ato dialógico, para que as pessoas compreendam que orientar sobre possibilidades de fazer melhor o trabalho não significa mandar ou dizer simplesmente que os trabalhos não estão sendo

bem feitos, mas implica que podem aprender umas com as outras, o que é benefício para todo o grupo.

A isso somamos a autonomia das mulheres, que também é fundamental nesse processo de busca das informações que precisam, para que em diálogo as marceneiras alcancem as transformações que já iniciaram e que diariamente conquistam, bem como se envolvam com as diferentes atividades desenvolvidas no empreendimento solidário que constroem. Tal envolvimento, conforme aponta Fiori, é fundamental para a necessidade de colaboração e participação ativa, consciente e organizada, que somente se dará com a implicação das marceneiras no processo educativo que constroem: “participação que radica na comunicação do saber da cultura: participação no saber, no saber fazer, no fazer que se sabe. E, nisso, consiste essencialmente, o aprendizado” (FIORI, 1986, p. 9).

4.2.4. Geração de Renda e Viabilidade Financeira do Empreendimento

“Na marcenaria ninguém quer ficar rico, mas quer uma renda a mais para melhorar a condição da vida. [...] Não tem ninguém interessado em ficar rico, n/é? Um querendo ficar mais, ter mais do que o outro, não. Nós queremos igualdade mesmo. O grupo inteiro...ah, eu estou achando muito bom...”

(Petúnia)

Em relação ao tema da Economia Solidária, o último aspecto discutido refere-se à geração de renda conquistada pelo trabalho na Madeirarte, compreendendo sua necessidade, mas não a tendo como o único objetivo do trabalho realizado. Ao discutirmos esse tema, contemplamos também as ações que garantem a viabilidade do empreendimento, como a possibilidade de financiamentos e a organização de um fundo coletivo.

Analisemos o quadro em que as marceneiras apontaram os elementos transformadores e os obstáculos nesse sentido⁶¹.

⁶¹ Este quadro refere-se a uma síntese dos elementos indicados pelas marceneiras como transformadores e como obstáculos para ambas as categorias analíticas (autogestão e relações de gênero) ao refletirem sobre o sub-tema “Geração de Renda e Viabilidade Financeira do Empreendimento”. No apêndice 8 é possível a visualização do quadro na íntegra, com a fala das participantes da pesquisa, resultado dos diálogos do processo desta investigação.

Quadro 6 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão da Economia Solidária. Sub-tema: Geração de renda e viabilidade financeira do empreendimento.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|---|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | 1) Mulher não poder trabalhar fora e não ter apoio para outros trabalhos que não a lavoura e os trabalhos domésticos 2) No Assentamento, as mulheres não controlam o dinheiro que recebem pelo trabalho. Isso porque o trabalho é considerado “ajuda” 3) Fases de dificuldades de renda na marcenaria que refletem em casa. Dificuldades de compreensão dos maridos nos momentos difíceis da marcenaria | 1) Momentos de dificuldade de conseguirem renda 2) Necessidade de maior controle do dinheiro 3) Falta de organização para o pagamento das contas 4) Necessidade de maior organização para compor o fundo coletivo da Madeirarte 5) Necessidade de ampliar a utilização do fundo coletivo da Madeirarte para a conquista dos direitos trabalhistas |
| Elementos Transformadores | 1) Geração de renda que tem como consequência conquistas e autonomia enquanto mulheres 2) Reconhecimento do trabalho realizado, por elas mesmas e por outras pessoas e partir dos móveis que fizeram para as suas casas 3) A renda que ganham ajuda a sustentar a casa e a manter a lavoura e a vida no assentamento 4) Aumento de auto-estima e auto-confiança 5) O significado da marcenaria para as mulheres ultrapassa a geração de renda | 1) Geração de Renda que advém da produção que conseguem vender e também das produções para elas, para a casa 2) Divisão igualitária da renda 3) Reaproveitamento dos restos de madeira como fonte de renda 4) O significado da geração de renda para a qualidade de vida e direitos humanos e não para acumulação 5) Início de um fundo coletivo que garante pagamento das contas da Madeirarte e alguns direitos trabalhistas |

Primeiramente observamos as questões referentes à geração de renda, na categoria autogestão. O elemento que as marceneiras apresentam como obstáculo foi a incerteza da renda, visto que tiveram muitos momentos no grupo em que não conseguiram retirar uma quantidade significativa necessária, o que implica desmotivação: “Não Rosa, teve época aí que a gente só tirou 3 reais do mês, lembra? [...] mas não vai ser diferente, n/é? vai ter uma época que vai ter e outra época que não...porque o pobre ele remedeia, n/é? Tira daqui, põe ali, vai aonde vai e então é assim que a gente faz...” (Petúnia).

Mesmo não sendo este o único objetivo do grupo, a renda é essencial para a vida no assentamento, pois a marcenaria passou a ser a fonte principal de renda das marceneiras, além disso, a renda é considerada resultado do trabalho que realizam, ou seja, uma forma simbólica de valorização do trabalho.

Atualmente as mulheres marceneiras participam de um projeto em que estão produzindo as esquadrias do assentamento Sepé-Tiaraju, localizado na região de Ribeirão- Preto/SP. Neste assentamento, o grupo Habis está desenvolvendo um projeto de habitação social e, seguindo a experiência do InovaRural, em conjunto com as famílias envolvidas, articulou a parceria com a Madeirarte. Dessa forma, as marceneiras conquistaram uma renda fixa durante o tempo do projeto, porém não sabem ao certo como o empreendimento continuará gerando renda após a sua finalização.

Esta parceria foi muito importante para o grupo, pois, além da garantia da renda, manteve a dinamicidade da produção, com serviços seqüenciais, bem como garantiu a preocupação das marceneiras em contribuir com outros assentamentos e assim, poder gerar uma dinâmica de trabalho em solidariedade, possibilitando maior desenvolvimento para ambos os assentamentos⁶².

Vale destacar que esta parceria também se faz necessária para a viabilidade econômica da marcenaria no assentamento, bem como para os aprendizados a partir da troca de saberes e experiências. Arruda (2005, p. 36) aponta que para a conquista dos objetivos de solidariedade da economia solidária é indispensável que o empreendimento não se pense sozinho, mas na sua comunidade e com outros empreendimentos, além de promover também trocas solidárias com base na busca dos ganhos para os produtores e consumidores. Para o autor, o mercado é solidário quando beneficia compradores e consumidores e quando existe transparência nos custos da produção e comercialização, ou ainda quando “existe clareza nos lucros e estes podem ser acordados”. Salieta também as trocas e encontros entre as pessoas e não apenas intercâmbios de produtos e moedas, o que garante a dimensão humana das relações econômicas e sociais.

Paralelamente à parceria citada, o grupo das marceneiras se articula de outras formas para a geração de renda, buscando projetos de habitação social, junto às lideranças do MST do assentamento Pirituba II e junto à Incoop, realizando divulgações e também a partir das encomendas do que produzem no próprio assentamento, o que, mais uma vez, além da renda, garante a relação com a comunidade, conforme objetivo do grupo. As marceneiras também iniciaram a produção de artesanatos com os resíduos de madeira.

⁶² As marceneiras diversificam a produção e têm condições de manter a marcenaria mesmo após a finalização desta parceria citada. Porém, a questão que apresentam é a renda fixa e o valor que receberam com o projeto, o qual compreendem ser justo pelo trabalho que realizam.

Nesse sentido, as mulheres avaliam como elemento transformador para a autogestão essa articulação com o assentamento e as diferentes formas que ao longo do tempo foram se planejando, conferindo renda ao empreendimento. Como podemos observar, as marceneiras comentaram que as encomendas no próprio assentamento sempre garantem uma fonte de renda que também contribui no pagamento das contas da marcenaria: “Mesmo que pouco dinheiro sempre teve um dinheirinho pra pagar uma luz, um gás, uma coisa ou outra [...] é assim, com o troco dos bicos, o servicinho que a gente paga lixa, luz, conta, a mão de obra divide, produto de limpeza...” (Rosa).

Analisaram ainda como transformador a renda que conquistam não apenas em dinheiro, mas com a produção para o próprio grupo. São exemplos os móveis que todas as marceneiras produziram e produzem para as suas casas, sendo também atividades que permitem novos aprendizados, bem como o reaproveitamento de materiais que utilizam para esta produção, sendo uma segunda fonte de renda. Com isso, podemos ver que as marceneiras também usufruem do próprio trabalho, à medida que podem ter em suas casas o resultado do trabalho que realizam: “A gente optou por ficar na marcenaria, mas já imaginou as camas que a Rosa fez, eu fiz, a Camélia, a Orquídea fez? Os jovens também fizeram mesas, cadeiras, no tempo que a gente não ganhava dinheiro, a gente fazia coisas pra nós, na nossa casa tinha móveis novos? Não tinha, então agora temos...” (Petúnia).

Apontaram, ainda, dois aspectos fundamentais para a autogestão no que tange à geração de renda. O primeiro é a divisão igualitária, em que estabeleceram acordos em torno dos dias trabalhados e se organizam para dividir igualmente e de forma justa a renda, abarcando as diferentes atividades em que as pessoas estão envolvidas. Como nos mostra a fala de Camélia: “Todo mundo tem que trabalhar por igual, e aí depois no final do serviço todo mundo recebe igual, o que um faz todo mundo tem que fazer, não pode ficar um aproveitando do outro, n/é?...porque o grupo se é que é pra isso, tem que dividir”.

Para maior compreensão do tema, apontamos um exemplo: enquanto uma parte do grupo da marcenaria (marceneiras e jovens que se inseriram no grupo) dedicou-se ao projeto das esquadrias do Sepé-Tiaraju, outro grupo dedicou-se às encomendas da prefeitura de Itapeva e, um grupo menor, ficou responsável pelas encomendas diárias que chegam à marcenaria. Ao final do mês, juntaram os valores de todas as encomendas e fizeram a divisão igualitária, tendo em vista que todas as pessoas trabalharam e ajudaram para manter a dinâmica da marcenaria.

O segundo aspecto que apresentaram é a não intencionalidade de enriquecimento com o trabalho na marcenaria, dizendo que o objetivo não é que as pessoas fiquem ricas, mas que consigam gerar renda melhorando as suas condições de vida e conseguindo maiores possibilidades de vida digna. Observamos assim que o fator geração de renda é fundamental, mas não é o único motivo que faz com que as marceneiras estejam na Madeirarte, os ganhos e aprendizados para a vida, a valorização do trabalho delas e reconhecimento é igualmente importante para o grupo: “A gente depois de velha aprendeu coisa nova, outro ofício, outra profissão e isso não tem muito dinheiro que paga...mas a gente também precisa dele...(risos)” (Rosa).

Com isso ampliamos a compreensão ao analisarmos os aspectos transformadores da categoria gênero, uma vez que a renda da marcenaria tornou-se essencial, pois, para a maior parte das marceneiras, passou a ser a única fonte de renda para as mulheres. Tal renda, em dinheiro e também em forma de produtos, é essencial para a maneira como hoje administram as suas vidas, contribuindo, e muitas vezes sendo a única fonte de renda, nos gastos familiares, além de manter a produção nas terras do assentamento, continuando com as atividades da lavoura.

Aqui podemos observar outro aspecto importante, já que a forma de organização e horários de trabalho da marcenaria permite que continuem com o trabalho na lavoura, garantindo parte do sustento de suas famílias e o trabalho como agricultoras rurais: “Lá em casa tem a renda da marcenaria, mas também a renda da horta, do que planta...a gente vende leite, verdura, folha e legume” (Camélia) [...] “O principal da renda é aqui na marcenaria, mas com o que a gente ganhou aqui deu pra cuidar das vacas, comprar semente...” (Orquídea).

Ainda na categoria gênero, vimos que a renda é um elemento também importante para a autonomia das mulheres, principalmente tendo em vista os elementos apresentados como obstáculos diante de uma sociedade que dificulta o trabalho de mulheres. Como podemos observar, a partir do quadro de análise, mesmo trabalhando igualmente na roça, as marceneiras não tinham o controle do dinheiro e agora passaram a escolher como querem administrar esse dinheiro em suas vidas, como resultado do trabalho delas: “O quê? O dinheiro? Claro que eu sempre trabalhei lá na roça, mas não era eu que dizia com o que gastar não...como gastar...nunca controlei [...] Agora a gente também controla o dinheiro e escolhe o que quer comprar, como gastar, porque comprar” (Orquídea).

Vemos como a independência financeira de mulheres é um dos principais aspectos que garante autonomia para as mesmas, uma vez que mudam a relação de dependência que sempre tiveram e podem escolher o que querem fazer para melhorar suas condições de vida (GUÉRIN, 2005). São exemplos a compra do tanquinho para otimizar a tarefa de lavar as roupas e poder ter mais tempo para elas, poder ter dinheiro para viajar no fim de semana, comprar uma roupa nova, poder definir os destinos do dinheiro que ganham, contribuir financeiramente nos gastos familiares, entre outros.

Podemos destacar, ainda, como obstáculo enfrentado pelas mulheres que, nos períodos que não conseguiam gerar renda, sofriam dificuldades em casa, o que acontecia principalmente no início da marcenaria, nos períodos em que ainda não conseguiam muitas encomendas: “Daí a gente chega em casa e escuta, mas vocês estão indo todos os dias trabalhar e não ganham nada? (Rosa). A maior dificuldade que apontaram era explicar porque continuavam na marcenaria se a mesma não gerava renda. De qualquer forma, as marceneiras não abandonaram a marcenaria e aos poucos a relação em casa foi mudando, à medida que diariamente conversavam e explicavam que futuramente a marcenaria poderia gerar renda, explicavam que a marcenaria possibilitava aprendizados, a construção de componentes para as suas casas, bem como que o trabalho era importante para elas e responsável por maior bem-estar. As marceneiras também buscavam em solidariedade organizar-se, fazendo empréstimos de dinheiro entre elas e utilizando o dinheiro do fundo, quando necessário.

Em relação aos momentos de crise do empreendimento, muitas vezes consequência das dificuldades de competição no mercado capitalista, pudemos refletir sobre as diferentes formas sob as quais o empreendimento pode manter a sua viabilidade financeira. No caso da Madeirarte, são duas as formas de organização nesse sentido, a primeira pela construção de um fundo coletivo e a segunda pela busca de financiamentos, advindos dos editais públicos, em sua maioria, conquistados pelo trabalho com a Incoop e Habis.

Sobre o fundo coletivo, analisaram-no como transformador, para viabilizar o cotidiano da marcenaria, pois é este fundo que garante a compra dos materiais essenciais para o trabalho e o pagamento das contas da Madeirarte: “O fundo é essencial...é como o nosso coração batendo, se ele parar de ter o sangue não vai funcionar...se o dinheiro não tem no fundo como vai funcionar?” (Camélia). Ao mesmo tempo, refletiram que precisam conseguir administrar melhor esse fundo, alimentando-o de forma mais organizada, bem como ampliar a sua utilização, estendendo-os às

conquistas dos direitos trabalhistas, como direito a férias, aposentadoria, seguro-saúde, fundo educação, etc. Atualmente, são os trabalhos entendidos como “bico”, encomendas menores realizadas no cotidiano do assentamento, que alimentam o fundo.

Dessa forma, discutimos que a elaboração do fundo é um elemento transformador no grupo e essencial para os empreendimentos de economia solidária, mas no momento também se coloca como obstáculo, pois não estão conseguindo manter esse fundo e suas funções. Isso porque necessitam organizar melhor as formas de manter e utilizar o fundo: “Ele deveria ter pra mais, porque se consegue ter esse dinheiro...por exemplo: a Orquídea se machucou, se a gente não tem esse dinheiro...agora, se alguém se machucar nós não temos como repor esse dinheiro, então o fundo serve pra isso...” (Camélia).

Em relação aos financiamentos, as marceneiras também compreendem que são essenciais, pois são esses que garantem a assessoria da incubadora, a compra de equipamentos para a marcenaria, a compra de madeira, entre outras questões que garantem o funcionamento de um empreendimento. É importante notar que os financiamentos não garantem salários ou empréstimos aos grupos, mas procuram viabilizar que o grupo tenha condições de gerar renda e garantir o funcionamento do empreendimento.

Esclarecemos que os financiamentos conquistados pela Madeirarte correspondem a editais escritos pela incubadora, destinados à incubação de empreendimentos solidários. São estes financiamentos que garantem o trabalho de incubação, tendo a universidade a responsabilidade de administrar esses recursos. Vimos que este é o meio de receber tais financiamentos enquanto não estão legalizadas, bem como pela parceria realizada com a universidade.

Segundo Singer (2000), os empreendimentos podem conquistar maiores possibilidades através dos financiamentos públicos e, assim, ganhar cada vez mais espaço. Isso somado a outras formas de organização que garantam às bases de sustentação desta economia solidária, tais como redes de comercialização, assessoria técnico-científica, possibilidades de legalização dos empreendimentos solidários, formação continuada dos/as trabalhadores/as, apoio legal e institucional por parte do governo, intercambio com outros empreendimentos, entre outras.

As marceneiras reconhecem como elemento transformador a possibilidade de financiamentos conquistados pelo trabalho realizado com a universidade, porém, reclamam não poderem administrar esse dinheiro: “O dinheiro não fica no nosso poder, a gente vai comprar alguma coisa e não tem o dinheiro na mão, está na mão da universidade, então isso aí está nos

prejudicando na realidade” (Rosa). As mulheres compreendem que o empreendimento tem o dinheiro, mas elas não o administram, o que entendem dificultar a autogestão, causando certa dependência da universidade para compra de madeira, equipamentos e outros gastos da Madeirarte. Vimos, ainda, que as mulheres têm muitas dúvidas de como funcionam estes financiamentos.

A partir destas reflexões, as marceneiras apontaram como obstáculo a necessidade de mais informações sobre o funcionamento destes financiamentos e de como podem ter acesso aos mesmos. Apontaram que necessitam compreender melhor as origens e destinos desses financiamentos, indicando ainda que poderiam participar mais da administração dos mesmos, bem como da elaboração dos projetos que são enviados às agências financiadoras das incubadoras e dos empreendimentos solidários.

Finalizando estas análises em torno da geração de renda e viabilidade dos empreendimentos solidários, último sub-tema que discutiremos na temática economia solidária, apresentamos o quadro da metodologia comunicativa crítica contendo os elementos e propostas de melhorias que construímos com as marceneiras a partir destas reflexões.

Quadro 7 da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos ou propostas de melhorias sobre o tema “Economia Solidária”

| |
|--|
| <p>Explícitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Maior compreensão sobre as leis do cooperativismo e empreendimentos solidários; 2) Estabelecimento de regras e acordos para a entrada e saída de novas pessoas na Madeirarte; 4) Criação de mais espaços de diálogos entre as marceneiras; 5) Reuniões periódicas para organizar o trabalho e para dividir as tarefas, tendo em vista a divisão sexual do trabalho e solidariedade necessária entre as mulheres para esta divisão; 6) Estoque de mercadorias; 7) Aprender a controlar de forma mais organizada o fundo e os gastos da marceneira; 8) Maior rigor na qualidade do trabalho e capacitações para melhorar a qualidade do produto final; 9) Capacitação para a elaboração e leitura de desenhos de marceneira; 10) Estabelecimento de coordenadoras das atividades; 11) Necessidade de maiores informações sobre as origens e destinos dos financiamentos; 12) Buscar formas das marceneiras participarem mais ativamente da administração dos financiamentos da Madeirarte, em conjunto com a incubadora; 13) Ampliar a função do fundo coletivo, possibilitando maior organização e administração do mesmo; 14) Buscar formas de melhorar o transporte público no assentamento, garantindo também o percurso das marceneiras ao trabalho. |
| <p>Implícitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Maior compreensão e envolvimento com o movimento da economia solidária para apoiarem o mesmo e também receberem apoio em suas reivindicações. Especialmente na direção da formulação de leis e organização das cooperativas; 2) Estímulo à solidariedade no grupo, buscando identificar quando não são solidárias entre elas e com |

- a comunidade do assentamento;
- 3) Embutir os valores necessários aos direitos trabalhistas (férias, 13º salário, seguro saúde, etc) no valor das mercadorias da marcenaria;
 - 4) Maior instrumentalização para a administração do empreendimento;
 - 5) Assembléia realizada periodicamente;
 - 6) Maior articulação das marceneiras com a universidade, partindo de um movimento em que as mulheres apontem suas necessidades à incubadora;
 - 7) Maior planejamento para controle da renda;
 - 8) Maior divulgação do trabalho de mulheres na economia solidária, contribuindo para incentivar outros grupos de mulheres, bem como para contribuir com mudanças nas relações de gênero;
 - 9) Ampliar as reflexões sobre as relações de gênero na marcenaria;
 - 10) Estímulo a solidariedade feminina para conquista de autonomia das mulheres.

Após os diálogos realizados referentes ao tema da Economia Solidária, pudemos diagnosticar algumas sugestões para a superação dos obstáculos enfrentados pelas marceneiras no processo de incubação. Primeiramente destacam-se as propostas, tanto implícitas como explícitas em torno da organização do empreendimento, tais como elaboração de regras mais claras, maior esclarecimento para a entrada e saída das pessoas, ou, ainda, maior conhecimento de administração. Essas sugestões implicam organização interna das mulheres, mas indicam, ao mesmo tempo, necessidade de maior conhecimento instrumental referente a algumas etapas da cadeia produtiva da Madeirarte e que apontam diretamente a conquista de maior autonomia das mulheres.

Tais sugestões também caminham ao encontro da necessidade de diálogo diagnosticada, tendo em vista que a maior preocupação apresentada é a falta de momentos em que dialoguem sobre os obstáculos que aparecem cotidianamente na marcenaria e que não estão buscando soluções. Vimos como durante a própria pesquisa soluções eram buscadas, pelo fato de já estarem refletindo coletivamente o cotidiano do trabalho.

Outra preocupação apresentada refere-se as possíveis formas de legalização do empreendimento. Pudemos observar o quanto são importantes estas preocupações, na medida em que apontam diretamente para a conquista da autogestão, tão cara nas discussões da economia solidária. Nessa direção também se encontra as sugestões de poderem administrar o dinheiro do empreendimento de forma a possibilitar maior autonomia das mulheres.

Na seqüência, continuaremos estas análises apresentando os dados em torno dos processos educativos na prática de ser mulher marceneira, tendo em vista as conquistas diárias que estão construindo, conquistas que possibilitam distintos aprendizados e que possibilita muitas transformações na vida de mulheres, a partir do reconhecimento de suas competências e habilidades, bem como da coragem e vontade de lutar que possuem.

4.3. Processos Educativos na Prática de ser Mulher Marceneira

“Eu sinto muita coisa mudada, eu me sinto rica pelo o que eu aprendi. Ai, mudou muito, me sinto jovem, estou com a minha cabeça belezinha, tenho orgulho do que eu faço, nossa eu achei muito bom demais, mudou muita coisa, eu queria passar isso para os meus filhos se eu tivesse bastante”.

(Camélia)

Como vimos ao longo desta dissertação, muitos são os processos educativos presentes nas práticas sociais, visto que implicam relações em que as pessoas educam e se educam em distintos ambientes e contextos. Ao analisar a prática da incubação da marcenaria, observamos a capacidade das pessoas de se organizar e educar-se em intersubjetividade e, assim, realizarem diferentes ações. Nesse sentido, destacamos aqui mais algumas reflexões feitas em torno dos processos educativos vivenciados pelas marceneiras. Analisemos o quadro da metodologia comunicativa crítica que corresponde a uma síntese dessas reflexões, seguindo a identificação dos elementos transformadores e que se colocam como obstáculos no cotidiano da Madeirate no que tangem os processos educativos vivenciados⁶³.

Quadro 8 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão dos Processos Educativos na prática de ser Mulher Marceneira.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|---|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | 1) Descrença na possibilidade do aprendizado de mulheres com baixa escolaridade 2) Dificuldade das mulheres adultas estudarem 3) Limitações referentes a alguns serviços da marcenaria 4) Dificuldades de organização e limpeza na ausência do marceneiro instrutor pela figura masculina 5) O marceneiro também não acreditava no trabalho das marceneiras 6) Desvalorização do trabalho pela feminização da marcenaria | 1) Dependência diante das atividades que ainda não aprenderam 2) Algumas limitações apresentadas no cotidiano do trabalho pelos aprendizados ainda não adquiridos 3) Atividades que aprenderam com o marceneiro instrutor e não colocam em prática sem o mesmo 4) Forma de dominação do marceneiro instrutor impedindo alguns aprendizados 5) Dependência do marceneiro instrutor transmitida para os jovens que se inseriram na marcenaria 6) Rotatividade dos e das jovens na |

⁶³ Este quadro refere-se a uma síntese dos elementos indicados pelas marceneiras como transformadores e como obstáculos para ambas as categorias analíticas (autogestão e relações de gênero) ao refletirem sobre o tema “Processos Educativos na Prática de ser Mulher Marceneira”. No apêndice 8 é possível a visualização do quadro na íntegra, com a fala das participantes da pesquisa, resultado dos diálogos do processo desta investigação.

| | | |
|---|--|--|
| | <p>7) Duvidam da feminilidade por serem marceneiras</p> <p>8) Diferença entre aprender com mulher e com homem quando os homens reproduzem posturas de uma ideologias machista e não acreditam no bom trabalho que pode ser realizado pelas mulheres</p> | <p>marcenaria, mais preocupados com a renda</p> <p>7) Valorização do trabalho dos jovens em detrimento do trabalho das marceneiras</p> <p>8) Paciência que às vezes não tem no empreendimento</p> |
| <p>Elementos Transformadores</p> | <p>1) Identificação da capacidade de aprendizados, desde que instrumentalizadas</p> <p>2) Formas de superar as limitações fazendo coletivamente</p> <p>3) Marceneiras comprometidas com a marcenaria, responsabilidade pelo trabalho</p> <p>4) Prazer e valorização no aprendizado</p> <p>5) Com o tempo a visão do marceneiro foi mudando porque elas mostravam a capacidade no trabalho</p> <p>6) A entrada de Marcelo muda a idéia que o trabalho na marcenaria é somente de mulher, e que por isso não é um bom trabalho</p> <p>7) Desmistificam a visão que mulher não pode ser marceneira</p> <p>8) Reflexões sobre a vida cotidiana enquanto mulheres</p> <p>9) Reflexão sobre educação dos filhos e filhas</p> <p>10) Os sonhos de mulheres em realizar atividades como dirigir ou estudar, na medida em que não tiveram essas oportunidades</p> | <p>1) Aprendizado das marceneiras nas diferentes atividades da marcenaria</p> <p>2) Educação simultânea à produção com os ensinamentos do marceneiro instrutor</p> <p>3) Novos aprendizados com a saída do marceneiro instrutor, maior independência das mulheres</p> <p>4) Apoio dos/as jovens na marcenaria</p> <p>5) Preocupação das marceneiras em manter os/as jovens no trabalho, porém sobre relações igualitárias</p> <p>6) Sem os/as jovens também não conseguiriam vencer a quantidade de trabalho</p> <p>7) Todas as pessoas tem diferentes aprendizagens e possuem capacidades:</p> <p>8) Compreensão e cuidado na forma de aprender do grupo</p> <p>9) Aprendizados ao longo da vida</p> <p>10) Valorização do aprender e do ensinar</p> <p>11) Diferença do trabalho na empresa e na marcenaria, sendo que nesta última foi identificada a possibilidade de maior relação com o trabalho humano, conquista de novos saberes e criação de sentido</p> |

O processo de incubação da Madeirarte, desde o início, criou a oportunidade de realizar as capacitações para os serviços, simultaneamente à produção, possibilitando novas aprendizagens necessárias à formação de uma marcenaria. O início da capacitação das marceneiras em trabalhos específicos ocorreu durante os meses de junho e julho de 2004, através da fabricação de mesas, cavaletes, armários e tanque para tratamento, pequenos objetos que fazem parte da infra-estrutura de produção dos componentes de madeira.

Ao longo do processo, aprenderam, ainda, a fazer lista de compras, lista de possíveis compradores para a marcenaria, orçamentos, pesquisa de preços, viabilidade econômica do empreendimento. Aprenderam a realizar um fundo e compreender a retirada e saída da marcenaria, comprar materiais necessários para o trabalho, além da fabricação de esquadrias

(portas e janelas) e sistema de cobertura utilizados na construção das casas, bem como os móveis (mesa, cadeiras, cama, estante, armários, etc.), artesanatos e outras atividades que aprenderam e aprendem seguindo a demanda cotidiana da Madeirarte.

Podemos ver que são muitos os ensinamentos e aprendizados instrumentais necessários à marcenaria. Para as marceneiras, os aprendizados na Madeirarte funcionam como uma rede: O marceneiro instrutor aprendia e ensinava à universidade, a qual também ensinava e aprendia com ele, ambos ensinavam e aprendiam com as marceneiras e depois as marceneiras com os e as jovens. Dessa forma, vemos como elemento transformador para a autogestão a maneira como avaliaram a necessidade do aprendizado que precisa ser construído com outras pessoas. Muitas são as falas das marceneiras em relação aos aprendizados adquiridos: “Gosto da Tupia e da lixadeira, mas também de contar, fazer orçamentos, de aprender e de debater. O que aprendo a fazer é diferente de uma empresa, aqui aprende mais [...] O que me deixa mais feliz é alegria de alguém saber que você sabe fazer alguma coisa” (Petúnia). “Aprendemos a tabicar, secar, medir a umidade da madeira, fizemos os cavaletes, coxo, bancadas, aprendemos a tratar madeira com produto natural...regular a máquina, mas ainda falta nisso aí...” (Orquídea).

À luz de Freire (2005-a), temos que o saber apenas existe na invenção e reinvenção, existe conhecimento à medida que deixamos a “cultura do silêncio” e juntos construímos os aprendizados. Quando as marceneiras se perguntam, de que adianta saber se não ensinamos as outras pessoas, reclamam que haja trocas de conhecimentos para que outras pessoas possam saber mais. Segundo Freire (2005-a, p. 74), “somente na comunicação tem sentido a vida humana [...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados pela realidade, portanto na intercomunicação”. Dessa forma, o autor, e também as marceneiras, criticam a prática da dominação, a qual entende ser melhor guardar o conhecimento para si e não dividir com as outras pessoas, ao mesmo tempo em que valorizam a educação para a liberdade, conferindo crescimento a todas as pessoas no ato de educar-se.

Avaliamos como elemento transformador os aprendizados técnicos que as marceneiras aprenderam desde os ensinamentos do marceneiro instrutor, diariamente com o grupo, até hoje com as capacitações realizadas com a Incoop, além dos cursos que realizam, fundamentais para a autogestão do grupo, para os resultados positivos da marcenaria e para a vida das marceneiras que aprenderam um novo ofício.

Contudo, o importante aqui é observar que as marceneiras analisaram a necessidade de aprendizados instrumentais, sendo que a ausência dos mesmos causa dependência de outras pessoas, sejam elas pesquisadores/as da universidade, instrutores ou pessoas da própria marcenaria. Destacaram como transformador a possibilidade de conhecimento do processo produtivo, possível na Madeirarte: “Na empresa a gente não tem noção do processo de produção e do porque faz as coisas, mas na marcenaria é muito bom poder aprender tudo isso” (Petúnia). Porém, para tal, avaliaram que é necessário instrumentalização, que é necessária a possibilidade do aprendizado, o que faz parte do processo da incubação e do processo de vida em que estamos sempre aprendendo.

Tais afirmações se dão ao analisarmos os quadros e observarmos os elementos apontados pelas marceneiras como obstáculo, no que tange às relações de dependência pelos aprendizados que não possuem: “A gente ainda depende pra muita coisa Carol, pra regular a máquina, por exemplo...outra coisa a destopadeira, máquina nova, que custou caro, que é possível fazer muitas coisas, mas que a gente não sabe usar...” (Petúnia). Refletimos a partir da relação com o marceneiro instrutor, visto que, segundo as marceneiras, ele deixou de ensinar diferentes habilidades necessárias ao processo de conquista da autogestão do grupo: “Então é assim, tinha coisas positivas da época que ele estava aqui em relação ao trabalho, mas ao mesmo tempo tinha essas questões dele dominar, achar que o espaço era dele por ter mais experiência...” (Orquídea). “Eu me lembro na época, nem uma tabuinha de carne a gente sabia fazer, ele ia lá e fazia, mas não ensinou a fazer...” (Rosa).

Buscamos compreender essa relação, pelo princípio que discutimos em nosso terceiro capítulo referente à dimensão instrumental, que aponta a importância dos aprendizados instrumentais para autonomia e desenvolvimento do grupo, ou seja, para a conquista da autogestão. Como vimos, em nossas interações, todas e todos podemos aprender juntas/os e definir diferentes temas a serem discutidos nas práticas sociais que participamos. Nesta dimensão, encontramos a necessidade dos aprendizados técnicos e científicos, como instrumento de diálogo e mobilidade na sociedade da informação, visto que o conhecimento instrumental é eixo de poder e instrumento de luta em nossa sociedade. Para tal há necessidade de um processo em que a/o educadora/or assume a sua responsabilidade de propor conteúdos e sistematizações do conhecimento, pela validade dos argumentos, como autoridade e não de modo autoritário.

Destacamos que o objetivo aqui não é criticar a pessoa do marceneiro instrutor, o qual esteve trabalhando na marcenaria e muito contribuiu e aprendeu com o grupo, mas observar ações que apontaram as marceneiras ao perceberem-se numa relação de dominação que impedia o crescimento do grupo, o que se aplica não apenas ao marceneiro instrutor, mas que deve ser observado por todos/as nós que construímos relações com as marceneiras. Em outras palavras, perceber uma “relação bancária” do aprendiz, que predomina socialmente e que prejudica o desenvolvimento de algumas habilidades das marceneiras, fazendo-as dependentes das pessoas detentoras dos conhecimentos específicos necessários na marcenaria.

Ao falarmos em “educação bancária” novamente nos remetemos a Freire (2005-a), ao dizer que nesta forma de educação o saber é transmitido pelos que sabem aos que nada sabem, enchendo-os de conteúdo desconectados da realidade e dominando o conhecimento. Com isso, faz-se necessário notar o quanto a dimensão instrumental é essencial à transformação e como algumas pessoas detentoras desses saberes impedem outras de sabê-los, mantendo a relação de poder presente na sociedade.

Segundo Freire (2005-a), torna-se fundamental uma concepção de educação que busque a superação do binômio oprimido/opressores, em que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação. Diferente das relações que muitas vezes são relações fundamentalmente “narradoras e dissertadoras”, em que temos um sujeito – o narrador - e objetos pacientes – os educandos: “A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante (ibid, p. 66)”.

A essas reflexões, somamos outro obstáculo apresentado pelas marceneiras em relação aos aprendizados: o sentimento de incapacidade, descrito no quadro de análise como “descrença na possibilidade de aprendizado”. A fala de Rosa nos ajuda nesta compreensão:

Ah, eu não consigo fazer, eu tento, tento, mas não consigo Carol. Eu mesma não acredito muito em mim não, tem hora que eu fico pensando comigo, tal coisa eu não sou capaz, por mais que eu lute eu não sou capaz de conseguir [...] aí meu pai me tirou da escola, disse que se eu não tinha aprendido não aprendia mais, fez eu largar o estudo e ir trabalhar na roça.

As marceneiras apontaram que muitas vezes sentem-se incapazes de aprender e que não conseguem entender alguns processos da marcenaria. Um dos motivos identificados é o fato de não possuírem aprendizados escolarizados para o desenvolvimento de algumas habilidades.

Analisamos essa questão segundo o princípio da inteligência cultural, o qual aponta serem todas as pessoas possuidoras das mesmas capacidades para participar de um diálogo e para educar-se nas práticas sociais, porém cada pessoa demonstra seus aprendizados em ambientes distintos. Segundo Flecha (1997, p. 20), “los grupos privilegiados imponen la valoración social de sus formas de comunicación como inteligentes y las de otros sectores como deficientes”, o que implica em conseqüências negativas para os grupos que não possuem os chamados conhecimentos privilegiados, fazendo-os introjetar a incapacidade para os aprendizados.

Em contrapartida, seguindo as reflexões realizadas, as marceneiras também demonstraram praticamente a capacidade para se organizarem e conquistarem novos aprendizados, seguindo a forma como cada uma aprende e ensina a partir de suas experiências e contextos no cotidiano da marcenaria: “Se alguém explicar, ensinar pra gente com calma e acompanhar, com tempo a gente aprende [...] elas vivem falando, não isso aí nós não fazemos, como que não faz? Não tem coisas que a gente faz e os homens não fazem?” (Petúnia). “Fazendo, não só fazendo, a teoria ela fica no papel, então a gente não vai gravar isso aí, é executando, é fazendo no dia-a-dia” (Orquídea). “A gente é devagar precisa de um pouquinho mais de tempo e paciência pra sair as idéias” (Camélia).

As marceneiras avaliaram, sendo este um elemento transformador, que podem e são capazes de aprender, mas apontam que existe um jeito de aprender que é diferenciado, que exige atenção, paciência, acompanhamento e valorização dos conhecimentos que já possuem, o que nem sempre acontece nas relações de ensino e de aprendizagem em que todas e todos nós vivenciamos. Em outras palavras, internalizaram um sentimento de incapacidade para alguns aprendizados, mas também já sabem serem capazes de aprender a partir da experiência na marcenaria, que muito as ensinou. Porém, atentam que para elas aprenderem é preciso que as pessoas saibam ensiná-las.

Podemos fazer uma analogia com a questão do estudo escolar, quando disseram as marceneiras que gostariam de estudar, mas não se sentem acolhidas na escola, visto que a instituição muitas vezes não respeita as suas individualidades e não ensina de forma a permitir que elas aprendam, fazendo-as desmotivarem-se pelo estudo. No caso de Camélia, que tentou voltar a estudar, não conseguiu ver relações entre os aprendizados da escola e o trabalho da marcenaria, sendo este o principal motivo que a fez buscar, a princípio, o estudo.

Ao falar da educação de pessoas adultas, Freire (2000, p. 90), aponta a necessidade de seriedade por parte dos/as educadores/as, ao conhecer as necessidades de aprendizados e razão de ser de seus educandos/as, o que implica diretamente na construção do conhecimento por parte de ambos. Não é possível desejar que os/as educandos/as memorizem mecanicamente o aprendizado. O autor salienta que às pessoas adultas é necessário um aprendizado de “inserção no mundo”, na medida em que os saberes escolares se conectam aos saberes cotidianos, e não um aprendizado de “adaptação no mundo”. “A prática educativa que, histórica, não pode estar alheia às condições concretas do tempo-espaço em que se dá, tem que ver fundamentalmente com a maneira como venho entendendo a nossa presença – a dos seres humanos – no mundo. As nossas relações com a história e cultura” (Freire, 2000, p. 92).

Dessa forma, uma vez que Camélia vai à escola em busca de aprendizados que possam somar conhecimentos ao seu trabalho, e, nesta escola, não aprende conteúdos que lhe mostrem essa possibilidade, facilmente desiste da escola, não visualizando sentido na mesma: “Eu tentei, mas chegava lá e dormia, aí tinha dia que não dava pra ir porque tinha que trabalhar em casa...” (Camélia).

Ainda sobre os aprendizados na marcenaria, é importante notar que, com a saída do marceneiro instrutor da Madeirarte, mesmo tendo ficado inseguras, muitos avanços puderam ser identificados, pois tendo mais independência e arriscando, as mulheres passaram a desenvolver as atividades da marcenaria. Citam os chamados “bicos” que passaram a realizar como uma forma de aprendizado e, com isso, cada vez mais as marceneiras percebem como podem aprender e conquistar novos saberes, intersubjetivamente, na prática cotidiana da Madeirate. Nas palavras das mulheres:

“do tempo do Seu Pedro melhorou um pouco mais que ele ordenava tudo as coisas no lugar certo era gostoso, só que no serviço era muito encalhado, não saia serviço [...] bico também...chegam lá e falam eu quero que desdobre essa madeira aqui, quero umas ripas, esses biquinhos tudo a gente ganha, tira uma parte pro fundo, a Petúnia vai lá marca o horário e a gente faz, então isso aí virou pra nós, porque no tempo do Seu Pedro a gente não fazia” (Camélia).

“Numa parte foi boa, sabe por quê?, Porque na realidade despertou na gente aquilo que a gente esperava só dele, então a gente faz certo ou errado, mas usa a sua imaginação, mesmo que ele não ensinou, por uma parte faz falta ele aqui dentro e por outra parte não faz, por que muitas coisas ele não ensinava” (Petúnia).

Também compreendemos como transformadora a reflexão feita em torno da dependência que sentem as mulheres, pois com isso passaram a perceber esta relação e pensar que pode ser

diferente, o que se reflete não apenas à marcenaria, mas também a suas vidas cotidianas, conquistando diariamente transformações a partir das reflexões em torno de novas possibilidades.

Ainda sobre a relação com o marceneiro instrutor, as marceneiras analisaram como obstáculo o fato de “obedecerem” ao mesmo e não obedecerem-se entre elas, quando não colocam em prática os aprendizados que tiveram, tais como limpeza dos equipamentos de trabalho, organização das ferramentas e a forma como armazenar a madeira para não quebrar as máquinas. Algumas das marceneiras avaliaram que o marceneiro tinha mais experiência e por isso respeitavam-no, somado ao fato dele ser homem. Refletindo estas questões as mulheres se comprometeram a observar tais posturas diariamente, buscando respeitá-las entre si: mulheres que também possuem experiências e sabem do que falam.

Assim, vemos como o diálogo e a reflexão aumentam as possibilidades de processar os instrumentos cognitivos: “la reflexión es imprescindible para comprender con profundidad las tareas a realizar y para tener creatividad en la construcción de nuevas respuestas a los problemas que se van planteando” (FLECHA, 1997, p. 33).

Nas análises da categoria gênero vemos ainda que as marceneiras disseram existir maior possibilidade de aprendizado com outras mulheres. Isso não exclui a possibilidade de aprendizado com os homens, porém, existe uma identificação maior entre as mulheres. As marceneiras citaram que os homens são machistas e muitas vezes não acreditam na capacidade delas. Dessa forma, pelas experiências que tiveram, acreditam que o aprendizado entre mulheres possibilita relações mais igualitárias. Tal observação, refletimos, demanda um processo de conscientização dos homens, ao perceberem quando reforçam a dominação masculina, e, assim, em conjunto com as mulheres, poderem se educar.

Vemos que as marceneiras também refletiram sobre a relação que estão construindo com os e as jovens que se inseriram na marcenaria, e analisaram como obstáculo o fato de terem transmitido parte da dependência do marceneiro instrutor para os jovens e, principalmente, para Marcelo, o qual assumiu a marcenaria ao lado das marceneiras. Existe uma rotatividade dos jovens na marcenaria, enquanto Marcelo assumiu as atividades com as mulheres: “Tinha muita confiança no Seu Pedro, e nisso a gente ainda tem que se esforçar mais por causa dos meninos, já pensou se o Marcelo sair? Depois que o Marcelo entrou a gente tem que ele é o Seu Pedro nosso, de fazer medida, isso, aquilo, é tudo ele que é mais estudado” (Camélia).

Nesse sentido, parece que, com os e as jovens, o mesmo sentimento de incapacidade já identificado pode ser reforçado nas marceneiras, caso não haja um olhar cuidadoso e um processo de educação nesse sentido. As marceneiras analisaram que reconhecem dependência dos jovens principalmente nas atividades que exigem conhecimento matemático, tais como realização de orçamentos e regulagem das máquinas. Muitas vezes as mulheres deixam de buscar o aprendizado porque sabem que os jovens podem fazer.

Diante das análises até aqui realizadas, destacamos novamente a baixa expectativa em relação ao aprendizado que observamos nas pessoas adultas, principalmente a partir de certa idade. Segundo Flecha (1997, p. 24), teorias “mal desenvolvidas ou erroneamente aplicadas” contribuíram com a formação do pensamento que diz ser o aprendizado propício em idade apropriada, passando desta idade a aprendizagem não tem mais resultados. Para o autor e também para Freire (2005-a), tais teorias desconsideram que o aprendizado acontece em diferentes espaços, nas práticas sociais, na vida e, não apenas na escola, e que as pessoas possuem capacidades cognitivas distintas, mas não inferiores.

A fim de superar esses preconceitos, Flecha (1997, p. 25) destaca a importância da *confiança interativa*, em que os grupos excluídos conseguem reconhecer as riquíssimas aprendizagens que possuem, bem como a capacidade de adquirir novos aprendizados. Dessa forma, em conjunto com as marceneiras, observamos que, por internalizarem baixa expectativa em relação aos aprendizados, num primeiro momento algumas responsabilidades foram transmitidas ao marceneiro instrutor e, num segundo momento aos jovens. Paralelamente as marceneiras apontaram as reais dificuldades para alguns aprendizados, à medida que sentem falta de maior instrumentalização escolar, por exemplo, no caso do conhecimento matemático. Vale destacar que as marceneiras possuem conhecimentos matemáticos práticos, mas estes não foram relacionados ao conhecimento escolar e não estão sendo relacionados aos conhecimentos exigidos à atividade de marcenaria.

Assim, a não realização de algumas atividades não significa falta de vontade das marceneiras, mas corresponde à necessidade de superação de obstáculos em relação à baixa expectativa de aprendizados, o que coletivamente pode ser superado, somado à necessidade de conexão entre os conhecimentos que possuem e os conhecimentos escolarizados necessários à marcenaria. Vale destacar ainda que as limitações apresentadas correspondem não só a baixa

escolaridade e expectativa por parte das marceneiras, mas também a saúde das mulheres, medo, necessidade de força, entre outros:

Tem certos tipos de serviço...que nem, eu não subo no caminhão pra tirar a madeira, isso eu não faço, e nem vou pegar uma madeira sozinha, dificuldades que tenho pela minha idade e por ser mulher. Fui fazer a rodinha e cortar e a faca soltou duas vezes...eu tenho medo desse negócio cortar e vir em cima de mim...só que eu cortei e falei assim, agora vou deixar aí porque eu não tenho força pra apertar, esse é o meu problema, eu não tenho força na munheca...” (Petúnia)
O problema é a saúde da gente Carol, tem que cuidar (Camélia).

Destacamos também que Petúnia, por ter mais facilidade para alguns aprendizados, devido ao maior tempo de escolaridade que possui, apóia muito as outras marceneiras. Petúnia diz que tem dificuldades de ensinar algumas coisas mas, na prática do trabalho, em solidariedade, as mulheres se ajudam para a superação de obstáculos. O fato de Petúnia ser mulher, também viver no assentamento e ter muita disposição é uma importante referencia para os novos aprendizados, pois à medida que Petúnia aprende novas atividades incentiva o aprendizado das outras mulheres e encoraja-as para novas conquistas.

Ainda sobre os/as jovens na marcenaria, pudemos identificar a importância da presença dos mesmos. As marceneiras disseram que esse apoio é fundamental no cotidiano do trabalho e, além disso, contribuem para a continuidade da Madeirarte. O trabalho realizado com os/as jovens permite que produzam mais encomendas, pois somente as quatro marceneiras não poderiam produzir, permite apoio para as atividades como descarregar caminhão de madeira diante do peso e da saúde das mulheres, permite apoio para as atividades técnicas, como regular máquina ou medir peças, bem como permite troca de saberes, habilidades e aprendizados: “eles são bastante esforçados, eles pegam o serviço e dão conta” (Rosa).

Vemos aqui a possibilidade de educação intergeracional, já que são muitos os conhecimentos que podem ser compartilhados entre as marceneiras e os jovens, principalmente se considerarmos os princípios de solidariedade e inteligência cultural, apontados por Flecha (1997). O primeiro princípio por permitir a construção de outras relações capazes de priorizar a participação de todas as pessoas, ou para melhorar as condições de vida de todas as pessoas e não de um número restrito, e o segundo por acreditar que, quanto maior a diversidade maior a capacidade de troca de saberes. Nas observações comunicativas realizadas pudemos visualizar quantas coisas as marceneiras podem ensinar aos jovens e também o contrário.

Ao mesmo tempo as marceneiras disseram sobre a consciência, o que apontaram como transformador, que o trabalho depende delas, devido à rotatividade dos/as jovens, reforçando assim a confiança, vontade e necessidade de aprender. Apontaram algumas situações em que, na ausência dos jovens, em momentos de pressão por terem que entregar as encomendas, desenvolvem atividades que pensavam não conseguir desenvolver.

As marceneiras apontaram como obstáculo o fato de os jovens estarem interessados apenas na geração de renda, fazendo-os se afastarem da Madeirarte em momentos de crise. Destacaram que as/os jovens tiveram, durante um período da Madeirarte, uma bolsa de incentivo e que terminada a bolsa muitos foram embora. Nesse sentido, apresentam dois aspectos: o primeiro se refere à necessidade de pensar formas de manter os jovens na marcenaria, não apenas pela questão da renda e, o segundo, corresponde ao sentimento de valorização dos jovens a partir das bolsas, em detrimento do trabalho delas.

O argumento das marceneiras é que nunca receberam bolsas de incentivo e sempre estão lutando pela marcenaria, em diferentes momentos do grupo, enquanto os jovens recebem bolsa e depois deixam o trabalho. Vale destacar que a renda, neste caso, advinda de uma bolsa, é importante para todas e todos na marcenaria e que é também uma forma de valorização do trabalho realizado.

Sobre as formas de manter os jovens na Madeirarte, as marceneiras perguntaram como fazer para que a Madeirarte tenha sentido na vida desses e dessas jovens, paralelo à renda. Nessa direção, destacamos o princípio da criação de sentido, novamente à luz de Flecha (1997). Para o autor, imersos numa sociedade que prevalecem as relações mediadas pelo poder e pelo dinheiro e valorizando-os em detrimento das relações humanas, muitas vezes esvaziamos as nossas ações de sentido. Porém, mesmo vivendo em um sistema que nos coloca muitas barreiras podemos superar juntas e juntos as dificuldades, recuperando os sentidos de nossas ações, porque assumimos as condições de nossas relações. O sentido pode ressurgir quando a interação entre as pessoas é por elas mesmas dirigidas, quando o contexto colabora para o falar e não para o calar, o que exige a construção de relações dialógicas.

Continuando nestas análises e caminhando para sua finalização, destacamos alguns elementos presentes na categoria relações de gênero que correspondem aos processos educativos de ser mulher marceneira e contribuem para transformações na vida das mulheres.

As marceneiras apontaram como obstáculo o fato do Seu Pedro, no início do trabalho na Madeirarte, não acreditar no trabalho delas, mas disseram que ao longo do tempo tal visão mudou, a partir do trabalho realizado por elas. Ao sair da marcenaria, o marceneiro disse às mulheres que passou a acreditar na potencialidade do trabalho delas.

O mesmo observamos ao indicarem como obstáculo a visão de algumas pessoas do assentamento sobre o trabalho das marceneiras: “Eu já escutei eles falarem assim que a gente vem aqui por que somos vagabundas, porque é serviço de vagabundo e não serviço de gente que trabalha direito...eu já escutei isso aí...” (Rosa). Tal constatação nos mostra como algumas profissões passam a ser desvalorizadas quando realizadas por mulheres, quando feminizadas (ABRAMOVAY & SILVA, 2000).

As marceneiras disseram que pouco a pouco constroem outras relações no assentamento e mostram que o trabalho delas é digno e possível como qualquer outro trabalho realizado. A entrada de Marcelo na marcenaria também contribui para mudanças, visto que está mostrando que os homens também podem trabalhar na marcenaria:

Não somos melhores, nem piores, mas fazemos... não tem problema mulher trabalhar na marcenaria. Então eu acho que a mulher ela é capacitada, como o homem também é capacitado para fazer o serviço da mulher. Por acaso fere a honra de alguém? Temos que ser vistas como mulher e as pessoas verem que mulheres fazem (Petúnia).

São exemplos ainda, em relação à citada mudança na forma de se colocar no mundo, apresentado pelas mulheres, a aprendizagem para se comunicar e a perda da timidez. Atualmente conseguem falar o que pensam, confiam nelas mesmas e no potencial do trabalho delas e disseram que não escutam simplesmente e se calam, mas sabem que também podem falar. Observamos que as mulheres passaram a se valorizar enquanto mulheres que podem trabalhar e aprender, mulheres que podem realizar diferentes atividades e seguir a sua escolha, não deixando com isso de ser mulher. Destacamos ainda o fato de refletirem que os homens também podem fazer as tarefas de casa e que não serão menos homens por isso, buscando relações mais igualitárias também em suas casas e família.

Nesse sentido, segundo Puigvert (2001-a), retomamos o princípio da igualdade de diferenças, em consonância com as discussões anteriores. Este princípio parte do pressuposto que todas as pessoas são iguais e diferentes, porque todas/os temos o direito de viver e pensar de maneira diferente e ser respeitadas/os por isso. Em diálogo, podemos refletir sobre essas diferenças, para a criação de acordos e possibilidade de respeito, desde que haja igual direito de

cada um ser diferente, o que é uma busca constante das mulheres na marcenaria e de muitas mulheres inseridas em diferentes movimentos sociais.

Destacamos, ainda, o elemento transformador para as relações de gênero quando apontam que atualmente pensam nas diferenças entre homens e mulheres ao educarem seus filhos e filhas, incentivando suas filhas aos trabalhos coletivos, ao conversarem com os netos e netas sobre as relações de gênero, pois entendem que é necessário que sejamos educados e educadas para essas relações. Com isso, observamos como as transformações causadas diariamente pelas mulheres têm como consequência transformações em todo o entorno das mulheres, nas pessoas que convivem diretamente com elas e conseqüentemente na sociedade como um todo.

Dessa forma, podemos observar como, apesar das dificuldades, as mulheres recriam continuamente o sentido de suas vidas, construindo e compartilhando feminilidades, na busca de fortalecimento das relações entre as mulheres e na tentativa de protagonizar espaços de transformações. As marceneiras disseram que ficam incomodadas, mas sabem que é difícil para os homens entender o trabalho que fazem, principalmente no contexto do assentamento. Assim, mesmo sabendo que os homens duvidam da capacidade das mulheres, preferem mostrar que entendem do serviço e, aos poucos, as pessoas se educam. As marceneiras reconhecem que o machismo existe e que elas e o trabalho na Madeirarte podem contribuir de alguma forma para a mudança desta mentalidade.

Por fim, podemos observar a seguir, o quadro com as propostas de melhoria, construído a partir das reflexões sobre o tema “Processos Educativos na Prática de ser mulher marceneira”.

Quadro 9 da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos ou propostas de melhorias sobre o tema “Processos Educativos na Prática de ser Mulher Marceneira”.

Explícitos:

- 1) Buscar formas, com os e as jovens, de mantê-los na Madeirarte, criando sentido para os diferentes trabalhos e possibilitando maiores aprendizados;
- 2) Observar e buscar mais respeito entre as mulheres quando dizem que algo não está certo na Madeirarte;
- 3) Contribuir para a educação dos filhos e filhas e das outras pessoas mais próximas no que tange às relações de gênero;
- 4) Incentivar o aprendizado de habilidades acadêmicas necessárias ao trabalho na marcenaria, relacionando as mesmas ao cotidiano de trabalho e às experiências das marceneiras;
- 5) Seguir a direção dos sonhos das mulheres para a marcenaria:

Petúnia: o sonho pra marcenaria? que todas nós se reúna, seja mais unida, ter o mesmo raciocínio, de dizer isso que ela ta falando é verdade...então vamos reunir todos esses pontos e ver a marcenaria crescer, fazendo objetos grandes e objetos pequenos, trabalhando pra nós. O meu sonho com a marcenaria é que ela se

mantenha aberta pra dar mais serviço pra todo mundo: jovem, velho, pra quem quiser, seja homem, mulher, jovem, criança. Eu sempre tive esse sonho, de um dia abrir um portão e dizer que essa Madeirarte, 4 mulheres de meia idade enfrentou toda essa luta, depois entraram mais jovens foram indo, tinha dia que tinha, tinha dia que não tinha...então não que olha com ambição, com muito dinheiro, mas um dia mostrar isso pra eles que vão ficar com ela, e nós, chegar aqui de bengalinha e dizer assim, esta funcionando...

Camélia: ah, eu queria ter um grupinho de gente pra fazer artesanato e ter as maquininhas certa, um outro grupo, chamar bastante gente...é gostoso mexer com isso, chamar mais gente lá no grupo e dividir uma parte faz as encomendas, daí tem que comprar as maquininhas de artesanato...eu gostaria nem que ficasse os dois grupos num lugar só, bem organizadinho, aí é gostoso...e é serviço mais leve também, conforme vai chegando a idade da gente, é mais leve, um pouquinho de madeira a gente agüenta pegar...

Rosa: você vai ver a gente ainda ocupando todas essas madeiras aí, você vai ver!

Implícitos:

- 1) Levantamento de quais habilidades instrumentais as marceneiras necessitam desenvolver na construção do processo autogestionário;
- 2) Organizar capacitações e orientações seguindo a forma de aprender do grupo, em diálogo, com paciência e acompanhamento do aprendizado, tendo em vista o aprendizado de mulheres, adultas, de baixa escolaridade, e que apresentam muitos saberes;
- 3) Busca de relações mais igualitárias no trabalho das marceneiras e dos jovens;
- 4) Maior valorização dos saberes e habilidades já adquiridas pelas marceneiras, tanto na marcenaria como ao longo da vida;
- 5) Continuar contribuindo para mudanças da visão da mulher no assentamento Pirituba II, a partir do trabalho da Madeirarte;
- 6) Necessidade de reflexões por parte das marceneiras, dos jovens, da universidade e de todas as pessoas diretamente envolvidas no processo de incubação, para não reforçarem preconceitos sociais, construindo relações educativas mais dialógicas;
- 7) Maior respeito entre as próprias mulheres na marcenaria, para que possam compreender quando falam umas com as outras no sentido de buscar melhorias para todo o grupo. Compreensão das críticas como algo positivo e não como ordem.

Finalizando nossas análises, observamos, novamente, como os elementos e propostas de melhorias, tanto nas propostas implícitas como nas explícitas, fatores que se referem à busca de autonomia das mulheres e concretização da autogestão. As reflexões em torno da necessidade de maior instrumentalização das mulheres para o desenvolvimento das atividades técnicas da Madeirarte, é um dos principais elementos apontados para que não sejam dependentes tanto da universidade, como de outras pessoas que entram na marcenaria, tais como o marceneiro instrutor e os/as jovens que se inseriram na Madeirarte. Podemos observar que as relações com a universidade, com os/as jovens, entre outros, são muito positivas para as marceneiras, porém, desde que sejam relações dialógicas e igualitárias, sem que haja hierarquia, dominação ou desigualdades de gênero.

As propostas apresentadas pelas mulheres caminham nessa direção, buscando suprir esses obstáculos e caminhando para a bonita construção do empreendimento coletivo autogestionário que estão vivenciando, na elaboração de distintos processos educativos e conquistas entre mulheres.

5. Relações de Gênero e Economia Solidária: considerações finais a partir da perspectiva da aprendizagem dialógica

“Educar e educar-se na prática da liberdade é tarefa das pessoas humildes, que se sabem inconclusas, sabem que pouco sabem e que, em diálogo com aquelas pessoas que pensam que nada sabem, podem saber mais”.

(Paulo Freire)

Neste capítulo, apresentaremos algumas considerações referentes ao desenvolvimento desta investigação, que teve o intuito de refletir e dialogar, com as mulheres participantes desta pesquisa, sobre o processo de incubação da Madeirarte, buscando os elementos transformadores, reveladores de distintos processos educativos construídos por mulheres no trabalho autogestionário, bem como buscando os elementos que se apresentam como obstáculos na prática cotidiana do trabalho das marceneiras, e que possibilitaram indicações para a sua superação e melhoria do trabalho realizado. Destacamos que foram inúmeros os aprendizados no encontro de minha trajetória, enquanto mulher e pesquisadora no e com o mundo, com as participantes, que puderam refletir sobre a prática social que desenvolvem, buscando melhorias para potencializá-la, e, também, relacionar esta prática às transformações que conquistam em suas vidas, enquanto mulheres marceneiras num assentamento rural. Nesse processo investigativo, acreditamos poder ter contribuído com outras práticas de incubação e apoiar iniciativas solidárias desenvolvidas por mulheres. Mulheres que se tornam protagonistas de suas vidas, mostrando que é preciso denunciar os processos de exclusão em que vivemos, mas também anunciar possibilidades de transformações históricas, o que muitas mulheres estão fazendo ao se engajarem em distintos movimentos de luta e ao buscarem mudanças cotidianas na organização de suas vidas. Assim, o caminho que percorremos buscou responder a seguinte questão de pesquisa:

Como as mulheres que vivenciam a prática da incubação da Marcenaria Coletiva Autogestionária do assentamento Pirituba II, a Madeirarte, analisam esse processo, com destaque para os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos na consecução dos objetivos do grupo incubado, tendo em vista as relações de gênero?

Após a realização da investigação, apoiadas nas bases teóricas da aprendizagem dialógica e metodológicas, da perspectiva comunicativa crítica, acreditamos ter conseguido responder esta questão, desde o caminho teórico percorrido em cada um dos capítulos, à trajetória metodológica

desta pesquisa em cada encontro com as marceneiras, até as análises intersubjetivamente com elas construídas. Assim, sabemos que as respostas que traçamos não se esgotam em si mesmas, mas fazem parte de um processo que vem sendo construído diariamente pelas marceneiras, na Madeirarte e em suas vidas, bem como de um processo de pesquisa, apoiado em teorias e conceitos que vem sendo investigados pela comunidade científica internacional e que contribuem para novos aportes à construção do conhecimento.

Vale destacar que esta investigação foi desenvolvida em meio a um processo intenso de relações com a orientadora, estudos no Niase, discussões na linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos” e em meio à realidade das atividades da Madeirarte. Porém, o processo de escrita não acompanha o ritmo de nossos estudos, bem como a constante realidade da marcenaria, e, por isso, algumas questões não puderam aqui ser contempladas, o que aumentou a minha compreensão sobre a vida e a escrita enquanto processos, nos quais em cada novo caminhar estão implicados novos olhares e conhecimentos. Com isso, aponto o quanto esta dissertação se faz na incompletude, sendo apenas uma parte da colcha de retalhos que construímos no Niase, na Madeirarte, na linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos” e que confecciono diariamente em minha vida nas diferentes interações que dela fazem parte.

No decorrer deste trabalho, relacionando as elaborações teóricas às análises realizadas, pudemos, em nosso **primeiro capítulo**, refletir sobre a realidade da economia solidária e dos empreendimentos solidários autogestionários, na busca por relações humanas de trabalho a todas e todos que se arriscam nesta economia.

Assim, discutimos primeiramente sobre a realidade social de exclusão em que vivemos. Realidade marcada por um capitalismo desumano que impõe um mundo de competições e desigualdades, à medida que os meios de produção e de distribuição tornam-se capital e se concentram nas mãos duma minoria, enquanto uma maioria se limita à posse de suas capacidades individuais de trabalho. Agravando as desigualdades sociais, temos a sociedade da informação, a qual exige seleção e processamento da informação transformada em conhecimento, sendo a informação tida como um produto no mercado capitalista.

Tal sociedade prioriza certas habilidades e conhecimentos, desvalorizando outros. Aqueles de “habilidades desvalorizadas” serão excluídos do mundo do trabalho, do estudo e serão oprimidos pelas classes dominantes (CREA, 1998, p.14). Enquanto para esta última, a elite detentora do poder e da moeda conhecimento, a desmobilização dos movimentos sociais e

educação bancária é a saída, pois assim continuam impedindo o controle da informação para seguir dominando, decidindo quem pode usar a informação e a serviço do que utilizá-la, bem como tentando impossibilitar a organização dos oprimidos em direção à sua libertação.

Em contrapartida, e seguindo a capacidade do ser humano de transformação à medida que não aceitam as injustiças e não se entregam ao fatalismo, historicamente vimos que a economia solidária se apresenta como uma forma de reação às crises apresentadas pelo capitalismo e suas conseqüentes desigualdades, para a construção de um modo de produção que contempla a solidariedade, por representar a união de trabalhadoras/es contra a exploração e como reação ao desemprego, buscando formas alternativas de construir o trabalho relacionando-o à possibilidade de melhores condições de vida.

Como vimos, a economia solidária não pretende ser uma “mera resposta às incapacidades do capitalismo”, mas, em termos ideais, espera ser uma alternativa superior ao capitalismo, principalmente porque, ao apresentar uma outra proposta de organização, rompe com os valores do mesmo, visando então a geração de renda não apenas para acúmulo dos trabalhadores, mas como uma relação para além do dinheiro e do poder, uma relação em que a geração de renda é fundamental para a sobrevivência, mas que a forma de organização para conquista desta renda seja de solidariedade, autonomia, seja pautada numa pedagogia dialógica para a superação de exclusões. Quando dizemos alternativa superior ao capitalismo, citamos Singer para ilustrar:

Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que apenas as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preços e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor (SINGER, 2002. p. 114).

Ao longo desta dissertação e das análises realizadas, observamos que, na medida em que conseguimos uma ruptura com as formas egoístas de agir, ser e pensar, imbricadas na ideologia competitiva do capitalismo, começamos a valorizar outras formas de vida, desde um abraço, um sorriso, a capacidade de amar, ao direito a condições dignas de existência, a luta pela igualdade de direitos, de gênero, respeito às diferenças, o que exige a educação em intersubjetividade: “nenhum de nós se humaniza sozinho; necessita da presença dos outros, que com suas peculiaridades, oferecem testemunho vivo de nosso inacabamento” (OLIVEIRA, 2001, p. 22).

Nesse sentido, fica claro que a economia precisa ir além do aspecto econômico, tendo sua centralidade no social e na intersubjetividade, visando elevar àqueles historicamente excluídos do

mundo do trabalho e dos direitos sociais, pessoas e coletividades, da posição de objetos à condição de sujeitos, capazes de pensar, analisar e transformar a realidade em que vivem.

Faz-se necessário destacar também nestas considerações, a especificidade do empreendimento pesquisado ser formado por mulheres, o que levou-nos às discussões em torno das relações de gênero em nossa sociedade, podendo notar que existe uma ideologia machista dominante, configurada de variadas formas nas distintas culturas, e que se coloca como obstáculo para a busca de relações igualitárias de gênero. Discussões tecidas, **no segundo capítulo** desta dissertação.

A ideologia machista citada, tentamos mostrar ao descrever a socialização das mulheres em nossa sociedade, a qual ainda confere mais poder ao homem, gerando prejuízos para o desenvolvimento humano especialmente das mulheres. Pudemos observar também a configuração desigual do mundo do trabalho, fragilizando as mulheres, relacionando-as ao trabalho invisível e reprodutivo, ao trabalho guardado e de cuidado, o que dificulta o trabalho produtivo intensamente realizado pelas mulheres.

Nesse contexto, salientamos ainda as desigualdades sociais existentes entre as mulheres, permitindo, por exemplo, que algumas mulheres privilegiadas socialmente superem muitos obstáculos, enquanto outras mulheres sofrem de maneira acentuada as exclusões impostas pela sociedade capitalista, com bases no patriarcado.

Nessa direção, a partir das contribuições de Lúcia Puigvert, vimos que a repercussão do feminismo dependerá de sua capacidade para oferecer ferramentas de transformação das estruturas sociais aos movimentos e grupos de mulheres. Por este motivo, é que as discussões apresentam maiores potencialidades pautadas pelo diálogo, permitindo maior aproximação das lutas feministas e da realidade em que vivem as mulheres, a partir de suas necessidades e da forma como querem viver as suas vidas e desenvolver os seus trabalhos. Isto, porém, desde que possam refletir sobre tal realidade e diante das oportunidades de escolha que possuem, podendo assumir a diferença, o que nos indica o princípio de igualdade de diferenças apontado pela aprendizagem dialógica. Por isso, reafirmamos a utilidade prática do feminismo dialógico nesta pesquisa.

Ao propor a igualdade de condições e o direito à diferença, o que encontramos nas teorias do feminismo dialógico e também da economia solidária, busca-se superar a sociedade hierárquica, sexista e racista, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde

as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. São, portanto, propostas que consideram que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças: “um sistema social está profundamente doente quando um camponês trabalha a terra pensando que, se ele é camponês, é porque não era inteligente o bastante para tornar-se professor” (MELLO, 2005, p. 49), ou ainda quando as mulheres sentem-se desvalorizadas diante de outras mulheres e dos homens, achando que não possuem capacidades para o desenvolvimento de determinadas atividades.

A partir destas reflexões, observamos que denúncias foram refletidas nesta dissertação, ao mesmo tempo em que anúncios puderam ser contemplados. Vimos que o processo de reflexão, educação, diálogo, solidariedade entre mulheres e novas formas de organização das relações no trabalho e das relações cotidianas, podem se colocar como elementos transformadores, na luta por mudanças em nossas vidas diárias, como também nos contextos e finalmente nas estruturas.

No sentido do anúncio, pudemos analisar como a economia solidária tem se apresentado como oportunidade às mulheres, vislumbrando novas possibilidades para as mulheres trabalhadoras. Na busca das mulheres por soluções, diante de uma história de discriminação, a economia solidária pode ser um caminho, na medida em que acolhe diferentes mulheres, mesmo àquelas que não tiveram oportunidades de estudo e/ou que não apresentam experiências anteriores no denominado mercado de trabalho, como é o caso das mulheres marceneiras participantes desta investigação.

Observamos que, mesmo nos empreendimentos de economia solidária, faz-se necessário refletir profundamente sobre as relações de gênero, visto que por si só o empreendimento não garante relações mais igualitárias entre homens e mulheres. No entanto, apresenta-se como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros, que prima pela democracia e divisão igualitária das tarefas, das perdas e dos ganhos do empreendimento e, ainda, onde o cuidado com o outro não se coloca apenas como preocupação da mulher, mas como uma luta diária das pessoas envolvidas nos empreendimentos solidários (ANGELIN & BERNARDI, 2007).

Portanto, acreditamos que discussões em torno das relações de gênero a partir do feminismo dialógico, somadas às oportunidades que se apresentam pelo movimento de economia solidária, podem contribuir para o diálogo sobre o processo histórico de dominação em que

vivem as mulheres, de forma a poderem transformar e/ou criar novas práticas sociais capazes de amenizar as desigualdades de gênero e as desigualdades entre as mulheres.

As análises apresentadas nesta investigação exemplificam tal afirmação, uma vez que retratamos um contexto de assentamento rural, em que mulheres com mais de 40 anos de idade, com baixa escolaridade, percebem-se diante da possibilidade de gerarem renda num trabalho distinto do realizado, doméstico e na roça, ampliando o processo de luta que já vinham construindo em suas vidas e superando dificuldades históricas da socialização feminina.

Destacamos as transformações das relações de gênero que cotidianamente são construídas dentro e fora da marcenaria. As marceneiras apontaram que, no contexto de suas vidas, tentaram estudar, ou buscar outros trabalhos, além das atividades rurais, mas sempre foram impedidas, porque estes eram trabalhos para homens e não para mulheres. A partir da inserção na marcenaria pudemos observar quantas oportunidades se estenderam às mulheres, as quais atualmente podem ser protagonistas de suas vidas, controlar o dinheiro que recebem e decidir os seus destinos, contribuir nas despesas de suas casas, dividir as tarefas domésticas, bem como aprender novas habilidades que pareciam impossíveis. As mulheres passaram a ser valorizadas pelo fruto do trabalho que realizam e, para elas, tal valorização é o principal resultado da Madeirarte.

Na medida em que puderam se abrir a novos aprendizados, essas mulheres conquistaram uma visão crítica em relação ao papel da mulher na sociedade, o que possibilitou a conquista de autonomia de mulheres, além das mudanças em seus lares, desde a relação com os maridos à educação das pessoas mais próximas que convivem com as marceneiras, bem como mudança de muitas relações no próprio assentamento.

As marceneiras sabem que ainda são muitas as desigualdades a serem enfrentadas, mas estão contribuindo nesta luta a partir da iniciativa de trabalharem na marcenaria. À luz de Puigvert (2001-a), compreendemos a tentativa de buscarmos caminhos de superação das relações de opressão sofridas pelas mulheres, bem como na relação de opressão entre as mulheres, o que pode ser pensado a partir da ação coordenada das mulheres, sem discriminações, em espaços em que o diálogo seja igualitário e não silencie vozes. Assim, temos aqui a necessidade de incorporar as vozes das mulheres marceneiras nos discursos feministas, seguindo as possibilidades que estão conquistando a partir do trabalho realizado na Madeirarte.

Tais considerações em torno das relações de gênero foram possíveis tendo como pano de fundo o diálogo, mais precisamente a aprendizagem dialógica, que corresponde às discussões

tecidas em nosso **terceiro capítulo**, ao contemplar-mos os referenciais teórico-metodológicos que orientaram esta dissertação.

Seguindo Freire (2000), ao citarmos a educação dialógica, indicamos um processo que permita a emancipação dos educandos e educandas, educação que é práxis e nunca ação isolada de detentores do conhecimento que levam saber aos que nada sabem. A educação exige consciência, compreensão de que somos seres de finitude, em constante aprendizado e por isso podemos lutar na busca de *ser-mais*. Educação que exige o sonho e a utopia, que exige amor, fé, humildade, esperança e confiança, na luta constante com os oprimidos pela sua libertação. Citando o autor, podemos refletir em indicações para as metodologias de incubação:

Se de meu projeto de ação política, por exemplo, excludo a ação educativa, porque só depois da transformação é que posso me preocupar com educação, inviabilizo o projeto. Se por outro ênfatizo apenas a educação com programas de natureza técnica e/ou espiritual e moral não mobilizo e organizo forças políticas indispensáveis à mudança, o projeto se perde em blá-blá-blá e vira puro assistencialismo. Vale dizer: não importa se o projeto é de alfabetização de adultos, se de educação sanitária, se de cooperativismo, se de evangelização, a prática educativa será tão mais eficaz quanto, possibilitando aos educandos o acesso a conhecimentos fundamentais ao campo em que se formam, os desafie a construir uma concepção crítica de sua presença no mundo (2000, p. 92).

Diante destas reflexões, acreditamos que a economia solidária apresenta maior potencialidade se pensada não somente tendo a solidariedade como instrumento de emancipação, mas também a partir de uma práxis pautada em relações dialógicas, o que foi indicado pelas marceneiras ao dizerem da necessidade de diálogo para a construção de acordos e consensos no processo de incubação.

Isso porque, ao falarmos nesta economia, na perspectiva da autogestão, é preciso partir dos conhecimentos das e dos trabalhadores, que estão lutando para construir um caminho na produção e reprodução da vida. Jamais podemos pensar que esses trabalhadores/as são vazios de conteúdo, muito pelo contrário, são pessoas repletas de experiência e história de vida, seres de relações que apresentam muitas experiências de trabalho. Precisamente por isso, é preciso compreender: para quê essas pessoas desejam educar-se? Por quê estão envolvidas em projetos como os de economia solidária? Partindo do seu saber acumulado e de suas aspirações, “não a um desejo abstrato de saber, mas pretensões concretas de como trabalhar melhor”, como conseguir geração de renda para si e sua família (ARRUDA, 2005, p. 32).

Dessa forma, como vimos à luz de Barcelos & Noelle (2008), compreendemos que a educação para esta economia pressupõe: uma formação técnica que possibilite que o trabalhador seja autogestor no trabalho e capaz de desenvolver o trabalho com qualidade; uma formação

social e política, que permita sua inserção na luta por melhores condições de trabalho e criação de sentido na atividade escolhida e; uma formação cultural, ao abarcar elementos da educação para a solidariedade.

A esta formação, incluímos o diálogo e as habilidades comunicativas, as quais correspondem ao processo educativo que se dá na relação entre as pessoas, ao aprendizado que só é possível pela interação e comunicação, na troca de diferentes habilidades e conhecimentos que cada pessoa apresenta.

Nas análises realizadas em nosso **quarto capítulo**, as marceneiras citaram dois aspectos fundamentais nesse sentido: a necessidade de instrumentalização para a organização, gestão e administração da marcenaria, bem como para as atividades técnicas no trabalho cotidiano, e superação do sentimento de incapacidade para o desenvolvimento de algumas atividades. Tal sentimento, refletiram, pode ser superado coletivamente e à medida que possam ensiná-las da forma que conseguem aprender. Para tanto, vemos a necessidade do domínio de algumas habilidades, tanto pelas equipes de incubação, quanto pelos membros dos empreendimentos solidários. Destacamos, nessa direção, os princípios de inteligência cultural e dimensão instrumental, inscritos no conceito da aprendizagem dialógica.

O primeiro, nos possibilita compreender que todas as pessoas possuem as mesmas capacidades para participar de um diálogo e para aprender, porém que cada pessoa demonstra seus aprendizados em ambientes distintos. O segundo, nos possibilita compreender os conhecimentos e habilidades que se consideram necessários possuir, aprendizados estes definidos *com* as pessoas participantes da formação de um empreendimento solidário, mas que são fundamentais para a conquista da autogestão. Sem o domínio dos conhecimentos necessários não há a possibilidade de autonomia por parte das/os trabalhadoras/es⁶⁴.

Segundo Kruppa (2005) qualquer trabalhador/a está habilitado/a a capacitar-se para o uso dos recursos exigidos num empreendimento, visto que é possível valorizar e articular os saberes do senso comum com a apropriação do conhecimento das ciências, principalmente porque “todos os seres humanos têm o direito de deles se apropriarem para tornar sua vida mais produtiva e digna” (p. 9-10). Temos, assim, o direito ao aprendizado instrumental como um direito humano.

⁶⁴ Ao citarmos os conhecimentos referimo-nos as habilidades instrumentais necessárias a formação de um empreendimento, tais como administração e gestão, realização de orçamentos, formação técnica específica referente a atividade produtiva, entre outros.

Consideramos importante compreender, ainda, a educação na economia solidária como educação de pessoas adultas. Segundo Ireland *et al* (2005, p. 95) a “educação como direito humano básico que poderia mostrar-se uma das ferramentas mais eficazes de inclusão social, tornou-se, no nosso caso, um instrumento nocivamente eficiente de exclusão”. Isso porque o acesso de jovens e adultos sem escolarização a processos educativos tem sido compreendido como um problema de ordem emergencial, como algo “excepcional que hoje existe porque houve uma disfunção do sistema de ensino” (ibid, p. 96).

Os autores apontam que a educação de pessoas adultas, a EJA, necessita construir uma modalidade de ensino que apresente formato relacionado às necessidades das pessoas adultas, diferente da utilizada pela “escola convencional” que ensina crianças e adolescentes, como indica a própria terminologia da EJA. Dessa forma, apontam o distanciamento existente entre o ensino da EJA e o mundo do trabalho.

Ao mesmo tempo podemos ver algumas iniciativas que caminham nessa direção, como, por exemplo, a tentativa de articulação entre os movimentos da economia solidária à EJA, pensando essa educação no próprio espaço de trabalho, considerando as necessidades de formação permanente do trabalhador e da trabalhadora, o que pode se dar de diversas formas, tais como: “organização de jornada de trabalho compatível com o horário escolar; concessão de licenças para freqüências em cursos de atualização; implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho” (IRELAND *et al*, 2005, p. 97). Assim, acreditamos que a escolarização pode ser um suporte às possibilidades de comunicação, inserção social e autonomia dos empreendimentos solidários, correspondendo às demandas do mundo do trabalho.

Com isso, apontamos nestas considerações desafios colocados para a economia solidária, que não podemos esquecer está sendo construída enquanto movimento social, envolvendo muitos/as trabalhadores/as, bem como diferentes organizações que diariamente estão lutando na construção dos processos de incubação, em que se relacionam profissionais e comunidade. Os/As formadores/as, militantes e as próprias incubadoras também estão em estado de incubação, aprendendo *com* os empreendimentos as melhores formas de construção da autogestão.

Vale destacar ainda que a economia solidária não é a única forma de luta contra a ideologia do capitalismo. Muitos movimentos estão surgindo e apresentando propostas de outras formas de construção de vida em meio a tanta exclusão e desigualdades em que vivemos, a

proposta é união efetiva dos diferentes movimentos, para, assim, pensarmos em uma possível transformação social.

É importante perceber que a autogestão e as mudanças conseqüentes da mesma somente poderão acontecer quando o empreendimento solidário for de fato um projeto do/a trabalhador/a e não um projeto nosso, da universidade ou do governo. Dessa forma, não basta querer implantar a autogestão, ainda é preciso criar as condições para sua efetivação, principalmente porque esta não é uma qualidade que um empreendimento possua ou não, mas um processo complexo, em constante gestação, podendo sofrer avanços, mas também retrocessos. O caminho dessa conquista pela educação dialógica é lento, mas possível. A partir de Freire, diríamos que o caminho é *tão difícil quanto possível*.

Continuando nestas considerações finais, pretendemos ainda destacar alguns aspectos da metodologia comunicativa crítica e suas contribuições ao processo desta investigação. Pudemos compreender que tal metodologia, pautada no diálogo intersubjetivo e na reflexão, aumenta as possibilidades de aprendizados e potencialidade do conhecimento científico. Isso porque a realidade pesquisada não é analisada somente pelo/a pesquisador/a, mas também pelas pessoas participantes da pesquisa, as quais apresentam condições e propriedade para falarem de suas realidades. Em outras palavras, o diálogo e a interação possibilitam o rigor científico, o que pode ser sentido e observado por mim, enquanto pesquisadora.

Ao longo desta investigação, foi possível perceber como nós, teóricos e teóricas, não dizemos as teorias às pessoas porque achamos que não são capazes de compreender, mas na MCC busca-se a inversão, o que pra mim foi um processo constante de educar-me.

Na maior parte das vezes, o âmbito acadêmico coloniza o mundo da vida, uma vez que compreende que apenas a academia pode validar o conhecimento e analisar a realidade pesquisada. Já na metodologia comunicativa crítica o esforço constante é pela descolonização do mundo da vida, à medida que o conhecimento acadêmico é também importante, mas torna-se uma argumentação tão válida quanto às argumentações advindas da experiência vivenciada pelos sujeitos da pesquisa. É preciso compreender, nesse processo, que nenhuma teoria isolada vai dar conta da dinamicidade da realidade, a teoria está relacionada aos tipos ideais e, por isso, torna-se fundamental a relação entre as teorias e o mundo da vida.

Assim, na busca pela efetivação desta metodologia, o que antes era certeza pela minha interpretação, pôde ser transformada em dúvidas e perguntas feitas às marceneiras, o que

aumentava a possibilidade do conhecimento e fazia-me perceber o quanto eu estava equivocada em muitos momentos. Tais percepções fizeram-me refletir o quanto a sociedade perde ao deixar de escutar, ao silenciar vozes. Vozes estas que muito podem contribuir para a transformação de um mundo mais justo e igualitário e também para a ampliação do conhecimento científico.

Vale destacar que este processo não é tarefa fácil, primeiramente pela constante necessidade do processo educativo enquanto pesquisadora, na busca pela realização do diálogo igualitário. De fato é um desafio construir a pesquisa com a comunidade e não por ela, para ela ou sobre ela. Além disto, algumas dificuldades aparecem durante o processo da pesquisa. Podemos exemplificar pensando o tempo de elaboração de nossas pesquisas, numa realidade da produção acadêmica, em que, segundo Donald Macedo⁶⁵, tornou-se uma “indústria acadêmica” voltada à “super produção” de teses. Tal realidade, muitas vezes, limita a possibilidade de construção de boas produções realizadas efetivamente com a comunidade, seguindo o tempo de amadurecimento da pesquisadora e dos grupos/sujeitos pesquisados, bem como o tempo das metodologias utilizadas nessa construção. Seguindo tal lógica também se deu esta investigação. Diante disso é preciso união e solidariedade também na academia, para que não nos desencorajemos da luta e do desejo de realizar as nossas investigações num processo de aprendizado mútuo e com amor.

Destacamos também, a partir da metodologia comunicativa crítica, as trocas possíveis e aprendizados enquanto mulheres na relação entre mulheres marceneiras, trabalhadoras rurais e, pesquisadora, jovem, acadêmica. As marceneiras ensinaram-me muito sobre ser feminista ao mostrarem como estão refletindo sobre o ser mulher e como se indignam cada vez mais diante das injustiças de gênero. A força dessas mulheres muito me inspirou na coragem de lutar por relações mais igualitárias em que diferentes mulheres não sejam silenciadas, mas possam dizer o que sabem, podem e querem, seguindo diferentes escolhas.

Para mim ficam os aprendizados enquanto mulher, pesquisadora e pessoa, além da alegria ao perceber que a maior relevância desta forma de pesquisar são as reflexões que o grupo faz sobre a prática delas e como tais reflexões se transformam em ações que beneficiam o grupo todo. Para o meu processo foi muito importante poder ter construído relações com as marceneiras no período que trabalhei com elas na Madeirarte, poder distanciar-me e conhecer uma nova visão

⁶⁵ Palestra proferida por Donald Macedo durante o II Encontro de Comunidades de Aprendizagem, realizado na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, no dia 08 de novembro de 2008.

de mundo que me fez repensar a minha prática, para novamente retornar ao grupo e pensar este processo de incubação com as marceneiras.

Ver como o trabalho das marceneiras pode ser fonte para superar diferentes exclusões foi aprendizagem que me fez apostar e acreditar ainda mais na força que tem uma atividade quando é feita no coletivo, quando se igualam os papéis e quando os grupos reconhecem a importância de sua ação na sociedade. Vimos o quanto transformações não dependem apenas de boa vontade, mas dependem de projetos sérios, com pessoas engajadas, bem como de pessoas que sonham e que cultivam a esperança nas possibilidades do porvir.

Assim, esta foi uma parte do nosso processo constante de aprender, o qual é finito, está sendo no mundo, para constituir-me enquanto ser humano mais humilde, mais sensível, mais alegre e com mais coragem de lutar, na tentativa de construção de um mundo, como diz Paulo Freire, *menos feio e menos difícil amar!*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY Miriam; SILVA Rocicleide da. As relações de gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (Contag). In ROCHA, Maria Isabel Baltar (org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: editora 34, 2000. p. 347 – 367.

ANGELIN Rosângela; BERNADI Cecília Margarida. Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 6, n. 70, São Paulo, mar. 2007.

ARRUDA, Marcos. **Situando a Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.cadernosflein.com.br>. Acesso em: 13 jul. 2006, 1:45:13, 2002.

_____. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral – homo evolutivo, práxis e economia solidária**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In KRUPPA, Sonia M. Portela (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BANNEL, Ralph Ings. **Habermas e a Educação**. São Paulo: Autêntica Editora, 2006.

BARCELOS, Eronita da Silva; NOELLE, Marie Paule Lechat. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálisis**, v. 11, n.1. Florianópolis, jan./jun, 2008.

BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judith; PUIGVERT, Lídia. **Mujeres y transformaciones sociales**. Barcelona: El Roure, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

BRAGA, Fabiana Marini. **Comunidades de Aprendizagem**: participação escolar comparando contextos Brasil e Espanha. São Carlos, 2007. 211 f. Tese do programa de Pós Graduação em Metodologia de ensino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In ROCHA, Maria Isabel Baltar (org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: editora 34, 2000. p. 13-58.

CAMISÓN, Miren Goienetxea. Feminismo Dialógico. In **Recreate**: Revista Internacional de Creatividad Aplicada Total, Ano 2008, Barcelona: Grupo IACAT. www.iacat.com

CREA. 1995-1998. **Habilidades comunicativas**. DGICYT, Dirección General de Investigación Científica y Técnica. Madrid.

CRUZ, Fátima Souza. **El Género: una herramienta de análisis**. Disponível em <http://www.palencia.uva.es/recursos/posgrado/agente.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2008, 18:30, 1998.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 05 set. 2008, 15:42, 2008.

CULTI, Maria Nezilda *et al.* Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários – UNITRABALHO. Disponível em: www.unitrabalho.org.br. Acesso em: 02 dez. 2008, 16:54, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Introducción a la Filosofía de la Liberación**. Bogotá: Editorial Nueva América, 1995. 5º ed. p. 85-139.

_____. A Pedagógica Latino Americana (A Antropológica II). In: DUSSEL, Enrique D. **Para uma Ética da Libertação Latino-Americana III: Erótica e Pedagógica**. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p.153-251.

_____. **Ética da Libertação: Na idade da globalização e da exclusão**. Ephraim Ferreira Alves (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2002. p. 313-501.

FARIA, Nalu. Exclusão e Mulheres na América Latina. In TERRIBILLI, Alessandra, FARIA, Nalu, COELHO, Sônia (orgs.). **Feminismo e Luta das Mulheres: Análises e Debates**. São Paulo: SOF Semprevida Organização Feminista, 2005.

FERRADA, Dona. **Currículo Crítico Comunicativo**. Barcelona: El Roure, 2001.

FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1986. 11(1): 3-10. Jan.Jun.

_____. **Educação e Política**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

FLECHA Ramón. Las Nuevas Sociedades Educativas. In FLECHA *et al.* **Nuevas Perspectivas Críticas en Educación**. Barcelona: Paidós, 1994. p. 55-82.

_____. **Compartiendo Palabras: El aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo**. Barcelona: Paidós, 1997.

FLECHA Ramón; GÓMEZ, Jesús; PUIGVERT, Lúcia. **Teoría Sociológica Contemporánea**. Barcelona: Paidós, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1980. 4 ed.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 3 ed.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Editora Unesp, 2000. 5 ed.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 (a). 43 ed.

_____. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2005 (b). 7 ed.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 34 ed.

GABASSA, Vanessa. **Contribuições para a Transformação das Práticas Escolares: racionalidade comunicativa em Habermas e dialogicidade em Freire**. 01/03/2007. 182 p. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: 2006.

GALLART, Marta Soler; FLECHA, Ainoa, SERRANO, Ángeles; COSTA, Laia. Repercusión en Estados Unidos del debate sobre las otras mujeres. **XVº Congreso Mundial de Sociología por la International Sociological Association**, 2002, Brisbane (Australia). In <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1410015>.

GOMÉZ, Jesús; FLÉCHA, Ramon; LATORRE, Antonio; SÁNCHEZ, Montse. **Metodologia Comunicativa Crítica**. ElRoure Editorial: Barcelona, 2006.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 111-123.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Vol.1. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987 (a).

_____. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Vol.2. Crítica de la Razón Funcionalista. Madrid: Taurus, 1987 (b).

HADDAD, Fernando. Hay que ser solidario pero sin perder la combatividad jamás. In MELLO, Sylvia Lesser (org). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: PW, 2005. p. 22-28.

HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual?. In BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, Democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: editora 34, 2002. p.339-355.

IANNI, Otávio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Interpretações da História. In **O Labirinto Latino Americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007.

IRELAND, Tomothy; MACHADO, Maria Margadida; IRELAND, Vera Esther da Costa. Os desafios da Educação de Jovens e Adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In KRUPPA, Sonia M. Portela (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

KRUPPA, Sonia M. Portela (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

LEQUEUX, Simon. Solidariedades. In MELLO, Sylvia Lesser (org). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: PW, 2005. p. 95-101.

MELO, João Francisco Neto de. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e Gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MELLO, Roseli, Rodrigues de. **Aprendizagem Dialógica: Base para a Alfabetização e para a Participação**. Barcelona: Centro de Investigação Social e Educativa (CREA). Universidade de Barcelona. Relatório de Pós-Doutorado, 2002. p.15.

_____. **Aprender a Ler e Escrever: sonho e coragem de mulheres**. II Encontro sobre Prática de Leitura, Gênero e Exclusão. Campinas, 2003. p. 1-9.

_____. **Metodologia de investigação comunicativa: contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola com e para todas e todos**. 29ª Reunião Anual da ANPED, GT Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, 2006.

MELLO, Sylvia Leser de. Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, política pública e Economia Solidária. In KRUPPA, Sonia M. Portela (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 47-56.

NOELLE, Marie Paule Lechat. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Disponível em: <http://www.nesol.org.br>. Acesso em: 02 ago. 2004, 12:00:15, 2004.

PALOMINO, Thaís Juliana. Meninos e meninas em escola de periferia urbana: a relação entre fracasso escolar e classe social, sexo, cor e organização familiar. 215 p. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: 2004.

PESSOA, Cludes; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes Peixoto. **Economia Solidária e Feminista: Reflexões em torno da Autonomia**

Econômica das Mulheres. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 05 set. 2008, 15:30, 2008.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. In BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, Democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: editora 34, 2002. p.109-119.

PUIGVERT, Lúdia. **Las otras mujeres**. Barcelona: El Roure editorial, 2001 (a).

_____. Igualdade de Diferenças. In BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judith; PUIGVERT, Lúdia. **Mujeres y transformaciones sociales**. Barcelona: El Roure, 2001 (b). p. 93-107.

QUINTELA, Sandra, ARRUDA, Marcos. Economia a partir do coração. In SIGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

OLIVEIRA, Paulo Salles de (org). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo, Hucitec, 2001.

_____. Cultura Solidária, um aprendizado sem fim. In MELLO, Sylvia Lesser (org). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: PW, 2005. p. 34-40.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando Gênero e Classe Social. In COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992. p. 183 – 215.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2. Porto Alegre, 1995.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Fiandeiras, Tecelãs, Oliveiras...Redesenhando as Grotas e Veredas**. Projeto História, São Paulo: 16 de fevereiro, 1998.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In SILVA, Carmem, PORTELLA, Ana Paula. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: edições SOS Corpo, 2004. p. 127-144.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves *et al.* **Práticas Sociais e Processos Educativos**: costurando retalhos de uma colcha. Texto desenvolvido pelos professores do programa de Pós Graduação em Educação/Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”. São Carlos, 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Biodiversidade, Software livre e a liberdade do conhecimento**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/2006/bb149/sergio.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2008, 17:09, 2008.

- SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1999. 2 ed.
- _____. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. A Economia Solidária como ato Pedagógico. In KRUPPA, Sonia M. Portela (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2005 (a). p. 13-20.
- _____. Em defesa dos direitos dos trabalhadores. In MELLO, Sylvia Lesser (org). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: PW, 2005 (b). p. 41-47.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. **Violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política**. São Paulo: Ministério da Cultura, 2008. 3 ed.
- WESTPNAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. **Revista Katálysis**, v. 11, n.1, Florianópolis, jan/jun. 2008.
- WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Mulher & Homem: o mito da desigualdade**. São Paulo: Editora Moderna, 1988.
- _____. *et al.* A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo, LetrasAmargem, 2002.
- _____. Ideologia X Cultura: como harmonizar esses conceitos tão antagônicos. In SOUZA E. M.; CHAQUIME, L.P.; LIMA P.G.R (orgs). **Teorias e Práticas nas Ciências Sociais**. Araraquara, UNESP, 2003. p. 10-27.

Sites pesquisados:

Atlas de Economia Solidária. Disponível em <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/>

Documento Elaborado a partir da Jornada sobre o feminismo dialógico em Bilbao, de 21 a 22 de março de 2006, disponível em <http://www.adarra.org/giroux.html>

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Disponível em <http://alisoncastro.sites.uol.com.br/historiadamst.htm>

**ANEXO 1: FOTOS DO ASSENTAMENTO PIRITUBA II, MARCENEIRAS
E MADEIRARTE**



O assentamento Pirituba II, estrada que passa pelo assentamento e escola – Agrovila I.



Placa do aniversário de 23 anos do assentamento Pirituba II e ruas do assentamento.



Marceneiras trabalhando: descarregando madeira, lixando peças.



As Marceneiras trabalhando⁶⁶.

⁶⁶ Fotos da pesquisadora

APÊNDICE I: BASES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. As bases históricas da economia solidária

Faremos aqui um resgate histórico da economia solidária, considerando-o importante para alimentar a nossa ação e, tendo em vista que tal economia é herdeira de múltiplas concepções. Desde o início, a economia solidária se apresenta como uma forma de reação às crises apresentadas pelo capitalismo e suas conseqüentes desigualdades, para a construção de um processo de produção que contemple a solidariedade, por representar a união de trabalhadores e trabalhadoras contra a exploração e como reação ao desemprego, buscando formas alternativas de construir o trabalho relacionando-o à possibilidade de melhores condições de vida. Para Singer (1999, p. 17) são as contradições do capitalismo que abrem possibilidades para que muitas experiências não capitalistas se consolidem, a partir de iniciativas cujos valores negam os do capitalismo como, por exemplo, as cooperativas, que têm entre seus princípios a posse e gerência coletiva dos bens.

No capitalismo os meios de produção e de distribuição tornam-se capital à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto uma maioria se limita à posse de suas capacidades individuais de trabalho. Para Singer o aproveitamento incompleto do trabalhador e sua exploração tornaram-se características desse contexto, em contrapartida, relativamente cedo os trabalhadores conquistaram o direito de se unir em sindicatos, o que tornou possível novas possibilidades e conquistas.

É nesse contexto de reação dos trabalhadores, diante de uma situação de opressão e desemprego, que a economia solidária surge como um processo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado, principalmente, pelas pessoas que se encontram marginalizadas do mercado de trabalho, por diferentes motivos. Motivos estes, como vimos, agravados pela fase atual do capitalismo, na sociedade da informação.

Destacamos aqui alguns momentos significativos para a construção desta economia solidária que ainda estamos construindo, e que tem bases nas primeiras formações cooperativas do século XIX, ainda que, a mais antiga cooperativa, com experiência documentada, pareça ter sido iniciada por trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, em 1760. Nestes estaleiros foram iniciados moinhos de cereais em base cooperativa para não ter de pagar

os altos preços cobrados pelos moleiros⁶⁷. A partir disto moinhos e padarias cooperativas se espalharam pela Inglaterra, sobretudo depois das guerras contra a França, em 1793.

A história em que nos baseamos inicia-se com a reação ao empobrecimento dos artesãos logo após o capitalismo industrial, que permitiu a difusão das máquinas e a “organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 22). A primeira revolução industrial aconteceu na Grã Bretanha, precedida pela expulsão dos camponeses do campo, transformando-os em “proletariado moderno”. Tal revolução é marcada pela passagem de um modelo simples de produção para um modelo complexo, em que os trabalhadores passam do trabalho em unidades produtivas ao assalariamento e perdem a sua importância, uma vez que a valorização é transferida para aqueles que dominam o processo de produção das máquinas.

O trabalhador se vê obrigado a vender a sua força de trabalho e perde assim a sua autonomia, bem como começa a ver a hierarquia estabelecida entre os trabalhadores. Para elevar a produtividade nas fábricas o proletariado era explorado com altas jornadas de trabalho e trabalho infantil nas fábricas que, ao invés de aumentar a produção acabava diminuindo, pois as más condições de trabalho impossibilitavam o bom desenvolvimento das atividades.

A difusão das cooperativas coincide com a revolução industrial, com origens nas reações defensivas de trabalhadores contra a precarização do trabalho, desemprego e contra preços altos de bens de primeira necessidade, organizando-se em sindicatos (SINGER, 1999, p. 89-90). A situação dos trabalhadores piora com as crises após as guerras napoleônicas, o que estimula ainda mais novas formas de organização dos trabalhadores, vinculados ao sindicalismo.

Nesse contexto, alguns industriais começaram a perceber que aquela não era a melhor forma de aumentar a produção e conseqüentemente os lucros. Entre esses industriais destaca-se Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil em New Lanark, que ao invés de explorar os seus trabalhadores, decidiu limitar as jornadas de trabalho e proibir o trabalho infantil, tendo como conseqüência maior produtividade nas suas fábricas. Mesmo gastando mais com folha de pagamento a sua empresa passou a ser mais lucrativa, e se tornou referência para outros empresários.

A partir disto, Owen passou a pensar em propostas para o trabalho dos pobres, e, anos depois, apresentou ao governo britânico um plano de formação de aldeias cooperativas. O

⁶⁷ Tal moinho foi incendiado e por isso temos essa história registrada. Singer, Paul. **Uma utopia militante: pensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1999. 2 ed.

dinheiro investido no “fundo dos pobres” ao invés de ser distribuído, seria aplicado na compra de terras para a construção dessas aldeias, nas quais as pessoas produziriam para sua própria subsistência, além de organizarem a produção e o consumo integralmente, não se limitando às relações de trabalho de uma ou de outra cooperativa, mas preocupando-se com a integração de todas as cooperativas pela melhoria das condições de vida (SINGER, 2002, p. 25). Nesse formato os excedentes do trabalho seriam trocados entre as aldeias, assim, os pobres seriam inseridos na produção e não estariam desocupados, o que proporcionaria uma economia de recursos por parte do governo da Grã-Bretanha.

Porém, na segunda metade do século XIX, o governo britânico se recusou a colocar em prática o plano de Owen, pois o mesmo passou a radicalizar a sua idéia e isso significava não apenas uma proposta para baratear o sustento dos pobres, mas seria uma mudança completa no sistema social que poderia abolir a empresa capitalista futuramente⁶⁸.

Como a oposição ao industrialismo mostrava-se inviável, a única opção que restava aos trabalhadores era desenvolver um projeto de sociedade em que seus interesses pudessem ser realizados através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas. Nessa fase o sindicalismo não era considerado apenas uma forma de proteger a classe trabalhadora, mas também um instrumento para mudar a base da ordem econômica, “unindo a classe operária para a proteção mútua e para a criação de um novo sistema social” (SINGER, 1999, p. 89). Nesse movimento de luta os operários percebiam e viviam o quanto a competição era prejudicial. Assim, no meio da ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Nessa época tornou-se comum que os trabalhadores disputassem com os empregadores:

Os trabalhadores em conflito com os empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado (trabalhadores substituir os empregadores). A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2002, p. 29).

⁶⁸ Para situar a leitora e o leitor, esclarecemos que falamos de um período pós Revolução Francesa, em 1815, momento em que trabalhadores que exerciam suas atividades nas indústrias bélicas ficaram desempregados. Em 1817, Owen apresentou pela primeira vez um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, em vez de serem meramente distribuídos, fosse investido na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas. No final de 1833 Owen reaparece e propõe no Parlamento dos Construtores de Manchester que criassem a “Grande Guilda Nacional dos Construtores”, com o objetivo de tomar a indústria dos empresários sob a forma de uma cooperativa de construção. A proposta foi aceita e vemos a partir daí “que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como um modo de produção alternativo ao capitalismo” (SINGER, 2002, p. 33). Percebe-se que a proposta de Owen era um movimento operário organizado, que defendia os direitos políticos dos operários e primava pelas relações democráticas de trabalho.

Surgem, então, os armazéns cooperativos, que passaram a empregar algumas pessoas e comprar produtos das cooperativas de operários (produção) para realizar trocas conforme as necessidades das outras cooperativas, as quais funcionavam como um centro de escambos. Dessa forma, essas sociedades rejeitavam o comércio e criavam bazares para polarizar a produção e permitir a viabilidade econômica. Momento em que se iniciam os “clubes de troca”, que “cria um mercado entre os seus membros mediante uma moeda própria” (SINGER, 2002. p, 31). Essa moeda só tem valor se for associada ao produto e à produção, ela não possui valor acumulativo, como o capital, no modo de produção capitalista. O acúmulo não fará ninguém mais rico ou mais pobre, melhor ou pior.

Vale destacar que, na fase histórica sob exame – o primeiro século a partir da revolução industrial – os sindicatos eram formados exclusivamente por trabalhadores qualificados, sejam estes artesãos ou operadores de máquina. Segundo Singer (1999, p. 86) os trabalhadores não-qualificados eram principalmente as mulheres e crianças, “e sua pobreza e desamparo eram, na época, obstáculos intransponíveis à sua organização sindical”. Os trabalhadores qualificados estavam construindo as organizações de ofício, chamadas *trades*.

Para Singer, é possível que as cooperativas tenham sido um desdobramento desses *trad clubs*, sociedades mutualistas em que trabalhadores já mantinham fundos comuns para atender emergências como doenças e óbitos e, a partir disto, começaram a criar outros fundos para fazer compras, construir os moinhos e padarias. Nesta mesma época, trabalhadores moravam em locais distantes dos centros urbanos, próximo das fábricas e da água, e assim, os patrões montavam armazéns, o que era mais uma forma de explorar os trabalhadores cobrando taxas e juros altos pelos alimentos e bens de primeira necessidade. Nesse momento começa a difusão das cooperativas de consumo, na tentativa de fugir dessa exploração dos patrões (ibid, p. 90-91).

Essas sociedades mutualistas reuniam-se periodicamente com uma pauta de tarefas e reivindicações, sem contudo, esquecer o que era o principal motivo de sua união: “comprar cervejas e ter tardes alegres”. Além disso, tinham os interesses comuns a defender, tais como um endereço para os trabalhadores serem encontrados, estabelecer mecanismos de ajuda nas enfermidades e enterros, definir a formação de aprendizes, etc.

Vimos até aqui que:

a classe operária reagiu a revolução capitalista de duas maneiras opostas. De um lado procurou opor-se ao capitalismo industrial em ascenso, primeiro tentando impedir o uso do maquinário e depois colocando-se como meta histórica a construção de uma outra

sociedade, coletivista, em que os meios de produção seriam ou propriedade comum, ou propriedade privada, mas acessível a todos. De outro, a classe trabalhadora iniciou a busca do amparo institucional que o estado poderia lhe oferecer, tanto mediante a legislação trabalhista como pela legalização dos sindicatos operários e a realização de greves. Como meio para conquistar este amparo, o movimento operário se lançou por inteiro na luta pela reforma parlamentar, prosseguindo na mesma quando as “classes médias”, tendo obtido os direitos políticos, abandonaram a luta (SINGER, 1999, p. 85).

As cooperativas foram se intensificando, a partir das idéias owenistas, aliadas ao sindicalismo, até que “esses planos revolucionários, se tinham o condão de entusiasmar sindicalistas e cooperados, produziram efeitos opostos nos círculos burgueses” (ibid, p. 97). A ofensiva patronal contra os sindicatos foi retomada com mais força e foi apoiada como repressão política por parte do executivo e judiciário. Inicia-se então um confronto de classe, tanto político como econômico. Os patrões passaram a demitir em massa os trabalhadores sindicalizados, os quais respondiam organizando cooperativas e procurando tomar o mercado dos patrões. Mas, para conseguir isso, precisavam sustentar os demitidos e ainda impedir que os empregadores contratassem outros trabalhadores não-sindicalizados.

Nesse momento houve uma ação conjunta entre capital e estado, derrotando a organização socialista de sindicatos e cooperativas (o governo prendeu alguns trabalhadores agrícolas que estavam organizados. Owen liderou uma manifestação, mas o movimento foi liquidado).

Com relação às indústrias têxteis esse movimento também aconteceu, mas os tecelões tentaram se organizar em cooperativas e vender os seus produtos nas bolsas de trabalho. A partir daí as greves se multiplicaram e os esforços e fundo da União não eram suficientes para angariar todas as cooperativas e trabalhadores excluídos. Os sindicatos foram perdendo a sua força e a militância dos empregadores aumentava significativamente. Muitos movimentos começaram a fraquejar até que o grande movimento sindical, aliado ao owenismo estava chegando a um fim.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos, as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo (NOELLE, 2004, p. 5).

Ressaltamos ainda que a idéia de aldeias cooperativas não se sustentou, mas isto não impediu que, ao longo do tempo, variados movimentos socialistas, comunistas, anarquistas, alguns religiosos e outros não, iniciassem experiências comunitárias coletivistas em muitos países. Conhecem-se mais de 250 sociedades cooperativistas formadas entre 1826 e 1835, que é o período de máximo florescimento do cooperativismo owenista. Tanto os sindicalistas, quanto os

owenistas estavam se revoltando “contra os males da sociedade capitalista competitiva, em busca de uma nova ordem social à base da idéia de fraternidade humana”, na convicção de que os trabalhadores poderiam ser os sujeitos de sua emancipação⁶⁹ (ibid, p. 93). Desde essa época

os defensores da legislação trabalhista tomam como ponto de partida a enorme desigualdade de poder econômico entre capitalista e trabalhador, a qual torna a propalada liberdade de contratação uma triste piada. O trabalhador depende de que alguém o empregue para a sobrevivência própria e de sua família. O capitalista precisa empregar trabalhadores para valorizar o seu capital, mas a sua necessidade é muito menos urgente e vital que a do trabalhador. Em geral, o empresário pode operar com menos empregados do que o número por ele almejado, à espera que apareçam candidatos em condições (para ele) propícias. Já o trabalhador não pode comer ou dar de comer a sua família se não tem salário. Suas condições de esperar um trabalho em condições propícias (para ele) é portanto muito menor [...] além disso, existe excesso de oferta de trabalho demonstrado por Marx, o que inferioriza o trabalhador que tem que aceitar qualquer proposta (SINGER, 1999, p. 75- 76).

Faremos menção aqui também a Charles Fourier, que realizou uma experiência na França, mas seu sonho não era uma revolução no modo de produção capitalista, era que algum capitalista se interessasse por sua visão de mundo e mudasse o modo de organização da sociedade. A sua idéia era que “a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal”. O principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção. Daí surge a idéia do “falanstério, uma comunidade suficientemente grande (com 14.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos”. Fourier acreditava que as pessoas poderiam encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com suas paixões e assim remuneração não seria o valor mais importante (SINGER, 2002, p. 36).

⁶⁹ Segundo Singer (2005), historicamente a economia solidária resulta de "diferentes concepções de boa sociedade" e de lutas de trabalhadores, bem como do apoio de intelectuais que propagam suas práticas (ressalta-se a importância dos socialistas utópicos do séc XIX). Assim, torna-se, ao mesmo tempo, uma projeção revolucionária e uma realidade de enfrentamento com o capitalismo, permitindo-nos conduzi-la de acordo com os princípios e valores que desejamos. No entanto, a conceituação da economia solidária não pode partir apenas do que queremos, mas de uma leitura crítica do que nos apresenta o real. Assim é que faz sentido falar em uma economia solidária científica, num paralelo com o socialismo científico: a ciência, apesar de poder projetar, basicamente descobre e analisa o que ocorre na realidade, ao passo que o socialismo "é um projeto desejável", de modo que o socialismo científico se daria na intersecção entre este projeto sonhado e o "esforço científico para descobrir para onde caminha a sociedade realmente existente" (ibid., p. 13). Ressaltamos que o Socialismo Científico, fase entre 1848 e 1867, foi elaborado por Marx e Engels, na tentativa de superar praticamente o socialismo utópico.

A idéia de Fourier não era coletivista como a Aldeia Cooperativa, além do que, ele defendia que as comunidades vivessem de maneira autogerida, pressupondo a inexistência do Estado. Essa teoria fez de Fourier um antecessor dos anarquistas.

1.1. Rochdale: o renascimento do cooperativismo

Mesmo em meio a transformações do capitalismo, houve uma grande experiência cooperativista que prosperou e trouxe muitos avanços para o cooperativismo atual. No ano de 1844, próximo a Manchester, houve a fundação de uma sociedade cooperativa, que, além de ter sido uma experiência única, diferente das experiências cooperativas existentes até o momento, tornou-se a matriz das cooperativas modernas.

A saga dos “Pioneiros Equitativos de Rochdale” inicia uma nova etapa na história do movimento operário, “de confronto e adaptação ao capitalismo” (SINGER, 1999, p. 99). Tal sociedade, fiel aos ideais socialistas de vida em comum à base de produção coletiva, tinha por objetivos: fundar um armazém para abastecer os sócios; construir casas; manufaturar artigos como forma de empregos aos sócios desempregados; comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e; criar uma comunidade autosustentada pelo trabalho de seus membros. As cooperativas de consumo e produção eram objetivos a longo prazo, o que também aconteceu.

Seguindo sua história, a sociedade comunitária de Rochdale se organizou a partir de oito regras que até hoje orientam o cooperativismo (SINGER, 1999, p. 100-102): 1) a sociedade seria governada democraticamente, tendo cada sócio direito a um voto, independente do capital investido; 2) seria aberta a qualquer pessoa que quisesse se associar desde que, integrasse uma quota mínima; 3) haveria divisão do excedente, com a finalidade de evitar sua apropriação pelos investidores, princípio da sociedade capitalista; 4) o excedente deveria ser distribuído entre os sócios; 5) a sociedade só venderia à vista, pois as cooperativas que vendiam fiado acabavam falindo em períodos de crise; 6) venderia apenas produtos puros e de boa qualidade; 7) haveria o desenvolvimento da educação dos sócios seguindo os princípios do cooperativismo (mantiveram uma escola e um centro de educação de pessoas adultas); 8) a sociedade seria neutra, política e religiosamente.

Tais regras era uma inovação, pois muitas delas já existiam em outras aldeias cooperativas, porém nenhuma havia ainda desenvolvido o conjunto das oito regras juntas. Para Singer (1999), é o conjunto que assegura ao mesmo tempo a autenticidade socialista da

cooperativa (autogoverno democrático, abertura a novos sócios, educação cooperativa e neutralidade política e religiosa), bem como sua viabilidade enquanto empreendimento econômico (taxa fixa de juros, dividendos proporcionais às compras, vendas exclusivamente a dinheiro e venda de produtos puros).

Dessa forma, este complexo cooperativo mostrou capacidade de “adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado”, sem abrir mão de princípios socialistas na organização de atividades econômicas. Tornou-se, por isso, modelo das cooperativas que foram se criando, não apenas na Grã-Betanha, mas em todos os países em que a revolução social capitalista estava ocorrendo (ibid, p. 106).

1.2. O Banco da Aldeia: a inspiração de Yunus

Destacamos ainda nesta história a experiência de crédito de Bangladesh, já no século XX, com a criação do Grameen Bank (Banco da Aldeia), uma idéia de alunos e professores da Universidade Chittagong, inspirados por Muhammad Yunus. Este professor observou que “a fome não resultava da falta de comida, mas da incapacidade de uma grande parte da população de comprá-la por falta de dinheiro” (SINGER, 2002, p. 75). Para Yunus as “teorias econômicas convencionais” não eram suficientes para entender e combater a pobreza, era preciso se despir um pouco da teoria para entender as necessidades reais da população: “A partir deste dia me consagrei a desaparecer a teoria e, em seu lugar, extrair lições do mundo real. Para isso bastava-me sair da sala de aula: o mundo estava em todo lugar” (YUNUS apud SINGER, 2002, p. 76).

A experiência de Yunus começou após pesquisa, cujos resultados verificaram que as pessoas imersas na miséria eram em sua maior parte as mulheres, viúvas, abandonadas ou divorciadas e quase sempre com filhos, além de outros camponeses que não possuíam propriedade privada. O que mais o despertou foi o fato de que a quantidade que essas pessoas precisavam para viver era muito pouco, mas como não conseguiam créditos nos bancos convencionais acabavam se rendendo a agiotas e não tinham como fugir e honrar as altas taxas de juros. Inicialmente Yunus ajuda essas pessoas com o seu próprio capital e em seguida consegue convencer o dono de um banco a iniciar a experiência. A primeira agencia de crédito que Yunus incentivou foi em Jobra e se chamava Grameen.

Em seguida Yunus foi desafiado pelo presidente do Banco Central de Bangladesh, em junho de 1979, a provar que sua experiência podia se estender para todo o país e, em três anos, os membros do Grameen somavam 28 mil.

A metodologia do Grameen só aceitava as mulheres como membros do grupo, primeiro por serem mais necessitadas e segundo porque administravam melhor a renda pensando em toda a família. Só aceitavam grupos de cinco mulheres responsáveis de maneira coletiva pelos empréstimos de cada uma. As mulheres envolvidas não eram apenas clientes do banco, mas sócias deles e se integraram em uma rede que percorreu todo o país de Bangladesh. Entre essas mulheres surgiam as lideranças e são essas que passam de casa em casa sensibilizando outras pessoas para fazer parte do Grameen. Segundo Yunus,

individualmente, os pobres se sentem expostos a todo tipo de perigos. O pertencer a um grupo dá-lhes uma espécie de segurança. O indivíduo sozinho tende a ser imprevisível e inseguro. Em grupo, beneficia-se do apoio e da emulação de todos, sua conduta se torna mais regular e mais confiável em matéria de empréstimos (YUNUS apud SINGER, 2002, p. 80).

O Grameen se consolidou como um “Banco da Aldeia”, uma grande cooperativa de crédito, que em 1997 era composta por 2 milhões e 100 mil membros, em 36 mil aldeias, dos quais 94% são mulheres. Essa experiência inspirou muitos programas de microcréditos em todo o mundo, mas em muitas delas o microcrédito não acaba servindo os realmente pobres e as relações não são democráticas e emancipatórias como esta proposta (SINGER, 2002).

1.3. A Economia Solidária reiventada: a história a partir do Brasil

Até aqui retratamos a história inicial da economia solidária, a qual Singer (2002, p. 37) denomina “cooperativismo revolucionário”, que, segundo o mesmo autor, “jamais se repetiu de forma tão nítida”. Owen e Fourier foram os clássicos do socialismo utópico. A partir desses idealizadores a economia solidária foi seguindo diferentes rumos, construindo sua nova história, de maneira que, as/os praticantes desta economia foram abrindo seus próprios caminhos, construindo principalmente nos últimos anos, um amplo espectro teórico, científico, vislumbrando um horizonte em que se inscrevem sujeitos históricos produtores de relações de trabalho mais humanas e transformadoras da realidade.

Após a Segunda Guerra mundial os sindicatos adquiriram muita força e conquistaram os direitos trabalhistas pelos quais lutavam há muito tempo; a diminuição das jornadas de trabalho é um exemplo de direito conseguido através da união entre os operários com o movimento sindical.

Além disso, o sindicato passa a valorizar o emprego e entrar na luta para conservá-lo. Com o emprego os cidadãos se ocuparam da produção e alcançaram uma espécie de “cidadania social”, o que os mantinha “menos alienados”. Isso fez com que muitos trabalhadores desistissem da economia solidária e lutassem pelo assalariamento capitalista. “Surgiu uma classe operária que se acostumou com o pleno emprego e se acostumou no assalariamento” (SINGER, 2002, p. 110).

Porém, na década de 1970 essa situação mudou, pois o desemprego em massa apareceu novamente como consequência e resposta aos efeitos do capitalismo e da globalização. Aqueles que não tinham emprego, não o conseguiam e os empregados enfrentaram mudanças na forma de trabalhar, como flexibilização de seus direitos e reduções salariais, isso sem contar a grande competição que assustou os cidadãos diante da disputa por um posto de trabalho.

Dessa forma, a economia solidária voltou a ganhar força nas últimas décadas tendo que ser, segundo Singer, “reinventada”, e seus valores de solidariedade, honestidade, democracia, autogestão, autonomia e livre adesão reafirmados. Nesse momento vemos os países divididos a partir de duas questões ideológicas: de um lado aqueles que lutam pelo capitalismo e de outros aqueles que “sentem-se desafiados a buscar um outro modo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos” (SINGER, 2002, p. 111). É justamente neste último ponto que se localiza o movimento da economia solidária, que busca uma sociedade mais humana inspirando e sendo inspirado pelo surgimento de outros movimentos emancipatórios voltados para a sociedade civil. São exemplos as organizações não-governamentais (ONGs), os movimentos de preservação do meio ambiente, de defesa da mulher, o movimento pelo resgate das culturas que foram solapadas e transformadas pela globalização, entre outras atividades que reforçam a idéia de emancipação do próprio ser humano em meio a tantas crises que enfrentam no modo de produção capitalista.

A partir da segunda metade da década de 70 no século XX, com uma nova crise do capitalismo gerando altos índices de desemprego e fechamento das empresas, criando um quadro dramático para classe trabalhadora, começam a formação de empresas autogeridas pelos trabalhadores. Entre 1980 e 85 muitas cooperativas foram criadas na Europa, acompanhando o crescimento de movimentos sociais e étnicos que trouxeram “uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente” (NOELLE, 2004, p. 2). Nesta “nova onda de economia social” surge uma literatura na Europa, na América do Norte e também na América Latina (em especial no Chile com Luiz Razeto), principalmente com os

estudos de sociólogos e economistas em torno do trabalho autogestionário das empresas, como também do associativismo.

Segundo Singer (2000), a economia solidária no Brasil começou a ressurgir de forma espaça na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Resulta de movimentos sociais que reagem do movimento de desemprego em massa, iniciado em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. No ano de 1991 inicia-se o apoio de movimentos sindicais, formando cooperativas de produção com os operários das empresas falidas, buscando salvar o posto de trabalho antes do fechamento das empresas. Três anos depois, muitas empresas autogestionárias foram formadas pela ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária.

Outro movimento no Brasil que influencia a economia solidária, lutando contra a exclusão, é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), para conseguir assentar as famílias na luta pela terra, este movimento se organiza em diferentes cooperativas, que contam com uma escola de formação em técnicos cooperativistas.

No Brasil, o crescimento da economia solidária está indubitavelmente associado ao crescimento do desemprego e à precarização do trabalho, que vem excluindo muitas pessoas do trabalho chamado formal. Vale destacar, que neste mesmo quadro, a idéia de organizar trabalhadores coletivamente, com base na participação igualitária nas decisões e no capital, não era muito usual e conhecida, daí o papel das entidades de fomento e organizações populares reiventando a economia solidária na atual conjuntura brasileira. Singer (2000), destaca ainda a influencia dos meios de comunicação de massa que começaram esporadicamente a difundir algumas dessas experiências nos noticiários.

São exemplos de entidades de fomento ao movimento da economia solidária as ONGs, Cáritas Diocesana, a FASE do Rio de Janeiro, diferentes prefeituras, sindicatos, etc. Destacamos aqui as ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - que pertencem às universidades e surgem para se dedicar à organização da população de baixa renda em cooperativas de produção ou de trabalho, com apoio administrativo, jurídico, de formação política, pedagógica, etc. Essas ITCPs surgem como decorrência do grande movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, organizado pelo sociólogo Betinho, que mobilizou milhões de pessoas entre 1992 e 94. A primeira ITCP foi criada no ano de 1995, na

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, onde professores e técnicos do centro de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), atenderam aos pedidos relativos a formação de cooperativas de trabalho. A ITCP da Coppe surge com o seguinte objetivo: “utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho” (GUIMARÃES, 2000, p. 111).

No ano de 1998, já com a ITCP do Ceará em funcionamento, a segunda ITCP, surge a proposta de estender a experiência das incubadoras para outras universidades num seminário realizado no Rio de Janeiro, com expressiva participação de estudantes, sindicalistas e dos próprios cooperados/as, refletindo que “as universidades poderiam assumir um papel ativo no combate à pobreza e à exclusão social, mediante a incubação de cooperativas” (SINGER, 2000, p. 123). Tal iniciativa possibilitou o encontro de diferentes movimentos sociais e entidades que trabalhavam em prol da economia solidária. Assim,

começou a ficar claro que havia em todo o país uma imensa demanda por alternativas para o desemprego de longa duração e a exclusão social conseqüente e que a proposta da economia solidária estava encontrando respaldo crescente, apesar da escassez de meios, para a imensa tarefa de formação e capacitação a ser enfrentada (SINGER, *ibid*, p. 126).

Essa expansão estava ligada ao crescimento do movimento da economia solidária no Brasil, que mobilizava sindicatos, universidades, igrejas e muitos outros setores da sociedade civil. Neste ambiente que a FINEP – Financiadoras de estudos e projetos - lançou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), no âmbito do Comitê de Entidades Públicas do combate à fome e pela vida (Coep), em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Brasil e Coope/UFRJ. Depois disso as Incubadoras se organizam em rede para fortalecimento e intercambio de experiências.

Ainda sobre as iniciativas das ITCPs universitárias, salientamos que encontram-se num contexto de extensão universitária e interatividade com a população, além da possibilidade, por estar na academia, de contínua revisão da metodologia de incubação e de estrutura de pesquisa e de apoio às atividades cooperativas. A idéia é que a partir da inserção econômica, os grupos incubados passem a consolidar o processo político de conquista da cidadania e para tal, não é possível ser feito sem uma educação que seja libertadora e dialógica, por isso a dimensão educativa que enfatizaremos no conceito de economia solidária pela autogestão. Acrescentamos

aqui a necessidade desta metodologia rever-se pautada nos desafios colocados à sociedade da informação.

A partir da iniciativa das cooperativas buscando outras formas de construir competências pelo processo de aprendizagem, começam a construir redes e outras iniciativas como os clubes de trocas e de créditos a fim de viabilizar esta outra forma de economia. Assim, segundo Singer, o “caráter revolucionário da economia solidária” inicia uma perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão:

O entusiasmo e empenho manifestado pelos trabalhadores não fica sem recompensa. Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem de exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER, 2000, p. 28).

Vale ressaltar que neste processo, as incubadoras passaram a realizar atividades não somente de formação de cooperativas, mas de organização de todo o movimento de economia solidária, como clubes de trocas, trabalho associativo, cursos de formação de formadores, parcerias com salas de EJA – Educação de Jovens e Adultos, organização de consumidores ético-solidários e outras atividades que englobam este movimento maior que é a economia solidária em busca de outros valores nesse sistema, sendo que o território de trabalho (intervenção) é, geralmente, as regiões periféricas das cidades e zonas rurais. Para isso, utilizam a incubação, defendida por Singer como “um complexo processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação” (SINGER, 2002 p. 122). As ITCP’s promovem ainda fóruns locais, regionais e nacionais que desembocam em propostas para o desenvolvimento da economia solidária referentes à postura das próprias incubadoras ou do governo.

Atualmente no Brasil, segundo o Atlas de economia solidária, foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros)⁷⁰. Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos empreendimentos de economia solidária na região Nordeste. Os restantes estão distribuídos nas demais regiões, conforme nos mostra o quadro abaixo:

⁷⁰ O Atlas corresponde ao produto do mapeamento da economia solidária realizado no ano de 2005. Formou-se um banco de dados que é a base de informações do SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Devido aos limites e dificuldades encontradas não foi possível incluir no SIES todos os empreendimentos existentes bem como sua abrangência territorial.

| UF | Nº de EES | % EES | Nº de Municípios | % Municípios/ Total de municípios |
|---------------------|---------------|---------------|------------------|--------------------------------------|
| RO | 240 | 1,6% | 40 | 75% |
| AC | 403 | 2,7% | 20 | 87% |
| AM | 304 | 2,0% | 32 | 51% |
| RR | 73 | 0,5% | 14 | 88% |
| PA | 361 | 2,4% | 51 | 35% |
| AP | 103 | 0,7% | 13 | 76% |
| TO | 400 | 2,7% | 84 | 60% |
| NORTE | 1.884 | 13% | 254 | 56% |
| MA | 567 | 3,8% | 73 | 33% |
| PI | 1.066 | 7,1% | 83 | 37% |
| CE | 1.249 | 8,4% | 134 | 72% |
| RN | 549 | 3,7% | 77 | 46% |
| PB | 446 | 3,0% | 101 | 45% |
| PE | 1.004 | 6,7% | 129 | 69% |
| AL | 205 | 1,4% | 48 | 47% |
| SE | 367 | 2,5% | 63 | 83% |
| BA | 1.096 | 7,3% | 153 | 37% |
| NORDESTE | 6.549 | 44% | 861 | 48% |
| MG | 521 | 3,5% | 101 | 12% |
| ES | 259 | 1,7% | 59 | 75% |
| RJ | 723 | 4,8% | 82 | 88% |
| SP | 641 | 4,3% | 147 | 23% |
| SUDESTE | 2.144 | 14% | 389 | 23% |
| PR | 527 | 3,5% | 109 | 27% |
| SC | 431 | 2,9% | 133 | 45% |
| RS | 1.634 | 10,9% | 270 | 54% |
| SUL | 2.592 | 17% | 512 | 43% |
| MS | 234 | 1,6% | 25 | 32% |
| MT | 543 | 3,6% | 91 | 65% |
| GO | 667 | 4,5% | 127 | 51% |
| DF | 341 | 2,3% | 15 | 83% |
| CENTRO-OESTE | 1.785 | 12% | 258 | 53% |
| TOTAL | 14.954 | 100,0% | 2274 | 41 |

Quantidade e percentual de empreendimentos de economia solidária por unidade da federação/região

A partir desta contextualização da economia solidária, tentamos mostrar as suas origens históricas e a forma como sua proposta vem se constituindo enquanto movimento social que, para além da geração de emprego e renda, busca pensar um novo modo de organizar a produção, que é democrático e igualitário e que necessita da participação popular, necessita da organização enquanto movimento emancipatório.

**APENDICE II: ELABORAÇÕES E QUADRO SOBRE AS DIMENSÕES
BÁSICAS DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES TEÓRICO-
METODOLÓGICAS**

Cuadro 1. Dimensiones básicas de las concepciones teóricas

| DIMENSIONES | CONCEPCIONES | | | |
|------------------------------|--|---|---|--|
| | Objetivista | Constructivista | Socio Crítica | Comunicativa crítica |
| Ontología | La realidad es objetiva, independiente de los individuos que la conocen y que actúan en ella | La realidad es subjetiva, una construcción social que depende de los significados que le atribuyen las personas. El constructivismo incluye la generación y la transmisión colectivas del significado | La realidad es dialéctica, aprendida y constituida por estructuras situadas históricamente, y conformada por aspectos sociales, culturales, económicos, étnicos, etc. | La realidad social es comunicativa, una construcción humana cuyos significados son construidos de forma comunicativa a través de la interacción entre las personas |
| Epistemología | Objetivista. Los enunciados científicos se basan en realidades objetivas | Constructivista. Los enunciados científicos son una construcción social | Dialéctica. Los enunciados científicos son producto de la dialéctica | Dialógica. Los enunciados científicos son resultado del diálogo |
| Metodología | Cuantitativa: experimentación, observación | Cualitativa: interpretación hermenéutica | Socio crítica: dialéctica, praxología | Comunicativa crítica: diálogo |
| Modalidades de investigación | Experimental (unifactorial y multifactorial) Cuasi-experimental (grupos no equivalentes, series temporales y sujeto único) Ex post-facto (descriptivos, de desarrollo, comparativo-causales y correlacionales) | Etnografía Fenomenología/ Fenomenografía Etnometodología Narrativo-biográfica Teoría fundamentada Estudio de casos | Investigación-acción: crítica, participativa, colaborativa. Investigación evaluativa-participativa | Investigación comunicativa crítica |

| DIMENSIONES | CONCEPCIONES | | | |
|--|--|--|---|--|
| | Objetivista | Constructivista | Socio Crítica | Comunicativa crítica |
| Orientación Social | Describir y explicar los hechos sociales | Comprender e interpretar la realidad social | Transformar las estructuras sociales a través de la praxis | Transformar los contextos sociales a través de la acción comunicativa |
| Sujeto investigado | Es objeto de la investigación. Los significados son transmitidos al sujeto | Es sujeto de la investigación. Los significados son construidos por el sujeto | Es participante en la investigación. Los significados están mediados por los valores y la ideología | Es participante en planos de igualdad. Los significados dependen de las interacciones |
| Sujeto investigador | Centrado en el método de investigación, es decir, en los conocimientos y las habilidades metodológicas | Centrado en el fenómeno de estudio, facilitando que los sujetos expresen sus interpretaciones de la realidad | Centrado en la participación del sujeto para transformar la realidad social | Centrado en el diálogo igualitario y en la transformación de los contextos |
| Relación Sujeto/objeto | Relación de independencia donde el sujeto descubre el significado del objeto | Relación de interdependencia donde el sujeto interpreta al objeto | Relación dialéctica basada en la reflexión y acción | Relación dialógica basada en la reflexión e intersubjetividad rompiendo el desnivel epistemológico |
| Método de construcción de los significados | Deductivo-inferencial | Inductivo | Dialéctico | Dialógico |
| Técnicas de recogida de información | Cuantitativas (instrumentos) | Cualitativas (estrategias) | Cuantitativas y Cualitativas | Cuantitativas y Cualitativas con orientación comunicativa |
| Técnicas de análisis de la información | Análisis cuantitativo: estadística descriptiva e inferencial | Análisis cualitativo: análisis de contenido | Análisis cuantitativo y análisis cualitativo | Análisis con orientación comunicativa |

Segundo GÓMEZ *et al* (2006, p. 17), para maior compreensão da MCC, é necessário compreender as outras três concepções com as quais ela dialoga ou para afirmar ou para criticar: a objetivista, a construtivista e a sócio crítica. Sendo que todas essas concepções farão referências a três dimensões chave: ontológica, que se relaciona “a natureza da realidade”; a epistemológica, que trata sobre o conhecimento, “como se conhece a realidade”; e a dimensão metodológica, que faz referência a como se “procede quando se investiga e como se legitimam os métodos e técnicas que utilizamos para investigar”.

Apresentamos algumas questões-chave dessas concepções e realidades, como podemos compreender no quadro acima.

Em relação à dimensão ontológica:

- Objetivismo: a realidade social é de natureza objetiva, concepção própria da perspectiva positivista, em que “la realidad es independiente de los sujetos que la conocen y que actúan en ella” (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 18);

- Construtivismo: a realidade é de natureza subjetiva, é “una construcción social que depende de los significados que las personas le atribuyen”, é uma construção das pessoas que fica na consciência e assume parte da cultura (ibid, p. 19);

- Sócio-crítica: a realidade é de natureza dialética, é “aprehendida (entendida) y constituida por estructuras que están situadas históricamente [...] están cristalizadas como estructuras naturales y inmutables” (ibid, p. 20);

- Comunicativa Crítica: a realidade é de natureza comunicativa, é produto das interações sociais de forma que os significados que se elaboram emergem do consenso, ou seja, “reconoce una realidad natural objetiva, una realidad social construida socialmente que depende de los significados que se le atribuyen y, además, constituida por estructuras situadas históricamente, pero pone la clave en el diálogo, en la intersubjetividad” (ibid, p. 22).

Em relação à natureza epistemológica:

- Objetivismo (objetivista): os enunciados científicos versam sobre a realidade, “tienen la finalidad de explicar y describir la realidad, porque ésta existe como tal fuera de la consciencia [...] los valores están objetivados en las personas investigadas” (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 23);

- Construtivismo (subjetivista): os enunciados científicos servem para compreender a realidade, visto que não existe uma realidade objetiva esperando ser descoberta, busca “comprender y interpretar el mundo social de las personas estudiadas” (ibid, p. 24);

- Sócio-crítica (dialética): os enunciados científicos rechaçam a idéia de separar a investigação do compromisso político (práxis) e serve para “contribuir a la transformación social de las prácticas sociales y educativas”. Nessa concepção a importância do poder na sociedade é uma categoria fundamental (ibid, p. 25-26);

- Comunicativa Crítica (intersubjetiva/dialógica): os enunciados científicos buscam a validade do consenso comunicativamente alcançado. O objetivo é alcançar o entendimento e evitar que as pretensões de poder interfiram na construção do conhecimento. Assim, “los enunciados científicos son producto de un diálogo intersubjetivo con pretensiones de validez sobre las situaciones problemáticas del mundo social”. Conhecer a realidade implica compreendê-la, interpretá-la e, sobretudo, transformá-la (ibid, p. 27-28).

Quanto à dimensão metodológica:

- Objetivismo: Metodologia quantitativa, experimentação e observação sistemática. “Los procesos de adaptación determinan la realidad social y colonizan el mundo de la vida de las personas, que acaban haciendo aquello que es funcional al sistema, marcando la acción humana y explicando los hechos sociales” (GÓMEZ *et al*, 2006, p. 29);

- Construtivismo: A metodologia é qualitativa e o processo de investigação interativo (interpretação hermenêutica). “Trata de aproximarse a los discursos y a las acciones de las personas intentando comprenderlas e interpretando la realidad” (ibid, p. 30);

- Sócio-crítica: A metodologia é dialética, participativa e democrática. Requer diálogo entre quem investiga e os sujeitos da investigação, o que “debe ser dialéctico en su naturaleza para transformar la ignorancia y la falsa comprensión en una conciencia más informada [...] lo que genera autoconciencia de la realidad social y capacidad para tomar decisiones en orden a transformarla” (ibid, p. 31).

- Comunicativa Crítica: A metodologia é dialógica, que pretende não apenas descrever e explicar a realidade, compreendê-la e interpretá-la, como também transformá-la através dos significados construídos comunicativamente mediante a interação das pessoas. Dessa forma, “solo puede construir el objeto de estudio a través de las interpretaciones, reflexiones y teorías de las propias personas participantes en la realidad social que se quiere transformar [...] sirven para clarificar cuáles son los esfuerzos que logran más objetivos y cuáles consiguen menos” (ibid, p. 33).

APENDICE III: EXEMPLO DE DIÁRIO DE CAMPO

Partes do diário de campo realizado em fevereiro de 2008:

[...] Primeiramente passei parte do dia com as marceneiras, no trabalho na marcenaria e fomos conversando sobre as coisas que têm feito. É muito positivo poder ver como o trabalho da marcenaria evoluiu. Hoje as marceneiras apresentam maior autonomia para o processo produtivo e aprenderam muitas outras técnicas de marcenaria, além da marcenaria ter expandido em número de pessoas, nas demandas e trabalho realizado. Já pude observar algumas lacunas para a organização do trabalho. Aspecto a ser dialogado.

[...] A conversa sobre a pesquisa com as marceneiras foi muito positiva, pedi licença para gravar e comecei re-apresentando a pesquisa, explicando para elas o que era o mestrado, a área de concentração que eu estava e o mestrado na educação. Falamos um pouco sobre ciência.

Também expliquei sobre relações de gênero e o motivo que me fazia escolher essa pesquisa, o tema mulheres, especificamente na marcenaria. As mulheres participaram a todo momento, fazendo perguntas sobre o meu trabalho e já contribuindo com a pesquisa. O que me chamou mais atenção foi o quanto acharam positivo registrar a história delas pelo olhar delas, bem como a possibilidade da pesquisa de poder contribuir com a formação de outros grupos de mulheres e ter a história delas valorizada e registrada.

Conversamos um pouco sobre como a história das mulheres foi “escondida” ao longo da história e que poucas contribuições de mulheres foram escritas e registradas. As mulheres falaram de muitas coisas que não podiam fazer por serem mulheres e que hoje conquistaram muitas coisas. Camélia disse que *se não é contado não é valorizado* e por mais que pensem que não, *muitas mulheres estão fazendo história [...] porque os homens não valorizam o que as mulheres fazem, nem as cuecas deles que nós valamos eles valorizam*. Petúnia comentou sobre uma reportagem que leu dizendo que fazendo o mesmo serviço e até melhor, as mulheres são menos remuneradas. Disse que as universidades têm que ajudar a expandir isso, e achou que era o que estávamos fazendo. Para Petúnia, *as mulheres tem garra, não deixam a peteca cair*. Assim definimos a discussão do temas das relações de gênero...

[...] Também conversamos sobre o trabalho da marcenaria e já foram apontando coisas que precisavam refletir, levantaram pontos positivos do trabalho e outros que precisavam conversar, principalmente a organização do grupo. Definimos discutir sobre a incubação da

marcenaria e os temas como economia solidária, autogestão, solidariedade e os aprendizados delas.

Outro aspecto positivo para a pesquisa foi terem dito que a nossa relação seria uma troca, eu no meu papel de pesquisadora registro a história do grupo, entendo o olhar delas e relaciono com a teoria e elas participam dessa história me dizendo o que registrar e refletindo sobre a prática delas. Camélia também enfatizou que era bom para terem espaços de troca entre elas e a possibilidade de aprender mais coisas, por isso o meu compromisso também em levar as questões teóricas que relaciono à pesquisa.

Na seqüência, enfatizei a importância que traz elas refletirem sobre esse processo buscando o que é transformador e o que se coloca como obstáculo, também contribuições da metodologia comunicativa crítica, e expliquei que a fidelidade à história delas se dá porque vamos dialogar sobre o processo.

Para finalizar fizemos alguns acordos sobre a participação nas entrevistas e grupos comunicativos e encerramos o nosso encontro com um abraço, seguido de um almoço coletivo.

**APENDICE IV: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidada para participar da pesquisa “As Vozes das Mulheres Marceneiras sobre o processo de Incubação da Madeirarte – Assentamento Pirituba II – Itapeva/SP” e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. A pesquisa será realizada com as mulheres marceneiras da Madeirarte, a fim de *“refletir e dialogar sobre o processo de incubação da Madeirarte, com ênfase nas relações de gênero, identificando os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos, a fim de buscar formas de melhorias na prática cotidiana do trabalho das marceneiras”*, tendo como pesquisadora responsável a Sr^a Carolina Orquiza Cherfem. Sua participação nesta pesquisa consistirá em conversar com a pesquisadora durante as entrevistas e participar de um grupo comunicativo, que significa um grupo em que as marceneiras se reúnem com a pesquisadora para conversar sobre temas que a pesquisadora irá apresentar. Durante as atividades será utilizado um gravador que gravará todas as sessões. Sua participação lhe apresenta riscos mínimos, como cansaço durante as sessões, sendo que você poderá interrompê-las a qualquer momento. Também não terá gastos de qualquer natureza. As conversas serão realizadas em ambiente privado, a ser acordado com a pesquisadora, suas informações serão confidenciais, respeitando dados que você não deseja contemplar na pesquisa. Neste termo você autoriza que seu nome seja identificado desde que os dados não sejam divulgados de forma a te prejudicar. Sua participação é voluntária, ou seja, você só participará se quiser, tendo o direito de não responder qualquer pergunta que não queira, além de poder se retirar do estudo quando quiser. Os resultados da pesquisa serão divulgados através da dissertação de mestrado e artigos em revistas periódicos. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

Carolina Orquiza Cherfem

Rua José Duarte de Souza, 841 – Nova Santa Paula – São Carlos/SP – Fone: (16) 9975-6466

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, _____ de _____ de 2008.

Sujeito da Pesquisa

APENDICE V: EJEMPLO NOTA DE CAMPO

Nota de Campo da observação participante_ 29 de abril de 2008.

Neste dia estavam na marcenaria Rosa e Petúnia. Juliano, um jovem, também apareceu, mas não havia muito trabalho, as facas não chegaram, as duas estavam desanimadas em somente elas e ele trabalharem e decidiram não trabalhar. No tempo em que fiquei na marcenaria e fomos conversando algumas questões, observei alguns temas que podem ser analisados na dissertação. O primeiro deles é a solidariedade que existe no assentamento para além da marcenaria. O que foi observado em nossa ida a marcenaria. O motorista levou-nos até a porta da marcenaria e no caminho fomos vendo a relação dele com as marceneiras. Costumam ligar para ele quando precisam de carona, ele sempre as vê pela estrada e dá carona. Pensei que este poderia ser um tema para conversarmos. Outro ponto é a utilização do dinheiro da Rosa. Todas as mulheres receberam e Rosa não gastou todo o seu dinheiro, assim, o grupo precisou comprar cola, e outras matérias primas que são utilidades diárias do trabalho. Além de um jovem que precisava de um dinheiro para prestar um concurso. Rosa emprestou e o grupo ficou de pagar no próximo pagamento. Sempre quem pode empresta para a marcenaria e é assim que conseguem se virar.

Além disso, estão realizando trocas de trabalho no assentamento, o que também viabiliza alguns trabalhos. Por exemplo: precisavam de uma pessoa para pintar um trabalho que fizeram, pois ainda não sabem pintar, como pagamento fizeram uma mesa com cadeiras para a cozinha, ou ainda, a utilização de madeira da marcenaria por Marcelo, que nunca utiliza para serviços pessoais e agora está fazendo as janelas de sua casa que está sendo reformada...

[...] Falaram muito da dependência do processo de construção de um produto, não sabem ainda regular muitas máquinas, o que as fazem dependentes. Rosa às vezes pensa que é um trabalho que não consegue fazer, mas Petúnia acredita que podem fazer caso alguém explique com calma e acompanhe por um tempo o trabalho. As maiores dificuldades são na tupia, furadeira e destopadeira, o que faz com que não utilizem a destopadeira, por exemplo, “máquina nova, que custou caro, que é possível fazer muitas coisas, mas que a gente não sabe usar”.

As mulheres disseram que sabem que tem capacidade de aprender, mas às vezes desanimam e precisam de mais cursos e capacitações, vimos que está é mais uma dificuldade para a autogestão, pois dificulta que dominem o processo.

[..] Refletimos ainda sobre a postura delas no Sepé, disseram que poderiam ter otimizado um pouco mais a produção, mas que às vezes acaba uma ficando mais tranqüila, a outra também,

uma não quer falar para não ser taxada de patroa e aí nenhuma delas intensifica a produção. Disseram que não teriam terminado a produção, mas poderia estar mais avançada, ao mesmo tempo falaram sobre a madeira que não podem comprar e a madeira também é uma dificuldade para a encomenda do Sepé.

[...] Sobre gênero aparece o ponto da voz da Petúnia, em que o homem acha que ela é homem por ter voz grossa: “quem disse que não sou mulher porque tenho voz grossa?”.

Após término de nossa conversa fomos embora. No caminho choveu muito e ficamos molhadas, pois não havia ônibus para irmos embora. Eu e Rosa paramos no bar, mas estava lotado e havia homens embreagados, preferimos ir para a casa de Petúnia. Em sua casa conversamos muito sobre questões da vida pessoal de Petúnia e de Rosa...

[...] Chegando na casa de Rosa continuamos conversando e Rosa relatou primeiramente sobre sua relação com o seu filho, que conversa com ele para que ajude mais a sua mulher. Contou que o filho controla o dinheiro e exige algumas coisas do seu gosto. Rosa disse que não compartilha disso e conversa muito com ele, o mesmo faz com a sua nora para que não aceite essas imposições. Assim, pude ver mais uma vez como essas mulheres transformam as relações de gênero em suas vidas e no seu entorno, aos poucos... Ao mesmo tempo pude entender muito do sentido que Rosa confere a forma como leva a sua vida sendo dona de casa para além da marcenaria. Diz que assume mesmo esses trabalhos e não consegue pedir para seu marido fazer muitas coisas, pois ele está num estágio muito duro de sua doença, o câncer. O tratamento de seu marido é em Jaú e toda semana o mesmo viaja e vai para o hospital para se tratar, o que o deixa desestimulado para várias outras atividades. Compreender o contexto da vida das mulheres é muito importante para o julgamento que fazemos da forma como levam as suas vidas.

Rosa relatou também o processo da doença de José e todas as dificuldades que sofreram na descoberta da doença, desde a sua resistência em ir ao médico, pois achava que “homem não precisa de médico, quem precisa disso é mulher” até o processo difícil que vive hoje...

Na história de vida de Rosa, também identificamos a solidariedade que já existia no assentamento, como por exemplo, a articulação das pessoas quando não tinha como comprar roupa para seus filhos irem à escola, a articulação das pessoas para ajudarem na plantação, na colheita, caso contrario perderiam parte de sua plantação, e muitas outras ações que acontecem diariamente no assentamento em que as pessoas se ajudam e realizam suas atividades em solidariedade...

[...] Vimos como as pessoas aprendem de forma diferente e em diferentes contextos, mas ambos são aprendizados, tanto na forma como nós duas estávamos trabalhando como quando riam dos meus costumes, do meu medo de galinha e comparavam com o trabalho de ordenhar a vaca às 5 horas da manhã, como o medo delas de viajarem de ônibus por tanto tempo como eu fazia para ir ao assentamento, ensinavam-me a plantar e colher, enfim, diferentes aprendizados nos diferentes contextos e oportunidades...

Nota de Campo da observação participante_ 01 de maio de 2008.

Neste dia acordei e fui para a Casa de Camélia. Fui recebida por ela e por João o, seu marido. João já saiu de casa e nós duas ficamos conversando. Camélia lavava a louça do café da manhã enquanto me explicava que estava com muita dor de dente. Sua boca estava um pouco inchada. Camélia disse que já tinha ido ao dentista, mas que ele a encaminhou para Itapeva e passou um remédio. O remédio não estava sendo suficiente para sua dor. Perguntei se era melhor não fazermos a entrevista diante disso, mas ela disse para eu ficar lá e que íamos conversando. Camélia levou-me ao ser quarto, havia muitas peças que fez na marcenaria, de artesanato. Sua cama estava repleta dos trabalhos que está desenvolvendo.

Camélia começou a me explicar dos trabalhos que fazia, como fazia e mais ainda, do significado que havia fazer os trabalhos. Dizia sobre criatividade, sobre poder fazer esses trabalhos era uma alegria, etc. Camélia também falou que está com dúvidas do que fazer com esses artesanatos. Começou a fazê-los na hora do almoço, porque como brigou com a Rosa não gostaria de ficar de fofoca na hora do almoço. Disse que assim, todas começaram a fazer o mesmo, e, na hora do almoço, ficam brincando com artesanato. A primeira preocupação de Camélia é que as pessoas estão começando a passar do horário do almoço fazendo coisas pessoais e de artesanato. Diz que todas olham no relógio, mas ninguém fala nada e continua cada uma fazendo o seu. Com Camélia também acontece o que as outras mulheres relataram de não querer falar para não parecer a chata, mandona.

[...] Juntas vimos que Camélia também sente necessidade de maior organização. Está sentindo dificuldade por não conseguir dizer as coisas e a marcenaria está precisando de regras de funcionamento. Ainda sobre a marcenaria Camélia disse ter a impressão que algumas pessoas escolhem o que querem fazer, escolhem trabalhos mais simples que outros e contou sobre uma

encomenda que queriam separar madeira que não estava boa, porque era mais fácil, assim, as encomendas não ficam boas e as pessoas não querem. Também salientou que a maior dificuldade do grupo é no acabamento, que ainda não está bom.

Na seqüência conversamos sobre que aspectos que ela falava poderíamos levar para o grupo comunicativo, pois diziam respeito a todas e ao trabalho da marcenaria...

[...] Acabada a entrevista fizemos um almoço e João ficou na cozinha com a gente. Conversamos sobre o assentamento e sobre a história dos dois.

Entre os temas que conversamos primeiramente estava a formação do assentamento. João explicou que eram trabalhadores rurais da região. Ele trabalhava para patrão e Camélia era Bóia-fria. Camélia também vivia com a família em uma propriedade de outra pessoa. Ficaram sabendo que havia pessoas lutando por terra e se interessaram. Camélia e sua família se organizaram juntas para irem ao assentamento, ela e João se conheceram e casaram já no assentamento...

João comentou que eles que já eram trabalhadores rurais se viraram, mas as pessoas que vieram da cidade sofreram mais. “A gente cozinhava no chão, dormia no frio...tinha dia que a barraca voava de tanto vento e aí ficava dormindo no frio. Hoje aqui é bem melhor, quem quer trabalhar, trabalha”.

Na verdade Camélia e João explicaram as diferenças das ocupações que vêm hoje em dia e a diferença que era quando ocupavam... Também disseram que não tiveram muitos problemas com a polícia. “No início as pessoas que ocupavam tinham muitos problemas, porque ocupavam em poucas pessoas, mas quando foi todo mundo aí sim deu certo”. Nesse momento refletimos sobre a importância de fazer as coisas coletivamente...

Camélia começou a fazer o almoço. Conversamos sobre as atividades que faz em casa e disse que já não liga mais para a casa suja “a gente mora no sítio, não tem jeito, suja mesmo”. Percebi que gosta de fazer as coisas em casa, mas faz quando quer, quando tem vontade e acha que seu marido também deve fazer. No dia em que estava em sua casa, por exemplo, estava muito frio. Preferiu não lavar a roupa, não lavar a louça, o que faria depois. João pediu cuecas e ela disse para ele lavar, explicou como fazia. Após almoço fomos à casa de Orquídea, que não estava, e depois na casa de um amigo, onde ficamos muito tempo conversando.

[...] Camélia também contou que tentou voltar a estudar, mas não deu certo, não conseguiu. Disse que tirava muitas notas boas, mas um dia ficou doente, tinha muito serviço e

começou a tirar notas ruins. Assim, diante de tantas atividades que tinha resolver abandonar os estudos, mas disse que pretende voltar.

Sobre a vida de Camélia contou ainda como foi o seu parto. Disse que sofreu demais e quase morreu, pois tem problema de pressão alta. Após o nascimento de sua filha, teve outra criança que morreu e decidiu fazer uma operação, pois não queria mais ter filhos. Camélia estava sozinha no hospital e a médica não queria operá-la, “ela falava que precisava da autorização do meu marido...eu disse, essa decisão é minha, sou eu que vou sofrer, que posso morrer se tiver outro filho, eu quero que me opere e depois converso com ele”. Depois de muita luta Camélia conseguiu essa operação sem autorização. João disse “que o corpo é dela e ela que tem que tomar essa decisão”. Assim, Camélia foi operada e teve a decisão de não ter mais filhos ou filhas.

João contou que quando criança aprendeu que não poderia nem entrar na cozinha, pois a cozinha era lugar de mulher. Assim, vemos os avanços que conseguiram no que tange as relações de gênero. Conversamos sobre isso...

Nota de Campo da observação participante_ 02 de maio de 2008.

Na quinta-feira, feriado, fiquei na casa de Camélia e no fim do dia voltei para a Casa de Rosa. Neste dia senti bastante dificuldade em relação a comunicação no assentamento. Precisava saber de horário de ônibus e percebi como no assentamento as coisas acontecem de formas diferentes, pois para ter essa informação bastava parar o ônibus na porta da casa de Rosa e perguntar, diferente da internet que estamos acostumados para conseguir as informações. Além disso, precisava de telefone e quase nenhum funcionava. Estava muito frio e tinha dificuldades de sair de casa para telefonar...

[...] Na casa de Rosa conversamos um pouco sobre sua educação escolar. Disse que estudou até a terceira série, mas depois seu pai a tirou da escola. Tinha algumas dificuldades com o aprendizado, porque não conseguia estudar e não sabia direito ler com 10 anos de idade: “aí meu pai me tirou da escola, disse que se eu não tinha aprendido não aprendia mais, fez eu largar o estudo e ir trabalhar na roça”. Neste dia a irmã de Rosa, a que ficava em casa trabalhando enquanto as outras crianças iam para a roça, estava na casa de Rosa e lembrou com a gente essas histórias de sua infância.

[...] Rosa, eu e José conversamos um pouco sobre o trabalho de mulheres e as diferenças entre esse trabalho e o trabalho de homens. José disse que o trabalho das mulheres é muito

pesado, porque elas trabalham igual ao homem na roça, fazem o mesmo serviço, trabalham sozinhas em casa e cuidam dos filhos. Expliquei que tem um texto que eu li em que a autora Abramovay diz que o trabalho das mulheres muitas vezes é considerado ajuda, por elas estarem fora do mercado de trabalho, mas sempre foi um trabalho muito importante para a economia e para fazer as coisas funcionarem. Também falei da Moraes ao dizer que o trabalho não é considerado o mesmo, mas que na prática era a mesma coisa, “o peso da enxada era o mesmo”. Rosa concordou e disse que era isso mesmo que acontecia e José disse que não pensa assim, que às vezes fala “vem me ajudar”, mas que sabe que o trabalho é igual, além de reconhecer que as mulheres trabalham mais porque também trabalham em casa: “elas trabalham igual e ainda mais”.

Rosa contou que sempre levantou mais cedo que todas as pessoas de sua casa, marido e filhos, para preparar o café, depois ia para a roça e levava as crianças, que também trabalhavam. Quando voltava tinha que cuidar do quintal, das criações, fazer a janta e colocar as crianças para dormir: “O José sumia e ficava tudo pra mim”.

José disse que hoje ajuda, não passa fome, quando precisa faz a sua comida e ajuda mais nas tarefas de casa. “Se a Rosa não está eu mesmo faço as coisas”. Assim, Rosa disse que nós mulheres educamos nossos filhos errados. Contou que o Juliano da marcenaria não vai trabalhar quando sua mãe não pode preparar sua marmita. Disse que conversou com a mãe dele para ensiná-lo e que conversa com ele na marcenaria. Acha, atualmente, que as mães precisam ensinar seus filhos desde pequenos, assim eles crescem aprendendo a fazer as coisas e aprendendo que é preciso dividir as tarefas em casa.

[...] Percebemos que, embora as mulheres da marcenaria ainda tenham dupla jornada de trabalho, fazem as coisas quando querem, como podem e atualmente seus maridos também fazem algumas atividades. Vale destacar que tais atividades fazem sentido para as mulheres. Rosa, por exemplo, que aprendeu com sua mãe como lavar uma roupa e ficar limpa, mesmo tendo comprado um tanquinho, conquista do trabalho na marcenaria (tanquinho e outras coisas que conseguem comprar com o trabalho da marcenaria significa independência para elas), prefere lavar suas roupas na mão e sente prazer em vê-las limpas. O mesmo se dá para Camélia que gosta de ariar as suas panelas, mas prefere usar o tanquinho, para Orquídea que prefere fazer a comida, para ter o gostinho de uma comida feita na hora ou para Petúnia que assume não gostar de ficar atrás do fogão. Cada uma dessas atividades tem um sentido para as marceneiras, o que não as

fazem mais mulheres ou menos por isso, mas que sabem que não precisam fazer tudo porque são mulheres e que continuam desenvolvendo algumas atividades porque gostam, quando querem e como podem. Ainda existem algumas atividades que os maridos e as marceneiras acham que as mulheres precisam fazer, mas fazem se elas não podem e percebem o avanço em suas vidas quanto as relações de gênero...

[...] Rosa: “A vida é a coisa mais rara que a gente tem: trabalha, luta, diverte, conta reza...”

Nota de Campo da observação participante_ 13 de maio de 2008.

Neste dia havíamos combinado um grupo comunicativo, mas tivemos que parar porque chegou o caminhão de madeira para descarregar, o que ficamos fazendo durante todo o dia. Carregar a madeira foi uma experiência difícil, a madeira estava molhada e é muito pesada. Carregamos eu, Camélia, Rosa, Petúnia, Marcelo, Everton e Luís. Eu não conseguia carregar sozinha, mas as mulheres sim, mesmo sendo muito pesada. A maior preocupação delas é com a saúde das pessoas no momento de carregar e consideram esta a tarefa mais difícil da marcenaria. Enquanto carregávamos conversávamos, ríamos, mas em geral o trabalho é bastante pesado e é preciso concentração.

Após o dia de trabalho fomos para a casa da Camélia. Era dia de comemoração dos 24 anos de assentamento, tomamos banho, nos arrumamos rapidamente e fomos à festa, fazia muito frio. Apenas comemos bolo porque a festa já estava acabando, além disso, estávamos muito cansadas. Voltamos para a casa de Camélia e fizemos uma janta.

[...] Enquanto conversávamos falamos sobre religião. Contou que na marcenaria cada uma é de uma religião diferente e que um dia estavam brigando ao falar das religiões. Camélia interferiu na conversa e disse: “gente, parem com isso, religião é política”. Disse que Deus era único e cada uma o adorava a sua maneira, assim as mulheres param de discutir e até hoje se respeitam. Sabem que todas têm muita fé, cada uma a sua maneira⁷¹.

⁷¹ Estes correspondem a trechos das notas de campo, as quais eram elaboradas no momento da observação comunicativa, enquanto já conversávamos sobre diferentes temas referentes à pesquisa. Algumas notas foram realizadas pela pesquisadora após a observação e assim, avaliadas pelas marceneiras no dia seguinte. Dessas observações escolhemos os pontos para irem para os grupos de discussão e também outros que já poderiam ser dados de pesquisa. Alguns também eram dialogados nas entrevistas em profundidades, feitas individualmente.

APENDICE VI: ROTEIRO GUIA DE ENTREVISTA

Entrevistas Individuais:**Introdução:**

Retomar os objetivos do estudo e motivo da entrevista.

Falar sobre a gravação, caso tenha algum momento que querem desligar ficar à vontade. Tudo o que vai para a dissertação será conversado com elas.

Ficar à vontade para não responder o que não quiser, pode perguntar se não entender alguma coisa. Garanto sigilo dos dados e o que elas não querem que seja publicado não será.

Nome:**Idade:****Endereço:****Contato:****História de vida:**

- Conte um pouquinho pra mim da história da sua vida, o que quiser contar. Onde nasceu, onde cresceu, a vida até chegar no Assentamento, a luta pela terra.
- Experiências do acampamento.
- E depois que chega ao Assentamento?

InovaRural

- Como era a vida antes de entrar na marcenaria, dos projetos das casas
- Como era antes da casa? Como era a casa antes? Como é agora?
- E depois, a entrada no projeto, o que muda na sua vida?

Marcenaria/Incubação:

- Descreve pra mim como é um dia na sua vida. Eu acordo, que horas, o que eu faço a partir daí?
- Dessas atividades todas do dia, o que mais gosta de fazer? Por quê?
- O que menos gosta? Por quê?
- Porque entrou na marcenaria?
- Para você, como é trabalhar na marcenaria? O que significa trabalhar na marcenaria?
- Quais são as maiores dificuldades no trabalho da marcenaria?
- Como está sendo o trabalho hoje em dia? O que tem acontecido na marcenaria?
- O que tem de positivo em trabalhar na marcenaria?

- E sobre as brigas/conflitos na marcenaria, o que acha, por que acontecem?
- O que mais gosta do trabalho da marcenaria? O que não gosta?
- Como é a organização para o trabalho? Autogestão?
- Qual a diferença do trabalho da roça para o trabalho na marcenaria? Ainda se considera trabalhadora rural?
- O que entende por economia solidária, como é esse trabalho dentro da economia solidária?
- E o trabalho coletivo?

Mulher/Relações de Gênero:

- Como é ser mulher no Assentamento, como é a vida de uma mulher aqui?
- E em casa?
- O que mudou em casa, na vida depois que começaram a ser marceneiras?
- E o trabalho em casa? Quem faz as atividades de casa? Sempre foi assim?
- O que os maridos pensam do trabalho da marcenaria? Esse pensamento mudou com o tempo?
- Como é ser mulher marceneira?

O entrelaçar com a vida

- Quais são os grandes aprendizados disso tudo, da incubação, o que fica para a vida de (Camélia, Rosa, Orquídea e Petúnia)
- Que mudanças ocorreram em sua vida a partir do trabalho na marcenaria? Positivas ou Negativas.
- É possível a gente tentar levantar/apontar mesmo: o que eu aprendi na marcenaria?
- O que mudou na sua casa depois que começou a trabalhar na marcenaria?
- O que gostaria de dizer para outras mulheres que querem montar cooperativas?
- Como avalia o trabalho na marcenaria?
- Quais são os seus sonhos?
- Existe algum sonho específico por ser mulher?

Para finalizar:

Gostaria de dizer mais alguma coisa sobre qualquer um dos temas que conversamos...

Dizer mais uma vez que esses dados serão voltados para elas para juntas conferirmos minhas interpretações e que ela poderá tirar qualquer coisa que não gostaria que fosse contemplada.

Agradecimentos.

APENDICE VII: ROTEIRO PARA GRUPO DE DISCUSSÃO

Temas para o primeiro grupo de discussão comunicativo:

- **Início da marcenaria, projeto InovaRural:** A idéia é conversar um pouco sobre a primeira fase deste projeto, quando começam a participar do projeto das casas, a construção das casas, formação do grupo até finalização das casas, momentos que eu acompanhei e não acompanhei do processo. Como a marcenaria chega ao Assentamento e como vai formando sua estrutura inicial: Apresento ao longo do grupo os dados coletados sobre isto, os elementos transformadores e que se colocam como obstáculo já levantados na coleta e primeiras interpretações sobre o trabalho coletivo, sobre o mutirão.

Algumas Perguntas:

- Como foi esse processo das casas? Como é agora?
- O que o projeto mudou na vida de vocês?
- O que você tem de lembranças dessa época, sentimentos, coisas positivas, negativas, quais foram os aprendizados?
- O que vocês aprenderam? O que ensinaram?
- O que gostariam de destacar dessa época, tem alguma coisa que gostariam que eu registrasse?
- O que vemos como transformador nesse processo?
- O que vemos como obstáculo nesse processo? O que impede a transformação?
- Pedir para falarem sobre propostas de melhorias para outros projetos de habitação

- A Entrada e permanência das mulheres na marcenaria:

Mostrar os motivos que eu escrevi como motivos de entrada na marcenaria: O sonho inicial era a casa, precisavam ajudar para participar do projeto, achavam que não poderiam trabalhar no canteiro e decidem ir pra marcenaria; marido doente; ação de solidariedade entre mulheres, uma impulsiona a outra; trabalho na marcenaria mais leve que trabalho na roça; homens cansados de trabalhar coletivamente, enquanto elas tinham esperança; oportunidade de trabalhar fora de casa, mas continuar no Assentamento; renda; prazer. Apresentar os elementos já identificados como transformadores e como obstáculos.

Algumas Perguntas:

- Porque entraram na marcenaria?
- Porque continuam na marcenaria, mesmo diante de tantas dificuldades?
- O que vemos como transformador nesse processo?
- O que vemos como obstáculo nesse processo? O que impede a transformação?

- Conflitos vivenciados na construção das habitações, troca de serviços, especificamente com as marceneiras e a marcenaria

Discutir as dificuldades das trocas de trabalho com os homens e os grupos no canteiro: Os homens não queriam trabalhar na casa das mulheres e elas se sobrecarregavam, o trabalho delas era considerado lento e o deles rendia mais, também trabalharam na marcenaria e o que tiravam era pouco, mas não consideravam todo o trabalho que elas já haviam feito (separar, cortar, tratar...), dificuldades de trocas de trabalho nas relações capitalistas, relações de gênero e influencia nas trocas de trabalho: o trabalho dos homens não vale igual o das mulheres,

desmotivação das marceneiras que queriam terminar logo o compromisso com as casas, tratavam igual patrão exigindo qualidade, coisas positivas, aprendizados, almoços, etc.
Apresentar os elementos já identificados como transformadores e como obstáculos.

Algumas perguntas:

- O que gostariam de falar sobre essa época, sobre as trocas de trabalho, conflitos existentes?
- Pedir mais explicações das coisas que ocorriam enquanto mostro o que recuperei dos dados. Tratavam mesmo como patrão?
- Diferenças do trabalho da marceneira na marcenaria e dos homens no canteiro?
- Porque as pessoas não realizavam os acordos?
- O que aprenderam com essa experiência?
- Como ficou a relação das marceneiras com as outras pessoas do Assentamento? Como é essa relação hoje? O que vocês acham que as pessoas pensam da marcenaria?
- O que vemos como transformador nesse processo?
- O que vemos como obstáculo nesse processo? O que impede a transformação?
- Pedir para falarem sobre propostas de melhorias para outros projetos de habitação

- Relação das Marceneiras com o marceneiro instrutor e aprendizados:

Falar que a proposta neste tópico não é julgar o marceneiro instrutor, ou seja, a pessoa do Seu Pedro, mas compreender suas ações que se apresentaram como obstáculos para o desenvolvimento do grupo, num contexto em que as relações de gênero colocadas desvalorizam o trabalho de mulheres. Também identificar o que tinha de transformador nesse processo. Explicar as minhas interpretações sobre a relação de dependência perante o marceneiro instrutor, mas preciso conversar isso e entender na visão de vocês como é.
Apresentar os elementos já identificados como transformadores e como obstáculos.

Algumas Pergunta:

- O que vocês tem para falar dessa relação com o Seu Pedro - marceneiro?
- Como vêem a figura do marceneiro e o trabalho com ele?
- O que era bom? O que não era bom?
- Eu queria conversar um pouco sobre os conflitos que existiam...lendo alguns relatos vocês reclamavam muito que ele não queria ensinar...
- Porque ele não queria ensinar? O que vocês faziam diante disso?
- O que ele ensinava?
- O que a gente aprendeu com um marceneiro instrutor sempre aqui?
- Porque não se envolviam em trabalhos administrativos e outros que somente o Seu Pedro desenvolvia?
- O que mudou atualmente, com a saída de um marceneiro instrutor fixo no grupo?
- Aspectos positivos da relação
- Aspectos negativos da relação
- Como foi para vocês a saída do marceneiro instrutor da marcenaria?
- Me lembro e também relendo minhas anotações, vocês falavam que sem ele nada fariam... Como que está agora sem ele?

- Continuidade do Grupo das Marceneiras como um empreendimento Coletivo Autogestionário: A Madeirarte

Retomar que desde o início o objetivo do grupo de incubação (Habis e Incoop) era a continuidade e ao longo do tempo elas também passaram a ter esse sonho. Depois o grupo foi aberto para jovens e outras pessoas. Algumas mulheres se interessaram, mas não ficaram. Começou com as encomendas da Coapre, divulgação (boca-a-boca, cidades vizinhas, espaços acadêmicos, etc). Iniciaram fazendo pequenas encomendas no Assentamento e para elas mesmas. Dificuldades de competir com lojas e pessoas que encomendam e não vão buscar, na época muitas dificuldades com falta de renda. Depois as encomendas do Sepé que impulsionam o grupo e possibilitou renda justa...Conversar mais especificamente a relação com os e as jovens.

Apresentar os elementos já identificados como transformadores e como obstáculos.

Algumas Perguntas:

- Quais foram as maiores dificuldades em dar continuidade no trabalho após as casa? Desde o início e agora.
- Quais foram os pontos positivos dessa continuidade?
- Como andam as encomendas e atividades atualmente?
- Contem um pouco sobre a experiência de comercializar com o Sepé?
- Vender no assentamento e fora do assentamento, para outros assentamentos. Como é isso? Qual é a diferença?
- Conseguem garantir uma renda agora? Quanto?
- Sobre a entrada de jovens:
- O que acham da entrada de jovens no grupo?
- Porque é importante ter jovens no grupo?
- Conte pra mim como é a relação de vocês com os e as jovens.
- Existe diferença entre o trabalho de vocês e o dos jovens? Quais são?
- Problematizar a relação com Marcelo. Ele é uma liderança?
- E sobre a bolsa dos jovens? O que acham?
- A maior parte das jovens eram também mulheres, o que acham disso?

Para finalizar o grupo: Sobre esses temas, tem algo mais que queiram falar? O que acharam do grupo, das conversas?

Continuaremos com esses temas nos outros grupos...

APENDICE VIII: QUADROS DE ANÁLISES

Quadro 1 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão sobre “Mulheres na Marcenaria”.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|---|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | <p>1) Mulher não pode trabalhar fora e não tem apoio para outros trabalhos: Orquídea: Isso da mulher não poder trabalhar fora vem de muito tempo, o meu pai pensava assim, eu não tinha documento, não podia votar e só depois que casei é que conquistei esse direito, ele falava: isso é coisa pra homem. Camélia: Ela saiu da marcenaria e disse: ai eu desisto...eu desisto porque meu menino não quer que eu vá, porque daí a casa vira uma bagunça. Petúnia: Vim montar as viga, gostei, lutei pra ficar, porque meu esposo não queria. Rosa: Eu me lembro uma vez que eu tinha uns 15 anos e uma mulher apareceu e me chamou pra trabalhar com ela, ela era uma professora. O pai até deixou, mas a mãe disse, não, mulher não, se sair de casa não volta mais, porque já não é igual. Isso minha mãe que era mulher, mas pra ela também mulher era só pra trabalhar na casa, não podia trabalhar fora, e eu com aquela vontade de trabalhar, ganhar pra mim, ter as minhas coisinhas...morria trabalhando na roça, mas se eu fosse não podia voltar.</p> <p>2) Experiências frustradas dos homens com o trabalho coletivo: Orquídea: Os homens? eles já não acredita mais, ta cansado, é muita experiência que não deu certo, dessa de trabalhar junto. Camélia: Foi 36 pessoas nesse dia, a maioria homem, mas também mulher, rapaz, moça, mas acabou todo mundo desistindo.</p> <p>3) Oportunidade de um trabalho para mulheres dentro do Assentamento: Orquídea: Aqui pra trabalhar tinha que trabalhar na cidade, no Assentamento foi a primeira vez que aconteceu essa oportunidade [...] não podia ficar na cidade e largar a casa, aqui esta juntinho da família...a marcenaria ta aqui dentro.</p> <p>4) Relação social de fragilidade das mulheres no trabalho: Rosa: O grupo nosso já era fraco, porque eu era mulher, a Teresinha mulher, o Wilson era doente e a mulher que trabalhava também. Era três mulheres e tinha o Zé Maria, o João Augusto e o compadre Luis, só três homens...daí dizia, se tirar um dos homens pra colocar lá enfraquece mais o grupo. Como as mulheres ia agüentar direto?</p> <p>5) Ciúmes dos maridos: Petúnia: É, nossa principalmente com o Luís, tinha ciúmes...uma vez o Luís brigou comigo porque fiquei até tarde na marcenaria, ele falou: o que você tá fazendo lá? Eu tava fazendo uma surpresa...eu disse, eu não vou falar, depois você vai querer, mas desonesta com você eu não sou...isso não.</p> | <p>1) Baixa oportunidade de trabalho, para além da lavoura, no próprio Assentamento, e pouco incentivo para trabalhos coletivos: Petúnia: Aqui já não tinha muita coisa pra gente trabalhar além da terra, que é também muito importante, e continua trabalhando...mas a gente já tava cansada...ainda mais assim trabalho todo mundo fazendo junto, sem patrão, organizado...e também é trabalho pro próprio Assentamento, n/é? É da comunidade também, pra gerar renda aqui pra gente...</p> <p>2) Dificuldade no trabalho da roça: Rosa: Hoje em dia, depois dos 40 anos, a gente já não agüenta mais o sol quente. Ainda falta muito para nos aposentar e nós queremos trabalhar para aumentar a nossa renda.</p> <p>3) Dificuldades de compreensão da troca de trabalho: Orquídea: Como fazer essa divisão justa pra todo mundo? Rosa: Quando cheguei eu já sabia n/é...que um dia por semana eles trabalhava na minha casa, aí o dia que eles iam eu não trabalhava aqui, eu ficava lá pra fazer o almoço, daí eu não vinha...e aí isso foi direto, até terminar a casa, depois enguiçou o nosso grupo, brigamos lá porque não deu certo a troca...daí troquei o grupo, entrei no grupo do Cláudio, do Elsio...</p> |
| Elementos Transformadores | <p>2) Viabilidade do sonho da casa própria através da superação da impossibilidade de mulheres trabalharem nas casas: Rosa: Eu toda vida trabalhei na roça, porque que não vou entrar junto? O que vocês fizer eu faço também. Camélia: Ai, pra começar eu nem sabia o que era marcenaria, nem sabia...aí começou a turma lá todo mundo falando marcenaria, marcenaria, ah será que eu vou lá na marcenaria, trabalhar com batente, fazer janela? Vai ser legal trabalhar com madeira, que pra mexer com obra é difícil, irrita a pele da gente o cimento. Eu falei é pesado também,</p> | <p>1) Apoio de algumas pessoas do grupo, às mulheres, para o trabalho de construção das casas: Rosa: Daí começou o grupo, reuniu um grupo e eu fui assistir a palestra, mas nervosa, pensando como que eu ia fazer? Eu ia perder a casa, porque não tinha como fazer. Eu conversei com o compadre Luis, ele disse: olha o compadre José não pode perder a casa, ele não pode trabalhar, mas a senhora trabalha, pois toda a vida trabalhou na roça...eu disse é isso mesmo,</p> |

meus problemas são sérios, eu não posso mexer com peso...eu falei ai, eu prefiro marcenaria, sem saber o que, de que jeito, aí todo mundo foi decidindo.

2) Ação coletiva de mulheres em solidariedade. O fato de uma mulher participar incentiva outras mulheres e a solidariedade entre elas garante a força que o grupo precisa para vencer os desafios apresentados:

Camélia: Daí eu disse ai eu vou sim Orquídea na marcenaria, é longe, a gente nem sabe onde vai ser, mas eu acho que é gostoso, ela falou: eu também quero, enquanto você tiver vindo eu também estou vindo e aí nós ficamos...depois a Petúnia...a Petúnia falou assim, o dia que ela chegou: eu gostaria de trabalhar aqui, eu nem conhecia ela direito, eu gostaria de trabalhar aqui, gostei. Eu falei é mesmo Petúnia, pra render mais mulher...porque você não entra aqui com a gente, ela falou, pode?

Petúnia: ah, eu entrei na marcenaria, em primeiro lugar porque vi as três trabalhando e pensei, porque eu não posso ir...eu lembro que eu fui a primeira reunião com você na Orquídea e daquele dia em diante filha a Petúnia enterrou o umbigo aqui também.

3) Esperança das mulheres nos resultados positivos do trabalho:

Camélia: eu falei se tiver que perder dedo em qualquer outro lugar perde. Ele falou: bonito você ficar só com um toquinho, só com um braço. Eu disse: ai Dito não pense assim, pense positivo.

Camélia: Eu falei, vou...quero mexer nas máquinas, vou pegar, vou fazer um monte de coisa aqui, se Deus quiser, você vai ver um dia Orquídea o que eu vou fazer, e ela disse, eu também, então vamos, ela falou, enquanto você estiver vindo eu venho.

4) Oportunidade de um trabalho para mulheres dentro do Assentamento:

Orquídea: Aqui pra trabalhar tinha que trabalhar na cidade, no Assentamento foi a primeira vez que aconteceu essa oportunidade [...] não podia ficar na cidade e largar a casa, aqui ta juntinho com a família...a marcenaria ta aqui dentro.

5) Valorização do trabalho das marceneiras pelo resultado, visível nas casas do Assentamento:

Petúnia: mudou muita coisa, n/é? Deu outro visual na vila, na vida das pessoas, deu um outro ar, um outro clima, eu acho que deu mesmo...você pode olhar assim nas casas, você vê as coisas diferentes...e aí pensa, fui eu que fiz.

6) Reflexões em relação aos trabalhos pesados do canteiro e da roça:

Rosa: Mas é que tinha que trabalhar muito, fazendo buraco e tudo...chegava a doer as costas de não agüentar de dor...

Camélia: Pois é, agora nós estamos mostrando que não é só homem que pode fazer assim, não tem diferença, você imagina o serviço da roça era muito mais pesado que esse aqui e a gente fazia, imagina pegar no cabo na enxada e carpir o dia inteirinho, arar a terra, plantar...quando? Mais pesado e debaixo do sol, da chuva...era muito mais difícil...quantas vezes trabalhava e o José dizia assim: não, mas tem que ir com chuva mesmo porque se for esperar passar a chuva atrasa o serviço...e na roça sempre o homem e a mulher iam, agora você vê, trabalhar fora a mulher não podia.

7) Mulheres já lutavam pelos seus direitos:

Camélia: Ela falava que precisava da autorização do meu marido...eu disse, essa decisão é minha, sou eu que vou sofrer, que posso morrer se tiver outro filho, eu quero que me opere e depois converso com ele.

porque que não vou entrar junto? O que vocês fizerem eu faço também. Daí entrei no grupo dele, mas era tão gostoso!

2) Trabalho em mutirão na construção das casas, solidariedade e grupo:

Camélia: Vamos tentar, de pedreiro nós nunca tentamos e tem que tentar também, aí fomos lá...e limpava, me cortei já naquelas instalações velhas lá, a Claudete, o Moisés, tudo ajudando a gente a limpar aquelas teias de aranha, depois veio as máquinas [...] Daí surgiu na reunião que todo mundo tem que trabalhar por igual, eu falei, como é que a gente vai lidar com isso tudo aqui...

Rosa: Eu sei que aí a gente disse, quem de nós vai? Eu falei, se vocês aceitarem eu vou trabalhar lá, daí eles falaram, experimenta, se a senhora não agüentar nós põe um dos homens lá...

3) Trabalho da marcenaria mais leve que a roça e o canteiro:

Orquídea: A marcenaria é açúcar perto da roça.

Camélia: Será que eu vou na marcenaria? Trabalhar com batente, fazer janela...vai ser legal trabalhar com madeira...que pra mexer com obra é difícil. Eu falei ai meu Deus e é pesado também, meus problemas são sérios, eu não posso mexer com peso...eu falei ai eu prefiro marcenaria.

4) Possibilidade de geração de renda:

Rosa: Além de baratear o custo das casas a marcenaria pode gerar uma renda pra gente.

5) Prazer no trabalho:

Petúnia: Transforma uma madeira bruta em algo com vida, o prazer de ver o nosso trabalho na nossa casa e na casa das pessoas...

Camélia: Não sei o que acontece, o que fizeram com nós, mas eu sou apaixonada pela marcenaria gente [...] lá, todo mundo está vendo, é servicinho nosso!

6) Primeiras capacitações técnicas para o trabalho:

Camélia: daí um tal de tabicar madeira. Como tabicar madeira, que jeito? Nunca ouvi falar isso...eu falei: Ah Orquídea, eu acho que é igual aquele que a gente viu lá em Taquarivaí, acho que é mesmo, empilhar tudo a madeira...e vamos nós...aí chegou o caminhão de madeira verde, pesado, pesado e a gente foi tudo lá empilhar essa madeira...ficou bonitinha, aí falamos, nossa, ai alguma coisa a gente já está fazendo: Viu Orquídea já aprendemos a tabicar madeira, uma coisa que nunca tinha feito, está tabicado lá, todo mundo está vendo, é servicinho nosso!

Quadro 3 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão da Economia Solidária. Sub-tema Solidariedade, Cooperação e Trabalho Coletivo.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|--|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | <p>1) Achar que as mulheres são as responsáveis pela limpeza: Petúnia: Acontece que as pessoas jogam a madeira no chão, acham que por ser mulher e mais velhas tem que fazer a limpeza...é porque os jovens, principalmente os homens, as meninas não...mas os meninos não pegam o galão de água pra buscar pra por no filtro, não lavam um banheiro, e pode morrer de falar...não isso aí vocês fazem. Rosa: <i>Bardear</i> cepilho eles não <i>bardeiam</i> também...lavar banheiro as meninas também não gostam...dentro de 3 meses lavaram 1 vez, e os meninos nunca, nem água também nunca foram buscar, pegam da torneira aqui...falam que não sabem onde é o poço.</p> <p>2) Relações de gênero presentes numa sociedade que gera desigualdades entre homens e mulheres: Petúnia: eu acho, por exemplo, que o serviço da roça é pra homem, agora serviço de casa é pra mulher mesmo, o homem ele faz, mas ele não faz igual a mulher, igual mulher não [...] mas a gente está mostrando que não é assim...isso até em São Paulo. O pessoal falava, acha uma mulher chegar uma hora dessa em casa? O que está fazendo? E o meu serviço era das duas às dez da noite, muitas vezes chegava em casa de madrugada.</p> <p>3) Múltiplas jornadas de trabalho: Petúnia: eu faço à noite...faço janta e já deixo feito, todo dia essa penitência, e comida para os animais, pra tudo, então quer dizer que é uma vida corrida também...eu chego em casa é galinha pra dar milho, égua pra tratar, vaca, cachorro, gato, eles vem tudo atrás de mim...deixo almoço e janta numa vasilha lá feita e a minha e a dele também, janta e almoço, aí já monto marmitta... Camélia: A hora que eu chego do serviço eu vou limpar, às vezes eu chego de lá cansada, pega uma carona mais cedo...pego a enxada de tarde e ao invés de cuidar da casa, vou lá carpir até escurecer.</p> | <p>1) Momentos em que apontam não existir solidariedade: Petúnia: Eu acho que sim, tem momentos em que não existe solidariedade, tem coisas que a gente precisa e não ajuda o outro, nesse sentido aí tem que ter mais unidade...talvez na unidade vêm a solidariedade. Camélia: A gente falava que tinha solidariedade de vez em quando e de vez em quando não, mas aqui, como é o serviço da marcenaria é preciso ter mais solidariedade...porque, se um fura errado, todo mundo vai sofrer pra montar depois, cada etapa compõe uma outra etapa, desde escolher a madeira ao produto final uma etapa depende da outra, por isso tem que fazer certo. Orquídea: Eu também acho que é assim, às vezes fala: fulana faz tal coisa pra mim...não vou, estou com preguiça agora...não vou...</p> <p>2) Obstáculos para a formação de uma cooperativa: Petúnia: Pra ser uma cooperativa tem que ter mais gente, mais disciplina, tem que ter mais tudo, isso aí não tem aqui, a quantidade de gente é pouca e se colocar mais gente vai atrapalhar e não ajudar, tudo isso aí...pra ser uma cooperativa ainda está longe, precisa de mais organização...mais gente e organização, não dá, então pra ser cooperativa está longe. Camélia: Mais trabalho, encomendas maiores e mais organização Petúnia: Na empresa o dono manda e na cooperativa todos tem que pensar da mesma forma pra conseguir um objetivo...pra ser uma empresa teria que registrar e melhor organizar, ser correto perante a lei do homem...e numa empresa acho que tem de tudo um pouco, é registrada, tem que pagar tudo o que a lei obriga, fundo de garantia pra todo mundo, seguro-desemprego pra todo mundo...na cooperativa pode ter isso tudo, desde que tenha organização para que seja registrada.</p> <p>3) Dificuldades em trabalhar coletivamente pelos conflitos e dificuldade de autocrítica ou de estabelecimento de acordos quando as opiniões são diferentes: Rosa: Isso tem mesmo aqui, gente escolhendo serviço... Camélia: Cada um decide o seu...e tem conflitos também Petúnia: Por exemplo, se eu sei que tenho serviço na lixa, ou na tupia, só se eu tiver com o braço doendo eu peço pra trocar, todas são a mesma coisa, então...só a Rosa que não vai na tupia, ela tem medo Petúnia: as pessoas não falam tudo, parece que tem medo de falar.</p> |
| Elementos Transformadores | <p>1) Solidariedade necessária por serem mulheres: Petúnia: Eu precisei urgente ir pra São Paulo por causa da menina que ela tava naquela rebeldia toda, não tomando remédio...todo mundo respeitou...eu avisei e fui, daí depois a gente faz a divisão do dinheiro seguindo o que cada uma</p> | <p>1) Solidariedade: Rosa: Eu acho que a parte de economia solidária é um sempre ajudar o outro, n/é? Se a gente só pensar no dinheiro a coisa não vai pra frente, então a gente tem que pensar em ajudar o outro [...] então eu penso comigo, quando estava precisando do dinheiro pra comprar as coisas aqui, e os outros não tinham, mas eu tinha porque eu não tinha gastado o</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>trabalhou...mas elas entenderam...</p> <p>Orquídea: Eu também fiquei com a minha filha. Ela teve um filho e tive que ir lá ajudar...no começo é muito difícil e a gente que é mãe ajuda...</p> <p>Rosa: Eu acho que cada um se está doente vai pro médico e tem que ir, ninguém tem que dizer não vai ou tirar satisfação...você não pode ir...pra médico não tem que dar satisfação, se está doente tem que ir se cuidar</p> <p>2) Divisão das tarefas na marcenaria:</p> <p>Camélia: Mais eu com a Petúnia, a Orquídea por causa da quebradura dela pega com a Ana Claudía...eu falei, olha Petúnia, se eu pegar na tupia até meio dia, depois a tarde pega você ou a Orquídea ou outra...e eu sou baixinha, a gente se esforça muito e tem que segurar muito firme...</p> <p>Petúnia: Cortar na esquadria ali, vai duas, ou três, por exemplo, uma ajuda a empurrar e outras ficam nas pontas pra ela não jogar em cima da gente e as pessoas se organizarem melhor pra serra.</p> <p>3) Alegria ao trabalhar:</p> <p>Camélia: Não sei o que acontece, o que fizeram com nós, mas eu sou apaixonada pela marcenaria gente...é coisa leve, é pequeninha, é a minha terapia pra cabeça...porque eu me sinto muito bem aqui, eu fico lá em casa desesperada.</p> <p>Orquídea: Ah, eu também Carol, fico até com dor de cabeça se não venho...eu fiquei lá em casa dois meses parada, a Camélia me perguntou se eu voltei mais animada, voltei animada, estou aqui de volta.</p> <p>4) Divisão dos trabalhos em casa:</p> <p>Petúnia: É tudo dividido, enquanto eu lavo roupa ele varre o quintal, se eu tô lavando a casa ele ajuda a esfregar, a puxar a água...</p> <p>Camélia: Ele está ajudando agora, tem dia que eu chego ele toma banho e já lava o banheiro pra mim, ele varre o chão aqui, limpa frango quando eu estou apurada, cozinha o feijão, e antes ele não fazia nada disso pra mim...isso tá mudando, ele está ajudando eu, arrumar a cama. Deus o livre que ele fez isso, nunca...mas agora ele passa a vassoura no chão, <i>axé</i>.</p> <p>Rosa; Ah é, isso acontece, o José nunca foi de preparar uma cama, ele achava que cuidar da casa era só mulher, n/é? Homem não, agora eu chego em casa ele já varreu a casa, a casa ta limpinha...</p> | <p>meu ainda, eu peguei e arrumei pra servir nós todas que estava aqui...</p> <p>Petúnia: Têm coisas que você pode fazer, ajuda, troca de mão de obra...eu acho assim que a solidariedade em muita coisa acontece. Que nem as pessoas vêm aqui de outro canto e às vezes pede um desconto e a gente faz a metade do preço, eu acho que isso é uma solidariedade, não fazer gratuitamente porque nós temos energia pra pagar, e o nosso sustento também, mas cobrar o tanto que cobra lá fora, nós não cobramos e as pessoas não tem condições de pagar também.</p> <p>2) Não venda da força de trabalho:</p> <p>Petúnia: Na empresa você tem que se sujeitar a um patrão, a receber ordens, aqui não, é o contrário n/é?...nós que damos ordem, mas temos que nos organizar...o patrão diz, quero que faça isso, assim é o patrão, ele que organiza tudo...na empresa o dono manda e na cooperativa todos tem que pensar da mesma forma pra conseguir um objetivo.</p> <p>3) No coletivo é preciso ter consciência:</p> <p>Petúnia: Eu acho Carol que cada um ter que ter consciência do que vai fazer...</p> <p>Camélia: Eu falo vamos lá Petúnia, vamos indo, paciência, devagar a gente vai arrumando as coisas...não pode de repente se irritar, daí um ofende o outro, eu falei vamos devagar, de vez em quando dá uma <i>bicada</i>...e assim a gente vai indo, mas tem hora que dá nervoso na gente...mas grupo é assim mesmo, todos os grupos são assim...</p> <p>4) Relação positiva com o trabalho, que é prazeroso:</p> <p>Camélia: Eu me sinto muito bem na marcenaria...eu fico lá em casa desesperada.</p> <p>Orquídea: Eu fiquei lá em casa dois meses parada, a Camélia me perguntou se eu voltei mais animada, voltei animada, estou aqui de volta.</p> <p>Petúnia: É gostoso, você passar a mão assim e dizer essa janela fui eu que fiz, esse batente eu fiz, isso é gostoso, a gente tem o maior prazer...</p> <p>Petúnia: trabalhava numa empresa em SP e ficava doente por ser ambiente fechado.</p> <p>5) Trabalho que possibilita criatividade:</p> <p>Camélia: Na roça é quase a mesma coisa, n/é Carol?...só que na roça é mais cansativo, mais pesado o serviço...e lá na marcenaria o serviço é leve, o serviço lá é gostoso e quanto mais você faz mais quer fazer, você inventa uma coisa e inventa outra. Agora na roça não, você vai carpir o feijão, você tem que carpir, carpir o dia todo, só daquele jeito, outro dia de novo, a semana inteira até terminar aquele quadro, se está quebrando o milho é a semana inteira até terminar aquele lá, uma coisa só e olha na marcenaria não, lá você faz uma mesa e nossa, sente o maior orgulho que você fez alguma coisa.</p> <p>6) Aspectos positivos do trabalho coletivo, como divisão das atividades e alegria em compartilhar e trabalhar juntas:</p> <p>Petúnia: Você tem que aprender a se entrosar com todo mundo...não é ruim, é bom...(risos).</p> <p>Rosa: Eu acho que é igual na casa da gente, a gente faz o que tem mais vontade de fazer e faz o que está mais precisando, eu acho que é coletivo, cada um faz a sua parte e acho que está sendo assim...</p> <p>Petúnia: Varias cabeças pensando juntas é bem melhor; aqui não tem patrão, ninguém manda e ninguém e é assim que a gente vai tocando, assim é bem melhor.</p> <p>7) A adesão e permanência no empreendimento solidário é livre e esclarecida:</p> <p>Camélia: A gente sabe que aqui ninguém é obrigado a voltar, ninguém é obrigado...ninguém obriga a ficar, fica quem quer.</p> |
|--|---|--|

Quadro 4 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão da Economia Solidária. Sub-tema: Organização, Administração e Gestão do empreendimento solidário.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|--|---|---|
| <p>Elementos que se colocam como obstáculos</p> | <p>1) Fragilização do trabalho das mulheres: Rosa: Mulher trabalhando na marcenaria? Como pode? Os homens não agüentaram...às vezes eu passo na rua e escuto eles falando baixinho da gente. Ah, mais a gente tem que enfrentar as coisas...sendo mulher ou homem não pode desanimar, tem que enfrentar Orquídea: Acha que a gente é fraca, que a gente não dá conta...</p> <p>2) Diferenças de tratamento na marcenaria: Petúnia: Eles chegam aqui e falam assim, cadê o dono daqui? O rapaz que cuida... Rosa: É, eles perguntam do dono quando chegam aqui: quem é o dono daqui? E a gente fala, somos nós, mas cadê aquele menino, o Marcelo? Petúnia: Ah, pra você ter uma idéia os meninos daqui mesmo falam que o Marcelo é patrão.</p> | <p>1) Dificuldade de organização do grupo: Petúnia: Tem que ter entendimento...todas entender o objetivo, se não, não funciona, tem que ter reunião toda semana, aqui nós estamos em falha, você vê as coisas jogadas, quantas vezes fui embora e ficava guardando as coisas antes de fechar o barracão, mas a gente cansa e se vai falar a gente é ruim.</p> <p>2) Necessidade de melhor divisão das tarefas: Camélia: Não vou colocar lá na parede porque se eu colocar vão falar que eu estou me exibindo, n/é?...aí ficou assim, mas é que só pra uma pessoa pesa muito, que nem aconteceu deu ficar só na furadeira, só na tupia, aquela janela se não segura firme fica arrebentada! Petúnia: De vez em quando a gente escolhe também... Rosa: É...chegou aqui cada um vai fazer um serviço, faz outro, faz outro, ninguém faz uma reunião não faz nada, só acha que deve fazer um serviço, pega e faz.</p> <p>3) Dificuldades na gestão e administração: Petúnia: É, mas sempre fica no pensamento, será que esse dinheiro é nosso ou é da madeira? Porque tem que descontar madeira e luz, principalmente isso n/é Rosa? Rosa: A gente fala assim, madeira e energia, mas só que a gente não separa, aí quando precisa madeira mesmo nós não compramos, gasta tudo em energia, uma coisa, outras coisas, madeira nunca a gente compra. Rosa: É, tem que ter um balanço pra gente ver o quanto a gente vai fazer, o quanto nós fizemos, o quanto nós rendemos, quanto vamos tirar no decorrer daquela semana... Petúnia: Tem que ser feito isso, tem que ter reunião, só que o que acontece é que um não vem, o outro vai pra máquina trabalhar...as pessoas tem que dar atenção, vai ter uma reunião tal hora, assim, assim, tem que estar lá. Petúnia: É, a gente quer isso aqui assim, assim, não quero aquela coisa fora do lugar... Orquídea: Porque precisa comprar uma lixa, precisa comprar uma broca, um papel higiênico, uma quiboa pra lavar o banheiro...então tudo precisa do dinheiro, então a gente vai pegando e comprando o que está faltando, às vezes precisa duma broca que quebra, precisa sair comprando e ir buscar, uma lixa, uma cola, pincel, uma coisa e outra sempre esta faltando...daí a gente vai pegando o dinheiro que esta vindo, não conta se é da madeira ou não é, a gente compra o que vai precisando...tudo depende do mesmo dinheiro que saiu da madeira e daí vai ficando a madeira sem comprar...a gente só esta tirando, tirando.</p> <p>4) Melhores condições do trabalho no Barracão da marcenaria e falta de comprovação de posse: Rosa: Não tem ventilação, a gente abria a janela, mas aí já entraram no barracão pela janela e andaram o barracão inteiro, tinha um monte de marca de pé pelo barracão...a única ventilação que tinha era essa...além de ter que subir uma escada, é alta... Orquídea: falam que o barracão é nosso, mas falta documento.</p> |

| | | |
|---|---|--|
| | | <p>5) Insegurança por não terem registro dos equipamentos: Rosa: É nós não temos nenhum documento que essas máquinas são nossas, mesmo essas que foram compradas com o prêmio, ainda nós não temos segurança nenhuma, porque não tem nada no nome nosso...porque nós precisamos de uma garantia que a marcenaria é nossa...as pessoas dizem, a marcenaria é de vocês, mas de que modo? Se nós não temos um documento que a marcenaria é nossa, não temos um registro de nada, n/é? E se alguém quiser tirar ela daqui? E se roubam?</p> <p>6) Dificuldades para legalização: Petúnia: Porque na realidade ela não é registrada n/é?...não tem CNPJ, precisaria ter, daí nós ficamos na dúvida...podemos ser associação, cooperativa ou microempresa? Precisava urgente legalizar essa marcenaria, mas tem que estudar as possibilidades pra não prejudicar na aposentadoria de nós mulheres...</p> <p>7) Qualidade do trabalho: Rosa: A qualidade do nosso trabalho está mais ou menos, bom não está. Petúnia: regular, mas a gente sabe que pode ficar melhor, n/é? (risos).</p> |
| <p>Elementos Transformadores</p> | <p>1) Criação de novas práticas culturais capazes de superar a exclusão de mulheres: Rosa: Mas várias vezes eles chegam aqui, procuram o Marcelo e a gente mesma faz o serviço que precisa. Orquídea: Dá próxima vez que ele voltar já pede direto pra gente. Petúnia: Eu acho que eles ficam abismados de ver a gente trabalhar...</p> <p>2) Respeito pelas necessidades e dificuldades individuais: Rosa: Eu acho que cada um se esta doente vai ao médico e tem que ir, ninguém tem que dizer não vai ou tirar satisfação, você não pode ir, isso ou aqui, pra médico não tem que dar satisfação, se esta doente tem que ir, tem que se cuidar... Petúnia: Mas acho assim, se elas não conseguiram aprender, é uma dificuldade n/é? Eu não vou cobrar delas porque enquanto eu faço o orçamento elas estão fazendo coisas que eu não estou fazendo e o coletivo é isso, mas, por exemplo, se ela ta fazendo eu não tenho necessidade de fazer, aí vou fazer outro serviço...</p> | <p>1) Capacidade de ação e reflexão das marceneiras no cotidiano de trabalho: Rosa: No meu pensar, eu acho que em várias partes dá pra gente continuar, porque bastante coisa nós estamos fazendo, se precisar de comprar uma madeira, se a gente tiver o fundo, o dinheiro a gente compra, se tiver que pegar encomenda, a gente também já pega...tem um pouco de dificuldade ainda no desenho, n/é? Se a pessoa chegar com um desenho aqui e falar eu quero que faça com esse desenho, é um pouco difícil pra gente ainda, mas em outras partes eu acho que dá pra gente continuar já, n/é Petúnia? Orquídea: Precisa que uma pessoa cuida da administração, uma cuida das máquinas, a outra do dinheiro, se não fala que todo mundo faz tudo e ninguém faz nada.</p> <p>2) Autonomia: Camélia: Autonomia pra decidir as coisas? Eu acho que a gente tem sim...nós temos sim, quando nós decidimos das janelas aí de fazer falamos não vamos fazer sim do nosso jeito, não é Rosa?...a mesma coisa das madeiras da cadeira...isso é autonomia não é?</p> <p>3) Negociações com o Itesp para utilização do barracão e transporte para a marcenaria: Rosa: Isso esta enrolado, mas já esta saindo. O Itesp já veio aqui, fez um projeto para o barracão ficar melhor...estamos esperando. Camélia: A gente pediu um carro também, ou um ônibus para o nosso transporte...isso é duro, voltar pra casa a pé depois do trabalho, principalmente no frio, quando chove...</p> <p>4) Capacidade de organização que melhorou com o tempo de trabalho: Carol: Eu não sei, eu vejo assim que hoje vocês conseguem, muito mais do que antes, ter a dimensão toda do trabalho, de tudo o que precisa pra funcionar, que precisa pagar madeira, energia, quanto precisa, até parece que intuitivamente já vão fazendo os orçamentos... Petúnia: Mas isso é, nem em pensamento a gente tinha noção de nada, agora já tem muita. Rosa: E agora a gente vê, se esta gastando a madeira tem que repor, vê que não tem dinheiro pra energia tem que fazer um fundinho e tirar ele porque se não pagar corta mesmo.</p> <p>5) Reflexões sobre a qualidade do trabalho que pode melhorar: Rosa: Não sai assim tão mal feito o serviço nosso, mas também assim, não sai tão bem feito, a gente acha que ainda precisa de muito capricho, muito amor nas coisas que faz, porque a gente vê que tem gente que faz as coisas sem amor.</p> |

Quadro 5 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão da Economia Solidária. Sub-tema: Diálogo, Informação e Comunicação.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|--|---|---|
| <p>Elementos que se colocam como obstáculos</p> | <p>1) Relações de gênero presentes numa sociedade que gera desigualdades entre homens e mulheres: Orquídea: Meu pai já pensava assim. Eu não tinha documentos, não podia votar e só depois que casei é que fui ter esses direitos. Petúnia: Eu acho, por exemplo, que o serviço da roça é pra homem, agora serviço de casa é pra mulher mesmo, o homem ele faz, mas ele não faz igual a mulher, igual mulher não... Petúnia: Você vê, até hoje eu escutava no dia internacional da mulher, já nem lembrava nesse dia, e tava falando que até hoje a mulher sofre, e principalmente se for negra, então isso da mulher trabalhar com coisas assim que vai longe...a gente não vai aceitar entendeu...Chega numa marcenaria e pergunta se tem uma mulher trabalhando, não tem, tem mulher que faz, mas só que ela é escondida, aparece o homem, mas a mulher não.</p> <p>2) Fragilização do trabalho das mulheres: Rosa: Mulher trabalhando na marcenaria? Como pode? Os homens não agüentaram...às vezes eu passo na rua e escuto eles falando baixinho da gente. Ah, mais a gente tem que enfrentar as coisas...sendo mulher ou homem não pode desanimar, tem que enfrentar.</p> <p>3) Diferenças de tratamento na marcenaria: Petúnia: Eles chegam aqui e falam assim, cadê o dono daqui? O rapaz que cuida... Rosa: É, eles perguntam do dono quando chegam aqui: quem é o dono daqui? E a gente fala, somos nós, mas cadê aquele menino, o Marcelo? Petúnia: Ah, pra você ter uma idéia os meninos daqui mesmo falam que o Marcelo é patrão.</p> | <p>1) Dificuldades de comunicação e diálogo: Orquídea: Nunca ninguém quer falar, todas tem medo das outras acharem que estão sendo mandonas. Camélia: É, eu acho também que é um pouco de dificuldade, de colocar as coisas na prática, parece que eles não querem dar atenção pra gente, e fica ali meio sem rumo, acha que a gente está falando demais, quer ser mandona, nunca falei nada disso pra ninguém, mas às vezes a gente fala alguma coisa e aí começa falar pra um, pra outro, pra um, pra outro, pra daí todo mundo se juntar.</p> <p>2) Conflitos dos trabalhos coletivos, dificuldades de estabelecimento de acordos quando as opiniões são diferentes: Petúnia: As pessoas não falam tudo, parece que tem medo de falar, acho que é porque pensa diferente e aí fica com medo...depois acaba até brigando se não fala na hora certa.</p> <p>3) Necessidade de mais informações e espaço para tirar dúvidas: Petúnia: A gente precisa de orientação. Camélia: Precisa de informação, onde que pergunta? A gente tem um monte de dúvida... Rosa: Esses dias a gente estava com uma dúvida pra perguntar, que é sobre o dinheiro do prêmio, porque nós nunca vimos nem uma nota do que foi comprado, nós não sabemos de onde foi gasto, então todas nós estamos nessa dúvida e temos que perguntar quanto que foi, quanto gasta com as viagens, no que comer, tudo...</p> <p>4) Falta de informações e maiores esclarecimentos em relação aos financiamentos, além de poderem administrá-los: Rosa: A gente falava n/é...o que adiantou? Nós ganhamos um prêmio de 20 mil reais, depois ganhou mais 20, depois mais 20...foram três prêmios que a gente ganhou, mais da RTS, mais 35...e nós aqui ganhando um real por dia? E cadê o dinheiro nosso, não tem dinheiro nem pra comprar um nada dentro de casa...fazendo uma comparação...é explicar pra gente, o que a gente precisa é que explique tudinho pra gente, faz reunião e fala gastou em tal coisa, vai ficar tanto, tal coisa vai ficar em tanto...</p> <p>5) Estudos e pesquisas sem que as marceneiras participem do processo: Petúnia: Você quer que eu seja sincera, Carol...é, a gente achou assim, que era mais por causa do estudo, porque a pessoa está tentando pegar uma outra coisa, e a capacidade nossa foi aquela...entendeu? Não que a gente não tenha capacidade pra fazer isso, mas que nem, essa janela aqui ó, dois baguetes, esse aqui é um baguete e esse aqui outro...foram lá no seu Zé Roque e ensinaram outro tipo de baguete e a janela de banheiro ensinou outro tipo diferente...eu falei isso aí vai levar muito mais tempo, mas não, mas não é assim, o dia-a-dia aqui quem sabe é a gente, quando a gente falou, vamos bater o pé e vamos fazer do nosso jeito, juntamos eu, a Orquídea e a Camélia, a Rosa não porque ela não vai na tupia, ela tem medo, ela ajuda...então</p> |

| | | |
|---|---|--|
| | | <p>quer dizer saiu, sem lixar, no grosso, em menos de duas semanas...agora só esta aí pra lixar, você vê, essa aí é tão mais prática que até na lixa ela limpa mais rápido e a outra lá não, deu muito mais trabalho.</p> <p>6) Distância da Universidade ao Assentamento: Petúnia: Em parte acho que sim, que atrapalha, a gente precisa de ajuda e daí não tem como, tem que esperar quando vier e daí pra saber o que está acontecendo, acho que é muito longe, mais de 400 Km, não é isso?</p> |
| <p>Elementos Transformadores</p> | <p>1) Papel da Universidade em ajudar a divulgar ações de mulheres: Petúnia: Tem que ajudar a expandir isso, é importante o que estão fazendo...no livro da Caixa mostra que tem mais mulheres trabalhando...as mulheres tem garra, não deixam a peteca cair.</p> <p>2) Compromisso entre as mulheres e com a marcenaria: Orquídea: Aqui não precisa brigar, a gente tem compromisso uma com a outra...quando uma falta a gente fica preocupada porque todo mundo cumpre o compromisso com a outra. Camélia: Nós mulheres estamos enraizadas na marcenaria, pra tocar isso aqui é só a gente mesmo.</p> <p>3) Autonomia: Rosa: Desse jeito aqui a gente vai conquistando essa autonomia e isso vai pra nossa casa também, pra nossa vida. Rosa: No meu pensar, eu acho que em várias partes dá pra gente continuar, porque bastante coisa nós estamos fazendo, se precisar de comprar uma madeira, se a gente tiver o fundo, o dinheiro a gente compra, se tiver que pegar encomenda, a gente também já pega... Petúnia: Eu sempre estou me comunicando com a Ilda, Iaras veio aqui, lembra da proposta que eles fizeram da mão de obra com madeira? Eles tem madeira e nós temos a mão de obra, eles não vão comprar madeira...tem um outro assentamento que não sei qual que é, ela ficou de conversar com o Shimbo pra ele se aproximar mais, é uma grande quantidade de janela...então a Universidade não vai poder estar fora, tem que dar essa capacidade, assim a universidade não pode sair tão fácil.</p> | <p>1) Reflexão sobre a necessidade de comunicação e diálogo: Camélia: Todo mundo tem que sentar junto e falar, então assim que eu acho que é um jeito, eu acho que às vezes a gente vê alguma coisa errada lá, eu vou falar com a Petúnia, ela fala é mesmo, mas sabe que eu não reparei isso...daí a Petúnia fala, vai assuntando pra você ver...daí eu falo Orquídea, as coisas estão assim, assim, e o pior é que está mesmo...daí eu falo, mas tem que resolver, n/é? Orquídea, não pode ficar assim...ah, mas como é que vai falar, ninguém dá bola Petúnia: Tem que ter entendimento...é assim, assim, e todas entender o objetivo, se não, não funciona, tem que ter reunião toda semana, aqui nós estamos em falha... Rosa: Não precisa de comandante, mas aquela regra que você tem que entender que tudo precisa estar no seu devido lugar. Petúnia: Da nossa parte também, a marcenaria tem que estar unida, organizada o grupo e as pessoas se entenderem melhor.</p> <p>2) Conseguir resolver os conflitos: Orquídea: É preciso ouvir as pessoas, não pode ficar na fofoca, no diz que diz que nada resolve, é preciso conversar até resolver...e tem vez que a gente resolve, e é bem melhor.</p> <p>3) A pesquisa como espaço para tirar dúvidas e conversarem situações da marcenaria: Petúnia: Daí o que eu queria saber é, por exemplo, a gente paga esse valor que está escrito do lado, mas e a assinatura, n/é? Vem incluída ou vem por fora? Rosa: Explica pra gente como funciona esses financiamentos, os prêmios...</p> <p>4) Papel importante da universidade como articuladora por ocupar espaço de poder na sociedade: Rosa: Eu acho que a universidade nunca vai poder sair, deixar nós...não é assim preciso que venha de 15 em 15 dias, mas pelo menos uma vez por mês...um mês e meio ela tem que estar aqui, ela nos ajuda muito e é importante pra gente. Camélia: Por conta dessa articulação maior, como em Itapeva para o Juliano estar aqui, articular com outros lugares, como o Everton vai mostrar para ter mais desenho, com o Incra, o Itesp, eles vão articulando as coisas...esses financiamentos, os projetos, a gente ir nos lugares, conhecer as coisas, ensinar...</p> |

Quadro 6 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão da Economia Solidária. Sub-tema: Geração de renda e viabilidade financeira do empreendimento.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|---|--|--|
| Elementos que se colocam como obstáculos | <p>1) Mulher não poder trabalhar fora e não ter apoio para outros trabalhos: Orquídea: Isso da mulher não poder trabalhar fora vem de muito tempo, o meu pai pensava assim, eu não tinha documento, não podia votar e só depois que casei é que conquistei esse direito, ele falava: “isso é coisa pra homem”. Camélia: Ela saiu e disse: ai eu desisto...eu desisto porque meu menino não quer que eu vá, porque daí a casa vira uma bagunça. Petúnia: Vim montar as viga, gostei, lutei pra ficar, porque meu esposo não queria. Rosa: Eu me lembro uma vez que eu tinha uns 15 anos e uma mulher apareceu e me chamou pra trabalhar com ela, ela era uma professora. O pai até deixou, mas a mãe disse, não, mulher não, se sair de casa não volta mais, porque já não é igual. Isso minha mãe que era mulher, mas pra ela também mulher era só pra trabalhar na casa, não podia trabalhar fora, e eu com aquela vontade de trabalhar, ganhar pra mim, ter as minhas coisinhas...morria trabalhando na roça, mas se eu fosse não podia voltar.</p> <p>2) Mulheres não controlam o dinheiro: Camélia: A gente nunca controlou o dinheiro que ganhava... Orquídea: O quê? O dinheiro? Claro que eu sempre trabalhei lá na roça, mas não era eu que dizia com o que gastar não...como gastar...nunca controlei...</p> <p>3) Fases de dificuldades de renda na marcenaria que reflete em casa: Rosa: Daí a gente chega em casa e escuta, mas vocês estão indo todos os dias trabalhar e não ganham nada?</p> | <p>1) Momentos de dificuldade de conseguirem renda: Petúnia: Não Rosa, teve época aí que a gente só tirou 3 reais do mês, lembra? Orquídea: E tem meses que fica melhor, tem mais encomenda e o dinheiro do Sepé, mas e daqui a pouco como vai ser? Petúnia: Mas não vai ser diferente, n/é? vai ter uma época que vai ter e outra época que não...porque o pobre ele remedeia, n/é? Tira daqui, põe ali, vai aonde vai e então é assim que a gente faz...</p> <p>2) Necessidade de maior controle do dinheiro: Rosa: O dinheiro não fica no nosso poder, a gente vai comprar alguma coisa e não tem o dinheiro na mão, está na mão da universidade, então isso aí está nos prejudicando na realidade...</p> <p>3) Falta de organização para o pagamento das contas: Petúnia: Outra coisa também, é...por exemplo, se tivesse uma quantidade de dinheiro na conta n/é?...especificando, conta de luz, a cola, a lixa, o prego...na verdade faltou isso aí. Então se a gente estava com um pouco, não precisava ser tanto, uma marcenaria exige isso aí...teve épocas que a força nossa foi cortada, porque a gente não tinha o dinheiro na conta, se tem a gente paga, então a gente tirou do nosso e pagou...o fundo também tem que servir...</p> <p>4) Necessidade de maior organização para compor o fundo, maior renda e utilização do mesmo: Camélia: Ele deveria ter pra mais, porque se consegue ter esse dinheiro...por exemplo, a Orquídea se machucou, se a gente não tem esse dinheiro...agora, se alguém se machucar nós não temos como repor esse dinheiro, então o fundo serve pra isso, no meu ponto de vista...por exemplo, se alguém precisar de socorro agora não temos esse dinheiro...</p> |
| Elementos Transformadores | <p>1) Geração de renda que tem como conseqüência conquistas e autonomia enquanto mulheres: Rosa: Com o dinheiro daqui comprou o colchão que a gente precisava, o colchão nosso estava com mais de trinta anos...o tanquinho...comprei o armário, tudo com o dinheirinho daqui. Ai, foi legal, nossa...eu tinha só a prateleirinha de guardar vasilha, daí eu comprei a prestação, cada dinheirinho que eu recebia eu ia juntando...e paguei todas as prestações...nossa, como a marcenaria tem ajudado! Ah, eu acho que ninguém pode dizer que não ajudou, às vezes a gente ta apurada com o talão de luz, entra um dinheirinho aqui pra gente já alivia. Orquídea: Agora a gente também controla o dinheiro e escolhe o que quer comprar, como gastar, porque comprar...Ai, é ótimo Carol!</p> <p>2) Reconhecimento do trabalho realizado, por elas mesmas e por outras</p> | <p>1) Geração de Renda que advém da produção que conseguem vender e também das produções para elas, para a casa: Petúnia: A gente optou por ficar na marcenaria, mas já imaginou as camas que a Rosa fez, eu fiz, a Camélia, a Orquídea fez? Os jovens também fizeram mesas, cadeiras, no tempo que a gente não ganhava dinheiro, a gente fazia coisas pra nós, na nossa casa tinha móveis novos? Não tinha, então agora temos...fiz banco, banquetinha, cama, fiz mesa, cadeira, são coisas gratificantes, coisas que nos ajuda, que você não compra lá fora, você faz, você pega toco de madeira e transforma em alguma coisa...bandeja, quantas bandejas, quadrinhos de foto, coisas que você pode usar, coisas que você pode fazer, que você tanto pode ganhar pra você</p> |

pessoas e partir dos móveis que fizeram para as suas casas:

Camélia: Ah, pra falar a verdade pra você não tinha com o que mudar, da vergonha de falar, eu falava pro João, com o que a gente muda lá em baixo, na casa nova? Joga um colchãozinho lá e vai dormir no chão, porque a cama estava tudo lá, peguei e fiz, e daí fazer o que na cozinha, trazer o que aqui?...daí quando eu fui comprar o tanquinho nas casas Bahia o rapaz falou: então é duro vender móveis pra você, a senhora é marceneira? Eu falei: Ah, o que eu não posso fazer eu tenho que buscar nas lojas, n/é? Eu falei de repente eu vou fazer um tanquinho lá pra mim, daí compro o motor só aqui...

3) A renda que ganham ajuda a sustentar a casa e a manter a lavoura e a vida no Assentamento:

Camélia: Lá em casa tem a renda da marcenaria, mas também a renda da horta, do que planta...a gente vende leite, verdura, folha e legume.

Orquídea: O principal da renda é aqui na marcenaria, mas com o que a gente ganhou aqui deu pra cuidar das vacas, comprar semente...

Petúnia: Temos as dificuldades e temos a renda, as duas coisas elas trabalham paralelas, do meu ponto de vista. A gente, do Sepé conseguiu tirar alguma coisinha e acha que vai tirar ainda mais, não é aquela renda pra ficar rico não, mas aquela renda pra manter a casa...nada que o Luís seja vagabundo, pelo contrário, ele é uma pessoa enferma, tanto eu, como a Rosa, como a Camélia, nós somos como a coluna das casas, n/é?...

4) Aumento de auto-estima, auto-confiança:

Rosa: Desse jeito aqui a gente vai conquistando essa autonomia e isso vai pra nossa casa também, pra nossa vida.

Rosa: Mesmo que pouco dinheiro sempre teve um dinheirinho pra pagar uma luz, um gás, uma coisa ou outra. Olha a casa que ele nunca conseguiu fazer, ele fala, eu nunca consegui fazer uma casa e hoje pela sua conquista a gente tem uma casa...pelo esforço meu que ele reconhece...

Petúnia: Comprei um tanquinho...ah, o grosso eu esfrego, eu vou ter mais trabalho, eu? Não minha filha eu quero é viver mais um pouco.

Camélia: Ah, eu tenho orgulho disso aí, porque todo mundo elogia o que eu faço, gosta, vem aqui, gente de fora vem e fica elogiando a gente. Até que enfim eu estou sendo elogiada, todo mundo está achando que eu faço alguma coisa da vida.

5) O significado da marcenaria está além da geração de renda:

Petúnia: Sempre tem um dinheirinho, por isso que eu falo, eu não posso largar, jamais, eu tô aí ó, um centavo ou um milhão eu tô aqui, porque a gente tem que pensar hoje eu tô lá em cima e amanhã eu não sei...quantas vezes eu já tive isso na minha vida, lutei, lutei, e agora...mas mesmo assim eu gosto, gosto mesmo e é de coração...

Orquídea: A gente faz por que gosta, porque tem amor...

Camélia: Porque eu me sinto bem aqui, nem fico mais doente...

Rosa: A gente depois de velha aprendeu coisa nova, outro ofício, outra profissão e isso não tem muito dinheiro que paga...mas a gente também precisa dele...(risos).

como ganhar pra marcenaria, ou servir outras pessoas.

Rosa: É assim, com o troco dos bicos, o servicinho que a gente paga lixa, luz, conta, a mão de obra divide, produto de limpeza...

2) Divisão igualitária da renda:

Camélia: É...todo mundo tem que trabalhar por igual, e aí depois no final do serviço todo mundo recebe igual, o que um faz todo mundo tem que fazer, não pode ficar um aproveitando do outro, n/é? Porque aqui todo mundo recebe o mesmo valor, se é R\$10,00 por dia todo mundo vai receber R\$10,00, então pra trabalhar também tem que ser todo mundo por igual e não escolher serviço, procurar pegar só o mais leve, essas coisas tem que evitar no grupo, n/é?... porque o grupo se é que é pra isso, tem que dividir
Rosa: Uma trabalha numa coisa, outra na outra encomenda, depois junta tudo e divide...

3) Reaproveitamento dos restos de madeira como fonte de renda:

Petúnia: Cada uma pode usar essas madeiras que sobram pra fazer as coisas pra casa, uma bandeja, um quadro pra dar de presente, uma vaso...tem um monte de coisa que a gente faz pra gente...

4) O significado da geração de renda para a qualidade de vida e direitos humanos e não para acumulação:

Petúnia: Na marcenaria ninguém quer ficar rico, mas quer uma renda a mais para melhorar a condição da vida. É pra gente ter assim uma renda a mais. Não tem ninguém interessado em ficar rico, n/é? Um querendo ficar mais, ter mais do que o outro, não. Nós queremos igualdade mesmo. O grupo inteiro...ah, eu estou achando muito bom...

Rosa: Eu acho que a parte de economia solidária é um sempre ajudar o outro, n/é? Se a gente só pensar no dinheiro a coisa não vai pra frente, então a gente tem que pensar em ajudar o outro... Entre a gente, aqui no assentamento, e se der nos outros assentamentos também, n/é?

5) Elaboração de um fundo que garante pagamento de conta e direitos trabalhistas:

Petúnia: Pra pagar energia, telefone, comprar material que falta, pra fazer o que está a nosso alcance...

Camélia: O fundo é essencial...é como o nosso coração batendo, se ele parar de ter o sangue não vai funcionar...se o dinheiro não tem no fundo como vai funcionar?

Quadro 8 de análise da Metodologia Comunicativa Crítica: Elementos que se colocam como obstáculos e elementos transformadores na reflexão dos Processos Educativos na prática de ser Mulher Marceneira.

| | Relações de Gênero | Autogestão |
|--|--|--|
| <p>Elementos que se colocam como obstáculos</p> | <p>1) Descrença na possibilidade do aprendizado Rosa: Ah, eu não consigo fazer, eu tento, tento, mas não consigo Carol. Eu mesma não acredito muito em mim não, tem hora que eu fico pensando comigo, tal coisa eu não sou capaz, por mais que eu lute eu não sou capaz de conseguir.</p> <p>2) Dificuldade das mulheres adultas estudarem: Rosa: Aí meu pai me tirou da escola, disse que se eu não tinha aprendido não aprendia mais, fez eu largar o estudo e ir trabalhar na roça. Petúnia: Meu sonho é voltar a estudar e me formar, ser uma contabilista ou administradora...eu tinha muita vontade de estudar, só que a gente chega muito cansada e agora eu acho que não pego mais na aula, eu vou dormir, n/é? Tinha que ser um professor bem bom, que animasse a gente. Camélia: Eu tentei, mas chegava lá e dormia, aí tinha dia que não dava pra ir porque tinha que trabalhar em casa...</p> <p>3) Limitações referentes a alguns serviços da marcenaria: Petúnia: Tem certos tipos de serviço...que nem, eu não subo no caminhão pra tirar a madeira, isso eu não faço, e nem vou pegar uma madeira sozinha, dificuldades que tenho pela minha idade e por ser mulher...que nem a Camélia estava fazendo coisa errada, ela tem problema de saúde, não pode, querer fazer uma coisa que vai se prejudicar mais tarde.</p> <p>4) Dificuldades de organização e limpeza na ausência do marceneiro instrutor pela figura masculina: Rosa: Foi falado isso aí, mas parece que a gente respeitava o Seu Pedro, ele falava e as pessoas obedeciam, agora acha que não tem quem obedecer, acha que é mulher e não precisa obedecer. Petúnia: Você vê, a gente morre de falar isso aqui...e ele brigava por isso e ele tinha razão, não tiro a razão dele não, nisso aí ele estava corretíssimo...hoje a gente fala, gente cuidado com essa madeira aí, se dá um curto circuito numa máquina dessa com essa madeira aí, pega fogo em tudo, mas é a mesma coisa que nada...joga no chão de qualquer madeira. Orquídea: Porque a gente mesma acha que por ser mulher, a gente esta falando errado...</p> <p>5) O marceneiro também não acreditava no trabalho delas: Orquídea: Ele não acreditava muito na gente Carol, achava que a gente não ia conseguir porque é mulher, e ela falava isso.</p> <p>6) Desvalorização do trabalho pela feminização da marcenaria:</p> | <p>1) Dependência diante das atividades que ainda não aprenderam: Petúnia: A gente ainda depende pra muita coisa Carol, pra regular a máquina, por exemplo...outra coisa a destopadeira, máquina nova, que custou caro, que é possível fazer muitas coisas, mas que a gente não sabe usar...</p> <p>2) Algumas limitações apresentadas no cotidiano: Petúnia: Fui fazer a rodinha e cortar e a faca soltou duas vezes...eu tenho medo desse negócio cortar e vir em cima de mim, só que eu cortei e falei assim, agora vou deixar aí porque eu não tenho força pra apertar, esse é o meu problema, eu não tenho força na munheca... Camélia: O problema é a saúde da gente Carol, tem que cuidar.</p> <p>3) Atividades que aprenderam com o marceneiro instrutor e não colocam em prática sem o mesmo: Petúnia: Você vê, o que aconteceu com as máquinas, quebrou dente. Não pode por a madeira no chão depois passa com areia e aquilo lá vai comendo os ferros...daí eu cheguei para os dois jovens, põe a madeira, dois tabico põe a madeira em cima...põe duas madeiras do outro lado conforme você vai processando tem um espaço pra colocar, mas só que só naquele dia, depois volta tudo de novo, a madeira tem que estar num espaço da máquina onde você possa se locomover, porque se acontecer alguma coisa, principalmente com a desgengrossadeira, você tem espaço pra se movimentar.</p> <p>4) Forma de dominação do marceneiro instrutor: Orquídea: Então é assim, tinham coisas positivas da época que ele estava aqui em relação ao trabalho, mas ao mesmo tempo tinha essas questões dele dominar, achar que o espaço era dele por ter mais experiência... Rosa: Eu me lembro na época, nem uma tabuinha de carne a gente sabia fazer, ele ia lá e fazia, mas não ensinou a fazer...eu me lembro do dia que eu falei do gato pra ele, eu falei assim: o senhor faz a mesma coisa da onça com o gato, a onça queria comer o gato, mas ela não achava jeito, daí ela fez o acordo com o gato, ela ensinava o gato a dar todos os pulos que ela dá, aí ela ensinou pro gato tudo quanto é coisa, mas teve uma parte que ela não ensinou, daí, um dia ela disse, hoje eu como o gato, hoje eu dou um bote nele, daí quando ela deu o bote o gato pulou. Então o gato gritou: Oh dona onça, mas esse pulo aí você não me ensinou...assim eu falava pra ele, que ensinou muita coisa, mas teve coisa que ele não ensinou nós não...</p> <p>5) Dependência do marceneiro instrutor transmitida para os jovens: Camélia: Tinha muita confiança no Seu Pedro, e nisso a gente ainda tem que se esforçar mais por causa dos meninos, já pensou se o Marcelo sair? Depois que o Marcelo entrou a gente tem que ele é o Seu Pedro nosso, de fazer medida, isso aquilo, é tudo ele que é mais estudado [...] isso que eu não sei também Carol, se é porque a gente ficou com isso na cabeça por causa do Seu Pedro...ele que fazia</p> |

| | | |
|---|---|--|
| | <p>Petúnia: Os meninos pensam que os assuntos que a gente conversa é de mulher, que não tem um homem pra conversar...</p> <p>Orquídea: E tem os comentários que escuta no assentamento: ah, a marcenaria é de mulher...</p> <p>Rosa: Eu já escutei eles falarem assim que a gente vem aqui por que somos vagabundas, porque é serviço de vagabundo e não serviço de gente que trabalha direito...eu já escutei isso aí...nunca comentei com ninguém, mas quando o Marcelo começou a trabalhar aqui falaram assim, mas lá é serviço de vagabundo, onde já se viu o Marcelo trabalhar assim, mas eles falam isso porque a gente é mulher...eles acham que serviço nosso tinha que ser lidar com porco, lidar com vaca...</p> <p>7) Dúvidam da feminilidade por serem marceneiras:</p> <p>Camélia: O povo fala que a gente é machona, lá vai as machonas...</p> <p>Petúnia: Eu atendi o telefone e falei que era da marcenaria, daí disse o meu nome, Petúnia...ele não acreditou que eu era mulher.</p> <p>Rosa: É o tipo do machista n/é?...achar que a mulher não faz e eles já viram a gente trabalhar aqui...Ah, mas o que eles falam da mulher.</p> <p>8) Diferença entre aprender com mulher e com homem:</p> <p>Petúnia: Porque o homem é machista e a mulher tem capacidade de entender...que nem para entender o tempo de fazer as coisas, ensinando...outra mulher pra ensinar é diferente, a diferença era fazer entender. Agora com homem às vezes é diferente, talvez ele tenha medo de passar essas ordens e a gente não obedecer ou não entender...tem diferença por ser mulher, não tenha dúvida...é que esses parâmetros aí de homem e mulher vai longe ainda, só que não é fácil...</p> | <p>isso pra nós..., mas que a gente faz, a gente faz.</p> <p>6) Rotatividade dos e das jovens na marcenaria, mais preocupados com a renda:</p> <p>Camélia: Os jovens ainda só querem dinheiro.</p> <p>Rosa: Pra ganhar merreca é melhor ficar em casa, eles dizem</p> <p>7) Valorização do trabalho dos jovens em detrimento do trabalho das marceneiras:</p> <p>Petúnia: Nós comentamos que a gente nem o dinheiro da bolsa nós não ganhamos, foram os jovens que ganharam, eles reclamam, mas eles ganharam os R\$80,00 reais, e nós nada...só trabalho.</p> <p>Camélia: Essa é a realidade porque eles tinham bolsa e nós, a cara e a coragem e a vontade de fazer as coisas.</p> <p>8) Paciência que às vezes não tem no empreendimento</p> <p>Camélia: Ah, eu acho que tem que ter paciência uma com a outra, conversar bastante, ter coragem e não desanimar, porque essas coisas não é brincadeira, desanima, e tem que pegar firme, não ligar para os conflitos...</p> |
| <p>Elementos Transformadores</p> | <p>1) Identificação da capacidade de aprendizados, desde que instrumentalizadas:</p> <p>Petúnia: Se alguém explicar, ensinar pra gente com calma e acompanhar com tempo a gente aprende.</p> <p>2) Formas de superar as limitações fazendo coletivamente:</p> <p>Camélia: Pra carregar é pesado, mas aí uma vai ajudando a outra...pra subir no caminhão é difícil, daí os meninos sobem...as meninas também. O problema é a saúde da gente Carol, tem que cuidar.</p> <p>Rosa: Se for preciso eu faço, mas com outra junto.</p> <p>3) Marceneiras enraizadas na marcenaria, responsabilidade pelo trabalho:</p> <p>Orquídea: Pra tocar mesmo a marcenaria, só as quatro.</p> <p>Petúnia: Mas a liderança é nossa...eles ficam com dor de cotovelo, eles falam, a estrela são vocês, não somos nós.</p> <p>Rosa: Eles falam, vocês que passam na televisão, vocês que fazem tudo, eles sempre falam.</p> <p>4) Prazer e valorização no aprendizado:</p> | <p>1) Aprendizado das marceneiras nas diferentes atividades da marcenaria:</p> <p>Petúnia: Gosto da Tupia e da lixadeira, mas também de contar, fazer orçamentos, de aprender e de debater. O que aprendo a fazer é diferente de uma empresa, aqui aprende mais.</p> <p>Rosa: É uma profissão que a gente já aprendeu uma parte dela na marcenaria...porque é pouco o que a gente sabe, mas o que a gente sabe, sabe.</p> <p>Orquídea: Aprendemos a tabicar, secar, medir a umidade da madeira, fizemos os cavaletes, coxo, bancadas, aprendemos a tratar madeira com produto natural...regular a máquina, mas ainda falta nisso aí...</p> <p>Camélia: Ah, eu acho que o Pinus é uma madeira bem bonita, mas ela é fraca, é frágil...agora o eucalipto é uma madeira bem boa...tem vários tipo de eucalipto, tem orofila, grandis, sitrodora, salina...</p> <p>2) Educação simultânea à produção com os ensinamentos do marceneiro instrutor:</p> <p>Petúnia: Ah, ele ensinava sim, quantas orientações ele dava pra gente, dizia não, é assim, é assim, precisa tomar cuidado com isso, com aquilo, ficava com medo que a gente se machucasse nas máquinas. Ensinou como afiar um formão, como mexer nas máquinas corretamente, como você mexer na desempenadeira pra não</p> |

Camélia: Eu sinto muita coisa mudada, eu me sinto rica pelo o que eu aprendi. Ai, mudou muito, me sinto jovem, estou com a minha cabeça belezinha, tenho orgulho do que eu faço, nossa eu achei muito bom demais, mudou muita coisa, eu queria passar isso para os meus filhos se eu tivesse bastante.

Petúnia: Eu acho que o que me deixa mais feliz é alegria de alguém saber que você sabe fazer alguma coisa. Que nem minha filha ela diz assim, eu posso dizer pra você, tinha as fotos, minha mãe aqui trabalha na marcenaria, isso já é uma alegria, minha própria família dizendo “a Petúnia sabe, a Petúnia aprendeu fazer as coisas, isso minhas filhas, as três”.

Orquídea: Ah sim, eu aprendi muita coisa! Antes tínhamos pouco relacionamento com as pessoas, sabe? Porque a gente não é de sair de casa. E daí nós tivemos muitas reuniões, que é muito importante, então a gente ficou conhecendo a fundo as pessoas. Tanto o pessoal do assentamento como o pessoal da universidade.

5) Com o tempo a visão do marceneiro foi mudando porque elas mostravam a capacidade no trabalho:

Petúnia: Ele disse uma vez: a Petúnia tem uma coisa que mesmo se a gente não ensina ela vai e tenta fazer do jeito dela, e aí ele me ensinou, não você faz assim, depois prega uma madeira e faz a espigam assim, assado, aí ele me deu uma orientação, mas depois que eu tinha processado tudo.

Camélia: Quando ele foi embora ele disse que no começo não acreditava, mas depois viu que a gente pode.

6) A entrada de Marcelo muda a idéia que o trabalho na marcenaria é de mulher.

Rosa: Mas quando o Marcelo entrou trouxe outros jovens também.

7) Dismistificam a visão que mulher não pode ser marceneira:

Petúnia: Então eu sou machona mesmo, eu gosto de trabalhar

Orquídea: Mas pra trabalhar tem que ser machona?

Petúnia: Quem disse que não sou mulher porque tenho voz grossa? Por que trabalho na marcenaria? Não somos melhores, nem piores, mas fazemos... não tem problema mulher trabalhar na marcenaria. Então eu acho que a mulher ela é capacitada, como o homem também é capacitado para fazer o serviço da mulher. Por acaso fere a honra de alguém? Temos que ser vistas como mulher e as pessoas verem que mulheres fazem...que nem eu vi a mulher assentando azulejo e não ia desclassificar ela falando que ela é outra coisa...é mulher mesmo e assenta azulejo. É claro que mulher faz, eu já vi entrevista de mulher assentar tijolo, fazer cavalete...porque não?

Rosa: Uma cena engraçada foi a prefeita de Bom Sucesso, que na verdade é uma mulher...ela veio aqui e encomendou um bando de troféu, era mais de 100 troféuzinho de madeira, a gente processou na tupia e tudo...na moldura e ela achou engraçado, disse mulher?

cortar o dedo junto...na tupia.

Rosa: Como colocar as madeiras perto das máquinas, ele falava... vai colocar a madeira no pé da máquina que você vai enroscar o pé aí e tomba em cima da máquina, eu lembro que ele ensinava a gente.

3) Novos aprendizados com a saída do marceneiro instrutor, maior independência das mulheres:

Camélia: Mas do tempo do Seu Pedro melhorou um pouco mais que ele ordenava tudo as coisas no lugar certo era gostoso, só que no serviço era muito encajado, não saía serviço, ficava o tempo inteiro mexendo numa coisa...e as máquinas tem que descansar. Dava um trabalho fazer uma cadeira...agora a gente pega uma etapa e vai embora, pegar uma mesa e em dois dias faz e também bico também...chegam lá e falam eu quero que desdobre essa madeira aqui, quero umas ripas, esses biquinhos tudo a gente ganha, tira uma parte pro fundo, a Petúnia vai lá marca o horário e a gente faz, então isso aí virou pra nós, porque no tempo do Seu Pedro a gente não fazia.

Petúnia: Numa parte foi boa, sabe porque, porque na realidade despertou na gente aquilo que a gente esperava só dele, então a gente faz certo ou errado mas usa a sua imaginação, mesmo que ele não ensinou, por uma parte faz falta ele aqui dentro e por outra parte não faz, por que muitas coisas ele não ensinava.

4) Apoio dos jovens na marcenaria:

Carol: Porque é importante que eles estejam na marcenaria?

Petúnia: Pela idade n/é?

Rosa: Pela idade e porque eles são bastante esforçados, eles pegam o serviço e dão conta.

Petúnia: Eles pegam sim e demonstram que faz, entendeu? Não tem esse negócio de...porque quando era nós era uma esperar pela outra.

5) Preocupação das marceneiras em manter os jovens no trabalho, porém sobre relações igualitárias:

Petúnia: Gostaria de tomar orientação de como manter os jovens aqui, porque a gente está vendo que eles estão querendo ir embora, fazendo curso fora...a gente precisa dessa orientação, pra manter os jovens aqui dentro, que nem a jovem, a Ana Claudia, excelente menina, na base da madeira parecia que ela já tinha trabalhado há muito tempo, e é mulher...o Marcelo muito inteligente, já está fazendo um curso, hoje ele foi fazer um curso pra agente de saúde e a gente já esta vendo que pode ir embora também...

6) Sem os jovens também não conseguiriam vencer a quantidade de trabalho:

Petúnia: É porque enquanto eles lidavam com as arcas a gente lidava com as janelas do Sepé, mas se não fossem eles as arcas não tinham saído...

Rosa: As mesas também foram eles que ajudaram...enquanto a gente tá lidando com a janela eles vão lutando...enquanto eles estavam com a bolsa ganhavam meio período só, daí quando terminou a bolsa deles eles passaram a ganhar igual nós, o mesmo que eles ganham a gente ganha também, de igual pra igual.

7) Todas as pessoas tem diferentes aprendizagens e possuem capacidades:

Rosa: É, porque pensando bem a gente, se chegar alguém e dizer, você faz uma cadeira sozinha, a gente faz, se chegar alguém e dizer, você faz uma cama

| | | |
|--|--|---|
| | <p>Imagina! O filho dela disse, é mãe, é um bando de mulheres trabalhando, tem umas cinco lá trabalhando...e ela veio, nossa, vocês fazem tudo isso mesmo? Fazemos, e quando ela chegou a gente estava trabalhando, aí encomendou mesa, cadeira, um monte de coisa e levou um monte de coisa.</p> <p>8) Reflexões sobre a vida cotidiana enquanto mulheres: Petúnia: O pessoal pensa o contrário, ainda eu falo assim: não cai o cacho de vocês não, isso aqui é como qualquer outro serviço...não vai deixar de ser homem...</p> <p>Orquídea: Os homens também tem que fazer o serviço de casa, todo mundo tem que fazer...</p> <p>9) Reflexão sobre educação dos filhos e filhas: Rosa: Nós mulheres educamos nossos filhos errado, agora tem que conversar e explicar, ensinar pros netos.</p> <p>10) Os sonhos de mulheres: Rosa: Ah tem...eu ainda tenho esperança que um dia, sendo mulher, como todos os meus filhos falam e o marido fala, eu nunca vou conseguir dirigir um carro, e eu tenho um sonho e tenho na minha mente que um dia eu vou dirigir, eu falo pra ele mesmo, bicicleta eu não consegui andar, mas o carro eu vou dirigir, mesmo que eu tenha uns 60 anos, mas um dia eu vou dirigir um carro. Porque eles falam que mulher não dirige, ainda mais porque eu não pude dirigir bicicleta, mas bem que eles acham que eu não consigo, mas eu vou provar pra eles um dia que eu vou conseguir</p> <p>Petúnia: voltar a estudar e me formar, ser uma contabilista ou administradora...</p> <p>Camélia: Ah, voltar a estudar também, eu tentei, mas chegava lá e dormia, aí tinha dia que não dava pra ir porque tinha que trabalhar em casa...</p> <p>Orquídea: O meu também é dirigir, antes era a casa, mas agora já é realidade, a marcenaria também já é realidade...então agora é dirigir.</p> | <p>sozinha? A gente faz, você faz uma mesa sozinha? Faço...agora se disser assim pra mim, você faz uma janela sozinha? Eu não faço.</p> <p>Petúnia: Eu já faço</p> <p>Rosa: Ah faz, junto nós faz, mas sozinha...</p> <p>Petúnia: A gente não nasceu burro, a gente é um ser humano, nascemos para aprender, a vida é a escola...elas vivem falando, não isso aí nós não fazemos, como que não faz? Não tem coisas que a gente faz e os homens não fazem?</p> <p>8) Compreensão e cuidado na forma de aprender do grupo: Petúnia: Está mais do que correta, às vezes, por exemplo, eu consigo, mas não consigo ensinar pra elas, entendeu? Eu faço do meu jeito e sai...elas também são do mesmo jeito...o mais difícil, nós não conseguimos fazer, concorda? Tem que ter mais tempo pra aprender, mais clareza...o Seu Pedro a gente tinha aquela coisa com ele, mas quando pegava pra ensinar mesmo, todo mundo aprendia, não é verdade Rosa? Mas só quando ele queria também.</p> <p>Orquídea: Fazendo, não só fazendo, a teoria ela fica no papel, então a gente não vai gravar isso aí, é executando, é fazendo no dia-a-dia [...]com mais agilidade, por exemplo, as pessoas prestarem mais atenção...</p> <p>Camélia: A gente é devagar precisa de um pouquinho mais de tempo e paciência pra sair as idéias.</p> <p>9) Aprendizados ao longo da vida: Petúnia: A vida é uma escola, todos os dia ela ensina uma coisa nova.</p> <p>10) Valorização do aprender e do ensinar: Rosa: As coisas não têm valor se a gente não passa para os outros. Só aprender e não ensinar não adianta.</p> <p>Petúnia: Por que se você sabe e fica só pra você, o que adianta? E a outra pessoa que precisa aprender, o que faz?</p> <p>11) Diferença do trabalho na empresa e na marcenaria Petúnia: Na empresa a gente não tem noção do processo de produção e do porque faz as coisas, mas na marcenaria é muito bom poder aprender tudo isso.</p> |
|--|--|---|

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)